

**Anuário Brasileiro
da Educação Básica**
▶ **2016**





Anuário Brasileiro da Educação Básica ▶ 2016



SUMÁRIO

Apresentação 4

Bem-vindo! 5



A Educação Brasileira em 2015

7

ARTIGO Ricardo Chaves de Rezende Martins – PNE 2014-2024:
um plano em movimento? 10

ARTIGO Binho Marques – As graves consequências da ausência
do Sistema Nacional de Educação 12



Os Números da Educação Brasileira

15

▶ **Educação Infantil** 16

Educação Infantil – unidades da federação 22

▶ **Ensino Fundamental** 24

Ensino Fundamental – unidades da federação 28

▶ **Ensino Médio** 30

Ensino Médio – unidades da federação 35

ARTIGO Eduardo Deschamps – Ensino Médio: a hora de mudar 37

INFOGRÁFICO População do campo, indígenas e quilombolas 38

▶ **Educação Especial/Inclusiva** 42

Educação Especial – unidades da federação 46

▶ **Alfabetização até 8 anos** 48

Alfabetização até 8 anos – unidades da federação 52

ARTIGO Beatriz Gouveia – A ANA como parte de uma ação articulada 55

▶ **Educação Integral** 56

Educação Integral – unidades da federação 60

▶ **Fluxo e Qualidade** 62

Fluxo e Qualidade – unidades da federação 68

INFOGRÁFICO De olho na qualidade 70

INFOGRÁFICO Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes	74
ARTIGO Luís Carlos de Menezes – A Base Nacional Comum Curricular	76
▶ Escolaridade	77
Escolaridade – unidades da federação	81
▶ Alfabetização – 15 anos ou mais	83
Alfabetização – 15 anos ou mais – unidades da federação	86
INFOGRÁFICO Inaf - Indicador de Alfabetismo Funcional	88
▶ EJA – Educação de Jovens e Adultos	90
EJA – Educação de Jovens e Adultos – unidades da federação	93
ARTIGO André Lázaro – Ainda há muito que aprender!	94
▶ Educação Profissional	95
Educação Profissional – unidades da federação	98
ARTIGO Simon Schwartzman – A Educação Profissional Técnica no Brasil	99
▶ Educação Superior	100
Educação Superior – unidades da federação	104
▶ Professores – Formação	106
Professores – Formação – unidades da federação	111
ARTIGO Fernando Luiz Abrucio – Formação de Professores: agenda de reformas	113
▶ Professores – Remuneração e Carreira	114
Professores na Educação Básica – unidades da federação	116
▶ Gestão Democrática	117
INFOGRÁFICO MEC - Ministério da Educação	120
▶ Financiamento	122
ARTIGO Clayton Arruda de Vasconcelos e Ismar Barbosa Cruz – O financiamento da Educação	127
Glossário	128
Metodologia	145
Notas Técnicas	146
Índice Remissivo	149

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, consolidou-se a consciência de que a Educação deve ser, antes de tudo, uma política de Estado, que conduza o Brasil a conquistas de longo prazo, independentemente da alternância natural de governos. Prova disso é a própria existência do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho de 2014, que traz metas e diretrizes a serem alcançadas no prazo de dez anos e, assim, constitui a agenda estratégica da Educação brasileira.

A importância de uma visão abrangente dos resultados e desafios educacionais do País também fica evidente nos gráficos e nas tabelas deste Anuário, cujo conteúdo está organizado, desde a segunda edição, com base nas 20 metas do PNE. A análise das séries históricas publicadas aqui mostra claramente como os avanços são perceptíveis apenas quando se observa uma fotografia mais ampla; no curto prazo, em geral, há a sensação de que pouca coisa está mudando.

Tal constatação nos leva a confirmar também a extrema relevância da divulgação, análise e discussão de dados sobre o cenário educacional brasileiro. Por isso mesmo, buscando sempre fornecer um quadro mais completo possível, contamos com os números do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), apurados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e com os dados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), disponibilizados pelo Ministério da Educação. Além disso, trazemos tabulações próprias e abordagens estatísticas inéditas.

Dessa forma, em sua quinta edição, este Anuário reafirma o compromisso do Todos Pela Educação e da Editora Moderna com o PNE. Busca, mais uma vez, ser uma ferramenta de grande utilidade a todos que desejam compreender e acompanhar a evolução da Educação brasileira.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

Organização

Priscila Cruz (Todos Pela Educação)
Luciano Monteiro (Editora Moderna)

Pesquisa e edição de texto

Fernando Leal, Paulo de Camargo e
Ricardo Falzetta

Todos Pela Educação

Superintendência
Alejandra Meraz Velasco

Gerência de conteúdo

Ricardo Falzetta

Gerência de projetos

Liliane Petris

Produção técnica

Allan Gaia Pio
Caio de Oliveira Callegari

Gerência de Design e Produção Gráfica

Sandra Botelho de Carvalho Homma

Projeto gráfico e Capa

APIS design integrado, Marta Cerqueira Leite

Edição de arte e editoração eletrônica

APIS design integrado

Infografia

APIS design integrado, William H. Taciro

Ilustrações

Mario Kanno, APIS design integrado

Revisão

Paula Bosi, Todos Pela Educação

Coordenação de pesquisa iconográfica

Luciano Baneza Gabarron

Pesquisa iconográfica

Maria Magalhães

Coordenação de bureau

Américo Jesus

Tratamento de imagens

APIS design integrado

Pré-impressão

Alexandre Petreca, Everton L. de
Oliveira Silva, Helio P. de Souza Filho,
Marcio H. Kamoto

Coordenação de produção industrial

Viviane Pavani dos Santos

Impressão e acabamento

Ricargraf

TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br

EDITORA MODERNA LTDA.

Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904

Vendas e Atendimento:

Tel. (0__11) 2602-5510

www.moderna.com.br

2016 · Impresso no Brasil

Bem-vindo!

O Anuário Brasileiro da Educação Básica foi idealizado para ser uma ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores, gestores de políticas públicas e todos os que desejam compreender melhor o cenário do ensino público e privado no Brasil. Sua organização, com base nas 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), tem esse mesmo objetivo, facilitando a consulta e a compreensão das informações aqui reunidas.

Para cada uma das metas foi reservado um conjunto de páginas, que trazem os principais dados do tema abordado. Além disso, o texto de abertura, artigos de especialistas, infográficos especialmente elaborados para esta edição e o glossário ajudam a dar uma visão geral do quadro educacional brasileiro. Na página 145, você encontra uma breve explicação sobre a metodologia utilizada na elaboração dos gráficos e tabelas.

O "Fique Ligado" chama atenção para algum aspecto que não pode ser perdido de vista.

As desigualdades são uma preocupação constante no PNE e também são analisadas no contexto dos números apresentados no Anuário.

OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ENSINO FUNDAMENTAL
META DO PNE

Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

FIQUE LIGADO!
O total de matrículas no Ensino Fundamental cresceu consideravelmente de 20 milhões para 26,45 milhões entre 2011 e 2014. Mas esse crescimento está mais diretamente relacionado à mudança de política oficial de Paris do que propriamente ao aumento do Ensino Fundamental.

Um percentagem de jovens que completam com sucesso o Ensino Fundamental na idade recomendada é um indicador muito importante para se compreender os desafios desta etapa de Educação Básica.

Os números mais recentes mostram que 73,7% dos jovens de até 16 anos concluíram o Ensino Fundamental. Apesar de haver uma evolução constante desde 2011, o indicador ainda está longe da meta de 95% definida pelo PNE.

Mais do que isso a baixa taxa de conclusão na idade recomendada é um indicador de que a universalização vai além das matrículas na rede de ensino e passa obrigatoriamente por aspectos como fluxo e qualidade (ver pág. 62). Paris expõe os das crianças e jovens atualmente fora da escola já passaram pelo sistema escolar, mas acabaram expostos por problemas como a repetência e a baixa frequência da escola.

Quanto ao acesso propriamente dito, uma primeira análise do gráfico pode dar a impressão de estagnação. Porém, o total de crianças entre 6 e 14 anos fora da escola vem caindo ano a ano. Como ocorre em outros indicadores, o desafio que se coloca de forma imediata é a intensificação do ritmo de crescimento da taxa líquida de matrículas para que se alcance a meta estabelecida pelo PNE.

Atualmente, estima-se que ainda estejam sem estudar cerca de 460 mil crianças de 6 a 14 anos, provenientes principalmente de famílias mais pobres, com renda per capita de até 1/3 de salário mínimo, negras, indígenas e com algum tipo de deficiência. Essas grupos demandam políticas públicas específicas e diferenciadas, além de mecanismos de fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos mais vulneráveis, como prevista as estratégias do PNE. Tais políticas não devem se restringir à pasta da Educação, mas estender-se, de forma articulada, à área como Saúde e Assistência Social.

Ensino Fundamental
Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental - 2011-2014 (Em %)

Ensino Fundamental
Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental - Brasil - 2014 (Em %)

Ensino Fundamental
Jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental - Brasil e Regiões - 2011-2014 (Em %)

Região	2011	2012	2013	2014
Brasil	69,3	70,1	70,8	73,7
Norte	56,0	61,8	63,7	65,2
Nordeste	78,2	78,5	79,1	79,5
Sudeste	62,7	64,6	72,8	74,1
Sul	64,2	67,8	67,8	69,7
Centro-Oeste	68,8	71,0	70,8	72,7

Para cada tema tratado nas metas do PNE, há um texto que apresenta um panorama sobre os dados disponíveis.

Os gráficos e tabelas trazem dados do Brasil, regiões e unidades da federação, a partir de 2001.

Acesse o Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br) e acompanhe notícias, análises e o monitoramento dos indicadores referentes às 20 metas e estratégias estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

*“A boa educação é moeda de ouro.
Em toda parte tem valor.”*

Padre Antônio Vieira





A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM 2015

O Plano Nacional de Educação chega ao segundo ano de vigência com êxitos e também dificuldades no cumprimento de metas. Porém, o principal desafio é se firmar como política de Estado e como agenda estratégica da Educação, independentemente das transições de governos nos âmbitos federal, estadual ou municipal.

A Educação em 2015

As grandes indefinições de 2015 e de 2016 no plano econômico, político e social, também acrescentaram ao campo educacional um ponto de interrogação sobre o futuro do Plano Nacional de Educação (PNE).

Os questionamentos sobre o alcance das metas previstas – que começam a vencer –, sobre o financiamento das ações e até sobre a condução dos processos previstos no plano podem ser resumidos a uma única questão: será o PNE mais uma ação de governo, que sofre o peso das transições políticas, ou a lei se firmará como o que nasceu para ser – uma agenda de Estado, respeitada acima de questões do contexto político imediato?

Essa definição se sobrepõe a todas as outras e precisa ser reafirmada com vigor, sob o risco de se pôr a perder o marco mais importante da participação social em uma reforma educacional no País.

O PNE nasceu após quase quatro anos de debates intensos, que mobilizaram 3 milhões de pessoas por meio de fóruns dos quais participaram professores, universidades, movimentos populares de todos os segmentos, institutos e fundações empresariais, sindicatos e partidos políticos. Foi fruto de um processo transparente, e se firmou como um exemplo democrático de participação civil. Seu valor, portanto, está também na forma como foi construído, em si, um legado para as gerações futuras.

O PNE nasceu após quase quatro anos de debates intensos e transparentes, e se firmou como um exemplo democrático de participação civil. Seu valor, portanto, está também na forma como foi construído, em si, um legado para as gerações futuras.

DADOS GERAIS

Os números da Educação Básica mostram as dimensões dos ensinos público e privado no Brasil e, assim, também ajudam a avaliar o tamanho do desafio no horizonte dos gestores e educadores

Educação Básica Matriculas – 2014

	Todas as redes	Rede Pública	Rede privada
Educação Básica	49.771.371	40.680.590	9.090.781
Educação Infantil	7.855.991	5.533.777	2.322.214
Ensino Fundamental	28.459.667	23.982.657	4.477.010
Ensino Médio	8.300.189	7.229.831	1.070.358
Educação Profissional	1.374.569	446.898	927.671
Educação de Jovens e Adultos	3.592.908	3.435.682	157.226
Classes especiais e Escolas especializadas	188.047	51.745	136.302

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

Nota: ③.

As matrículas de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio são incluídas no Ensino Médio.

No contexto de 2015, ano a que se dedica este Anuário, esse princípio deve estar acima mesmo da realidade do não-cumprimento das metas.

Não há como negar que a sombra da letra morta da lei sempre assusta no Brasil. Restam inalcançados já diversos prazos definidos para o cumprimento de metas e estratégias no PNE.

Até junho de 2015, por exemplo, deveria ter sido aprovada a Lei de Responsabilidade Educacional. Estava previsto também o levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil e a definição de mecanismos de consulta pública da procura das famílias por creches.

No segundo ano de vigência do PNE, também deverá entrar no vermelho a contagem regressiva de prazos importantes, como o da universalização da Pré-Escola para crianças de 4 e 5 anos, do Ensino Médio para a população de 15 a 17 anos e o do aumento da taxa de escolarização para quem tem 15 anos ou mais.

Há pouco tempo hábil para o estabelecimento do Sistema Nacional de Educação (SNE) em lei específica – veja artigo sobre o tema nesta edição –, ou para a aprovação de leis disciplinando a gestão democrática da Educação pública nos estados, municípios e Distrito Federal.

Pode ser incluída nas demandas reprimidas do PNE a realização da primeira prova nacional para subsidiar concursos de admissão de profissionais do magistério da Educação Básica pública no âmbito municipal e estadual.

Em 2016, entra no vermelho a contagem regressiva de prazos importantes, como o da universalização da Pré-Escola para crianças de 4 e 5 anos, do Ensino Médio para a população de 15 a 17 anos e o do aumento da taxa de escolarização para quem tem 15 anos ou mais.

Educação Básica Estabelecimentos – 2014

	Todas as redes	Rede Pública	Rede privada
Educação Básica	188.673	149.098	39.575
Educação Infantil	116.068	85.365	30.703
Ensino Fundamental	137.636	115.254	22.382
Ensino Médio	27.743	19.576	8.167
Educação Profissional	5.325	2.080	3.245
Educação de Jovens e Adultos	35.516	34.576	940
Classes especiais e Escolas especializadas	3.827	2.050	1.777

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse da Educação Básica.

Notas: (1) e (2).

Educação Básica Docentes – 2014

	Todas as redes
Educação Básica	2.190.743
Educação Infantil	498.785
Ensino Fundamental	1.412.124
Ensino Médio	524.315
Educação Profissional	84.174
Educação de Jovens e Adultos	250.844
Classes especiais e Escolas especializadas	29.369

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar.

Nota: (31).

PNE 2014-2024: um plano em movimento?

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) está prestes a completar dois anos de vigência. Para um plano decenal, esse prazo é curto para um balanço extensivo de realizações. No entanto, o que aconteceu (ou não) nesse período inicial é, com certeza, sinalizador das perspectivas de alcance das metas. Sobretudo quando se considera que muitas dessas metas representam desafios expressivos, mesmo para cumprimento em um decênio. Nos primeiros anos, é indispensável a existência de efetiva movimentação política, administrativa e financeira voltada para a consecução de metas no longo prazo. Uma forma interessante de observar a ocorrência dessa movimentação é fazer uma avaliação da implementação das 254 estratégias em que se desdobram as 20 metas do PNE. Tais estratégias são, em geral, indicações dos caminhos a trilhar e das providências a adotar. Elas detalham e ampliam o conteúdo das metas a que se vinculam.

Ao final de 2015 e início de 2016, constatou-se um quadro de movimentação: 7% das estratégias haviam sido realizadas e 63% estavam em andamento. Esses dados resultaram da verificação da existência de iniciativas ou programas de governo relacionados a cada estratégia, associados ou não a ações de organizações não governamentais. É fato que muitos desses programas precedem a aprovação do PNE. Isso deve ser percebido como um fator positivo. Seria um equívoco imaginar que o Plano inovasse em tudo ou se descolasse do que já vinha sendo executado. O PNE absorveu políticas que considerou positivas, inserindo-as em um contexto geral de planejamento para o futuro. É um sinal

de amadurecimento na continuidade das políticas educacionais.

Há, porém, um percentual significativo de estratégias não implementadas (26%) ou sobre as quais não há registro de informação (4%). Aqui está um ponto sensível, que deve constituir foco de atenção sobre a execução do PNE. É nesse subconjunto que se situa boa parte das questões inovadoras e desafiadoras do Plano, contemplando espaços vazios nas políticas educacionais antecedentes. Elas se voltam, por exemplo, para o planejamento e avaliação das políticas de atendimento às crianças de 0 a 3 anos; da população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; e da população em situação de risco social, em especial na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a articulação dessa modalidade com a Educação Profissional. Na Educação Superior, ainda não há evidências do aumento da eficiência, em termos de taxas de conclusão. No que se refere à valorização dos profissionais da Educação, quase nada se desenvolveu com relação ao segmento não docente.

Finalmente, cabe ressaltar a importância de que o Poder Público ofereça - e a sociedade em geral cobre - uma avaliação minuciosa e periódica da execução do PNE, demonstrando a organicidade, a integração e a continuidade das políticas educacionais, mesmo em momentos mais adversos de conjuntura econômica.

Ricardo Chaves de Rezende Martins

Economista e consultor legislativo da Câmara dos Deputados, desde 1991, na área de Educação, Cultura e Desporto.

Entre as metas com forte impacto econômico, a agenda do PNE choca-se frontalmente com a crise, que pode comprometer a implantação do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e de planos de carreira para os professores em todos os municípios e unidades da federação.

Desde sua aprovação, sabia-se que muitas das metas do Plano eram ambiciosas, mesmo se considerado um contexto econômico favorável.

Contudo, olhar o PNE pela ótica de uma pretensa inexecutabilidade ou medi-lo pelos atrasos no cumprimento das metas mostra-se um erro grave e de proporções históricas.

Em primeiro lugar, porque o PNE é sobretudo uma agenda estratégica. A dinâmica de sua construção permitiu, pela primeira vez, uma visão amplamente consensual sobre os desafios da Educação pública brasileira e um diagnóstico das ações necessárias para corrigir séculos de descaso com a escola.

Esta agenda deve ser preservada como um bem-comum, como alicerce das políticas de Estado para o setor. Qualquer desvio ou qualquer ação para contornar ou enfraquecer o princípio do PNE será, sim, um retrocesso.

O PNE é fruto de um processo de amadurecimento da participação social na Educação iniciado no século XX, consagrado pela Constituição e pelas leis que regem a Educação brasileira, e, como tal, deve ser respeitado e, mais do que isso, priorizado pelos governantes.

Ao mesmo tempo, os prazos definidos para o alcance das metas e estratégias são parâmetros a ser buscados com vigor, mas que já não devem obscurecer os resultados alcançados.

O País já pode celebrar, por exemplo, a elaboração dos planos municipais e estaduais de Educação em consonância com o PNE, concretizada na quase totalidade dos estados e municípios brasileiros. A simples discussão da necessidade de um plano mobilizou milhares de pessoas em torno de temas centrais da Educação, chamou a atenção para a urgência do combate à desigualdade de oportunidades, mobilizou indivíduos, organizações sociais e gestores públicos.

Da mesma maneira, a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que teve início em 2015, trouxe ao centro do debate uma questão nunca enfrentada com tanta objetividade nas políticas educacionais. Se a proposta final a ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação ainda em 2016 não for ainda a ideal, estará muito próxima do aceitável e representará um primeiro passo imprescindível

Desde sua aprovação, sabia-se que muitas das metas do Plano eram ambiciosas, mesmo se considerado um contexto econômico favorável. Contudo, olhar o PNE pela ótica de uma pretensa inexecutabilidade ou medi-lo pelos atrasos no cumprimento das metas mostra-se um erro grave e de proporções históricas.

As graves consequências da ausência do Sistema Nacional de Educação

O Brasil tem registrado inúmeros avanços na política educacional, com o fortalecimento dos instrumentos legais e das instituições públicas, maiores índices de inclusão, melhorias nos processos de avaliação, ampliação do diálogo intergovernamental, aumento de recursos, entre tantos outros. Mas a ausência de um Sistema Nacional de Educação (SNE) até os dias atuais tem graves consequências.

O Sistema deve ser entendido como um aperfeiçoamento na organização da Educação nacional, sustentado por um pacto federativo construído de forma democrática e inscrito em um conjunto de leis nacionais, capazes de orientar cada sistema ou rede de ensino para que o direito constitucional inalienável seja garantido, com equidade, a cada cidadão brasileiro. Sem referenciais nacionais de qualidade capazes de orientar a ação supletiva para a busca da equidade, dificilmente se poderá superar a descontinuidade de ações e a fragmentação das políticas, o que não contribui para a superação das históricas desigualdades econômicas e sociais do País. Assim, é indispensável avançarmos na agenda instituinte do SNE.

A Educação brasileira é nacional, regida pela Lei de Diretrizes e Bases. A estrutura e o funcionamento do Sistema devem estar ali desenhados, o que exige um reexame da lei. Porém, tal reexame somente terá sentido se for acompanhado de normas de cooperação federativa vinculantes, por regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal, e de um conjunto orgânico de regras nacionais para o financiamento, capazes de dar sustentação ao projeto que se desenhou. O MEC tem trabalhado nesta

linha desde as etapas preparatórias da CONAE 2010, porque trata-se de dar concretude ao Regime de Colaboração previsto no Artigo 211 da Constituição.

Tem contado com o apoio indispensável de inúmeras pessoas e instituições, dispostas a enfrentar o complexo debate que ainda esbarra nas dificuldades históricas que explicam a ausência do Sistema: o temor de invasão indevida na autonomia dos entes federativos, o receio de se ferir a liberdade de ensino e as conhecidas dificuldades para melhorar o financiamento. Deixando de lado disputas políticas menores que por vezes contaminam a boa política, tais pessoas e instituições têm se dedicado a construir, na prática, os conceitos que hoje começam a aparecer em propostas de projetos de lei complementar que regulamentam o Artigo 23 e fixam normas federativas para o exercício das competências comuns no campo educacional.

Ao serem definidas, as normas estabelecerão, de forma vinculante, as responsabilidades de cada ente federativo e de cada agente público, não só concretizando uma lei de responsabilidade educacional como também ampliando e fortalecendo os mecanismos de acompanhamento e controle social. O resultado, sem dúvida, será o avanço na garantia do direito constitucional à Educação de qualidade: acesso com aprendizagem e para todos, e efetivo cumprimento das prioridades nacionais para este decênio, aprovadas na lei do Plano Nacional de Educação.

Binho Marques

Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação (SASE/MEC).



40,6 milhões de crianças e jovens frequentam as escolas públicas brasileiras de Educação Básica. ▲

para um processo que está em pleno curso e pode ser qualificado com participação de todos os atores envolvidos.

Ainda que não tenham sido atingidas, é inegável que as metas e estratégias estabelecidas criaram pontos de referência e definiram mecanismos de pressão para que os governos orientem prioridades, para que a sociedade civil exerça o necessário controle social e para que os imensos esforços necessários para aprimorar a Educação brasileira possam ser concentrados em pontos estratégicos.

É sob essa ótica que devem ser lidos e interpretados os dados trazidos por este Anuário Brasileiro da Educação Básica. Nesse momento, mais importante do que o balanço de metas cumpridas, é ter presente que todas as melhoras nos indicadores do PNE devem ser comemoradas como uma conquista da nossa sociedade, ainda que não se deva aceitá-las como suficientes.

O PNE, essa agenda estratégica comum, deverá ser assim a bússola de navegação em um tempo de incertezas, para que a sociedade possa, no exercício de seu direito de reivindicar, alcançar uma Educação de qualidade para todos.

Nesse momento, mais importante do que o balanço de metas cumpridas, é ter presente que todas as melhoras nos indicadores do PNE devem ser comemoradas como uma conquista da nossa sociedade, ainda que não se deva aceitá-las como suficientes.

*“Nos tornamos seres da opção, da
decisão, da intervenção no mundo,
seres da responsabilidade.”*

Paulo Freire



OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Organizados com base nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), as tabelas e gráficos das páginas seguintes contribuem para que os mais diferentes públicos possam construir um diagnóstico abrangente do cenário educacional brasileiro. A partir de parâmetros comuns, gestores, pesquisadores e a sociedade em geral podem se aprofundar na análise dos dados a fim de buscar as melhores políticas públicas para enfrentar os desafios que persistem no horizonte.





EDUCAÇÃO INFANTIL

META DO PNE

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE.

16

FIQUE LIGADO!

É fundamental observar (a partir da pág. 18) que as desigualdades ainda caracterizam o quadro do atendimento na Creche e na Pré-Escola. Veja também que algumas unidades da federação têm avançado em um ritmo mais acelerado do que as demais (págs. 22 e 23).

Há duas formas de analisar os gráficos que mostram a porcentagem de crianças atendidas pela Creche e pela Pré-Escola no Brasil: observando a curva de longo prazo ou olhando mais especificamente para os números recentes e, conseqüentemente, para a distância em relação aos objetivos traçados pelo PNE.

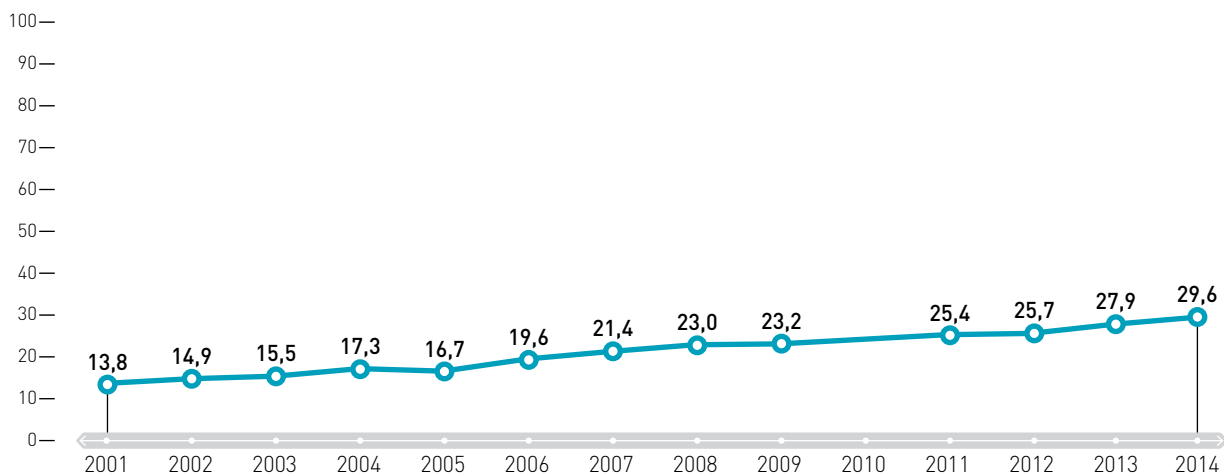
Na primeira análise, destaca-se a evolução expressiva da taxa de atendimento da Pré-Escola, com um crescimento de 22,7 pontos percentuais desde 2001 e 16,6 pontos percentuais somente nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, porém, o ritmo de crescimento, em especial do período mais recente, indica que o País chegaria neste ano de 2016 a cerca de 90% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Pré-Escola, ou seja, com uma diferença importante em relação à meta de universalização do PNE e da Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

Quando se examinam os dados da Creche ao longo do tempo, os avanços são menos contundentes. Desde 2001, a taxa de atendimento aumentou 15,8 pontos percentuais e chegou, em 2014, a 29,6%.

Vale ressaltar que essas primeiras etapas da Educação Básica são de responsabilidade primordial dos municípios, que, muitas vezes, enfrentam dificuldades para dimensionar apropriadamente a demanda por vagas na Creche e criar um sistema que atenda à população com qualidade.

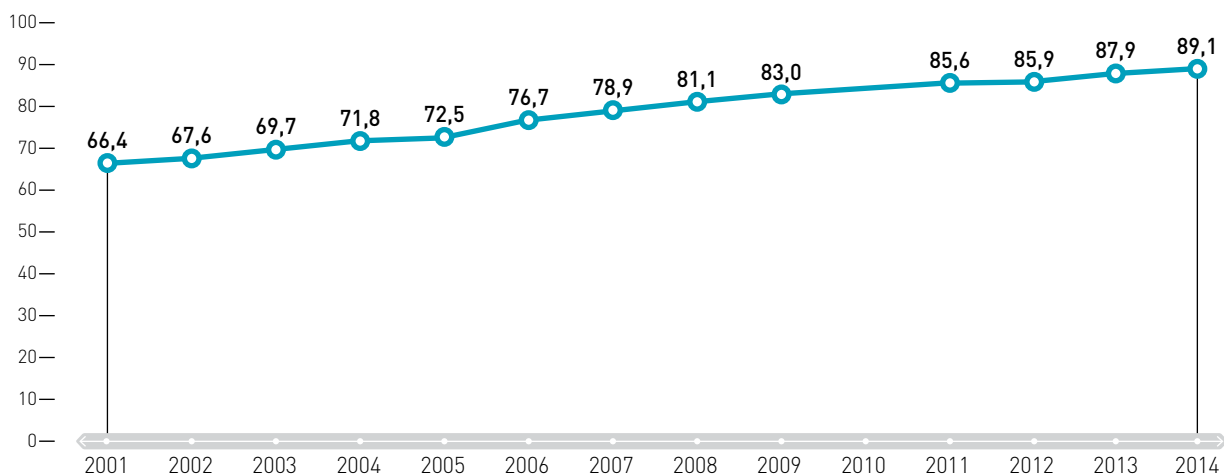
O desafio a ser enfrentado é grande: há cerca de 604 mil crianças fora da escola, na Educação Infantil. Embora essa parcela seja consideravelmente menor do que em 2005, quando era de 1,8 milhão de alunos, o atendimento requer investimentos expressivos, inclusive pela necessidade de construção de equipamentos escolares novos.

Além disso, quanto mais o País se aproxima da universalização do atendimento, mais fica clara a necessidade de políticas para incluir os que permanecem fora da escola, grupo formado por crianças de famílias socialmente vulneráveis, minorias étnicas, moradores de regiões de difícil acesso, crianças com deficiência e vítimas de violência doméstica.

Creche**Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2014 (Em %)**

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Pré-Escola**Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2014 (Em %)**

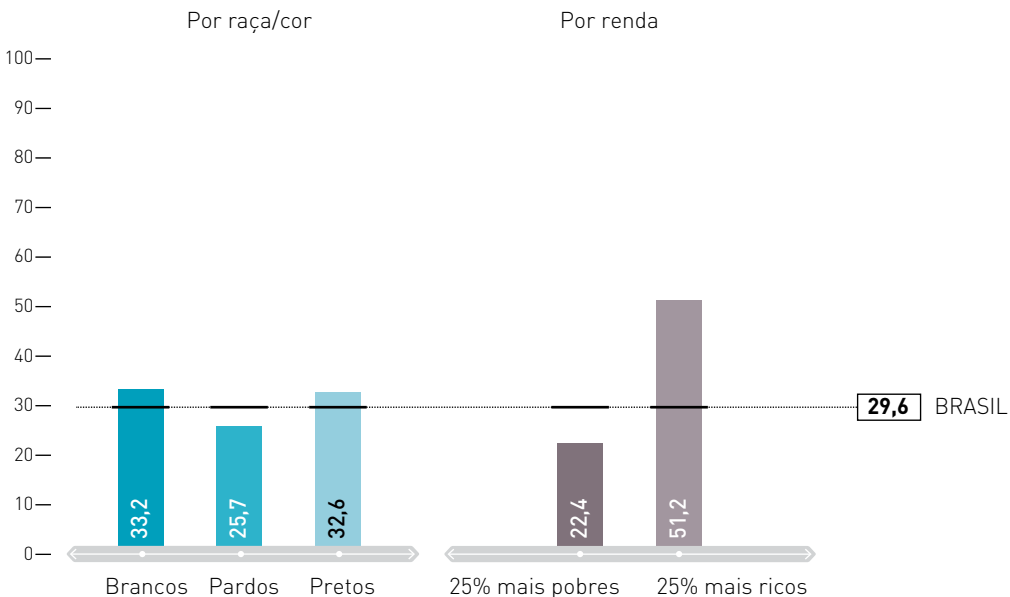
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Embora a taxa de atendimento continue em expansão, ainda é grande a distância para o cumprimento das metas do PNE: 20,4 pontos percentuais na Creche e 10,9 na Educação Infantil.

Creche

Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2014 (Em %)

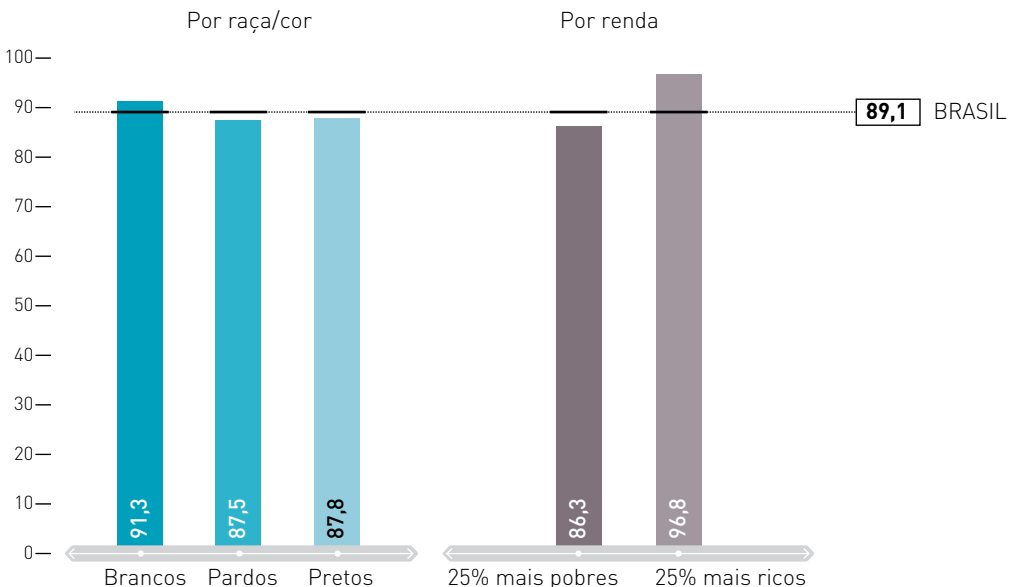


Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6), (7) e (8).

Pré-Escola

Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2014 (Em %)

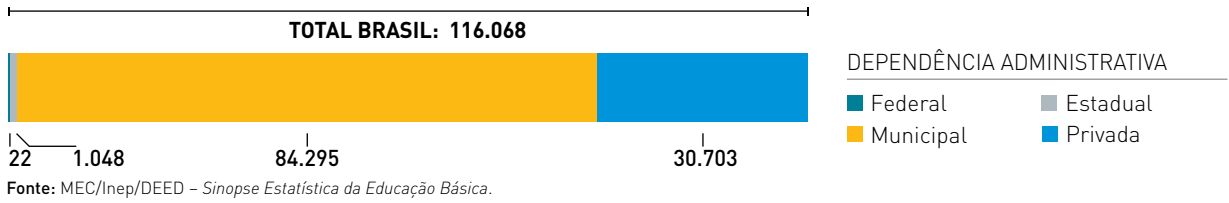


Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

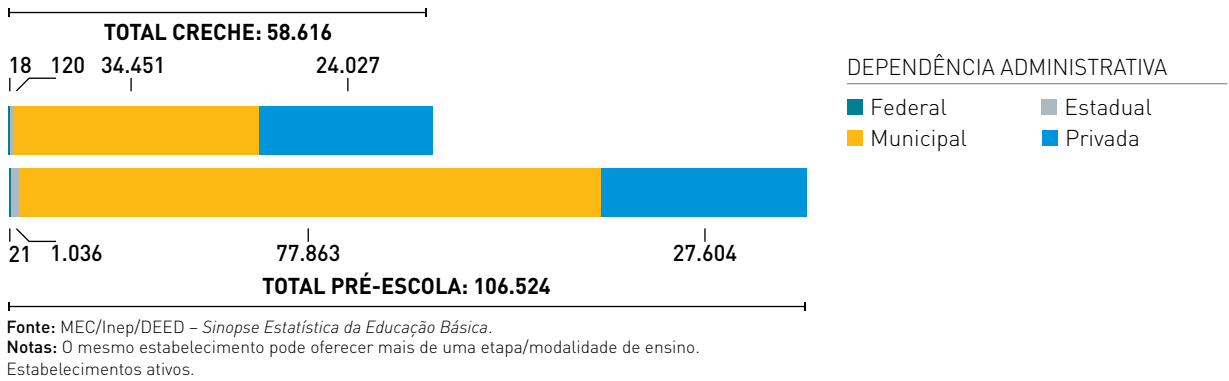
Notas: (4), (5), (6), (7) e (8).

As estatísticas de acesso à Educação demonstram a desigualdade no atendimento desde os primeiros anos da Educação Básica. Entre os 25% mais ricos, há 10% mais crianças matriculadas na Pré-Escola do que entre os 25% mais pobres.

Educação Infantil
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2014

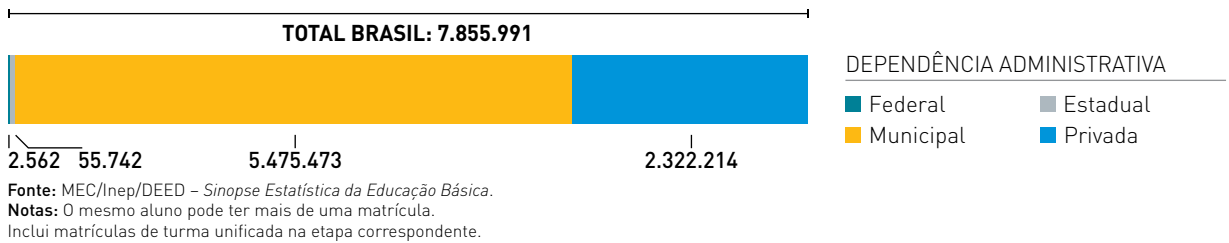


Creche e Pré-Escola
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2014

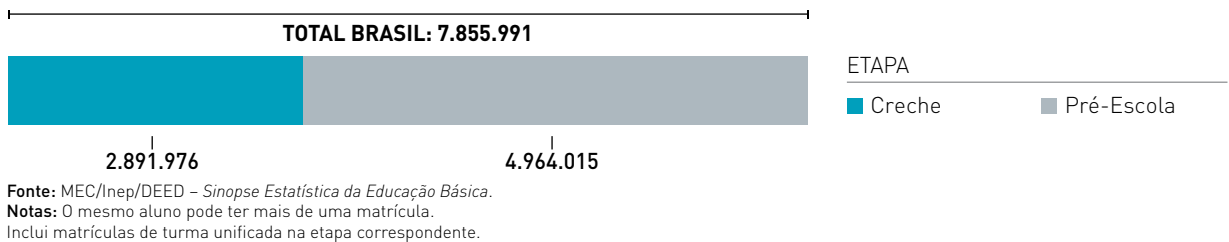


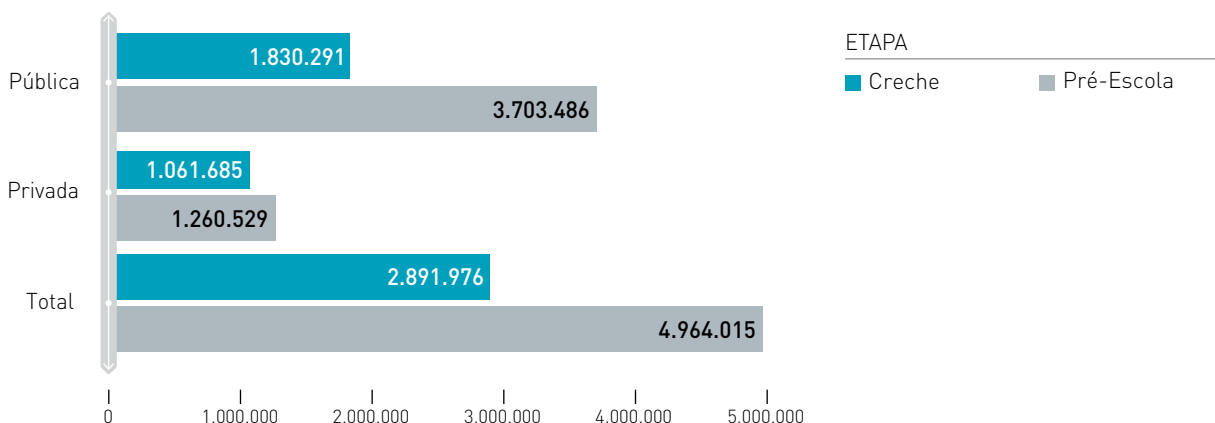
Educação Infantil
Matrículas por dependência administrativa – 2014

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada



Educação Infantil
Matrículas por etapa de ensino – 2014



Educação Infantil**Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2014**Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.**Educação Infantil****Matrículas por etapa de ensino e região – 2014**

Região	Educação Infantil	Creche	Pré-Escola
Brasil	7.855.991	2.891.976	4.964.015
Norte	621.831	123.669	498.162
Nordeste	2.172.712	630.038	1.542.674
Sudeste	3.461.465	1.466.516	1.994.949
Sul	1.063.794	482.894	580.900
Centro-Oeste	536.189	188.859	347.330

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

O total de matrículas na Educação Infantil cresceu **3,5%** entre 2013 e 2014, o que mostra que a expansão das redes está abaixo do necessário para o cumprimento das metas do PNE.

SAIBA MAIS**SOMA DE ESFORÇOS**

Embora a Creche e a Pré-Escola sejam responsabilidade primordial das prefeituras, o PNE é bastante claro ao estabelecer que as metas de expansão das redes públicas de Educação Infantil devem ser definidas em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. A soma de esforços entre as esferas de governo também deve ser a tônica do levantamento periódico da demanda e da “busca ativa” de crianças em idade para começar a frequentar a escola, que integram as estratégias propostas pelo PNE.

O Plano também reconhece o papel decisivo das famílias para que as crianças iniciem a trajetória escolar na idade certa. Por isso, recomenda que se implementem programas de orientação familiar, por meio da articulação das áreas da Educação, da Saúde e da Assistência Social.



As escolas devem contar com os recursos necessários para o bem-estar e o aprendizado das crianças. ▲

Educação Infantil

Estabelecimentos da rede pública, por etapa de ensino, segundo recursos disponíveis na escola - Brasil - 2014 (Em %)

A infraestrutura das creches e pré-escolas públicas

Recursos	Creche	Pré-Escola
Parque Infantil	43,4	24,6
Sala de leitura	14,0	12,3
Banheiro dentro do prédio	90,6	79,8
Banheiro adequado à Educação Infantil	46,7	24,7
Água filtrada	93,2	82,3
Abastecimento de água		
Rede pública	76,6	53,6
Poço artesiano	13,4	17,8
Cacimba/Cisterna/Poço	10,4	15,0
Outros	2,9	7,4
Inexistente	6,3	9,0
Esgoto sanitário		
Rede pública	45,6	27,7
Fossa	57,6	64,4
Inexistente	4,3	8,0
Acesso à energia elétrica	98,5	94,5

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados Censo Escolar 2014 - Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: O mesmo estabelecimento pode possuir mais de um tipo de abastecimento de água ou esgoto sanitário.

Creche**Crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2014 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
BRASIL	13,8	14,9	15,5	17,3	16,7	19,6	21,4	23,0	23,2	25,4	25,7	27,9	29,6
Região Norte	10,4	10,8	11,3	8,6	8,5	11,3	10,9	13,0	12,4	12,1	11,3	12,7	13,3
Rondônia	6,8	7,2	6,4	6,1	6,9	10,2	8,3	9,2	10,6	9,2	11,0	11,6	19,9
Acre	5,1	5,6	6,0	5,4	5,3	7,0	8,0	10,9	8,6	11,6	8,9	10,4	8,2
Amazonas	7,8	9,7	7,8	5,6	7,0	9,4	9,1	10,4	10,9	8,2	8,1	8,3	9,1
Roraima	17,9	17,5	15,7	18,6	13,7	14,5	15,1	15,7	17,6	12,6	14,6	13,3	17,7
Pará	12,8	13,9	14,2	10,5	9,5	12,8	11,6	14,8	12,8	14,2	12,5	15,4	14,6
Amapá	17,9	7,3	13,2	5,9	7,2	10,7	12,5	12,1	7,1	9,7	6,9	11,1	9,8
Tocantins	6,1	5,8	11,2	7,5	8,6	10,5	14,3	14,4	18,9	16,1	17,6	14,8	15,8
Região Nordeste	14,5	14,7	15,7	17,0	16,6	18,6	19,6	20,7	21,5	22,9	23,7	25,0	26,3
Maranhão	11,5	11,2	13,1	12,4	12,6	15,1	19,0	17,0	18,3	22,3	23,1	21,4	26,0
Piauí	15,3	13,2	16,1	15,4	15,7	13,6	19,2	20,5	24,9	24,4	23,9	23,3	27,3
Ceará	21,3	20,0	21,0	20,2	22,4	24,5	23,0	27,9	26,5	29,4	30,1	29,1	33,5
Rio Grande do Norte	19,5	20,2	23,8	26,5	22,0	24,4	25,5	25,9	28,8	26,6	30,6	33,1	27,7
Paraíba	13,8	14,3	15,4	17,4	18,3	20,0	19,7	21,4	18,6	25,6	26,2	23,1	27,4
Pernambuco	14,6	15,8	15,2	18,2	17,5	19,9	20,8	21,2	21,4	20,4	21,7	25,8	25,2
Alagoas	11,2	10,7	10,6	11,6	11,3	14,5	14,4	14,8	18,0	17,3	18,3	24,1	23,2
Sergipe	17,3	14,9	18,4	20,5	18,4	21,7	19,5	20,7	20,4	22,7	19,0	27,9	23,7
Bahia	11,2	13,0	13,5	15,9	14,7	16,5	17,0	18,6	19,9	20,5	21,2	23,2	23,3
Região Sudeste	15,0	16,5	16,7	20,2	19,5	23,6	26,7	27,5	27,7	30,8	29,8	33,1	35,8
Minas Gerais	11,7	11,9	12,2	15,9	14,7	17,4	19,8	21,2	21,1	23,3	22,8	26,3	30,8
Espírito Santo	15,8	17,2	19,2	21,3	23,2	20,2	28,3	31,8	26,5	31,0	36,6	30,4	34,5
Rio de Janeiro	16,2	20,6	18,5	22,5	20,6	26,0	27,4	26,5	26,8	30,9	29,2	33,0	30,4
São Paulo	16,2	17,4	18,2	21,4	21,2	26,3	29,8	30,6	31,3	34,5	32,7	36,6	40,2
Região Sul	13,5	15,5	16,8	20,2	18,2	20,6	24,1	27,2	27,2	30,6	33,0	35,2	36,4
Paraná	12,7	15,1	15,4	20,3	19,2	20,8	23,7	27,0	24,8	28,2	29,7	33,8	35,2
Santa Catarina	18,0	21,6	24,3	27,7	23,4	25,4	31,2	34,7	38,3	37,3	38,1	41,8	44,6
Rio Grande do Sul	12,0	12,5	14,3	15,9	13,9	17,5	20,4	22,6	23,2	29,0	33,4	32,7	32,8
Região Centro-Oeste	8,5	10,7	10,1	11,6	12,4	14,5	15,9	18,8	18,2	18,8	22,6	21,6	22,7
Mato Grosso do Sul	8,9	13,1	12,2	14,1	16,7	20,0	22,5	23,4	25,3	24,3	29,5	25,4	31,2
Mato Grosso	7,9	8,4	9,7	10,2	12,1	12,8	14,0	17,7	19,8	20,2	21,0	20,0	21,2
Goiás	5,7	8,3	7,9	8,9	8,3	10,2	11,8	16,7	12,6	13,9	19,2	17,3	17,6
Distrito Federal	14,7	16,4	13,9	17,2	17,8	21,1	22,0	20,1	21,8	22,7	25,5	29,8	28,7
Regiões Metropolitanas													
Belém	14,7	15,7	17,9	17,7	18,0	17,9	20,9	21,7	18,3	23,4	19,4	20,9	19,0
Fortaleza	20,6	20,9	25,6	24,3	24,7	25,5	25,6	28,4	27,7	26,4	27,8	27,2	33,6
Recife	25,8	27,8	25,1	29,3	26,9	30,2	29,5	29,0	29,2	30,9	30,0	30,8	32,2
Salvador	21,0	23,6	24,4	26,3	27,7	25,9	27,0	29,2	30,1	30,0	32,1	33,3	34,3
Belo Horizonte	15,0	17,8	17,5	18,4	19,4	26,1	26,6	29,3	28,0	26,9	27,8	32,5	33,9
Rio de Janeiro	16,6	20,7	17,1	21,3	21,6	24,1	28,5	26,6	26,1	30,8	28,2	33,1	30,0
São Paulo	14,4	17,6	18,5	22,8	22,3	27,2	29,8	30,3	33,1	34,7	30,4	36,8	42,4
Curitiba	16,1	15,8	19,1	22,5	25,5	24,5	28,8	30,4	27,9	31,6	33,3	36,1	36,5
Porto Alegre	16,7	13,5	16,6	18,7	17,1	20,7	23,6	24,9	25,2	27,2	30,2	34,2	35,6

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Pré-Escola**Crianças de 4 e 5 anos que frequentam escola – Brasil – 2001-2014 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
BRASIL	66,4	67,6	69,7	71,8	72,5	76,7	78,9	81,1	83,0	85,6	85,9	87,9	89,1
Região Norte	61,6	63,5	63,8	57,9	60,2	64,4	69,4	72,7	75,3	75,9	75,0	78,8	80,3
Rondônia	52,5	46,5	53,0	44,7	47,2	51,3	53,0	54,7	63,6	59,3	67,9	69,7	83,8
Acre	59,1	65,9	61,3	55,4	50,3	53,3	60,8	62,0	64,6	79,1	64,4	69,6	73,4
Amazonas	57,0	57,3	57,0	54,5	57,6	63,8	72,9	74,6	69,7	70,0	71,7	75,9	74,4
Roraima	75,0	60,7	75,9	65,3	73,1	81,4	81,4	85,9	84,1	80,9	77,3	82,1	89,9
Pará	69,4	71,9	70,9	63,5	63,8	66,2	71,9	75,2	81,3	81,6	78,4	82,3	83,7
Amapá	55,7	67,5	61,4	53,6	61,9	66,5	57,3	70,9	62,7	73,6	63,7	77,1	70,0
Tocantins	49,4	53,8	58,6	51,6	62,7	68,8	71,9	73,1	75,5	75,2	83,3	81,3	80,6
Região Nordeste	71,6	73,1	74,3	76,8	79,2	82,0	84,5	86,8	88,2	90,5	90,7	92,6	92,4
Maranhão	70,2	71,4	74,1	77,2	77,1	79,2	85,3	90,4	90,9	93,5	91,7	92,7	93,8
Piauí	72,2	67,7	72,8	80,7	78,5	80,0	79,1	89,8	92,7	95,5	92,7	96,8	96,6
Ceará	81,1	82,9	83,0	85,0	88,4	89,3	91,1	91,5	94,8	92,6	95,0	96,8	97,3
Rio Grande do Norte	77,8	79,4	77,4	85,2	83,0	90,0	90,5	89,8	86,1	89,6	93,9	92,5	89,2
Paraíba	70,2	75,6	79,5	73,7	83,8	84,9	86,6	87,4	88,8	88,9	89,1	95,1	93,4
Pernambuco	68,7	70,5	71,3	71,7	75,5	80,9	81,5	85,6	83,1	87,2	90,5	88,0	90,2
Alagoas	64,8	67,0	61,0	68,5	68,2	71,4	79,1	71,9	79,7	85,6	84,6	83,7	87,5
Sergipe	76,5	73,5	80,7	79,4	78,7	83,6	84,2	85,1	89,1	92,5	95,3	96,2	91,8
Bahia	68,2	69,7	71,6	74,5	78,1	80,3	82,6	85,7	87,6	89,6	87,5	92,7	90,7
Região Sudeste	69,8	70,3	73,2	77,5	76,4	82,0	83,3	84,5	87,0	89,6	88,4	90,5	91,8
Minas Gerais	62,9	63,8	66,9	73,6	70,3	74,3	77,5	81,2	82,5	85,8	88,1	88,7	90,1
Espírito Santo	63,7	66,7	67,3	73,0	71,5	83,6	79,4	82,7	83,2	90,3	93,3	91,2	92,4
Rio de Janeiro	77,9	76,0	81,3	83,8	80,6	85,7	83,5	86,7	86,2	88,6	88,1	89,8	90,4
São Paulo	70,8	72,1	73,8	77,7	78,4	84,6	86,7	85,6	89,8	91,8	88,2	91,4	93,1
Região Sul	54,0	55,5	58,8	60,1	60,3	65,0	66,6	70,1	70,4	75,6	80,2	80,4	85,4
Paraná	54,0	57,7	64,0	62,7	64,4	65,5	73,6	74,6	74,1	77,7	82,3	85,1	87,5
Santa Catarina	70,6	67,8	71,5	73,2	77,7	85,8	78,0	82,5	79,4	82,5	89,2	87,8	89,9
Rio Grande do Sul	44,0	45,8	45,7	50,1	46,7	54,2	52,6	58,1	61,1	69,5	72,3	70,6	80,1
Região Centro-Oeste	53,9	56,1	58,2	61,5	63,2	66,4	67,2	71,6	75,3	76,9	79,7	82,5	83,0
Mato Grosso do Sul	50,6	58,4	47,8	54,8	64,1	63,6	68,8	76,3	79,4	79,6	78,7	84,9	88,8
Mato Grosso	51,9	51,0	58,6	60,5	59,0	68,2	60,0	61,7	75,7	83,3	79,5	80,3	84,1
Goiás	51,7	52,4	59,2	60,3	59,1	62,1	65,4	69,1	69,3	71,5	78,0	81,0	80,0
Distrito Federal	64,6	68,6	65,3	71,3	76,2	76,5	77,5	85,6	86,1	79,1	84,5	86,6	82,7
Regiões Metropolitanas													
Belém	72,3	71,9	74,2	70,7	78,7	76,5	83,2	82,0	84,0	88,1	84,0	85,4	84,9
Fortaleza	85,2	87,8	87,0	88,9	88,8	91,3	91,4	91,9	94,1	88,9	92,3	93,9	96,9
Recife	85,2	88,6	85,9	85,5	88,6	90,0	89,1	91,4	89,9	88,9	91,3	89,5	92,7
Salvador	83,0	80,9	83,4	87,7	88,4	89,8	89,2	94,3	88,0	89,9	91,4	92,7	94,3
Belo Horizonte	67,2	71,3	73,3	79,2	72,9	76,5	81,0	85,6	84,4	84,3	89,7	91,2	89,1
Rio de Janeiro	76,2	74,5	79,2	81,4	79,7	83,0	82,2	85,6	83,9	88,5	86,3	89,2	89,3
São Paulo	70,6	72,9	74,1	77,4	77,5	83,2	87,2	82,1	86,1	90,9	85,4	91,1	91,3
Curitiba	55,1	55,9	64,2	68,4	67,0	73,1	76,2	73,7	76,9	73,2	83,9	81,9	88,7
Porto Alegre	39,1	43,4	43,3	44,5	42,5	48,2	47,2	53,2	51,7	58,6	62,2	65,2	67,9

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).



ENSINO FUNDAMENTAL

META DO PNE

Universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

24

FIQUE LIGADO!

O total de matrículas no Ensino Fundamental continua caindo: passou de 29 milhões para 28,45 milhões entre 2013 e 2014. Mas essa queda está mais diretamente relacionada a mudanças da pirâmide etária do País do que propriamente ao acesso ao Ensino Fundamental.

A porcentagem de jovens que completam com sucesso o Ensino Fundamental na idade recomendada é um indicador muito importante para se compreender os desafios desta etapa da Educação Básica.

Os números mais recentes mostram que 73,7% dos jovens de até 16 anos concluíram o Ensino Fundamental. Apesar de haver uma evolução constante desde 2011, o indicador ainda está longe da meta de 95% definida pelo PNE.

Mais do que isso: a baixa taxa de conclusão na idade recomendada é um sinalizador de que a universalização vai além das matrículas nas redes de ensino e passa obrigatoriamente por aspectos como fluxo e qualidade (ver *pág.* 62). Parte expressiva das crianças e jovens atualmente fora da escola já passaram pelo sistema escolar, mas acabaram expulsos por problemas como a repetência e a baixa atratividade da escola.

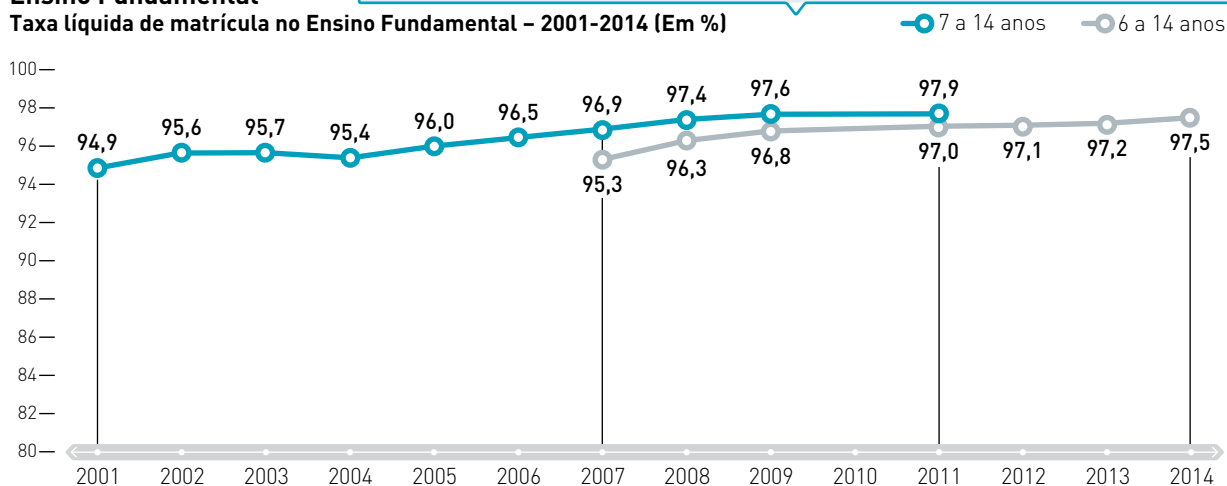
Quanto ao acesso propriamente dito, uma primeira análise do gráfico pode dar a impressão de estagnação. Porém, o total de crianças entre 6 e 14 anos fora da escola vem caindo ano a ano. Como ocorre em outros indicadores, o desafio que se coloca de forma imediata é a intensificação do ritmo de crescimento da taxa líquida de matrícula para que se alcance a meta estabelecida pelo PNE.

Atualmente, estima-se que ainda estejam sem estudar cerca de 460 mil crianças de 6 a 14 anos, provenientes principalmente de famílias mais pobres, com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, negras, indígenas e com algum tipo de deficiência. Esses grupos demandam políticas públicas específicas e diferenciadas, além de mecanismos de fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos mais vulneráveis, como preveem as estratégias do PNE. Tais políticas não devem se restringir à pasta da Educação, mas estender-se, de forma articulada, a áreas como Saúde e Assistência Social.

Ensino Fundamental

Taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental – 2001-2014 (Em %)

Porcentagem de crianças de 6 a 14 anos matriculadas na escola, no ano/série adequado à idade

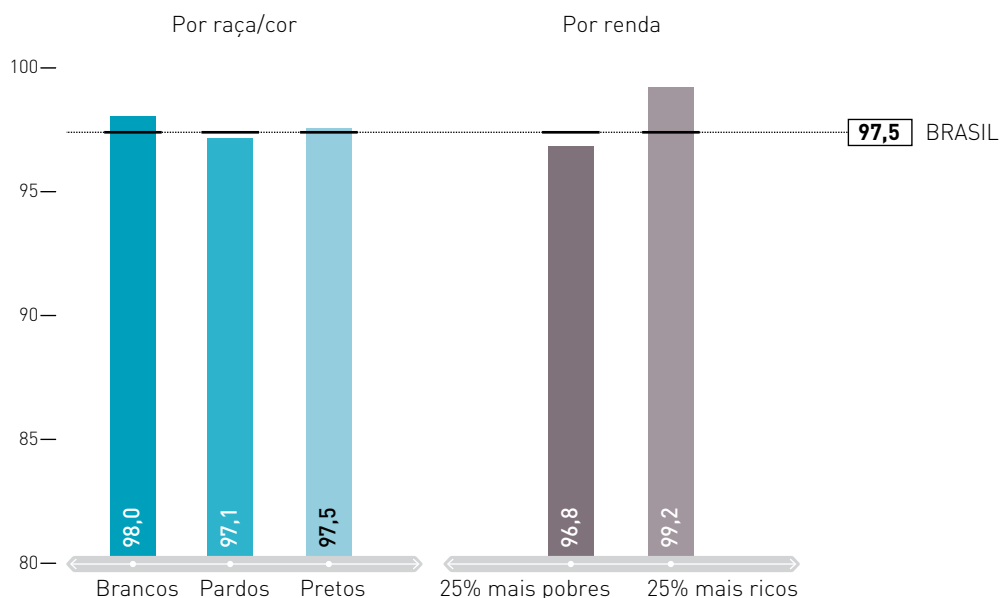


Fonte: Pnad - IBGE - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (10).

Ensino Fundamental

Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental – Brasil – 2014 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6), (7), (8) e (10).

Ensino Fundamental

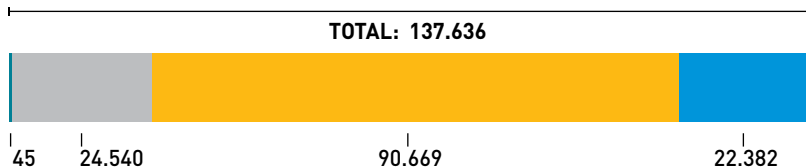
Jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental – Brasil e Regiões – 2001-2014 (Em %)

Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brasil	49,1	52,1	56,6	58,0	58,9	60,8	62,9	64,8	66,3	67,5	69,5	71,7	73,7
Norte	35,0	41,8	45,7	40,2	41,2	46,7	50,5	52,7	52,0	53,8	55,3	57,6	59,9
Nordeste	28,2	30,5	33,9	36,8	39,3	44,1	44,8	48,2	51,7	56,7	59,1	60,5	62,6
Sudeste	62,9	66,4	72,6	73,8	74,1	73,7	76,2	77,3	76,3	76,6	78,7	81,2	83,5
Sul	64,5	67,8	67,6	74,2	69,9	70,0	72,2	72,6	74,6	72,2	75,3	78,5	79,7
Centro-Oeste	48,6	51,0	55,6	58,9	62,4	62,7	67,8	66,2	75,0	77,6	72,9	75,0	76,3

Fonte: IBGE/Pnad - Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Ensino Fundamental
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2014



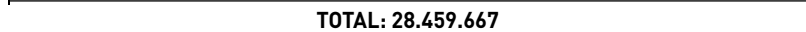
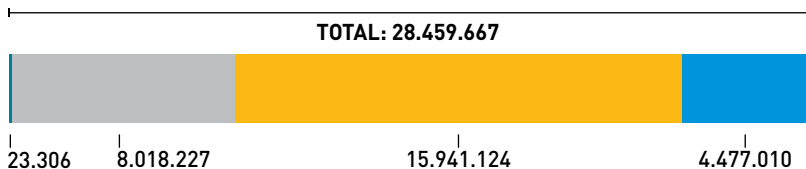
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Fundamental
Matrículas por dependência administrativa – 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

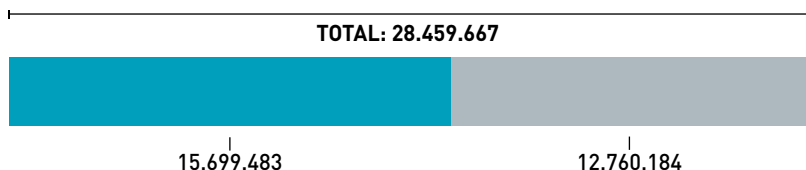
Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

- Ensino Fundamental de 8 anos
- Ensino Fundamental de 9 anos

Ensino Fundamental
Matrículas por etapa de ensino – 2014

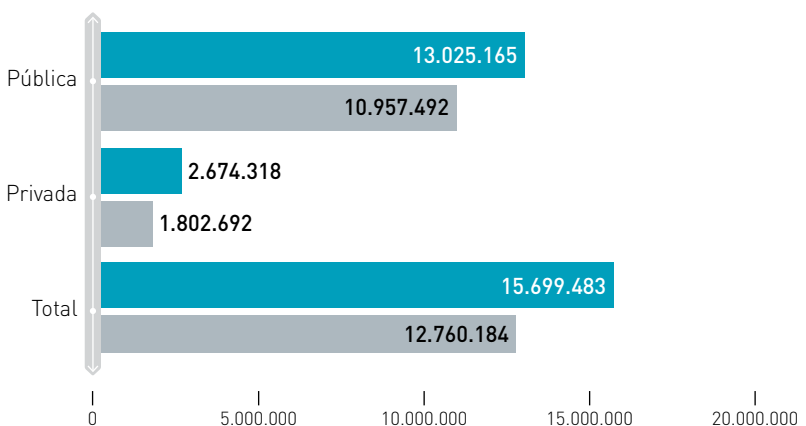


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

ETAPA

- Anos Iniciais
- Anos Finais

Ensino Fundamental
Matrículas por etapa de ensino e área administrativa – 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

ETAPA

- Anos Iniciais
- Anos Finais

Ensino Fundamental**Matrículas por etapa de ensino e região – 2014**

Região	Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais
Brasil	28.459.667	15.699.483	12.760.184
Norte	3.159.024	1.851.594	1.307.430
Nordeste	8.611.183	4.775.078	3.836.105
Sudeste	10.895.368	5.846.614	5.048.754
Sul	3.642.594	2.028.751	1.613.843
Centro-Oeste	2.151.498	1.197.446	954.052

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Ensino Fundamental**Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2014 (Em %)**

Recurso disponível	
Biblioteca e/ou sala de leitura	43,7
Só biblioteca	26,1
Só sala de leitura	12,5
Sala de leitura e biblioteca	5,0
Acesso à internet	48,8
Laboratório de informática	49,5
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	20,4
Quadra de esportes	32,5
Laboratório de ciências	8,1
Água filtrada	80,2
Banheiro dentro do prédio	80,0
Abastecimento de água	
Rede pública	54,4
Poço artesiano	17,6
Cacimba/cisterna/poço	13,7
Outros	8,2
Inexistente	7,5
Esgoto sanitário	
Rede pública	29,5
Fossa	60,6
Inexistente	8,2
Acesso à energia elétrica	93,2

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2014 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: O mesmo estabelecimento pode possuir mais de um tipo de abastecimento de água ou esgoto sanitário.

A infraestrutura das escolas públicas de Ensino Fundamental

SAIBA MAIS DIFICULDADES EM TODAS AS ETAPAS

Estudo realizado pelos pesquisadores Joaquim José Soares Neto, Girlene Ribeiro de Jesus e Camila Akemi Karino, da Universidade de Brasília (UnB), e Dalton Francisco de Andrade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mostra que os problemas de infraestrutura escolar não se restringem ao Ensino Fundamental. Segundo eles, cerca de 44% das escolas públicas de Educação Básica contam apenas com água encanada, sanitários, energia elétrica, esgoto e cozinha. Não têm, por exemplo, bibliotecas, quadras e laboratórios. Ao mesmo tempo, só 0,6% das unidades estão em prédios considerados completos (Leia reportagem produzida pelo Todos pela Educação no [link](http://goo.gl/NL3KPL) <http://goo.gl/NL3KPL>).

Ensino Fundamental**Taxa líquida de matrícula – 2001-2011 – 7 a 14 anos (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
BRASIL	94,9	95,6	95,7	95,4	96,0	96,5	96,9	97,4	97,6	97,9
Região Norte	94,0	94,0	94,7	93,5	94,3	94,9	95,5	96,5	96,5	96,7
Rondônia	94,5	93,8	94,7	93,6	95,1	94,8	94,7	95,1	97,4	96,5
Acre	93,7	95,6	96,7	91,7	92,0	93,7	91,2	96,1	96,1	96,4
Amazonas	94,3	93,6	94,5	94,5	96,1	96,4	95,8	97,0	96,3	96,2
Roraima	95,8	87,1	95,1	96,5	97,2	96,5	97,9	96,4	99,0	98,0
Pará	93,5	94,6	94,3	92,5	93,0	93,8	95,3	96,4	95,7	96,8
Amapá	98,3	93,8	95,2	95,7	96,5	97,1	96,8	97,6	98,1	96,6
Tocantins	93,5	93,8	95,4	95,4	96,2	96,6	97,4	97,3	98,5	97,8
Região Nordeste	92,4	93,4	93,4	93,1	94,1	95,1	96,2	97,0	97,2	97,4
Maranhão	89,3	90,5	88,8	90,2	90,9	93,3	95,5	97,0	98,0	97,8
Piauí	93,7	93,8	95,6	95,3	94,7	96,7	97,1	97,0	97,9	97,8
Ceará	93,7	94,7	93,7	95,2	94,9	96,1	96,7	97,0	97,9	97,9
Rio Grande do Norte	94,9	94,8	95,9	95,9	96,0	95,8	96,7	97,0	96,3	96,4
Paraíba	94,3	94,5	96,3	95,0	95,7	95,5	95,6	97,1	97,2	96,9
Pernambuco	91,3	94,0	94,1	93,6	94,4	94,7	96,3	96,3	96,5	97,1
Alagoas	91,9	92,7	91,7	93,0	95,1	93,5	95,2	95,8	94,8	95,9
Sergipe	93,4	93,3	95,6	94,3	95,5	95,5	95,9	97,9	96,8	97,5
Bahia	92,4	93,2	93,4	91,2	93,8	95,4	96,2	97,4	97,6	97,8
Região Sudeste	96,4	96,9	97,1	97,0	97,4	97,5	97,6	97,8	98,0	98,4
Minas Gerais	95,9	96,6	97,0	96,6	97,0	96,5	97,4	97,6	97,7	98,3
Espírito Santo	94,2	95,0	95,7	96,5	94,6	97,1	96,2	98,0	97,9	98,4
Rio de Janeiro	94,8	95,9	96,3	95,8	96,7	96,7	97,9	98,0	98,4	98,6
São Paulo	97,4	97,6	97,5	97,8	98,1	98,3	97,8	97,7	98,0	98,4
Região Sul	96,4	97,4	97,6	97,3	97,3	97,9	97,4	97,8	97,9	98,3
Paraná	95,6	97,0	97,0	96,6	96,5	97,5	96,8	97,5	97,1	97,5
Santa Catarina	97,2	97,9	98,4	98,4	98,1	98,5	98,6	97,4	97,9	99,1
Rio Grande do Sul	96,7	97,4	97,7	97,4	97,7	98,0	97,4	98,4	98,7	98,7
Região Centro-Oeste	95,9	96,0	95,8	96,0	96,6	97,2	97,5	97,3	97,9	98,4
Mato Grosso do Sul	96,1	96,0	96,8	96,4	96,4	96,9	97,0	98,5	97,6	98,6
Mato Grosso	95,2	94,7	94,4	95,2	95,6	96,9	96,4	96,7	98,0	98,5
Goiás	95,8	95,9	95,9	95,6	96,9	97,4	98,1	96,9	97,9	98,5
Distrito Federal	96,9	97,9	96,5	97,7	97,4	97,7	98,2	97,8	98,0	98,1
Regiões Metropolitanas										
Belém	94,8	95,3	95,7	94,7	96,2	95,8	97,2	96,7	97,2	97,2
Fortaleza	94,6	96,0	93,8	95,3	95,2	96,2	96,7	97,2	97,7	97,2
Recife	92,6	94,1	94,4	95,7	96,2	96,3	97,4	96,9	97,0	97,6
Salvador	94,1	95,0	95,5	94,7	94,8	96,2	95,9	97,6	97,5	98,4
Belo Horizonte	96,7	98,1	97,4	97,6	97,7	97,6	96,5	98,0	98,2	98,7
Rio de Janeiro	94,8	95,6	96,4	95,7	97,0	96,7	97,5	97,8	98,3	98,4
São Paulo	98,1	97,7	97,2	97,8	98,2	98,7	97,8	97,8	97,9	98,8
Curitiba	95,8	98,4	96,9	97,3	96,6	96,2	96,3	97,7	96,6	97,3
Porto Alegre	95,8	97,2	97,3	97,4	97,8	97,8	97,5	98,5	98,4	98,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (10).

Ensino Fundamental**Taxa líquida de matrícula – 2007-2014 – 6 a 14 anos (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
BRASIL	95,3	96,3	96,8	97,0	97,1	97,2	97,5
Região Norte	93,7	94,9	95,2	95,5	95,7	95,9	96,4
Rondônia	93,3	94,5	96,6	95,9	97,4	97,0	98,2
Acre	89,9	94,9	95,5	95,5	94,6	95,6	96,2
Amazonas	94,8	95,6	95,2	95,5	94,8	95,0	95,7
Roraima	96,9	95,2	97,9	96,2	97,0	96,8	95,5
Pará	93,0	94,5	94,0	95,4	95,7	96,0	96,2
Amapá	92,9	94,5	97,2	94,2	94,6	93,9	97,5
Tocantins	96,6	96,4	98,0	96,7	97,3	97,4	97,7
Região Nordeste	94,8	96,1	96,3	96,3	96,5	96,3	96,8
Maranhão	93,3	95,5	96,1	96,1	96,6	95,4	96,3
Piauí	95,8	96,3	96,5	96,9	96,4	97,6	97,8
Ceará	95,7	96,6	97,4	97,7	97,0	97,6	97,3
Rio Grande do Norte	96,3	96,3	95,8	95,4	96,7	97,3	98,2
Paraíba	94,4	96,2	96,2	95,8	96,7	94,3	96,2
Pernambuco	95,3	95,4	95,9	95,6	96,3	96,0	96,6
Alagoas	93,7	93,6	93,8	95,5	94,5	96,0	94,8
Sergipe	94,4	97,5	94,9	96,2	98,1	96,7	96,5
Bahia	94,8	96,7	96,7	96,7	96,5	96,2	96,9
Região Sudeste	95,7	96,7	97,3	97,7	97,7	98,0	98,1
Minas Gerais	95,2	96,7	97,2	97,6	98,1	98,1	98,0
Espírito Santo	94,7	96,9	96,9	97,6	96,9	97,5	96,6
Rio de Janeiro	96,8	97,5	97,7	97,8	97,4	97,9	97,5
São Paulo	95,7	96,4	97,2	97,8	97,8	98,1	98,6
Região Sul	96,1	97,0	97,4	97,7	97,8	98,1	98,1
Paraná	95,6	97,0	96,7	96,8	97,2	98,4	97,9
Santa Catarina	97,3	96,8	97,7	98,8	98,6	98,2	98,4
Rio Grande do Sul	96,0	97,1	97,9	98,0	98,0	97,9	98,1
Região Centro-Oeste	96,2	96,6	97,3	97,4	97,2	97,1	97,8
Mato Grosso do Sul	96,1	98,1	97,3	97,9	97,2	97,3	97,2
Mato Grosso	95,5	96,1	97,5	96,9	97,3	98,0	97,7
Goiás	97,0	96,2	97,2	97,5	97,3	96,5	98,2
Distrito Federal	95,2	96,5	97,3	97,6	97,0	97,4	97,8
Regiões Metropolitanas							
Belém	95,5	95,5	95,7	95,9	97,1	97,0	96,0
Fortaleza	96,0	96,7	97,0	96,8	96,8	97,3	97,3
Recife	96,4	96,1	96,5	96,4	96,8	97,2	96,4
Salvador	94,6	97,0	96,3	97,3	96,5	96,5	97,7
Belo Horizonte	94,8	96,3	97,3	98,1	98,1	98,9	98,1
Rio de Janeiro	96,5	97,3	97,5	97,6	97,2	98,0	97,6
São Paulo	95,5	96,2	96,7	98,0	97,8	98,0	98,5
Curitiba	95,7	97,2	96,1	96,0	95,8	98,5	98,8
Porto Alegre	95,1	97,0	97,3	97,2	97,7	97,1	97,7

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (10).



ENSINO MÉDIO

META DO PNE

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

30

FIQUE LIGADO!

Taxas de acesso precisam ser lidas em conjunto com as taxas de conclusão na idade adequada (pág. 66) e os resultados das avaliações (pág. 70). Dessa forma, tem-se um termômetro da eficiência de todo o sistema.

Em 2014, pela primeira vez, mais de 60% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados na escola no ano/série correspondente à sua faixa etária. Embora este dado possa ser interpretado como positivo, é preciso notar que não traduz plenamente o desafio vivido pela etapa final da Educação Básica, ainda longe de ser solucionado.

Os dados globais apontam para uma estagnação no processo. A taxa de atendimento de jovens de 15 a 17 anos (que independe do ano/série em que estão matriculados) recuou, entre 2013 e 2014, de 83,3% para 82,6%, voltando ao patamar de 2012, que, por sua vez, era semelhante ao de 2009.

Assim, podemos dizer que, em 2014, menos jovens de 15 a 17 anos estavam na escola, mas um percentual maior deles estava cursando o ano ou a série adequados, o que se deve, provavelmente, à melhora no fluxo entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

A pergunta que se coloca, portanto, é como tornar a escola mais atraente para os jovens, a fim não apenas de assegurar a matrícula como a permanência ao longo do curso.

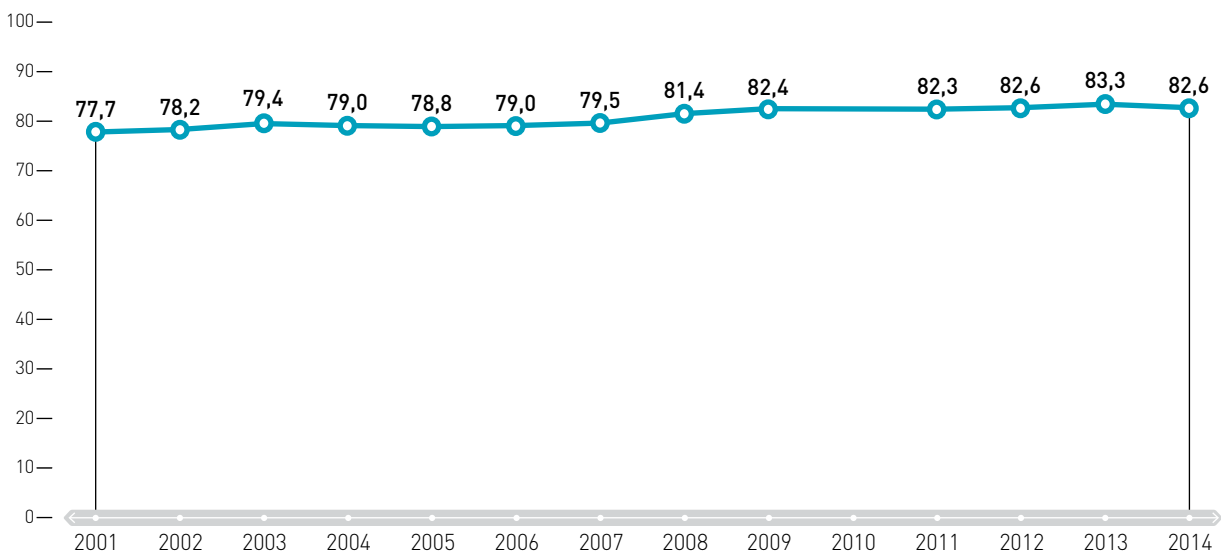
Os diagnósticos produzidos com base em inúmeras pesquisas apontam para a necessidade de uma ampla reformulação do Ensino Médio, tornando a Educação mais significativa para os adolescentes, aproximando a escola da realidade cotidiana dos alunos, flexibilizando o currículo e diversificando os percursos escolares.

O próprio PNE prevê em suas estratégias que se institucionalize um "programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte".

Ensino Médio

Taxa de atendimento de jovens de 15 a 17 anos – Brasil – 2001-2014 (Em %)

Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola, independentemente de ano/série



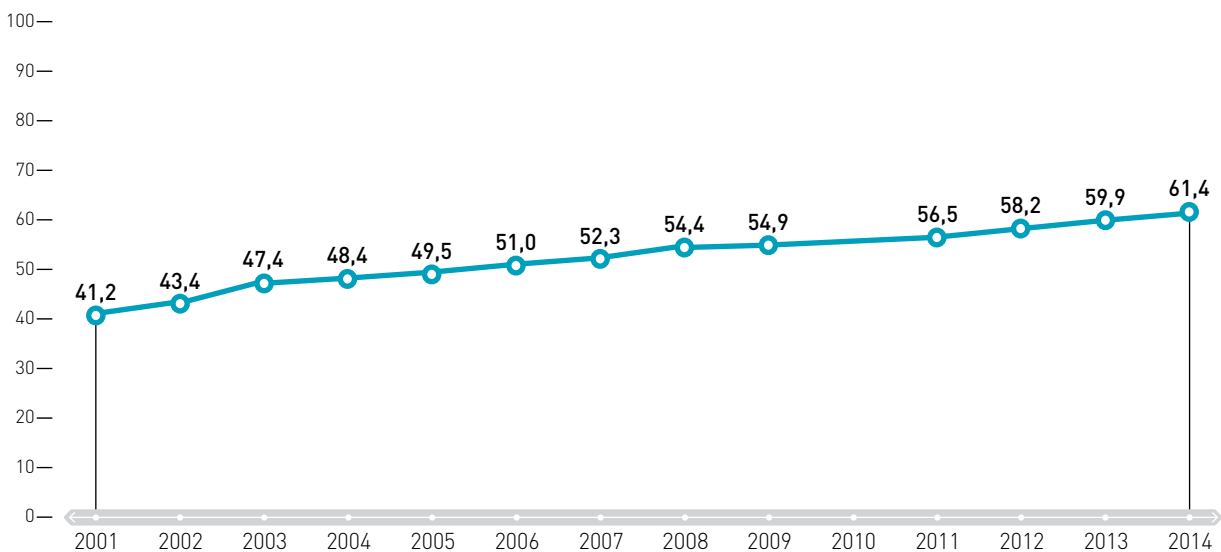
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Ensino Médio

Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2001-2014 (Em %)

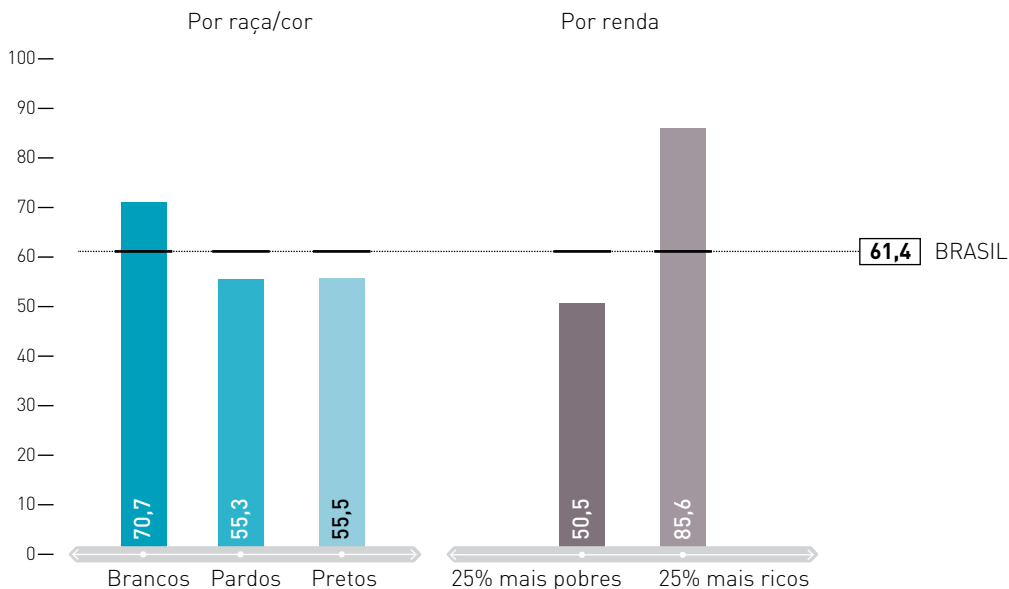
Percentual de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola no ano/série correspondente à idade



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (11).

A desigualdade de oportunidades educacionais brasileira encontra um de seus exemplos máximos na diferença de 35,1 pontos percentuais entre a taxa líquida de matrícula dos 25% mais pobres e dos 25% mais ricos, no Ensino Médio.

Ensino Médio**Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2014 (Em %)**

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6), (7), (8) e (11).

Ensino Médio**Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – Brasil – 2001-2014 (Em %)**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brasil	33,3	35,9	38,1	39,9	41,4	44,8	46,6	48,5	51,6	53,4	53,0	54,3	56,7

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Ensino Médio**Jovens de 15 a 17 anos por etapa de ensino em que estão matriculados ou que estão fora da escola – 2014**

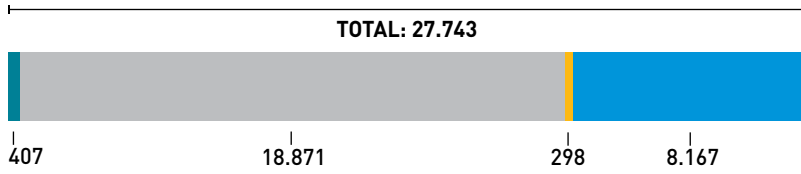
	População	%
Ensino Fundamental	1.841.783	17,4
Ensino Médio	5.842.464	55,0
Alfabetização de Jovens e Adultos	7.874	0,1
Educação de Jovens e Adultos - Fundamental	134.036	1,3
Educação de Jovens e Adultos - Médio	28.727	0,3
Ensino Superior	307.350	2,9
Pré-vestibular	22.912	0,2
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	1.713.569	16,1
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	714.494	6,7
Total	10.613.209	100,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

A porcentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio registrou um aumento de 2,4 pontos percentuais, entre 2013 e 2014.

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Estabelecimentos por dependência administrativa – 2014



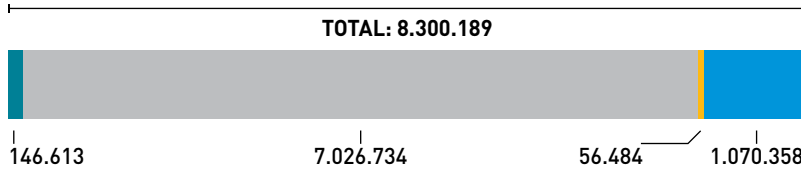
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das escolas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por dependência administrativa – 2014



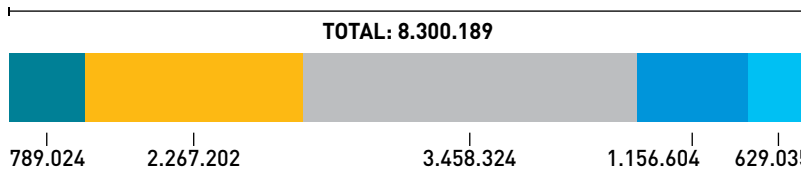
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Distribuição das matrículas pelas redes federal, estadual, municipal e privada

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privada

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por região – 2014

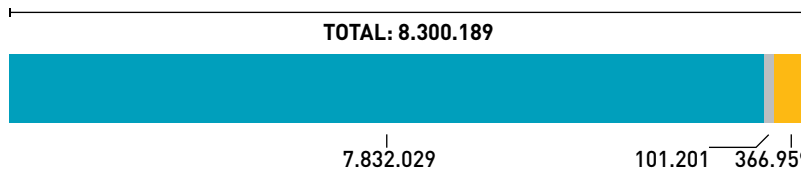


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

REGIÕES

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por tipo de ensino – 2014

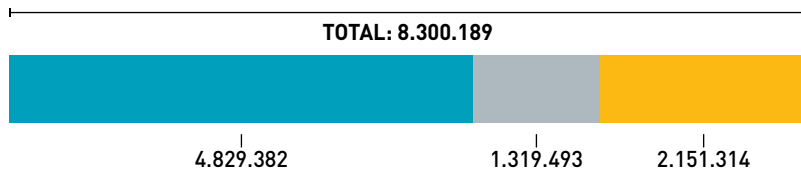


Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

TIPO

- Ensino Médio
- Normal/Magistério
- Integrado à Educação Profissional

Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado
Matrículas por turno – 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.
Notas: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula, e (12).

TURNO

- Matutino
- Vespertino
- Noturno



Embora essenciais, as bibliotecas só estão presentes em pouco mais de metade das escolas de Ensino Médio. ▲

Ensino Médio

Estabelecimentos da rede pública segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2014 (Em %)

Recurso disponível	
Biblioteca e/ou sala de leitura	87,7
Só biblioteca	55,2
Só sala de leitura	21,0
Sala de leitura e biblioteca	11,5
Acesso à internet	93,8
Laboratório de informática	90,7
Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	40,3
Quadra de esportes	76,3
Água filtrada	89,2
Laboratório de ciências	44,6
Banheiro dentro do prédio	97,4
Abastecimento de água	
Rede pública	88,9
Poço artesiano	13,0
Cacimba/cisterna/poço	3,8
Outros	1,5
Inexistente	0,4
Esgoto sanitário	
Rede pública	59,3
Fossa	44,2
Inexistente	0,7
Acesso à energia elétrica	99,9

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2014 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: O mesmo estabelecimento pode possuir mais de um tipo de abastecimento de água ou esgoto sanitário.

Ensino Médio**Taxa líquida de matrícula – 2001-2014 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
BRASIL	41,2	43,4	47,4	48,4	49,5	51,0	52,3	54,4	54,9	56,5	58,2	59,9	61,4
Região Norte	31,4	34,0	37,8	31,6	34,2	38,0	40,8	42,9	43,0	46,5	47,9	49,6	51,2
Rondônia	39,7	40,1	41,2	39,4	39,1	39,8	44,6	45,6	50,3	49,1	50,0	55,1	52,4
Acre	33,9	34,7	46,7	32,6	41,0	46,6	46,7	49,8	53,9	47,0	54,4	50,7	57,5
Amazonas	34,6	38,4	40,4	33,9	36,8	40,3	38,9	42,5	45,1	46,4	48,8	47,8	51,0
Roraima	42,6	43,5	54,3	44,6	41,9	49,5	54,0	57,8	59,9	60,0	59,6	65,3	63,7
Pará	26,4	27,5	32,3	25,8	28,1	31,5	36,6	37,5	34,4	42,4	43,7	45,1	47,0
Amapá	33,3	46,7	46,8	45,4	52,9	52,0	55,6	59,1	56,9	55,4	53,8	52,9	60,4
Tocantins	33,6	36,2	39,0	38,7	41,3	49,3	51,2	57,3	60,1	56,6	54,2	63,8	62,1
Região Nordeste	24,2	25,9	29,5	31,8	34,0	37,0	38,9	40,6	43,3	47,8	49,2	51,5	53,0
Maranhão	21,4	21,6	25,8	30,0	33,4	36,9	38,7	37,8	44,1	48,4	47,6	57,4	58,9
Piauí	23,7	18,2	29,0	27,8	30,7	35,1	36,6	40,8	40,3	44,5	48,4	50,1	52,6
Ceará	29,7	34,1	34,0	38,4	42,1	47,3	47,2	50,2	53,7	58,2	58,8	59,1	63,7
Rio Grande do Norte	32,9	32,6	35,1	39,5	40,8	38,4	43,4	39,0	44,2	52,0	49,5	48,0	50,0
Paraíba	21,3	21,4	25,8	26,5	26,9	32,3	36,6	40,5	39,3	47,5	47,1	47,0	45,8
Pernambuco	24,9	26,3	30,7	30,6	32,4	36,0	38,2	36,3	42,7	47,9	49,7	56,3	52,2
Alagoas	16,0	20,1	20,1	24,4	24,7	28,1	29,5	34,9	37,0	36,2	41,8	40,1	43,7
Sergipe	23,3	27,6	33,7	33,5	29,9	33,2	34,7	40,9	42,9	47,5	47,9	48,4	46,8
Bahia	23,2	25,9	29,3	31,2	34,8	35,6	37,7	40,2	39,7	43,8	46,4	46,3	49,6
Região Sudeste	53,3	56,4	61,1	62,8	62,9	63,2	64,3	66,1	65,0	64,6	67,2	68,1	69,4
Minas Gerais	43,2	48,0	52,5	54,8	56,1	55,7	55,7	60,7	58,0	59,4	64,0	66,0	66,1
Espírito Santo	46,0	51,5	50,7	55,8	49,2	52,8	47,0	54,7	55,4	59,4	58,6	59,3	58,1
Rio de Janeiro	48,2	48,5	53,4	53,6	53,4	56,1	60,1	58,2	57,3	55,3	57,6	59,2	60,3
São Paulo	60,9	64,4	69,0	70,8	71,4	71,2	72,1	73,2	72,6	72,2	74,1	74,0	75,8
Região Sul	51,1	53,4	55,8	58,3	57,5	57,1	57,6	59,6	60,3	59,3	59,3	62,7	63,9
Paraná	50,0	53,8	57,2	57,1	56,0	53,6	59,8	59,9	61,7	64,2	63,4	64,7	63,3
Santa Catarina	58,1	57,9	58,6	63,7	67,6	65,7	60,4	66,3	65,9	57,4	61,4	66,7	72,6
Rio Grande do Sul	48,3	50,3	52,8	56,4	53,1	55,3	53,8	55,6	55,8	55,3	54,3	58,7	59,2
Região Centro-Oeste	41,3	44,1	47,7	50,1	49,7	52,4	54,0	56,7	59,6	62,3	63,7	62,3	63,6
Mato Grosso do Sul	36,1	40,7	46,3	46,1	44,6	47,1	44,3	53,1	52,9	51,9	49,0	52,3	55,2
Mato Grosso	42,7	40,2	40,9	47,0	49,2	49,4	53,3	55,4	57,9	67,0	65,2	68,6	64,2
Goiás	39,9	44,3	47,4	50,6	48,2	52,9	55,9	57,4	59,0	60,8	65,4	61,5	63,7
Distrito Federal	48,5	53,3	58,3	56,5	59,6	60,8	60,5	60,8	70,3	70,1	73,0	65,6	70,2
Regiões Metropolitanas													
Belém	33,7	35,7	38,7	38,9	41,7	42,9	46,2	51,9	45,9	54,2	54,0	56,8	60,0
Fortaleza	39,0	45,7	43,7	50,8	50,4	54,8	52,0	55,4	56,1	60,0	60,8	56,6	59,0
Recife	35,6	39,9	41,5	44,4	45,9	50,3	51,1	48,9	54,1	60,0	59,3	61,0	62,6
Salvador	38,1	39,6	44,1	43,0	45,2	46,3	49,3	49,2	46,1	50,9	51,4	51,4	53,7
Belo Horizonte	53,7	58,6	60,9	66,1	64,4	62,5	60,4	67,4	64,2	62,6	68,9	67,9	65,2
Rio de Janeiro	51,6	50,2	55,7	56,0	56,6	58,8	61,2	61,7	58,8	57,6	60,8	62,4	62,7
São Paulo	63,2	65,1	68,4	72,1	72,3	72,7	76,0	75,0	71,9	72,2	75,9	76,8	75,3
Curitiba	48,1	51,1	60,8	60,7	58,5	54,0	57,1	65,0	64,5	59,9	60,2	65,7	68,7
Porto Alegre	51,8	52,1	54,5	54,9	53,7	53,7	54,8	56,8	57,1	56,9	54,5	56,7	56,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (11).

Ensino Médio**Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – 2001-2014 (Em %)**

Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
BRASIL	33,3	35,9	38,1	39,9	41,4	44,8	46,6	48,5	51,6	53,4	53,0	54,3	56,7
Região Norte	19,3	25,1	27,5	23,7	26,5	29,0	34,9	36,3	38,3	37,6	39,7	40,4	45,7
Rondônia	26,6	33,0	38,5	33,3	33,2	43,7	39,7	50,7	49,3	51,0	46,4	42,5	51,4
Acre	27,4	28,8	30,0	24,4	26,5	31,8	31,0	29,1	37,5	40,8	44,1	51,4	56,0
Amazonas	26,2	27,7	29,7	28,7	31,7	33,6	39,8	39,4	35,9	35,3	37,3	43,3	51,1
Roraima	21,1	33,4	47,2	38,5	53,3	51,2	63,3	47,1	55,1	69,8	67,2	48,9	44,7
Pará	12,9	20,2	22,3	16,5	19,6	20,9	26,7	29,5	32,9	30,6	35,0	33,4	37,5
Amapá	20,8	24,0	41,2	30,8	36,5	46,4	50,0	49,9	40,7	50,0	40,0	47,9	51,3
Tocantins	22,0	30,3	20,6	34,9	28,4	28,2	46,6	42,1	55,8	54,8	50,0	56,6	60,7
Região Nordeste	18,2	19,0	20,5	22,5	25,9	27,8	31,8	32,3	38,0	42,2	43,8	45,3	48,4
Maranhão	14,3	25,0	18,5	22,8	25,4	23,0	30,4	27,7	39,7	34,1	42,6	40,3	48,7
Piauí	18,3	13,7	20,5	15,4	26,3	20,4	26,5	29,2	36,2	38,6	38,2	49,0	45,5
Ceará	23,6	23,6	23,5	29,4	29,7	32,5	40,4	42,7	41,9	54,8	53,8	54,3	53,9
Rio Grande do Norte	15,9	18,5	22,1	30,2	35,6	44,1	36,7	37,0	40,4	60,6	43,5	46,3	48,6
Paraíba	17,5	20,6	13,0	9,9	23,1	25,3	29,5	28,4	34,2	36,7	46,5	48,3	52,5
Pernambuco	21,7	17,3	21,9	25,9	27,2	26,9	33,5	34,5	42,0	38,6	47,8	49,8	56,3
Alagoas	13,2	10,7	13,5	13,3	16,4	20,0	15,0	20,2	32,8	40,4	38,1	35,2	37,9
Sergipe	23,4	18,5	27,1	20,9	26,2	35,2	25,6	39,7	32,4	38,0	41,4	48,9	39,8
Bahia	16,0	17,2	21,1	21,8	23,9	26,8	31,1	29,1	35,3	40,3	38,4	37,9	43,7
Região Sudeste	44,8	47,3	49,5	53,1	54,5	57,7	57,6	59,9	61,8	62,7	61,9	62,8	64,4
Minas Gerais	38,5	40,4	40,4	39,0	45,7	45,4	47,0	48,5	50,6	53,2	54,8	57,3	60,6
Espírito Santo	36,7	41,5	44,4	52,1	45,3	44,8	52,2	47,9	46,7	56,9	63,6	64,9	59,4
Rio de Janeiro	38,4	39,6	41,8	48,3	50,5	53,7	49,4	55,5	57,4	55,9	54,2	56,7	54,0
São Paulo	50,6	54,2	57,3	61,9	61,3	66,4	65,9	68,4	69,7	70,8	68,5	67,2	70,1
Região Sul	39,7	42,6	46,3	51,3	50,8	55,7	52,6	57,0	60,5	58,0	56,8	57,8	59,0
Paraná	42,8	44,3	49,3	55,3	53,1	58,8	56,0	59,3	62,6	56,3	59,8	64,6	59,4
Santa Catarina	46,2	43,5	53,0	51,3	62,1	57,0	59,3	66,3	69,8	66,7	64,6	61,0	62,7
Rio Grande do Sul	33,0	40,3	38,9	47,4	41,4	51,6	44,5	48,9	52,0	53,6	49,3	48,8	56,4
Região Centro-Oeste	30,0	37,2	37,5	40,1	41,5	45,5	47,9	48,8	52,3	58,2	54,0	56,0	58,9
Mato Grosso do Sul	33,8	37,0	34,1	36,1	37,6	39,8	47,0	40,0	48,7	52,9	54,2	42,2	53,1
Mato Grosso	34,7	36,9	29,5	32,2	33,3	39,1	38,7	47,8	47,0	63,9	51,3	53,0	60,5
Goiás	23,2	33,8	37,5	42,5	40,6	46,9	48,2	47,8	49,1	55,3	48,4	57,6	53,8
Distrito Federal	36,3	45,5	51,3	46,7	58,4	55,2	56,3	59,6	67,7	64,0	67,8	68,1	72,4
Regiões Metropolitanas													
Belém	21,0	26,2	26,4	31,2	36,1	30,4	41,5	42,0	42,8	42,3	46,3	48,3	50,9
Fortaleza	29,6	37,5	36,4	42,3	37,9	43,9	51,6	52,6	52,0	47,1	55,0	57,8	59,8
Recife	30,7	30,3	32,9	39,3	39,2	37,1	49,1	41,3	53,9	55,8	59,6	58,6	65,9
Salvador	29,5	31,9	29,6	36,0	35,5	41,2	42,2	47,5	43,3	47,4	44,8	48,3	46,9
Belo Horizonte	41,7	45,3	55,3	48,3	53,4	57,4	56,8	60,6	58,3	59,4	56,1	58,1	61,2
Rio de Janeiro	40,2	41,7	45,9	52,2	51,5	59,5	52,9	56,0	56,4	57,5	56,3	61,1	55,8
São Paulo	50,9	57,9	58,5	61,4	62,9	67,1	66,8	71,3	65,7	71,2	71,3	68,3	68,6
Curitiba	51,5	50,6	51,0	60,0	55,2	64,6	58,8	64,2	67,9	64,2	56,9	61,9	65,0
Porto Alegre	37,2	46,5	46,1	49,4	46,0	53,5	51,2	47,8	51,6	50,6	50,6	47,9	56,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Ensino Médio: a hora de mudar

Sob qualquer ponto de vista, o Ensino Médio brasileiro vive uma crise. Observando as taxas de matrícula, índices de evasão e reprovação ou o rendimento na Prova Brasil-Saeb, os resultados estão muito aquém do esperado, em especial, daqueles alcançados pelos países desenvolvidos.

Quando se olha para os resultados práticos dessa etapa de conclusão da Educação Básica, nota-se que, com exceção dos estudantes que traçam uma trajetória em direção à Educação Superior, os estudantes matriculados no Ensino Médio enxergam pouco sentido em estudar o “enciclopédico”, aquele conjunto de disciplinas que compõem a matriz curricular da imensa maioria dos programas tanto nas redes públicas quanto privadas.

A falta de opções diversificadas de aprendizagem mais condizentes com o projeto de vida de cada aluno, aliada à falta da possibilidade de o jovem seguir uma trilha que incorpore aos conhecimentos básicos a possibilidade de uma formação profissionalizante, torna o Ensino Médio cada vez menos interessante para uma gama significativa de jovens que não têm como projeto principal seguir para a Educação Superior. Mais de 80% dos jovens entre 18 e 24 anos não estão na Educação Superior. Então, por que insistir em fazer com que a única opção de um Ensino Médio profissionalizante só ocorra com o aumento da carga horária mínima exigida para sua conclusão?

Precisamos considerar ainda o Enem, que não abarca a diversificação necessária para as trajetórias dos jovens no Ensino Médio, mas é a referência curricular para todas as escolas, condenando todos os programas a um percurso único.

Cabe colocar luz sobre uma autêntica criação brasileira: o Ensino Médio noturno. Este persiste por conta da dificuldade em conseguir

êxito nas devidas etapas da Educação, o que leva muitos estudantes a completar seus estudos de forma concomitante com atividades profissionais.

Além disso, existe a ideia de que, para auxiliar na renda familiar, o jovem com menos de 17 anos possa dividir-se entre estudos à noite e atividades profissionais durante o dia. Dessa forma, condena-se não apenas o presente desses jovens, mas seu futuro, pois, além do cansaço por estudar conteúdos que fazem pouco sentido, acabam tendo uma jornada diária de aulas de baixo aproveitamento.

Há muitas experiências bem-sucedidas de reformulação do Ensino Médio nas redes estaduais. Muitas delas buscam alternativas para trajetórias flexíveis, uso intensivo de novas tecnologias e, principalmente, apostam no incentivo ao protagonismo juvenil como forma de desenvolver, além dos aspectos cognitivos, também as competências do século 21, tornando mais próximo aquilo que será exigido dos jovens no mundo do trabalho ou até na universidade. A grande dificuldade é definir a forma de como dar oportunidade para que os jovens usufruam dessas experiências.

O desafio não para aí. Sem uma profunda reformulação de concepção do Ensino Médio, do ponto de vista de alterações na legislação e definição clara da Base Nacional Comum Curricular que permita sua flexibilização, o Ensino Médio brasileiro pouco avançará. Queremos continuar na contramão do planeta ou estamos dispostos a fazer a mudança necessária?

Eduardo Deschamps

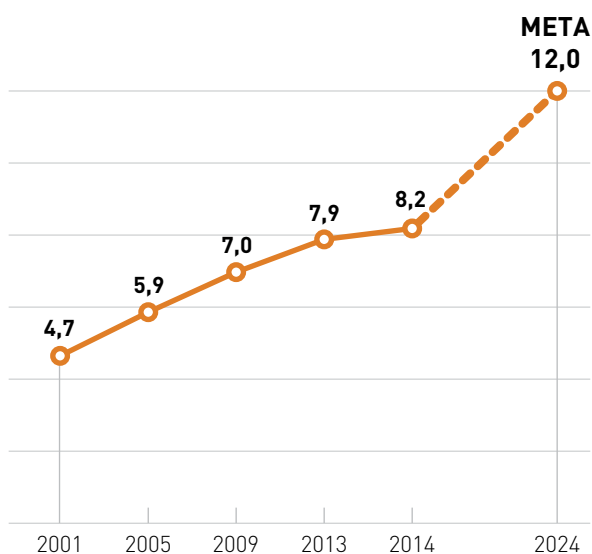
Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

A escolaridade média da população entre 18 e 29 anos que vive na área rural vem aumentando em ritmo constante desde 2001, projetando uma aproximação efetiva em relação à Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE). O plano dedica atenção especial às populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e busca ainda igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo

Em anos de estudo

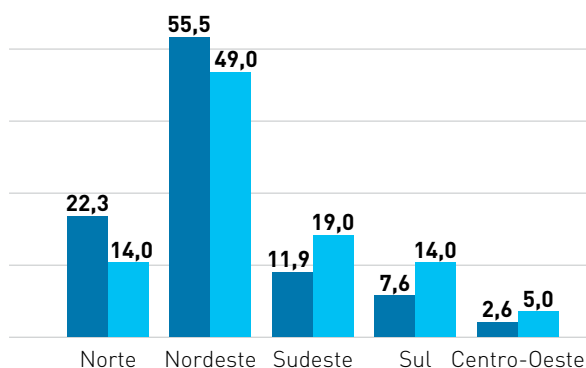


Distribuição das escolas no campo e da população rural por região - 2014 (Em %)

Total de estabelecimentos no Brasil: 67.541

Total da população rural no Brasil: 30.363.669

● % de escolas no campo ● % da população rural



Fontes: IBGE e MEC/Inep/DEED - Sinopse Estatística da Educação Básica. *Não houve Pnad em 2010

Número de matrículas no campo por modalidade e etapa de ensino - Brasil - 2007-2014

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental		
	Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
2007	887.873	112.043	775.830	5.249.104	3.663.520	1.585.584
2008	895.857	114.065	781.792	5.099.125	3.510.030	1.589.095
2009	904.768	120.569	784.199	4.931.030	3.344.056	1.586.974
2010	861.752	129.750	732.002	4.746.484	3.169.426	1.577.058
2011	863.155	136.646	726.509	4.579.018	3.015.379	1.563.639
2012	859.526	143.681	715.845	4.388.806	2.853.680	1.535.126
2013	876.194	160.701	715.493	4.245.634	2.725.522	1.520.112
2014	884.584	171.957	712.627	4.127.010	2.641.813	1.485.197

Fonte: MEC/Inep/DEED - Sinopse Estatística da Educação Básica.

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

2) Ensino Médio: inclui matrículas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional e no Ensino Médio Normal/Magistério.

NO CAMPO

● 5.846.440 (11,7%)

URBANA

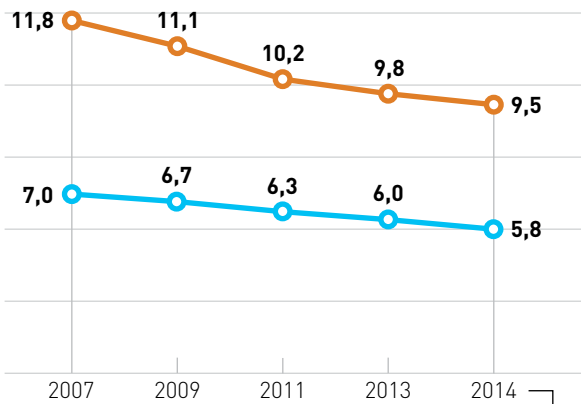
● 43.924.931 (88,3%)



População rural até 17 anos e matrículas na Educação Básica no campo

Em milhões

- População rural até 17 anos
- Matrículas da Educação Básica no campo

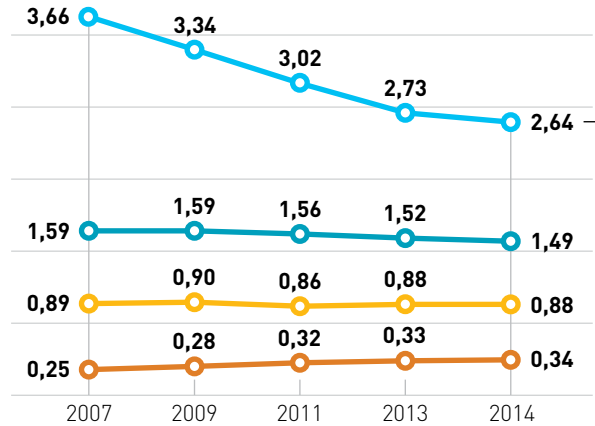


A população jovem que vive em domicílios rurais vem diminuindo em ritmo mais acelerado que as matrículas escolares no campo, aproximando as linhas do gráfico acima.

Matrículas por etapa da Educação Básica no campo

Em milhões

- Ed. Infantil
- Ens. Fund. Anos Iniciais
- Ens. Fund. Anos Finais
- Ens. Médio



A concentração de matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental está relacionada à escolaridade média menor registrada no campo.



Ensino Médio

Educação Profissional (Concomitante e Subsequente)

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial

Total geral

-2,1%
foi a queda no total de matrículas entre 2013 e 2014

247.543	33.395	574.843	4.561	6.997.319
252.661	32.678	535.363	4.360	6.820.044
276.361	31.864	532.876	3.476	6.680.375
289.075	34.787	502.978	2.882	6.437.958
315.062	34.443	499.423	2.784	6.293.885
322.479	34.593	471.064	2.361	6.078.829
330.172	31.205	484.950	2.386	5.970.541
336.796	29.964	465.939	2.147	5.846.440

3) Educação especial classes comuns: as matrículas já estão distribuídas nas modalidades de ensino regular e/ou Educação de Jovens e Adultos.

4) Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de Educação de Jovens e Adultos presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional.

POPULAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

As populações indígenas e as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) não têm metas específicas no PNE, mas a ampliação da oferta de Educação para esses grupos “a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural” é contemplada por estratégias que, distribuídas por diferentes metas, buscam reduzir as desigualdades no acesso e no sucesso escolar.

EM ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

● Total de matrículas: 239.975 (0,5%)

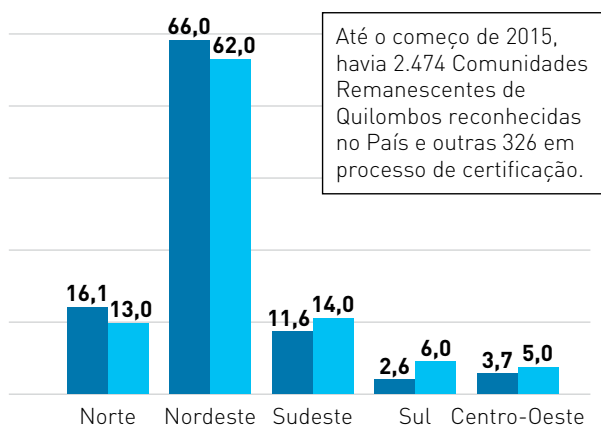
● Outras: 49.531.396 (99,5%) ●



Estabelecimentos em áreas remanescentes de quilombos e CRQs por região (Em %)

Total de estabelecimentos no Brasil: 2.422

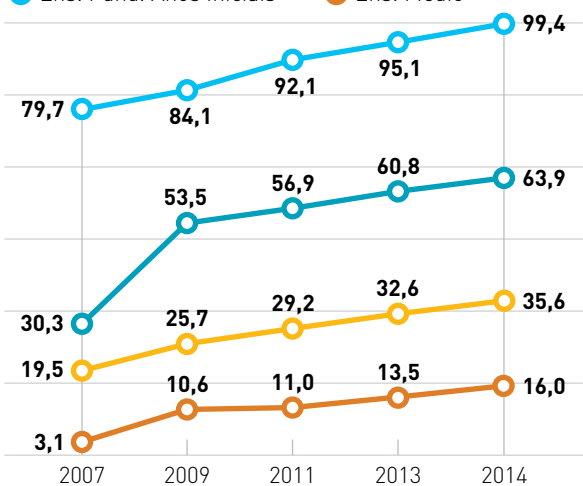
- % das escolas (2014)
- % das CRQs certificadas (fevereiro de 2015)



Evolução das matrículas por etapa da Educação Básica em áreas remanescentes de quilombos

Em milhares

- Ed. Infantil
- Ens. Fund. Anos Iniciais
- Ens. Fund. Anos Finais
- Ens. Médio



Matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos por modalidade e etapa de ensino – Brasil – 2007-2014

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional (Concomitante e Subsequente)	Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial	Total geral
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais					
2007	19.509	110.041	79.698	30.343	3.155	48	18.914	115	151.782
2008	25.492	137.114	88.726	48.388	8.432	749	24.977	102	196.866
2009	25.670	137.656	84.141	53.515	10.601	534	26.055	63	200.579
2010	28.027	145.065	89.074	55.991	12.152	55	25.052	134	210.485
2011	29.164	148.982	92.110	56.872	11.036	634	24.669	17	214.502
2012	29.640	149.336	90.876	58.460	12.262	127	21.588	34	212.987
2013	32.650	155.860	95.074	60.786	13.492	124	25.282	22	227.430
2014	35.613	163.276	99.402	63.874	15.969	129	24.988	0	239.975

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados Censo Escolar 2014. Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).
2) Ensino Médio: inclui matrículas no Ensino Médio integrado à Educação Profissional e no Ensino Médio Normal/Magistério.

EM ÁREAS INDÍGENAS

● Total de matrículas: 239.759 (0,5%)

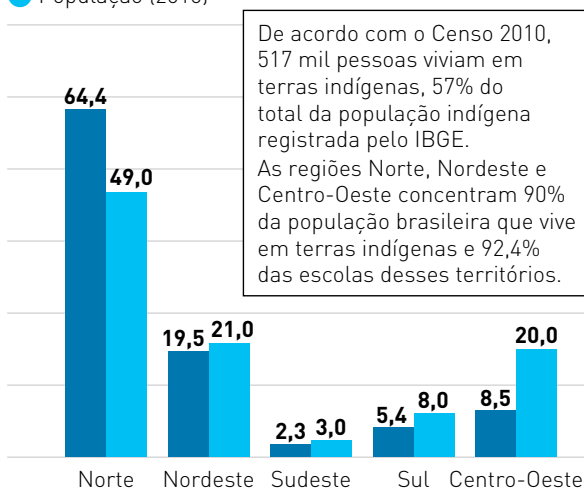
● Outras: 49.531.612 (99,5%) ●



Distribuição das escolas e da população em áreas indígenas por região (Em %)

Total de estabelecimento no Brasil: 3.130

- Escolas (2014)
- População (2010)

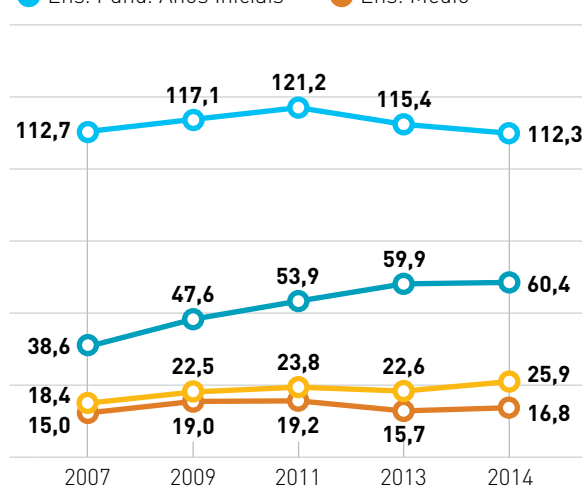


De acordo com o Censo 2010, 517 mil pessoas viviam em terras indígenas, 57% do total da população indígena registrada pelo IBGE. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste concentram 90% da população brasileira que vive em terras indígenas e 92,4% das escolas desses territórios.

Matrículas por etapa da Educação Básica na Educação indígena

Em milhares

- Ed. Infantil
- Ens. Fund. Anos Iniciais
- Ens. Fund. Anos Finais
- Ens. Médio



Matrículas na Educação Indígena por modalidade e etapa de Ensino – Brasil – 2007-2014

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional (Concomitante e Subsequente)	Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial	Total geral
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais					
2007	18.389	151.323	112.673	38.650	14.987	0	23.403	103	208.205
2008	20.281	151.788	112.358	39.430	11.466	1.367	20.766	203	205.871
2009	22.537	164.727	117.119	47.608	19.021	152	23.343	165	229.945
2010	22.048	175.032	119.597	55.435	27.615	1.021	20.997	80	246.793
2011	23.782	175.098	121.167	53.931	19.193	1.639	23.794	93	243.599
2012	22.856	167.338	113.495	53.843	17.586	824	26.022	243	234.869
2013	22.612	175.348	115.420	59.928	15.721	567	23.834	31	238.113
2014	25.869	172.768	112.348	60.420	16.795	889	23.337	101	239.759

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar 2014 – Elaboração: Todos Pela Educação.

3) Educação especial classes comuns: as matrículas já estão distribuídas nas modalidades de ensino regular e/ou Educação de Jovens e Adultos.

4) Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial, EJA presencial de nível fundamental Projovem (Urbano) e EJA integrada à Educação Profissional de nível fundamental e médio.



EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

META DO PNE

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

42

FIQUE LIGADO!

É importante acompanhar a relação entre as matrículas em classes comuns e especiais não apenas na Educação Básica como um todo, mas também em cada uma das etapas de ensino (veja na pág. 46).

Os dados disponíveis sobre matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação apontam para uma realidade em transformação. As matrículas dessas crianças e jovens em classes comuns de Educação Básica cresceram quase 130% entre 2007 e 2014, evoluindo de 306.136 para 698.768. Dessa forma, a cada ano é menor a porcentagem desses alunos que ainda estudam em classes especiais ou escolas especializadas (veja gráfico na pág. 44).

Tais mudanças representam um avanço significativo, fruto, em grande parte, dos esforços de inclusão que se aceleram a partir de 2008, com o início da implementação da Política Nacional de Educação Especial. A tarefa de colocar em prática essa nova política, no entanto, ainda segue em curso, e suas principais diretrizes estão refletidas na meta do PNE que trata do tema, assim como nas estratégias previstas para alcançá-la.

A universalização desejada envolve desafios importantes, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Começam pela própria concepção de Educação inclusiva e passam necessariamente pela continuidade de investimentos na formação de educadores, no aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica e na criação de mais salas de recursos multifuncionais, entre outros fatores.

Vale ressaltar também que, no caminho para o cumprimento da meta do PNE, há um obstáculo fundamental a ser superado. Os dados disponíveis atualmente não são suficientes para o monitoramento dessa meta. As pesquisas populacionais, domiciliares e escolares oficiais não utilizam definições técnicas compatíveis entre si. Dessa forma, não é conhecido o universo da população cujo atendimento deve ser monitorado. Indicadores auxiliares, como os exibidos nas tabelas desta página e da seguinte, permitem uma análise apenas contextual da situação.

Educação Especial/Inclusiva**Porcentagem da população de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de ouvir, que frequenta a escola**

Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de ouvir								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	89	662.614	90	520.837	86	94.604	84	47.167
Norte	87	81.698	89	66.959	83	10.593	75	4.144
Nordeste	89	262.131	91	211.955	86	37.022	78	13.153
Sudeste	90	209.015	91	158.382	87	30.279	88	20.353
Sul	89	68.472	89	51.496	88	11.035	85	5.939
Centro-Oeste	89	41.298	89	32.045	86	5.675	89	3.578

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva**Porcentagem da população de 4 a 17 com dificuldade permanente de enxergar, que frequenta a escola**

Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de enxergar								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	93	3.060.793	93	2.644.654	90	362.226	84	53.907
Norte	92	286.180	92	249.915	89	33.054	73	3.210
Nordeste	93	1.220.182	93	1.067.449	90	141.823	80	10.909
Sudeste	93	1.068.738	94	916.920	91	123.675	87	28.142
Sul	91	282.717	92	235.919	89	39.062	85	7.734
Centro-Oeste	92	202.976	92	174.451	91	24.612	83	3.912

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva**Porcentagem da população de 4 a 17 anos com dificuldade permanente de caminhar, que frequenta a escola**

Brasil e regiões – 2010

Dificuldade permanente de caminhar								
Região	Todos os graus de dificuldade		Alguma dificuldade		Grande dificuldade		Não consegue de modo algum	
	%	População	%	População	%	População	%	População
Brasil	77	349.919	86	238.467	74	66.630	53	44.818
Norte	74	41.084	83	31.379	67	6.664	41	3.041
Nordeste	77	131.530	86	96.744	73	25.006	41	9.779
Sudeste	79	118.158	87	72.969	77	23.182	62	22.006
Sul	77	38.029	85	23.421	74	7.910	59	6.697
Centro-Oeste	78	21.118	86	13.954	75	3.868	59	3.295

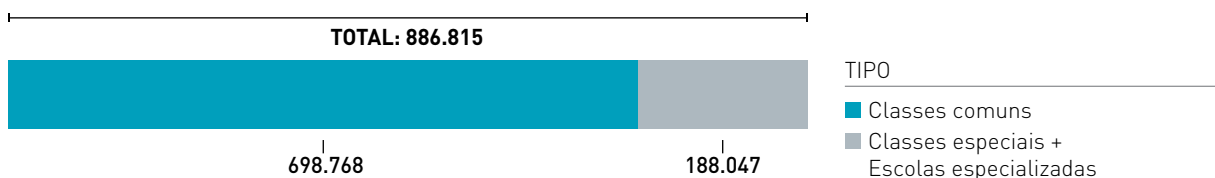
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Especial/Inclusiva

Porcentagem da população de 4 a 17 anos com deficiência mental/intelectual, que frequenta a escola
Brasil e regiões – 2010

Deficiência mental/intelectual permanente				
Região	Sem deficiência		Com deficiência	
	%	População	%	População
Brasil	91	41.182.993	70	324.979
Norte	88	4.127.553	65	30.767
Nordeste	92	12.718.914	66	105.089
Sudeste	92	15.938.393	74	120.920
Sul	90	5.377.840	74	45.867
Centro-Oeste	90	3.020.293	76	22.336

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010 – Elaboração: Todos Pela Educação.

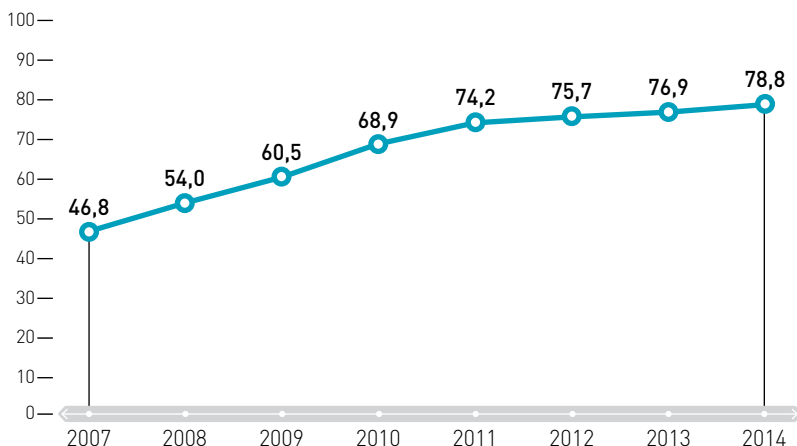
Educação Especial/Inclusiva
Matrículas – Brasil – 2014


Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva

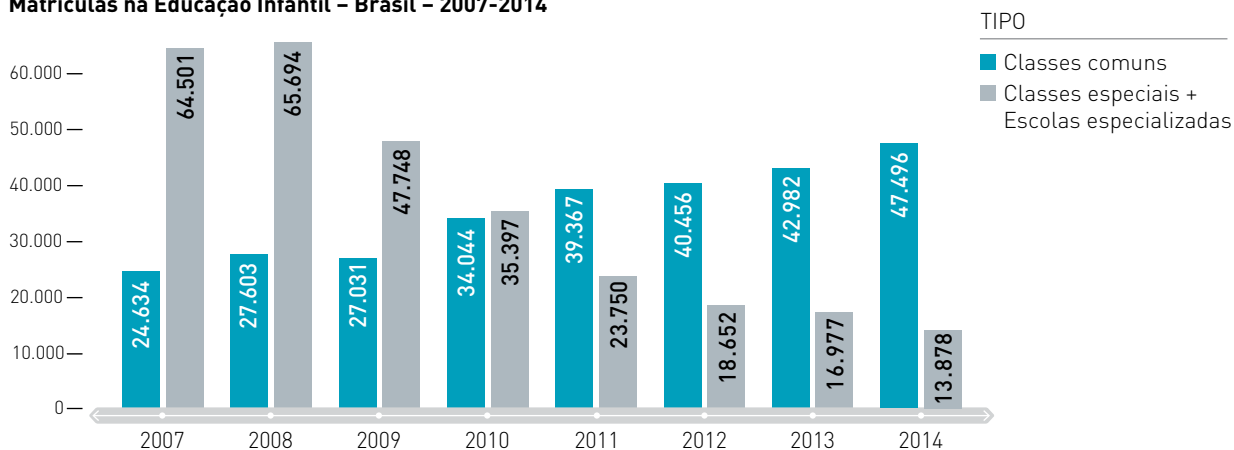
Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2007-2014 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

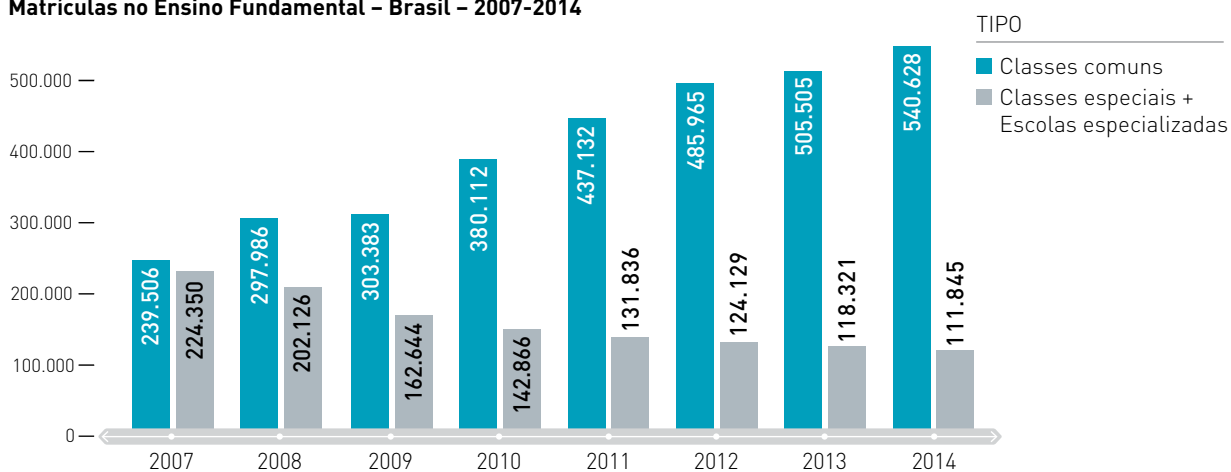
SAIBA MAIS**ACORDOS INTERNACIONAIS**

Uma parte importante das obrigações do País em relação à Educação Especial/Inclusiva é determinada pelos acordos internacionais assinados ao longo do tempo. O principal talvez seja a Convenção da ONU Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2007. Mas há outros, também muito importantes: Carta para o Terceiro Milênio, Declaração de Salamanca, Convenção da Guatemala, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão. Todos os textos podem ser encontrados no link <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/legislacao>

Educação Especial/Inclusiva**Matrículas na Educação Infantil – Brasil – 2007-2014**

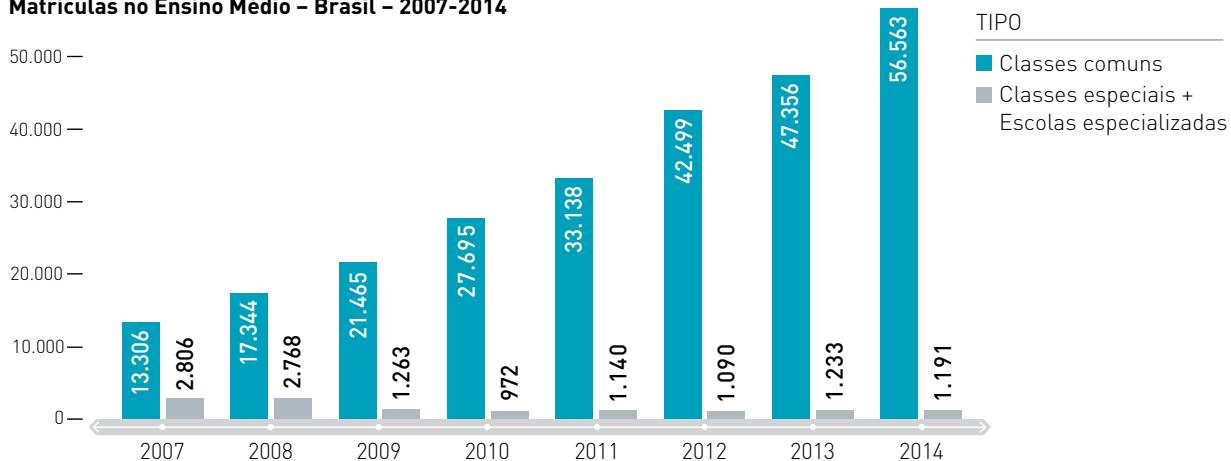
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva**Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil – 2007-2014**

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva**Matrículas no Ensino Médio – Brasil – 2007-2014**

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação Especial/Inclusiva**Matrículas em classes comuns, classes especiais e escolas especializadas – Brasil – 2014**

Por unidades da federação

Unidade da federação	Total	Classes comuns	Classes especiais	Escolas especializadas
BRASIL	886.815	698.768	27.004	161.043
Região Norte	72.198	64.162	1.236	6.800
Rondônia	9.840	7.854	60	1.926
Acre	6.864	6.864	0	0
Amazonas	10.857	8.265	667	1.925
Roraima	2.026	2.026	0	0
Pará	28.235	27.598	101	536
Amapá	3.951	3.353	408	190
Tocantins	10.425	8.202	0	2.223
Região Nordeste	214.963	197.638	6.358	10.967
Maranhão	27.382	23.494	613	3.275
Piauí	12.133	11.889	40	204
Ceará	36.366	34.504	975	887
Rio Grande do Norte	13.845	13.834	0	11
Paraíba	16.551	15.773	124	654
Pernambuco	30.453	24.665	3.580	2.208
Alagoas	14.569	14.205	65	299
Sergipe	6.634	5.937	297	400
Bahia	57.030	53.337	664	3.029
Região Sudeste	348.222	255.906	10.739	81.577
Minas Gerais	104.834	69.570	521	34.743
Espírito Santo	17.012	17.012	0	0
Rio de Janeiro	51.471	38.684	7.323	5.464
São Paulo	174.905	130.640	2.895	41.370
Região Sul	176.366	120.732	5.887	49.747
Paraná	79.961	39.796	5.088	35.077
Santa Catarina	24.685	23.635	137	913
Rio Grande do Sul	71.720	57.301	662	13.757
Região Centro-Oeste	75.066	60.330	2.784	11.952
Mato Grosso do Sul	17.120	12.372	85	4.663
Mato Grosso	16.776	12.241	119	4.416
Goiás	25.411	24.421	320	670
Distrito Federal	15.759	11.296	2.260	2.203

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Educação Especial/Inclusiva**Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns – Brasil – 2007-2014 (Em %)**

Por unidades da federação

Unidade da federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BRASIL	46,8	54,0	60,5	68,9	74,2	75,7	76,9	78,8
Região Norte	47,7	56,5	64,0	75,6	83,5	85,6	87,8	88,9
Rondônia	42,1	52,5	54,2	65,1	73,6	75,1	78,7	79,8
Acre	55,1	69,7	78,1	85,4	92,5	100	100	100
Amazonas	29,2	44,3	47,2	56,8	66,1	71,1	74,3	76,1
Roraima	63,3	85,9	100	100	100	100	100	100
Pará	53,1	57,5	70,7	84,4	92,8	94,7	95,6	97,7
Amapá	53,2	68,2	67,6	79,7	81,7	84,0	84,6	84,9
Tocantins	50,6	57,4	61,6	72,9	78,6	77,0	78,2	78,7
Região Nordeste	53,0	59,3	68,8	79,6	86,8	88,9	90,4	91,9
Maranhão	50,1	54,3	64,5	76,1	81,4	82,9	84,5	85,8
Piauí	42,8	45,9	64,8	81,1	96,3	96,4	97,1	98,0
Ceará	63,0	65,9	71,4	76,6	86,4	88,5	93,3	94,9
Rio Grande do Norte	59,3	83,0	94,7	97,0	98,9	99,8	99,8	99,9
Paraíba	58,1	70,9	73,4	86,5	92,3	94,3	94,9	95,3
Pernambuco	33,4	39,7	47,2	62,7	73,0	77,7	79,1	81,0
Alagoas	60,8	71,6	81,2	91,5	95,5	95,4	97,1	97,5
Sergipe	39,1	49,4	54,0	66,7	78,1	81,5	85,2	89,5
Bahia	57,6	62,4	75,3	85,6	90,0	91,4	91,8	93,5
Região Sudeste	48,5	55,6	59,1	64,5	67,2	70,4	71,8	73,5
Minas Gerais	35,8	44,6	42,2	50,2	55,9	61,7	63,8	66,4
Espírito Santo	43,2	54,4	46,0	100	99,7	100	100	100
Rio de Janeiro	35,6	44,8	48,0	59,8	68,6	71,8	73,0	75,2
São Paulo	58,7	63,7	68,9	69,8	70,1	72,1	73,3	74,7
Região Sul	38,2	43,0	51,4	62,2	69,0	65,8	66,1	68,5
Paraná	37,8	35,9	37,8	50,9	58,3	50,0	48,3	49,8
Santa Catarina	35,8	41,9	90,8	92,0	93,1	93,9	94,1	95,7
Rio Grande do Sul	40,4	51,3	53,9	64,3	71,6	75,9	77,8	79,9
Região Centro-Oeste	45,4	56,4	63,3	70,5	75,1	78,7	78,7	80,4
Mato Grosso do Sul	43,1	52,3	56,3	63,5	68,3	69,6	70,1	72,3
Mato Grosso	36,7	41,6	47,4	52,7	58,9	67,1	71,1	73,0
Goiás	53,0	67,2	81,4	89,3	91,4	94,0	92,2	96,1
Distrito Federal	44,9	55,0	57,1	65,3	71,1	72,7	74,3	71,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.



ALFABETIZAÇÃO ATÉ 8 ANOS

META DO PNE

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2014 foram divulgados em 2015. Instrumento diagnóstico das capacidades de leitura, escrita e raciocínio matemático, a ANA é definida em lei e deveria ser realizada pelo Ministério da Educação (MEC) anualmente, segundo a portaria Nº 867, de 2012. Porém, em 2015, a prova não foi aplicada, sob argumento do MEC de que seria suficiente realizá-la a cada dois anos. Até então, os únicos dados disponíveis sobre alfabetização eram os da Prova ABC, realizada em 2011 e 2012, por iniciativa do Todos Pela Educação, em parceria com o MEC, a Fundação Cesgranrio e o Instituto Paulo Montenegro. A instituição da ANA é fundamental para medir os avanços do País em relação à meta do PNE e, mais importante, para atender efetivamente esse direito de todas as crianças.

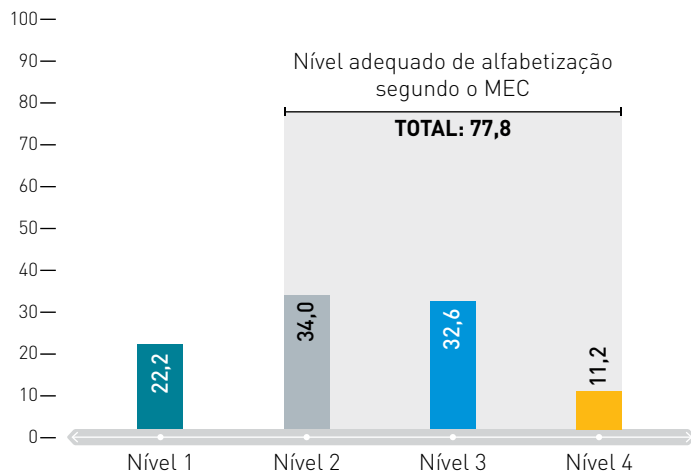
O indicador a ser observado em cada uma das tabelas das páginas seguintes é o percentual de alunos em cada um dos níveis de proficiência descritos. Ainda que entre especialistas no assunto haja controvérsia em relação à posição da régua, o MEC considera adequados os níveis 2, 3 e 4 em leitura, 4 e 5 em escrita e 3 e 4 em matemática.

Vale destacar que uma criança pode ser considerada alfabetizada, dentro das expectativas para o 3º ano do Ensino Fundamental, quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo a capacidade de se expressar, de desfrutar a literatura, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros, de participar do mundo cultural no qual está inserida. Além disso, para cada ano de escolaridade, há diferentes expectativas em relação a essas capacidades, que precisam ser consideradas nos momentos de planejamento e de análise do desempenho de alunos e da escola. Por isso, há no âmbito da ANA a preocupação de descrever cada um dos níveis de proficiência (*veja os descritores abaixo de cada gráfico*).

FIQUE LIGADO!

Os resultados da ANA se desdobram pelas unidades da federação e pelas regiões do País. Vale observar as distâncias em relação aos dados nacionais e, conseqüentemente, em relação à meta do PNE.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em leitura – Brasil – 2014



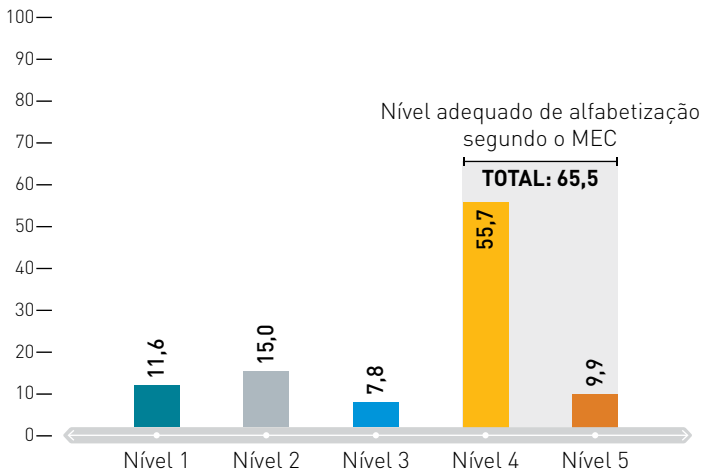
Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização.

NÍVEL	ESCALA DE LEITURA
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica e ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica; em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto. • Reconhecer a finalidade de texto como convite, cartaz, receita, bilhete, anúncio com ou sem apoio de imagem. • Identificar assunto de um cartaz apresentado em sua forma original e ainda em textos cujo assunto pode ser identificado no título ou na primeira linha. • Inferir sentido em piada e em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal.
NÍVEL 3 (maior que 525 até 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Localizar informação explícita em textos de maior extensão como fragmento de literatura infantil, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou ao final do texto. • Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo. • Inferir relação de causa e consequência em textos exclusivamente verbais – piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica – com base na progressão textual; e em textos que articulam a linguagem verbal e não verbal – tirinha; sentido em história em quadrinhos que articula linguagem verbal e não verbal com vocabulário específico de textos de divulgação científica ou que exige conhecimento intertextual de narrativas infantis; o assunto de texto de extensão média de divulgação científica para crianças, com base nos elementos que aparecem no início do texto; o significado de expressão de linguagem figurada em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.
NÍVEL 4 (maior que 625 pontos)	Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer relação de tempo em texto verbal e os participantes de um diálogo em uma entrevista ficcional. • Identificar o referente de pronome possessivo em poema; o referente de advérbio de lugar em reportagem; o referente de expressão formada por pronome demonstrativo em fragmento de texto de divulgação científica para o público infantil. • Inferir sentido em fragmento de conto; sentido de palavra em fragmento de texto de literatura infantil; assunto em texto de extensão média ou longa, considerando elementos que aparecem ao longo do texto, em gêneros como divulgação científica, curiosidade histórica para criança e biografia.



◀ O processo de alfabetização requer, muitas vezes, atenção individualizada.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em escrita – Brasil – 2014

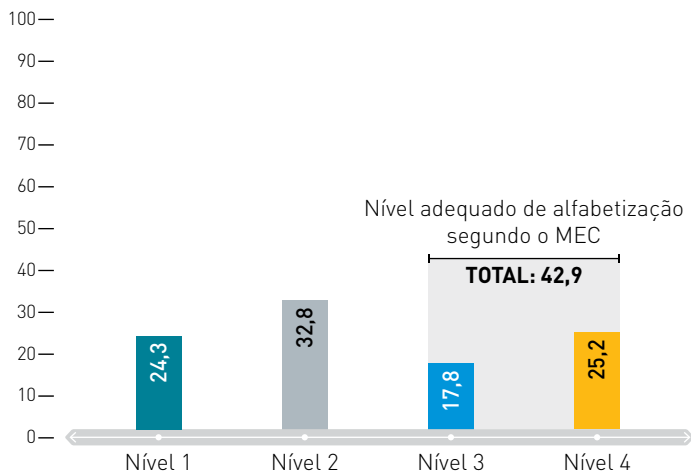


Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização.

NÍVEL	ESCALA DE ESCRITA
NÍVEL 1 (menor que 350 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem as palavras ou estabelecem algumas correspondências entre as letras grafadas e a pauta sonora, porém ainda não escrevem palavras alfabeticamente. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 2 (maior ou igual a 350 e menor que 450 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem alfabeticamente palavras com trocas ou omissão de letras, alterações na ordem das letras e outros desvios ortográficos. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.
NÍVEL 3 (maior ou igual a 450 e menor que 500 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com estrutura silábica consoante-vogal, apresentando alguns desvios ortográficos em palavras com estruturas silábicas mais complexas. Em relação à produção de textos, provavelmente escrevem de forma incipiente ou inadequada ao que foi proposto ou produzem fragmentos sem conectivos e/ou recursos de substituição lexical e/ou pontuação para estabelecer articulações entre partes do texto. Apresentam ainda grande quantidade de desvios ortográficos e de segmentação ao longo do texto.
NÍVEL 4 (maior ou igual a 500 e menor que 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado. Além disso, o texto pode apresentar alguns desvios ortográficos e de segmentação que não comprometem a compreensão.
NÍVEL 5 (maior ou igual a 600 pontos)	Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, evidenciando uma situação central e final. Articulam as partes do texto com conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores textuais. Segmentam e escrevem as palavras corretamente, embora o texto possa apresentar alguns desvios ortográficos e de pontuação que não comprometem a compreensão.

Em escrita, a maior parte dos alunos ficou no nível 4, o que significa que conseguem dar continuidade a uma narrativa, ainda que possam não contemplar todos os elementos da história a ser contada.

Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em matemática – Brasil – 2014



Fonte: MEC/Inep/DAEB – Avaliação Nacional da Alfabetização.

NÍVEL	ESCALA DE MATEMÁTICA
NÍVEL 1 (até 425 pontos)	<p>Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ler horas e minutos em relógio digital; medida em instrumento (termômetro, régua) com valor procurado explícito. Associar figura geométrica espacial ou plana a imagem de um objeto; contagem de até 20 objetos dispostos em forma organizada ou desorganizada à sua representação por algarismos. Reconhecer planificação de figura geométrica espacial (paralelepípedo). Identificar maior frequência em gráfico de colunas, ordenadas da maior para a menor. Comparar comprimento de imagens de objetos; quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos organizados.
NÍVEL 2 (maior que 425 até 525 pontos)	<p>Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ler medida em instrumento (balança analógica) identificando o intervalo em que se encontra a medida. Associar a escrita por extenso de números naturais com até três ordens à sua representação por algarismos. Reconhecer figura geométrica plana a partir de sua nomenclatura; valor monetário de cédulas ou de agrupamento de cédulas e moedas. Identificar registro de tempo em calendário; uma figura geométrica plana em uma composição com várias outras; identificar frequência associada a uma categoria em gráfico de colunas ou de barras; identificar frequência associada a uma categoria em tabela simples ou de dupla entrada (com o máximo de 3 linhas e 4 colunas, ou 4 linhas e 3 colunas). Comparar quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos desorganizados; quantidades pela contagem, identificando quantidades iguais; números naturais não ordenados com até três algarismos. Completar sequências numéricas crescentes de números naturais, de 2 em 2, de 5 em 5 ou de 10 em 10. Compor número de dois algarismos a partir de suas ordens. Calcular adição [até 3 algarismos] ou subtração [até 2 algarismos] sem reagrupamento. Resolver problema com as ideias de acrescentar, retirar ou completar com números até 20; problema com a ideia de metade, com dividendo até 10.
NÍVEL 3 (maior que 525 até 575 pontos)	<p>Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Associar um agrupamento de cédulas e/ou moedas, com apoio de imagem ou dado por meio de um texto, a outro com mesmo valor monetário. Identificar frequências iguais em gráfico de colunas; identificar gráfico que representa um conjunto de informações dadas em um texto; identificar frequência associada a uma categoria em tabela de dupla entrada (com mais de 4 colunas, ou mais de 4 linhas). Completar sequência numérica decrescente de números naturais não consecutivos. Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com apenas um reagrupamento (na unidade ou na dezena); subtração sem reagrupamento envolvendo pelo menos um valor com 3 algarismos. Resolver problema, com números naturais maiores do que 20, com a ideia de retirar; problema de divisão com ideia de repartir em partes iguais, com apoio de imagem, envolvendo algarismos até 20.
NÍVEL 4 (maior que 575 pontos)	<p>Além das habilidades descritas no nível anterior, o estudante provavelmente é capaz de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ler medida em instrumento (termômetro) com valor procurado não explícito; horas e minutos em relógios analógicos, identificando marcações de 10, 30 e 45 minutos, além de horas exatas. Reconhecer decomposição canônica (mais usual) de números naturais com três algarismos; composição ou decomposição não canônica (pouco usual) aditiva de números naturais com até três algarismos. Identificar uma categoria associada a uma frequência específica em gráfico de barra. Calcular adição de duas parcelas de até 03 algarismos com mais de um reagrupamento (na unidade e na dezena); subtração de números naturais com até três algarismos com reagrupamento. Resolver problema, com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar, não envolvendo reagrupamento; com números naturais de até três algarismos, com as ideias de comparar ou completar, envolvendo reagrupamento; de subtração como operação inversa da adição, com números naturais; de multiplicação com a ideia de adição de parcelas iguais, de dobro ou triplo, de combinação ou com a ideia de proporcionalidade, envolvendo fatores de 1 algarismo ou fatores de 1 e 2 algarismos; de divisão com ideia de repartir em partes iguais, de medida ou de proporcionalidade (terça e quarta parte), sem apoio de imagem, envolvendo números de até 2 algarismos.

Alfabetização até 8 anos**Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em leitura – 2014**

Por unidades da federação

Unidade da federação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível adequado de alfabetização (MEC)
BRASIL	22,2	34,0	32,6	11,2	77,8
Região Norte	35,1	37,5	22,6	4,8	65,0
Rondônia	22,3	38,7	30,8	8,3	77,7
Acre	16,9	38,4	34,8	9,9	83,1
Amazonas	30,9	39,2	24,5	5,4	69,1
Roraima	28,6	37,6	27,6	6,2	71,4
Pará	42,5	36,4	18,0	3,2	57,6
Amapá	44,1	35,3	17,9	2,7	55,9
Tocantins	26,1	38,3	28,9	6,7	73,9
Região Nordeste	35,6	36,8	22,1	5,5	64,4
Maranhão	44,3	37,1	16,2	2,4	55,7
Piauí	37,1	38,7	20,5	3,7	62,9
Ceará	15,0	32,8	36,4	15,8	85,0
Rio Grande do Norte	35,1	35,8	23,6	5,6	64,9
Paraíba	37,6	37,8	20,6	4,0	62,4
Pernambuco	35,3	37,0	22,4	5,4	64,7
Alagoas	43,5	35,4	17,7	3,4	56,5
Sergipe	43,2	37,3	16,8	2,6	56,8
Bahia	37,4	38,6	20,2	3,9	62,6
Região Sudeste	13,1	30,3	39,9	16,8	87,0
Minas Gerais	9,3	26,9	42,1	21,7	90,8
Espírito Santo	16,3	33,4	37,1	13,2	83,7
Rio de Janeiro	21,6	37,7	32,3	8,4	78,4
São Paulo	11,5	28,9	41,8	17,8	88,5
Região Sul	11,9	33,6	40,6	13,9	88,1
Paraná	9,6	34,9	42,1	13,4	90,4
Santa Catarina	9,3	29,9	43,2	17,6	90,8
Rio Grande do Sul	15,9	34,3	37,6	12,2	84,1
Região Centro-Oeste	16,1	36,2	37,2	10,5	84,0
Mato Grosso do Sul	15,2	39,8	36,3	8,7	84,8
Mato Grosso	18,2	36,5	35,3	10,1	81,8
Goiás	16,7	35,2	37,3	10,7	83,2
Distrito Federal	12,7	34,2	40,7	12,4	87,3

Fonte: MEC/Inep/DAEB - Avaliação Nacional da Alfabetização.

Alfabetização até 8 anos**Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em escrita – 2014**

Por unidades da federação

Unidade da federação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível adequado de alfabetização (MEC)
BRASIL	11,6	15,0	7,8	55,7	9,9	65,5
Região Norte	19,4	27,4	10,4	38,8	4,1	42,9
Rondônia	12,5	17,5	9,9	56,9	3,3	60,1
Acre	6,6	13,9	14,8	61,7	3,0	64,7
Amazonas	15,9	30,3	10,0	38,0	5,8	43,9
Roraima	15,0	18,9	6,2	51,5	8,5	60,0
Pará	24,3	30,4	11,1	31,5	2,8	34,3
Amapá	24,6	27,1	8,1	37,2	3,0	40,2
Tocantins	14,3	24,3	8,3	44,5	8,5	53,0
Região Nordeste	19,9	22,5	11,4	42,6	3,7	46,3
Maranhão	24,2	24,5	13,3	36,9	1,1	38,0
Piauí	22,1	22,7	14,0	39,7	1,6	41,3
Ceará	9,0	21,4	8,6	50,9	10,0	61,0
Rio Grande do Norte	17,5	19,0	9,3	49,1	5,1	54,2
Paraíba	22,6	29,8	10,0	33,4	4,2	37,6
Pernambuco	20,7	21,0	7,7	45,4	5,2	50,5
Alagoas	24,7	26,1	9,7	36,1	3,4	39,5
Sergipe	23,6	20,5	15,8	39,0	1,0	40,1
Bahia	20,1	20,8	13,7	43,6	1,7	45,3
Região Sudeste	6,1	8,8	5,0	64,6	15,4	80,1
Minas Gerais	4,5	7,3	7,9	69,5	10,8	80,3
Espírito Santo	8,7	11,4	10,1	63,9	6,0	69,9
Rio de Janeiro	10,7	15,2	6,5	57,4	10,1	67,5
São Paulo	5,0	7,1	2,7	65,0	20,2	85,3
Região Sul	5,1	8,1	5,3	67,5	14,0	81,5
Paraná	3,1	7,5	4,2	69,7	15,5	85,3
Santa Catarina	4,0	6,5	2,9	64,4	22,3	86,6
Rio Grande do Sul	7,9	9,7	7,9	67,0	7,5	74,6
Região Centro-Oeste	7,8	11,1	8,5	65,1	7,5	72,6
Mato Grosso do Sul	6,4	12,2	10,6	66,8	4,0	70,8
Mato Grosso	8,6	13,6	5,4	59,1	13,3	72,4
Goiás	8,8	10,3	9,1	66,0	5,9	71,8
Distrito Federal	6,0	8,2	8,9	69,3	7,5	76,8

Fonte: MEC/Inep/DAEB - Avaliação Nacional da Alfabetização.

Alfabetização até 8 anos**Porcentagem de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência em matemática – 2014**

Por unidades da federação

Unidade da federação	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível adequado de alfabetização (MEC)
BRASIL	24,3	32,8	17,8	25,2	42,9
Região Norte	37,4	37,5	13,3	11,8	25,1
Rondônia	25,3	36,0	17,8	20,9	38,7
Acre	20,6	38,8	18,3	22,3	40,6
Amazonas	32,2	39,7	15,1	13,0	28,1
Roraima	31,0	37,8	15,1	16,0	31,1
Pará	44,7	36,7	10,7	7,9	18,6
Amapá	46,2	36,7	10,5	6,6	17,1
Tocantins	30,4	37,4	16,8	15,4	32,2
Região Nordeste	38,6	35,5	12,9	13,0	25,9
Maranhão	47,8	35,9	9,8	6,5	16,3
Piauí	41,1	37,7	11,6	9,5	21,2
Ceará	18,1	33,3	19,4	29,3	48,7
Rio Grande do Norte	39,1	36,6	12,6	11,7	24,4
Paraíba	39,5	36,6	13,1	10,8	23,9
Pernambuco	35,8	35,2	13,8	15,2	29,0
Alagoas	45,9	34,0	10,7	9,4	20,1
Sergipe	45,6	35,5	10,5	8,4	18,9
Bahia	41,9	35,9	12,0	10,2	22,2
Região Sudeste	14,1	28,8	21,0	36,1	57,1
Minas Gerais	11,1	26,3	22,1	40,6	62,7
Espírito Santo	17,8	32,9	20,2	29,2	49,3
Rio de Janeiro	23,9	37,3	18,8	20,0	38,7
São Paulo	11,8	26,6	21,3	40,4	61,7
Região Sul	14,1	32,0	21,4	32,6	53,9
Paraná	11,6	33,4	22,9	32,1	55,0
Santa Catarina	10,9	28,4	21,8	39,0	60,7
Rio Grande do Sul	18,5	32,7	19,5	29,3	48,8
Região Centro-Oeste	19,1	35,8	20,6	24,5	45,1
Mato Grosso do Sul	18,8	38,9	20,4	21,9	42,3
Mato Grosso	21,5	35,3	19,6	23,7	43,3
Goiás	19,6	35,7	20,5	24,3	44,8
Distrito Federal	15,1	33,1	22,5	29,3	51,7

Fonte: MEC/Inep/DAEB - Avaliação Nacional da Alfabetização.

A ANA como parte de uma ação articulada

Ensinar a ler e a escrever – missão original e irrenunciável da escola – significa desenvolver práticas sociais que envolvam a escrita, para formar alunos praticantes da cultura da língua. Por isso, as crianças devem ter o direito de se relacionar com as culturas do escrito desde a Educação Infantil, quando iniciam o processo de alfabetização. Sabemos, hoje, que nos lugares onde isso ocorre as crianças acabam desenvolvendo mais conhecimentos sobre a linguagem escrita. Elas podem compreender, por exemplo, como o sistema se organiza, como os diferentes tipos de discursos escritos são produzidos e comunicados e que os comportamentos leitores variam conforme os propósitos. Com isso, transitam melhor no universo da escrita e vão compreendendo o que ela representa.

Durante a alfabetização inicial, observa-se a construção simultânea, pela criança, do conhecimento sobre o sistema e a linguagem. Portanto, o trabalho pedagógico de alfabetização precisa articular as atividades de uso da linguagem com as atividades de reflexão sobre a escrita – um campo empoderando o outro. Essa aprendizagem não ocorre sem a presença da cultura escrita. Ou seja, não se trata de ensinar isoladamente os conteúdos envolvidos. O ensino precisa envolver as práticas sociais nas quais eles estão inseridos.

Nessa concepção, o aluno é visto como um sujeito intelectualmente ativo e que formula hipóteses. Esse caminho é absolutamente divergente do ensino da escrita como um código, uma técnica a ser transmitida a alunos passivos no processo de aprendizagem. A alfabetização não pode ser reduzida a um estado. Precisamos planejar o ensino para que os alunos possam ler e compreender textos cada vez mais complexos e produzir textos com diferentes finalidades comunicativas.

Ao se relacionar com as situações similares às das práticas sociais de leitura e escrita, planejadas com intencionalidade na escola, as crianças têm mais condições de avançar nos níveis de alfabetização. Essas situações, em geral, são

atravessadas por dois propósitos: o comunicativo, no qual elas conferem sentido ao texto e identificam a intenção comunicativa, e o didático, que desvela a intenção de ensino e aprendizagem. O objetivo é que a criança chegue ao final do primeiro ciclo do Ensino Fundamental em condições de utilizar textos para aprender conteúdos novos, de exercer as práticas e refletir criticamente sobre elas e de seguir estudando com autonomia.

Para tanto é preciso mapear as necessidades de aprendizagem nessa etapa, o que permitirá definir os melhores subsídios político-pedagógicos e delinear as decisões curriculares. O resultado da aprendizagem não é produto de uma ação espontânea, mas das condições didáticas do trabalho em sala de aula. Nesse sentido, as intervenções dos professores são decisivas. A falta de diálogo entre o ensino e a aprendizagem está, e sempre esteve, na origem da produção do analfabetismo na escola. Afinar esse diálogo é uma condição de base.

Os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) apontam que estamos distantes do objetivo de termos todas as crianças do 3º ano lendo e escrevendo convencionalmente, com autonomia, localizando informações e fazendo inferências em textos informativos. Esses dados precisam ser lidos, analisados e considerados no planejamento da escola. Não podem ser apenas objeto de lamentação. É preciso recriar caminhos, com urgência, para que a escola pública assuma a responsabilidade com todos os alunos e promova inclusão social. A avaliação, portanto, deve integrar um conjunto de linhas de ação articuladas que inclui formação, acompanhamento e distribuição de recursos didáticos, compondo uma política pública de alfabetização que melhore a qualidade da aprendizagem dos alunos.

Beatriz Gouveia

Mestre em Psicologia da Educação pela PUC/SP e coordenadora de Projetos do Instituto Avisa Lá. É professora da pós-graduação em alfabetização do Instituto Vera Cruz e assessora em Educação. Foi responsável pela coordenação pedagógica do material de formação de coordenadores *Coordenador Pedagógico: função, rotina e prática*, distribuído pelo MEC.



EDUCAÇÃO INTEGRAL

META DO PNE

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

56

FIQUE LIGADO!

A expansão do número de matrículas precisa ser acompanhada de investimentos na infraestrutura escolar. Uma escola de Educação Integral deve contar com bibliotecas, quadra poliesportiva, refeitório e outros ambientes que permitam o desenvolvimento de diferentes atividades. Contudo, menos da metade das escolas públicas contam com espaços de refeição, por exemplo. As bibliotecas e salas de leitura chegam a apenas 53,9% das instituições e quadra de esportes está presente em 37% das escolas.

Entre 2013 e 2014, o ritmo de crescimento das matrículas na rede pública em tempo integral registrou leve queda, embora se mantenha elevado. De 2012 para 2013, o número cresceu 29,8%; já de 2013 para 2014, o crescimento foi de 29,0%. Segundo os últimos dados, 42% das escolas públicas brasileiras possuem vagas em tempo integral aproximando-se da meta de 50% estabelecida pelo PNE para 2024. Da mesma forma, o crescimento do número de matrículas – outro critério de alcance da meta – também acelerou, atingindo 15,7% das crianças e jovens que estudam nas escolas públicas da Educação Básica.

Embora os números apontem para um cenário promissor de alcance da meta, é preciso lembrar sempre que as médias nem sempre espelham com clareza os desafios da Educação brasileira.

Em primeiro lugar, porque as desigualdades persistem também nesse campo. A diferença na proporção de escolas que atendem em tempo integral é de 31,2 pontos percentuais, quando se comparam os dados do Norte (26,1%) e do Centro-Oeste (57,3%). Diferença grande, mas menos acentuada, se observa no índice de matrículas em tempo integral, que é de 13,3% (*segundo tabela ao lado*) nos estados do Norte e de 20,4% no Nordeste.

É preciso notar também que as matrículas em tempo integral se concentram, em geral, na Educação Infantil e, em menor grau, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A escola em tempo integral ainda não é uma realidade consolidada nos Anos Finais e, muito menos, no Ensino Médio, etapa em que apenas 5,7% dos alunos permanecem por 7 ou mais horas na escola.

Por fim, sem perder de vista o contexto positivo de expansão, não se pode esquecer que a questão da qualidade é também central no tempo integral. Em outras palavras, não basta estender o tempo dos alunos na escola, é preciso garantir que tenham acesso a uma Educação efetivamente integral.

Isso implica em um projeto pedagógico que promova articulação entre as disciplinas, o contexto cultural regional, os esportes e demais características da comunidade, aproveitando espaços e equipamentos do município.

Educação integral**Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral**

Brasil e regiões – 2012-2014

Região	2012		2013		2014	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral
Brasil	28,3	43.816	34,4	52.226	42,0	62.575
Norte	13,6	3.033	20,2	4.417	26,1	5.647
Nordeste	19,8	12.698	27,5	17.021	38,5	22.986
Sudeste	39,9	16.146	43,9	17.722	47,7	19.176
Sul	43,8	8.791	46,6	9.307	52,1	10.383
Centro-Oeste	41,4	3.148	49,3	3.759	57,3	4.383

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral**Matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica**

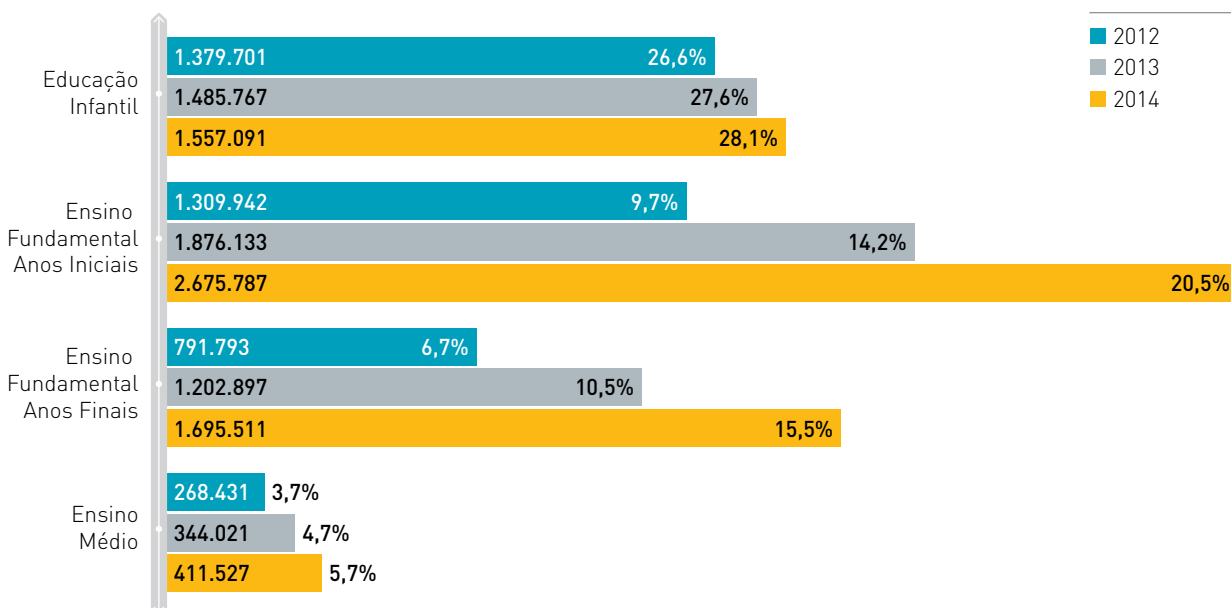
Brasil e regiões – 2012-2014

Região	2012		2013		2014	
	%	Total	%	Total	%	Total
Brasil	9,0	3.817.926	12,0	4.955.607	15,7	6.395.102
Norte	6,2	292.141	9,8	460.065	13,3	618.548
Nordeste	8,0	1.029.764	13,0	1.644.494	20,4	2.508.939
Sudeste	9,7	1.543.036	11,1	1.741.381	12,6	1.948.734
Sul	12,2	682.441	13,9	756.294	16,2	872.486
Centro-Oeste	9,0	270.544	11,9	353.373	15,1	446.395

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral**Total e percentual de matrículas em tempo integral em escolas públicas por etapa de ensino**

Brasil – 2012-2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação Integral

Escolas da rede pública que oferecem matrículas em tempo integral segundo os recursos disponíveis no estabelecimento – Brasil – 2014 (Em %)

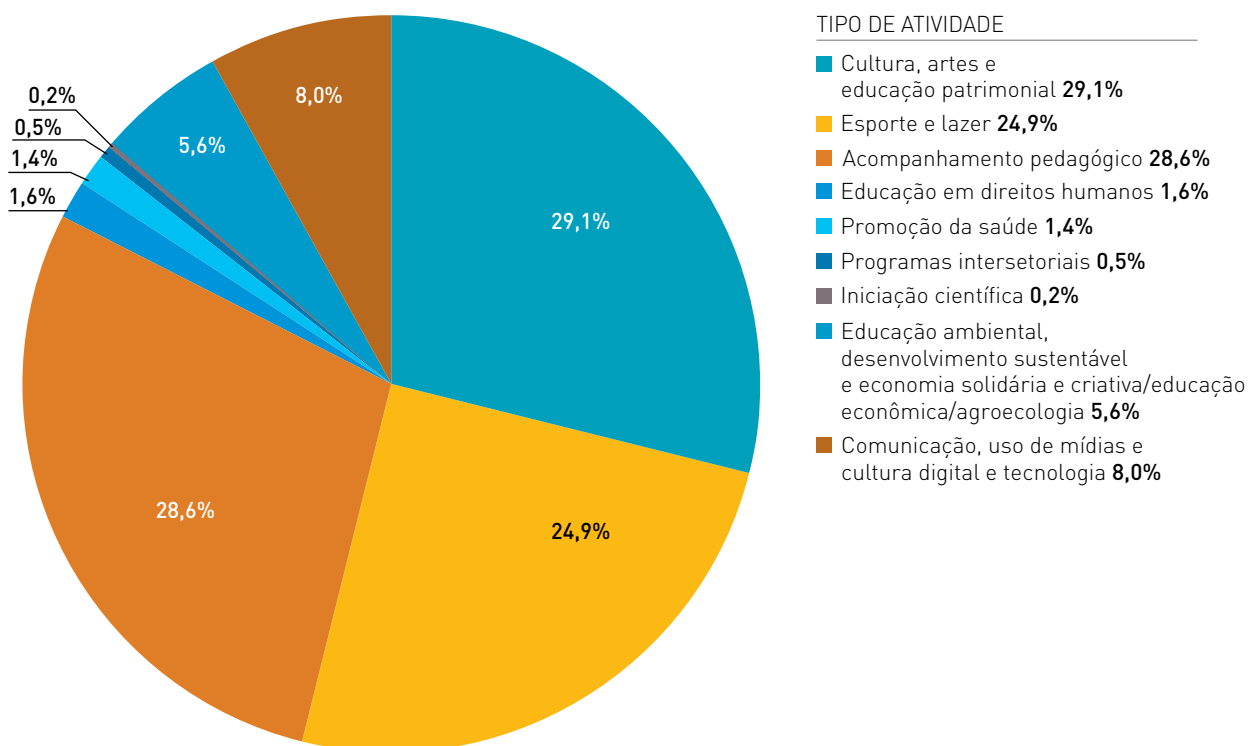
Recursos	
Auditório	9,5
Biblioteca e/ou sala de leitura	53,9
Cozinha	98,3
Laboratório de ciências	10,6
Laboratório de informática	55,9
Quadra de esportes	37,0
Refeitório	47,9
Banheiro dentro do prédio	95,6

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral

Atividades complementares – Brasil – 2014

TOTAL BRASIL: 14.784.506



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

O acompanhamento pedagógico representa quase um terço das atividades complementares. Ao mesmo tempo, há áreas importantes pouco atendidas, como a Educação científica.

Matrículas em turmas de atividade complementar por tipo de atividade
Alunos da Educação Integral da rede pública – Brasil – 2014

Matrículas em artes, cultura e educação patrimonial		%	Matrículas	Total
Música	Canto coral	6,9	298.204	4.306.324
	Hip hop	1,5	63.506	
	Música, banda e percussão	17,4	748.339	
	Iniciação musical por flauta doce ou instrumentos de corda	5,8	248.122	
Artes plásticas	Desenho, grafite e pintura	8,7	373.898	
	Escultura, cerâmica e mosaico	0,4	15.600	
Cinema		1,4	58.582	
Artes cênicas	Teatro	10,7	459.961	
	Danças	20,5	881.125	
	Práticas circenses	0,4	18.535	
Manifestações culturais regionais	Capoeira	11,3	486.957	
	Artesanato popular, regional e de brinquedos	4,4	188.070	
	Contos e literatura de cordel	0,8	33.638	
Educação Patrimonial		1,7	72.814	
Leitura e salas temáticas	Organização de clubes de leitura e salas temáticas para o estudo de línguas estrangeiras	1,4	61.201	
Outra categoria de cultura, artes e educação patrimonial		6,9	297.772	
Matrículas em esporte e lazer		%	Matrículas	Total
Recreação	Recreação e lazer/Brinquedoteca	18,5	681.353	3.678.997
	Yoga/Meditação	0,1	2.685	
Atividades desportivas	Tênis de campo, tênis de mesa e badminton	3,5	126.989	
	Etnojogos	0,4	13.690	
	Esporte na escola/Atletismo, corrida, ciclismo e múltiplas vivências esportivas	28,8	1.058.856	
	Futebol, futsal, handebol, basquete, basquete de rua, natação, voleibol, vôlei de praia	24,6	904.477	
	Artes marciais (taekwondo, judô, karatê, etc.)	14,6	536.398	
	Xadrez tradicional e virtual	2,7	98.713	
Outra categoria de esporte e lazer		7,0	255.836	
Matrículas em acompanhamento pedagógico (reforço escolar)		%	Matrículas	Total
Matemática		21,7	917.626	4.231.842
Português		12,8	540.790	
Letramento e alfabetização		24,5	1.034.733	
Ciências		0,9	38.811	
História e Geografia e Ciências Humanas		1,0	44.425	
Línguas estrangeiras		1,0	40.294	
Leitura e produção de texto		6,4	269.765	
Etnolinguagem		0,1	2.988	
Ciências e saúde		0,4	14.829	
Orientação de estudos e leitura		24,4	1.033.276	
Outra categoria de acompanhamento pedagógico		7,0	294.305	

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: 13.

Educação integral**Escolas públicas da Educação Básica com pelo menos uma matrícula em tempo integral**

Por regiões e unidades da federação – 2013 e 2014

Unidade da federação	2013		2014	
	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral	% de escolas com matrículas em tempo integral	Total de escolas com matrículas em tempo integral
BRASIL	34,4	52.226	42,0	62.575
Região Norte	20,2	4.417	26,1	5.647
Rondônia	32,7	396	38,3	450
Acre	19,1	314	22,4	367
Amazonas	20,2	1.067	20,9	1.094
Roraima	5,3	39	11,6	86
Pará	15,8	1.698	25,2	2.653
Amapá	22,0	170	15,8	122
Tocantins	47,2	733	58,3	875
Região Nordeste	27,5	17.021	38,5	22.986
Maranhão	16,5	2.027	26,0	3.102
Piauí	13,6	738	26,5	1.348
Ceará	43,5	3.009	55,8	3.662
Rio Grande do Norte	41,4	1.317	48,2	1.488
Paraíba	32,3	1.559	49,1	2.297
Pernambuco	39,7	2.941	48,4	3.495
Alagoas	32,8	892	46,1	1.245
Sergipe	26,1	496	34,8	648
Bahia	23,4	4.042	34,4	5.701
Região Sudeste	43,9	17.722	47,7	19.176
Minas Gerais	43,6	5.600	45,6	5.771
Espírito Santo	30,1	888	36,6	1.071
Rio de Janeiro	52,2	3.395	54,8	3.582
São Paulo	43,4	7.839	48,4	8.752
Região Sul	46,6	9.307	52,1	10.383
Paraná	47,3	3.403	52,5	3.785
Santa Catarina	50,6	2.653	53,4	2.786
Rio Grande do Sul	43,2	3.251	50,8	3.812
Região Centro-Oeste	49,3	3.759	57,3	4.383
Mato Grosso do Sul	61,7	774	62,4	795
Mato Grosso	46,2	1.057	52,0	1.185
Goiás	47,4	1.628	60,8	2.100
Distrito Federal	46,3	300	46,8	303

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação integral**Matrículas em tempo integral em escolas públicas da Educação Básica e por etapa de ensino**

Por regiões e unidades da federação – 2014

Unidade da federação	Educação Básica		Educação Infantil		Ensino Fundamental / Anos Iniciais		Ensino Fundamental / Anos Finais		Ensino Médio	
	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
BRASIL	15,7	6.395.102	28,1	1.557.091	20,5	2.675.787	15,5	1.695.511	5,7	411.527
Região Norte	13,3	618.548	6,6	34.694	19,7	335.227	16,4	198.186	5,9	42.917
Rondônia	16,0	67.112	9,2	3.665	17,0	26.150	21,2	23.048	20,3	12.230
Acre	11,5	29.979	8,2	2.533	19,1	18.227	14,0	8.672	1,0	384
Amazonas	11,2	121.081	2,9	3.446	14,7	57.315	12,7	36.560	12,4	22.362
Roraima	7,2	9.617	4,9	723	15,5	7.539	1,6	605	2,9	617
Pará	11,8	256.001	4,7	11.889	19,2	156.456	15,1	83.471	0,6	1.926
Amapá	13,6	28.190	1,2	250	31,3	22.827	9,1	4.950	0,2	67
Tocantins	28,9	106.568	24,1	12.188	37,6	46.713	39,2	40.880	8,1	5.331
Região Nordeste	20,4	2.508.939	12,8	199.293	30,9	1.199.491	26,4	873.437	10,6	212.648
Maranhão	17,3	323.475	3,0	8.034	27,4	172.591	26,5	135.105	2,5	7.293
Piauí	14,1	113.315	2,8	3.139	20,3	51.207	24,1	48.647	7,0	8.363
Ceará	24,3	447.300	8,4	23.048	36,6	201.139	32,9	162.862	13,9	48.007
Rio Grande do Norte	22,4	157.491	6,0	6.129	40,3	88.303	34,2	60.657	1,3	1.535
Paraíba	28,6	241.528	29,3	28.517	44,2	114.426	38,0	83.061	12,1	13.990
Pernambuco	24,9	452.734	13,3	24.488	33,0	187.433	24,3	120.340	35,0	118.909
Alagoas	15,2	118.189	18,9	16.766	26,2	65.675	15,9	33.496	0,6	675
Sergipe	12,6	56.255	10,3	5.362	19,8	30.523	13,8	17.480	4,0	2.683
Bahia	18,8	598.652	22,7	83.810	28,8	288.194	24,1	211.789	2,2	11.193
Região Sudeste	12,6	1.948.734	33,8	780.184	14,4	676.829	8,7	365.692	3,6	106.917
Minas Gerais	11,9	473.281	29,1	142.299	16,6	206.406	8,4	99.732	2,0	14.442
Espírito Santo	10,1	81.256	14,7	21.769	12,4	31.464	11,2	22.389	2,1	2.513
Rio de Janeiro	17,9	457.343	39,1	129.882	23,2	183.725	14,2	102.043	8,5	39.913
São Paulo	11,6	936.854	36,3	486.234	10,6	255.234	6,8	141.528	3,0	50.049
Região Sul	16,2	872.486	54,6	420.407	16,0	281.635	9,3	133.982	3,3	33.705
Paraná	14,8	318.821	59,5	172.540	15,0	103.228	5,9	35.213	1,7	6.862
Santa Catarina	16,9	213.749	55,1	138.875	10,0	40.584	5,4	16.049	7,2	17.814
Rio Grande do Sul	17,3	339.916	47,8	108.992	20,5	137.823	15,1	82.720	2,6	9.029
Região Centro-Oeste	15,1	446.395	32,5	122.513	18,5	182.605	15,4	124.214	2,9	15.340
Mato Grosso do Sul	13,0	76.052	42,1	37.574	12,3	24.952	6,7	10.435	2,7	2.384
Mato Grosso	16,4	125.209	27,4	31.714	23,7	54.377	18,7	34.189	2,8	4.111
Goiás	18,7	214.248	36,0	49.235	22,1	88.062	21,1	68.819	3,7	8.064
Distrito Federal	6,6	30.886	11,3	3.990	9,8	15.214	7,8	10.771	1,0	781

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.



FLUXO E QUALIDADE

META DO PNE

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Os indicadores de fluxo e qualidade ajudam a responder se as crianças e os jovens que frequentam a escola estão efetivamente aprendendo e se avançam pelas etapas de escolarização de forma adequada.

E o que os dados revelam? No caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), há um progresso mais significativo verificado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: de 2005 para 2013, o resultado aferido pelas redes subiu de 3,8 para 5,2, um incremento de 1,4 pontos. Esse ritmo não se repete nos Anos Finais: no mesmo período, o índice cresceu menos de um ponto e ficou abaixo da meta parcial, que era 4,4. No Ensino Médio, por sua vez, o quadro que se observa é de estagnação e, também nesta edição da avaliação, o resultado fica abaixo da meta parcial, de 3,9 pontos.

O Ideb é uma composição do resultado de desempenho dos estudantes com as taxas de aprovação em todos os anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (*veja pág. ao lado*). É a referência utilizada para monitorar a meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) e um parâmetro importante para se avaliar a qualidade da Educação brasileira. Ao mesmo tempo, é essencial acompanhar o nível de proficiência dos alunos e o percentual das crianças e jovens com aprendizado adequado para o ano ou série que estão cursando (*veja infográfico na pág. 70*).

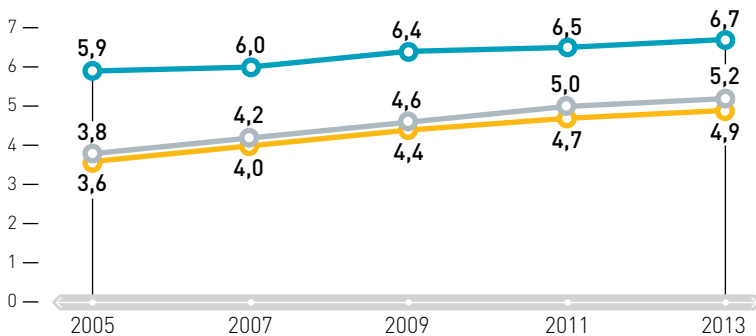
Outro indicador fundamental a ser monitorado, porque retrata os problemas de fluxo dos sistemas de ensino, é a distorção idade-série. Os dados disponíveis mostram, por exemplo, que mais de um quarto dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental têm idade superior à esperada para as séries cursadas. Isso significa, na prática, que esses estudantes ficaram retidos por reprovação. E esse número tem melhorado muito discretamente: entre 2010 e 2014, caiu de 29,6% para 27,3%.

FIQUE LIGADO!

A análise dos números do Ideb mostra que há discrepâncias relevantes entre as redes pública e privada e entre as cinco regiões do País. A distância para as metas parciais são um bom exemplo disso (*veja na pág. ao lado e na seguinte*).

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – Brasil Por dependência administrativa – 2005-2013

Ensino Fundamental – Anos Iniciais

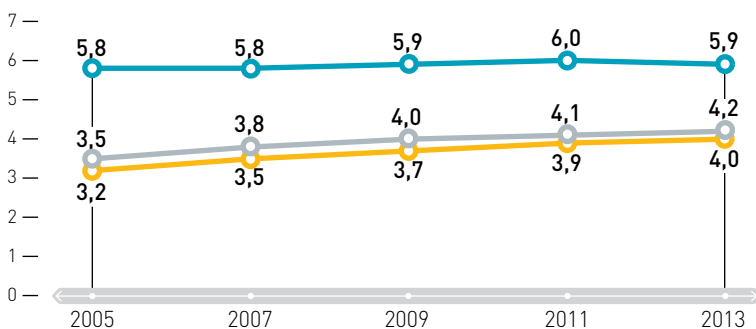


○ Total
○ Pública
○ Privada

Meta para 2021 6,0

Meta parcial em 2013 4,9

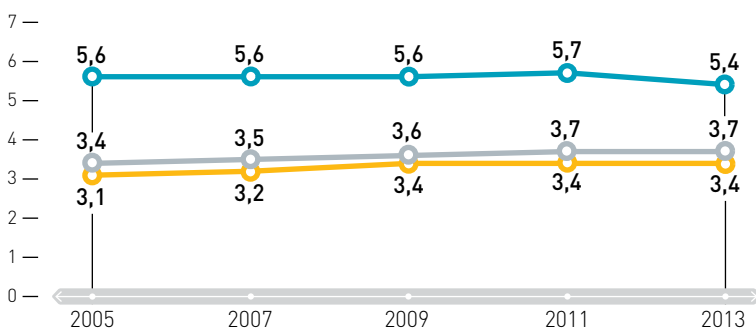
Ensino Fundamental – Anos Finais



Meta para 2021 5,5

Meta parcial em 2013 4,4

Ensino Médio



Meta para 2021 5,2

Meta parcial em 2013 3,9

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

SAIBA MAIS IDEB

Criado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é composto por dois indicadores: o desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que inclui a Prova Brasil, e as taxas de aprovação em todas as etapas de ensino, obtidas por meio do Censo Escolar. O índice é calculado sempre nos anos ímpares, quando é realizada a avaliação nacional. As metas do Ideb têm como horizonte o ano de 2021, mas o cumprimento dos marcos parciais ao longo do caminho são importantes para assegurar que o resultado final será alcançado.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 2005-2013**

Por região e dependência administrativa

Rede pública					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9
Norte	2,9	3,3	3,8	4,2	4,3
Nordeste	2,7	3,3	3,7	4,0	4,1
Sudeste	4,4	4,6	5,1	5,4	5,6
Sul	4,3	4,6	5,0	5,4	5,6
Centro-Oeste	3,8	4,2	4,8	5,1	5,3

Rede privada					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7
Norte	5,5	5,6	5,9	6,1	6,1
Nordeste	5,4	5,5	5,8	6,0	6,2
Sudeste	6,3	6,3	6,8	6,8	6,9
Sul	6,2	6,3	6,7	7,0	7,2
Centro-Oeste	5,9	5,9	6,4	6,7	6,8

Ensino Fundamental – Anos Finais – 2005-2013

Por região e dependência administrativa

Rede pública					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0
Norte	3,0	3,3	3,5	3,6	3,6
Nordeste	2,6	2,9	3,1	3,2	3,4
Sudeste	3,6	3,9	4,1	4,2	4,3
Sul	3,6	3,9	4,1	4,1	4,1
Centro-Oeste	3,2	3,6	3,9	4,0	4,2

Rede privada					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9
Norte	5,4	5,3	5,3	5,6	5,5
Nordeste	5,3	5,4	5,5	5,6	5,6
Sudeste	6,1	6,1	6,0	6,2	6,1
Sul	6,1	6,1	6,2	6,2	6,3
Centro-Oeste	5,5	5,7	5,8	5,9	5,9

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**Ensino Médio – 2005-2013**

Por região e dependência administrativa

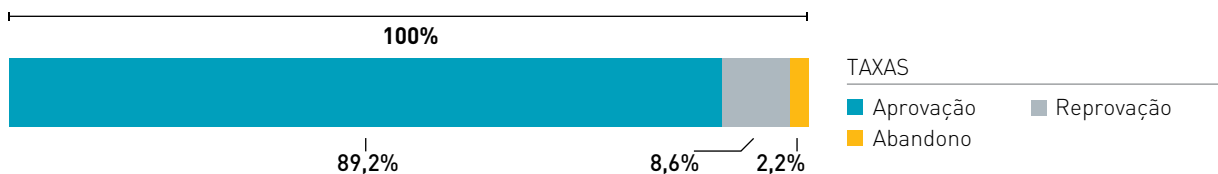
Rede pública					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4
Norte	2,7	2,7	3,1	3,1	3,0
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0	3,0
Sudeste	3,2	3,4	3,5	3,6	3,6
Sul	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6
Centro-Oeste	2,9	3,0	3,2	3,3	3,3

Rede privada					
Região	2005	2007	2009	2011	2013
Brasil	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4
Norte	5,0	5,1	5,4	5,2	5,0
Nordeste	5,2	5,1	5,2	5,4	5,2
Sudeste	5,7	5,7	5,6	5,8	5,4
Sul	5,9	5,8	5,9	6,0	5,7
Centro-Oeste	5,7	5,5	5,8	5,6	5,6

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

O PNE prevê em suas estratégias o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação da qualidade das redes de ensino e a utilização dos resultados pelas escolas, a fim de promover a melhoria dos processos e práticas pedagógicas.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Fundamental – Total – 2014 (Em %)



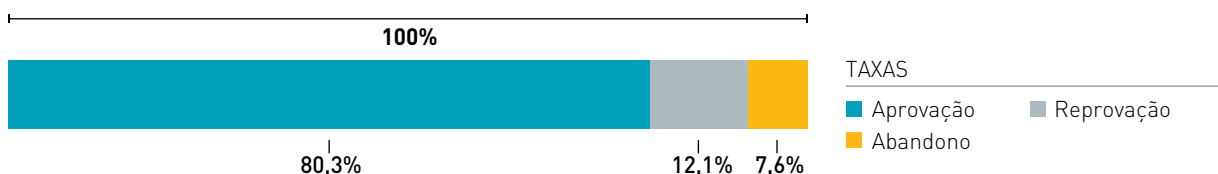
Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Fundamental – Por ano – 2014 (Em%)

EF	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	97,5	1,5	1,0
2º ano	96,3	2,9	0,8
3º ano	87,8	11,1	1,1
4º ano	91,2	7,6	1,2
5º ano	91,7	7,0	1,3
6º ano	81,6	14,6	3,8
7º ano	84,2	12,4	3,4
8º ano	86,4	10,3	3,3
9º ano	87,5	8,9	3,6

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Total – 2014 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxas de aprovação, reprovação e abandono – Brasil Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por ano – 2014 (Em %)

EM	Aprovação	Reprovação	Abandono
1º ano	73,5	17,0	9,5
2º ano	81,9	11,0	7,1
3º ano	88,4	6,4	5,2
4º ano	87,8	6,4	5,8

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Somados, o abandono e a reprovação atingem quase **20%** dos jovens matriculados no Ensino Médio.

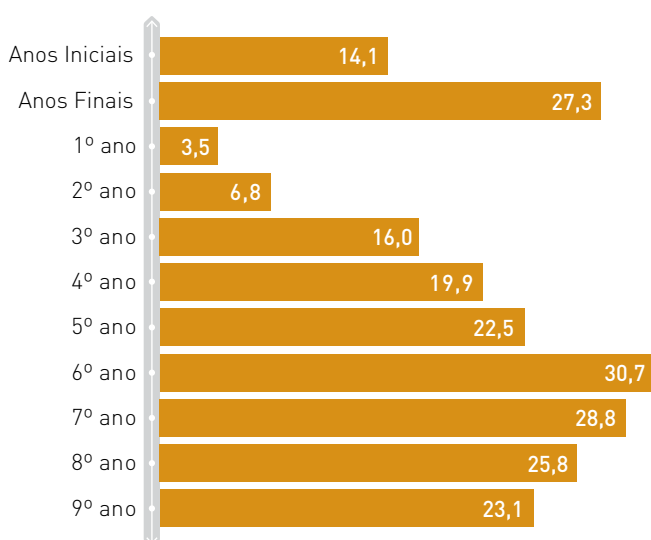
Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

Fluxo – Taxa de distorção idade-série Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2006-2014 (Em %)

Região	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	28,6	27,7	22,1	23,3	23,6	22,9	22,0	21,0	20,0
Norte	41,4	40,9	29,2	33,2	34,8	34,2	32,9	31,3	29,8
Nordeste	41,2	40,1	28,3	31,6	32,7	31,6	30,3	28,9	27,5
Sudeste	17,8	17,4	16,4	15,9	15,5	15,0	14,6	14,0	13,2
Sul	18,3	18,1	17,7	17,9	17,8	17,4	16,6	16,2	16,1
Centro-Oeste	26,6	25,4	22,4	21,6	21,3	20,3	19,4	17,9	16,5

Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil Ensino Fundamental – Por ano – 2014 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

Fluxo – Taxa de distorção idade-série Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Brasil e regiões – 2006-2014 (Em %)

Região	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	44,9	42,5	33,7	34,4	34,5	32,8	31,1	29,5	28,2
Norte	63,5	60,5	44,4	48,5	50,0	48,3	47,0	45,2	44,1
Nordeste	62,3	59,5	40,5	45,1	46,6	44,0	41,8	39,4	38,0
Sudeste	33,5	31,1	28,4	26,4	26,2	24,9	23,0	21,6	20,5
Sul	29,8	28,4	27,4	25,9	24,6	23,6	23,3	22,6	21,7
Centro-Oeste	42,3	39,5	34,4	33,9	33,2	31,1	30,5	29,0	27,7

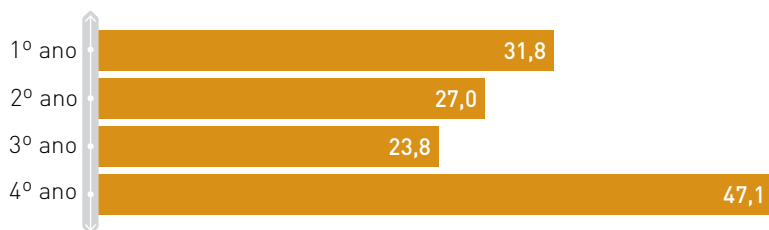
Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, a taxa de distorção idade-série na região Norte é mais do que o dobro da registrada no Sudeste.



A distorção idade-série é, em geral, mais acentuada no Ensino Médio do que no Ensino Fundamental. ▲

Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil Ensino Médio, Normal/Magistério e Integrado – Por ano – 2014 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED/Indicadores Educacionais.

Defasagem de mais de 2 anos entre a idade adequada e o ano que o aluno está cursando

SAIBA MAIS DIFERENÇAS SOCIOECONÔMICAS

Com base nos questionários respondidos pelos participantes da Prova Brasil, o Inep desenvolveu um indicador de nível socioeconômico (conhecido pela sigla NSE). As escolas foram divididas em sete grupos, definidos com base na média do nível socioeconômico dos alunos. Isso permite que as escolas possam comparar seu desempenho com outras na mesma localidade ou faixa no NSE, encontrando, por exemplo, unidades com condições semelhantes que obtiveram resultados diferenciados.

Segundo o Inep, a diferença de desempenho entre as escolas públicas mais pobres e mais ricas no Brasil aumentou desde 2005. A diferença de desempenho na prova entre os 20% com nível socioeconômico mais baixo e os 20% de nível mais alto para o 5º ano em Língua Portuguesa foi de 20,34 pontos naquele ano. Em 2013, dobrou: 42,7 pontos.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 2005 e 2013

Por unidades da federação

Unidade da federação	Ensino Fundamental - Anos Iniciais		Ensino Fundamental - Anos Finais		Ensino Médio	
	2005	2013	2005	2013	2005	2013
BRASIL	3,8	5,2	3,5	4,2	3,4	3,7
Região Norte	3,0	4,3	3,2	3,8	2,9	3,1
Rondônia	3,6	5,2	3,4	3,9	3,2	3,6
Acre	3,4	5,1	3,5	4,4	3,2	3,4
Amazonas	3,1	4,7	2,7	3,9	2,4	3,2
Roraima	3,7	5,0	3,4	3,7	3,5	3,4
Pará	2,8	4,0	3,3	3,6	2,8	2,9
Amapá	3,2	4,0	3,5	3,6	2,9	3,0
Tocantins	3,5	5,1	3,4	3,9	3,1	3,3
Região Nordeste	2,9	4,3	2,9	3,7	3,0	3,3
Maranhão	2,9	4,1	3,0	3,6	2,7	3,0
Piauí	2,8	4,5	3,1	4,0	2,9	3,3
Ceará	3,2	5,2	3,1	4,4	3,3	3,6
Rio Grande do Norte	2,7	4,4	2,8	3,6	2,9	3,1
Paraíba	3,0	4,5	2,7	3,5	3,0	3,3
Pernambuco	3,2	4,7	2,7	3,8	3,0	3,8
Alagoas	2,5	4,1	2,4	3,1	3,0	3,0
Sergipe	3,0	4,4	3,0	3,2	3,3	3,2
Bahia	2,7	4,3	2,8	3,4	2,9	3,0
Região Sudeste	4,6	5,9	3,9	4,6	3,6	3,9
Minas Gerais	4,7	6,1	3,8	4,8	3,8	3,8
Espírito Santo	4,2	5,4	3,8	4,2	3,8	3,8
Rio de Janeiro	4,3	5,2	3,6	4,3	3,3	4,0
São Paulo	4,7	6,1	4,2	4,7	3,6	4,1
Região Sul	4,4	5,8	3,8	4,3	3,7	3,9
Paraná	4,6	5,9	3,6	4,3	3,6	3,8
Santa Catarina	4,4	6,0	4,3	4,5	3,8	4,0
Rio Grande do Sul	4,3	5,6	3,8	4,2	3,7	3,9
Região Centro-Oeste	4,0	5,5	3,4	4,5	3,3	3,6
Mato Grosso do Sul	3,6	5,2	3,4	4,1	3,3	3,6
Mato Grosso	3,6	5,3	3,1	4,4	3,1	3,0
Goiás	4,1	5,7	3,5	4,7	3,2	4,0
Distrito Federal	4,8	5,9	3,8	4,4	3,6	4,0

Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar.

Quantidade e porcentagem de municípios que atingiram a meta do Ideb – 2013

Por unidades da federação

Unidade da federação	Rede pública - Anos Iniciais						Rede pública - Anos Finais					
	2013						2013					
	Sim		Não		Não divulgado		Sim		Não		Não divulgado	
	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%	Qnt.	%
BRASIL	3.797	68,7	1.506	27,2	225	4,1	2.125	38,2	3.253	58,5	182	3,3
Região Norte	265	58,9	178	39,6	7	1,6	107	23,8	340	75,6	3	0,7
Rondônia	46	88,5	5	9,6	1	1,9	21	40,4	30	57,7	1	1,9
Acre	20	90,9	1	4,5	1	4,5	12	54,5	10	45,5	0	0,0
Amazonas	45	72,6	17	27,4	0	0,0	39	62,9	22	35,5	1	1,6
Roraima	9	60,0	5	33,3	1	6,7	0	0,0	14	93,3	1	6,7
Pará	59	41,0	85	59,0	0	0,0	21	14,6	123	85,4	0	0,0
Amapá	2	12,5	14	87,5	0	0,0	0	0,0	16	100,0	0	0,0
Tocantins	84	60,4	51	36,7	4	2,9	14	10,1	125	89,9	0	0,0
Região Nordeste	999	55,8	732	40,9	60	3,4	573	32,0	1.144	63,8	75	4,2
Maranhão	56	25,8	148	68,2	13	6,0	34	15,7	167	77,0	16	7,4
Piauí	107	48,2	99	44,6	16	7,2	71	32,0	140	63,1	11	5,0
Ceará	174	94,6	10	5,4	0	0,0	138	75,0	46	25,0	0	0,0
Rio Grande do Norte	101	60,5	62	37,1	4	2,4	40	24,0	112	67,1	15	9,0
Paraíba	145	65,3	66	29,7	11	5,0	74	33,2	143	64,1	6	2,7
Pernambuco	113	61,1	70	37,8	2	1,1	95	51,4	87	47,0	3	1,6
Alagoas	45	44,1	56	54,9	1	1,0	12	11,8	87	85,3	3	2,9
Sergipe	34	45,3	37	49,3	4	5,3	5	6,7	65	86,7	5	6,7
Bahia	224	53,7	184	44,1	9	2,2	104	24,9	297	71,2	16	3,8
Região Sudeste	1.264	75,8	368	22,1	36	2,2	881	52,8	761	45,6	26	1,6
Minas Gerais	789	92,5	44	5,2	20	2,3	674	79,0	157	18,4	22	2,6
Espírito Santo	65	83,3	13	16,7	0	0,0	20	25,6	58	74,4	0	0,0
Rio de Janeiro	37	40,2	55	59,8	0	0,0	18	19,6	74	80,4	0	0,0
São Paulo	373	57,8	256	39,7	16	2,5	169	26,2	472	73,2	4	0,6
Região Sul	864	75,0	177	15,4	111	9,6	256	21,6	859	72,6	69	5,8
Paraná	308	77,2	88	22,1	3	0,8	103	25,8	294	73,7	2	0,5
Santa Catarina	241	82,3	27	9,2	25	8,5	33	11,2	259	88,1	2	0,7
Rio Grande do Sul	315	68,5	62	13,5	83	18,0	120	24,4	306	62,3	65	13,2
Região Centro-Oeste	405	86,7	51	10,9	11	2,4	308	66,1	149	32,0	9	1,9
Mato Grosso do Sul	73	92,4	6	7,6	0	0,0	20	25,3	59	74,7	0	0,0
Mato Grosso	119	84,4	17	12,1	5	3,5	102	72,3	35	24,8	4	2,8
Goiás	212	86,2	28	11,4	6	2,4	186	75,9	54	22,0	5	2,0
Distrito Federal	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0

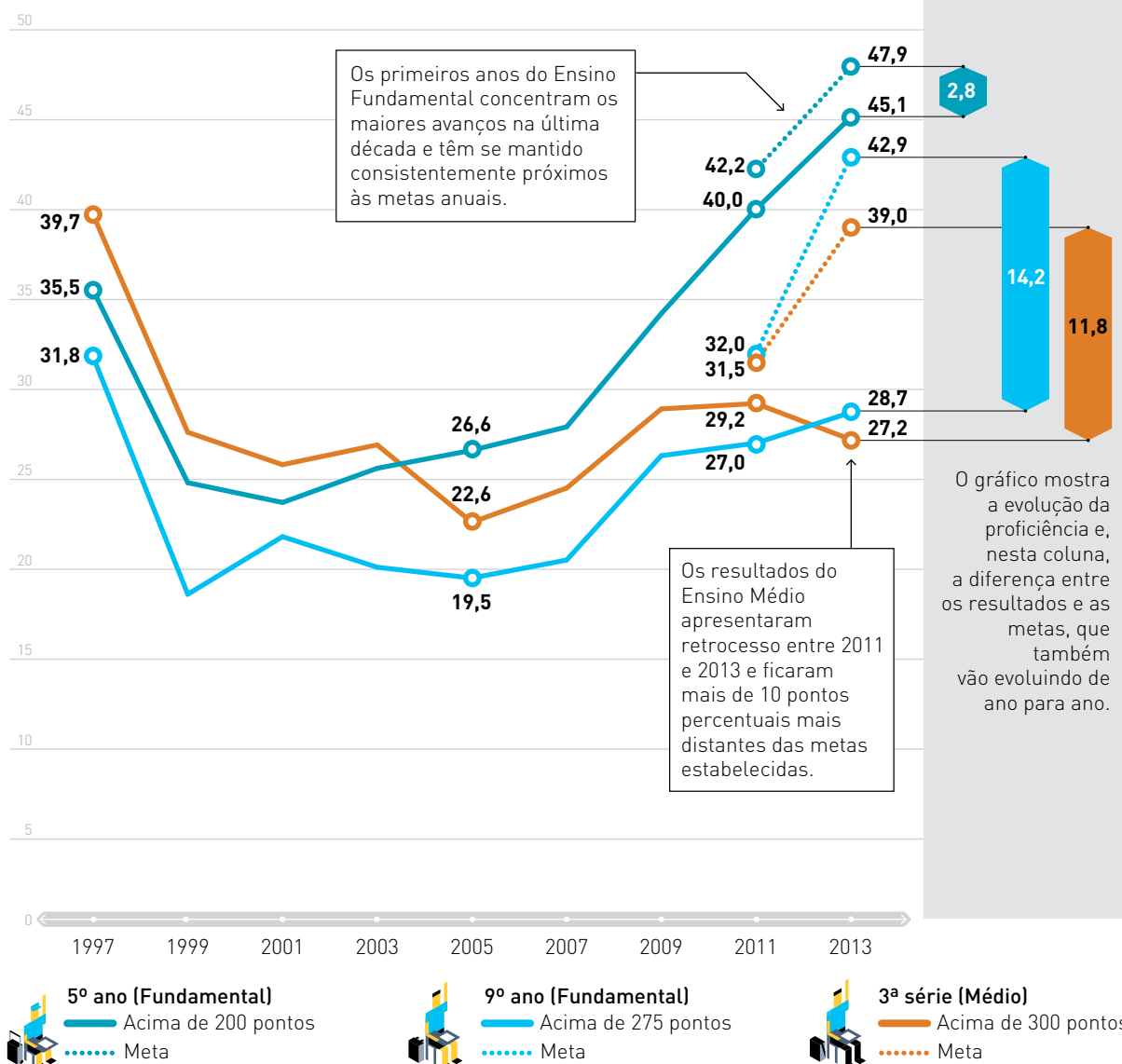
Fonte: MEC/Inep/Saeb e Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

Saber se as crianças e jovens estão aprendendo o que se espera a cada etapa da trajetória é um dos principais objetivos dos sistemas de avaliação externa. A análise é feita com base nos resultados da Prova Brasil e do Saeb. A Meta 3 do movimento Todos Pela Educação prevê que, até 2022, pelo menos 70% dos estudantes estejam aprendendo o que é adequado para o seu ano. Para monitorar essa meta, o movimento calcula, a cada divulgação dos

LÍNGUA PORTUGUESA

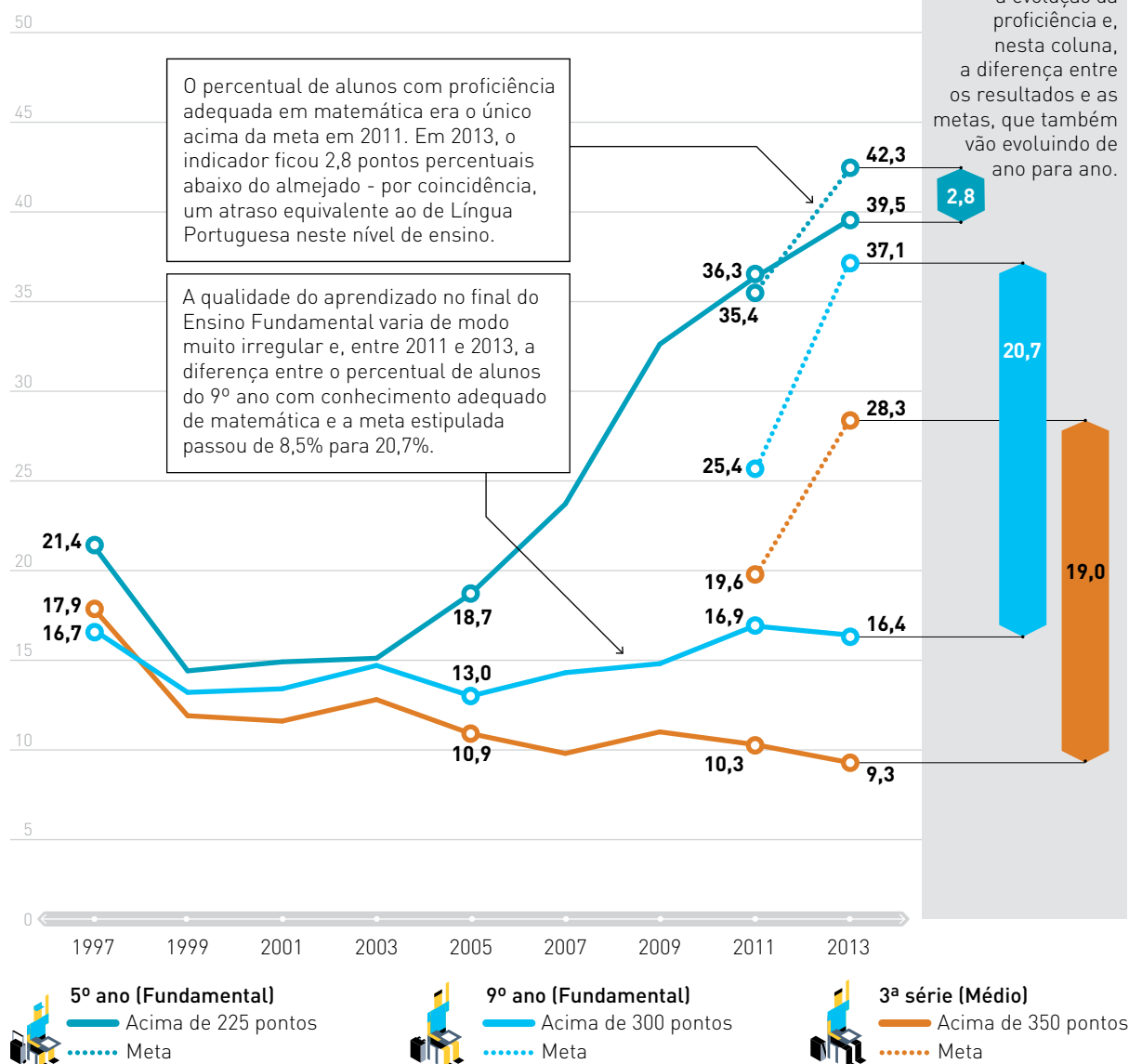
Alunos brasileiros com nível de proficiência esperado ou acima, por disciplina e série (Em %)



resultados das avaliações, a porcentagem de estudantes que atinge ou fica acima da proficiência considerada adequada para as três etapas avaliadas. Os resultados obtidos a cada ano são comparados com a meta parcial para aquele período, como mostram os gráficos abaixo, revelando o patamar conquistado e o ritmo do avanço na direção almejada. Portanto, vale sempre observar a distância entre o percentual medido e o desejado.

MATEMÁTICA

Alunos brasileiros com nível de proficiência adequado, por disciplina e série (Em %)



DE OLHO NA QUALIDADE – BRASIL

Nos gráficos destas duas páginas, é possível verificar a situação da proficiência dos alunos em matemática e em língua portuguesa, nas cinco regiões brasileiras. Também é possível comparar os resultados regionais com os dados totais do País.

Avaliação por ciclos de ensino

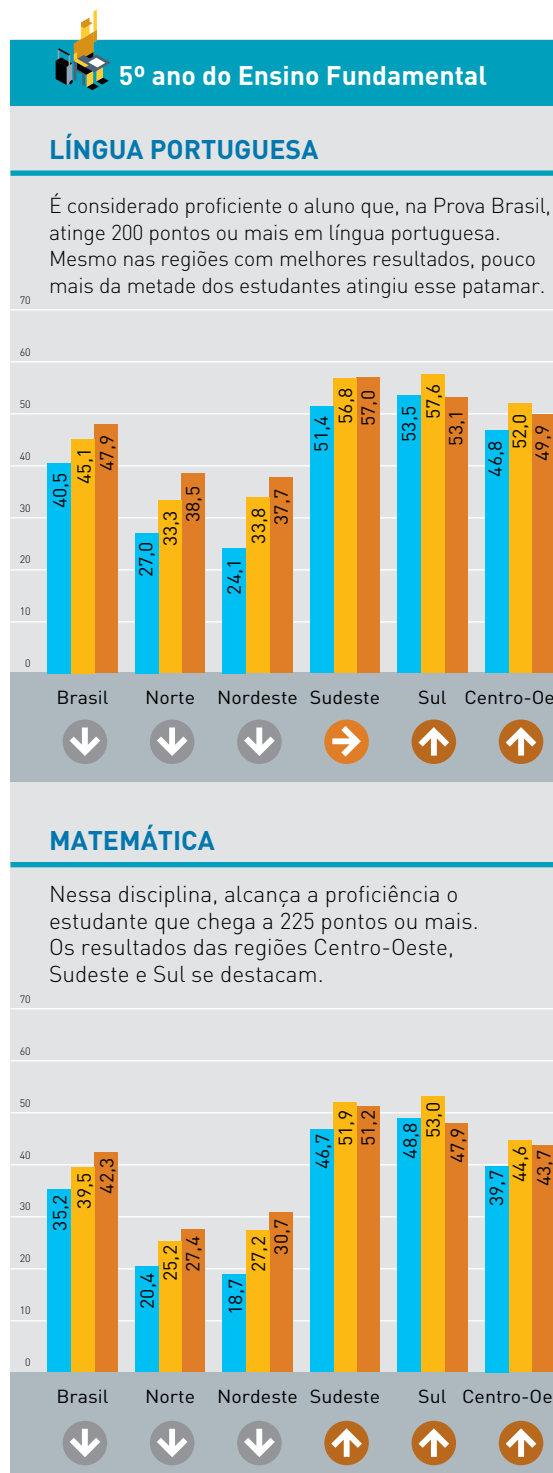
A Prova Brasil é aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos da rede pública*. Já o Saeb avalia de maneira amostral também os alunos das escolas particulares e os do Ensino Médio.

Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação, para o Brasil e regiões



- Superou: porque o limite inferior do intervalo de confiança do índice observado está acima da meta.
- Atingiu: porque a meta está dentro do intervalo de confiança.
- Não atingiu: porque o limite superior do intervalo de confiança do índice observado está abaixo da meta.

* Dados da Prova Brasil 2013. Inclui todas as escolas da rede pública (federal, estadual e municipal) com mais de 20 alunos.
 ** Dados do Saeb. Para o Brasil, inclui escolas federais, estaduais, municipais e privadas da área urbana e área rural com mais de 10 alunos. Para estados e regiões, inclui escolas estaduais, municipais e privadas com mais de 10 alunos apenas da área urbana. A utilização deste recorte da amostra do Saeb para estados e regiões é importante para manter a mesma metodologia de cálculo da projeção dos valores intermediários da Meta 3.

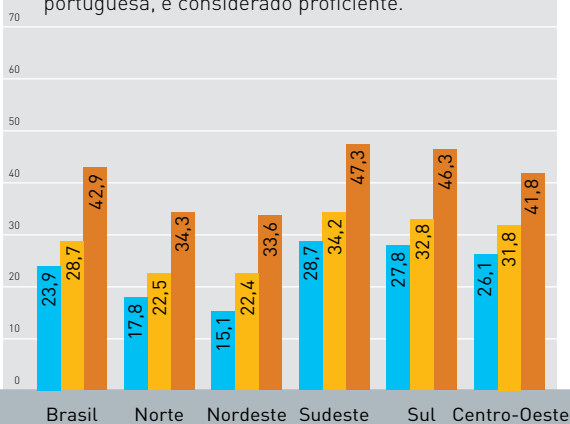




9º ano do Ensino Fundamental

LÍNGUA PORTUGUESA

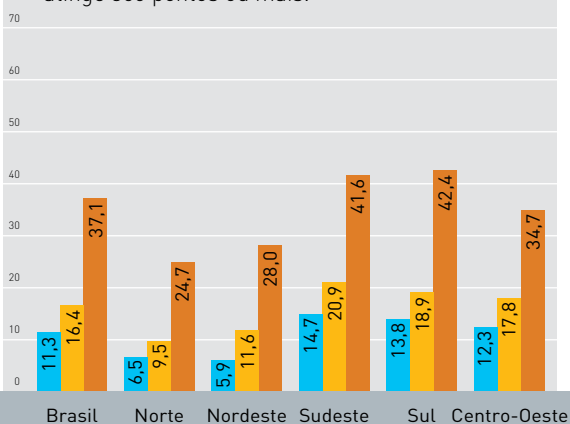
Nesta etapa de ensino, os resultados caíram em todas as regiões. No 9º ano, o aluno que, na Prova Brasil, atinge ou supera 275 pontos em língua portuguesa, é considerado proficiente.



Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste

MATEMÁTICA

Em matemática, a distância entre resultados e metas é mais significativa. É considerado proficiente o aluno que, na Prova Brasil, atinge 300 pontos ou mais.



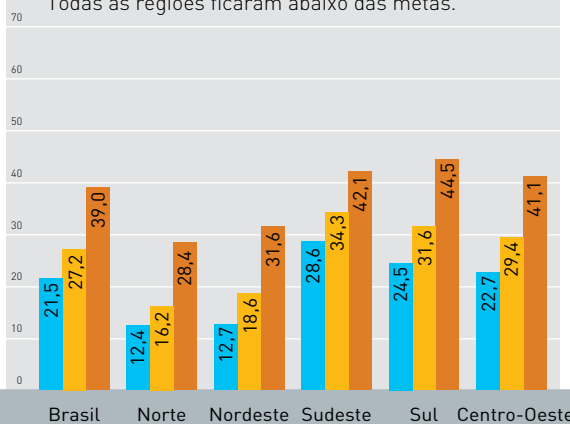
Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste



3ª série do Ensino Médio

LÍNGUA PORTUGUESA

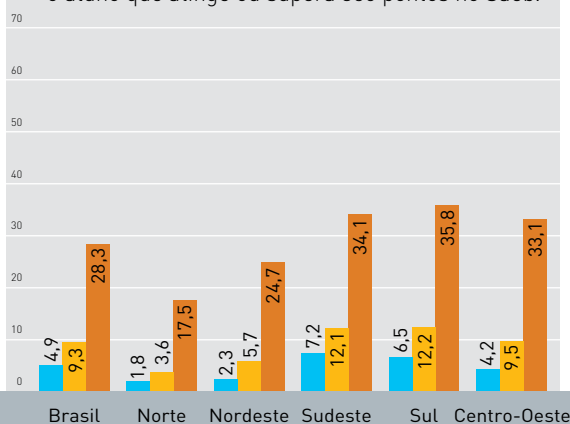
É considerado proficiente o aluno que, no Saeb, atinge ou supera 300 pontos em língua portuguesa no 3º ano do Ensino Médio. Todas as regiões ficaram abaixo das metas.



Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste

MATEMÁTICA

Os resultados mais baixos em matemática são verificados nessa etapa de ensino. Nenhuma das regiões alcançou a meta. Considera-se proficiente o aluno que atinge ou supera 350 pontos no Saeb.



Brasil Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste

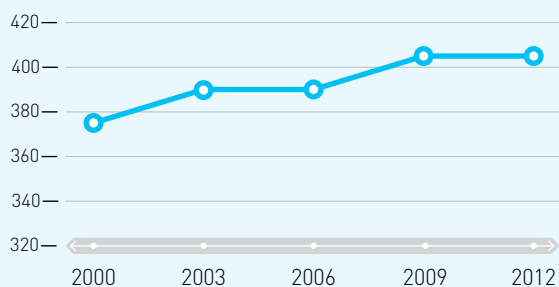
PISA - PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES

Iniciativa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) é uma das principais referências internacionais em avaliação dos sistemas educacionais dos países participantes. Trata-se de uma avaliação trienal aplicada a estudantes de 15 anos em cerca de 70 países. Cada edição tem foco em uma área. Em 2000 e em 2009, o Pisa abordou a leitura. A matemática foi o tema em 2003 e novamente em 2012. Em 2006, a prioridade foi ciências, tema que se repetiu em 2015, com resultados ainda não disponíveis. O Brasil participa do Pisa desde o ano 2000 e tem registrado uma evolução importante, como mostram os números destas duas páginas.

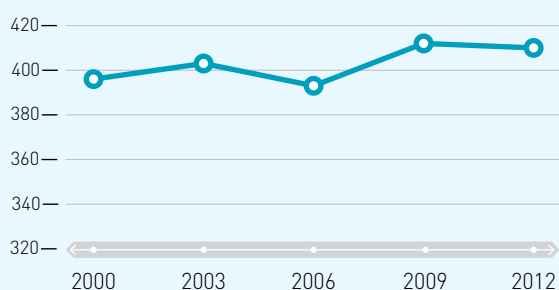
74

Desempenho médio no PISA – Brasil – 2000-2012

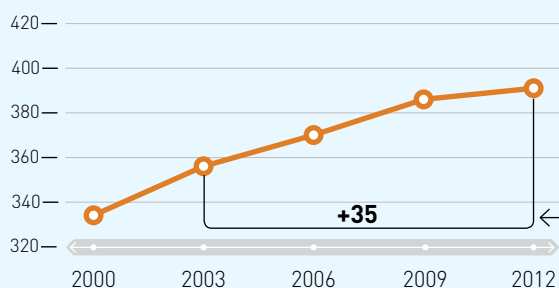
Em Ciências



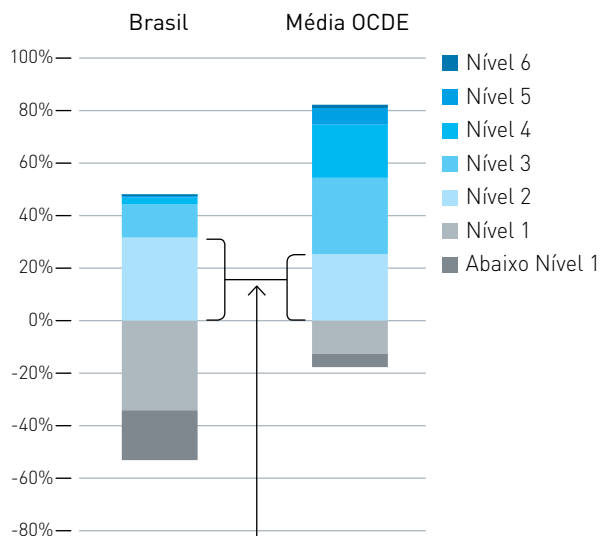
Em Leitura



Em Matemática



Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em ciências – Brasil e média dos países da OCDE – 2012

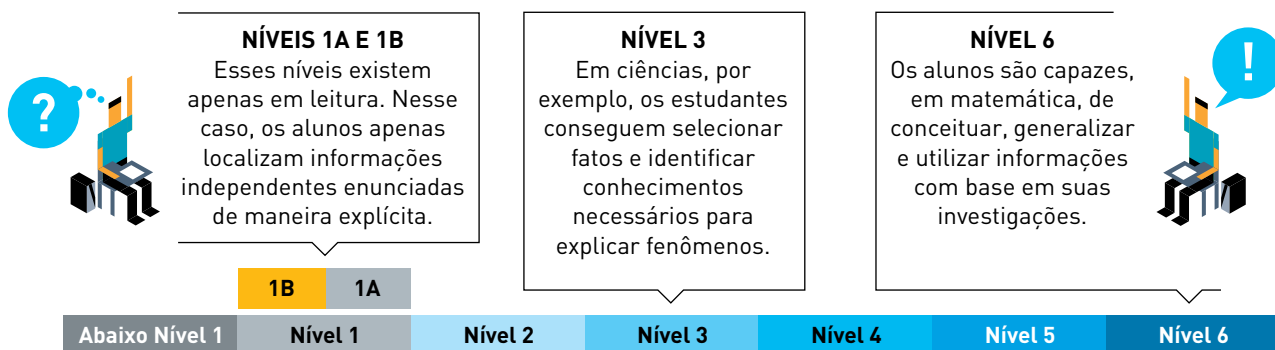


O nível 2 de proficiência é o que a OCDE define como o mínimo para que o estudante possa exercer plenamente a cidadania.

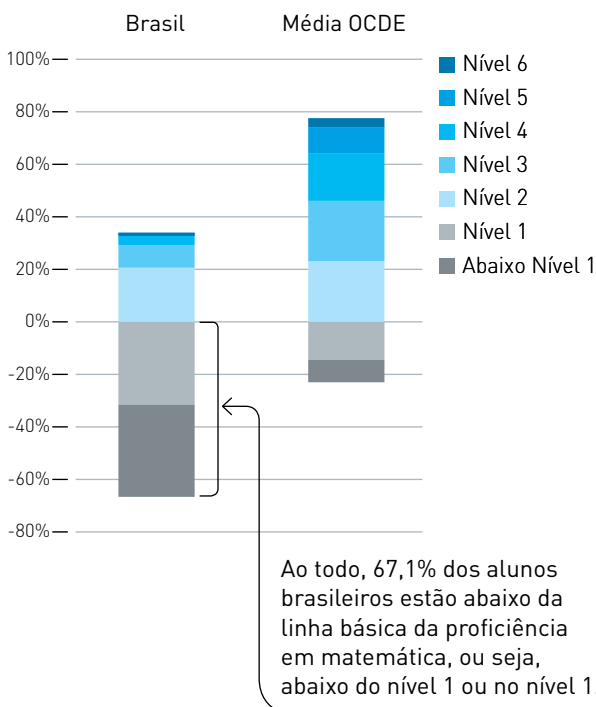
O Brasil avançou 35 pontos na avaliação de matemática entre as edições de 2003 e 2012 do Pisa.

Entenda a escala de proficiência

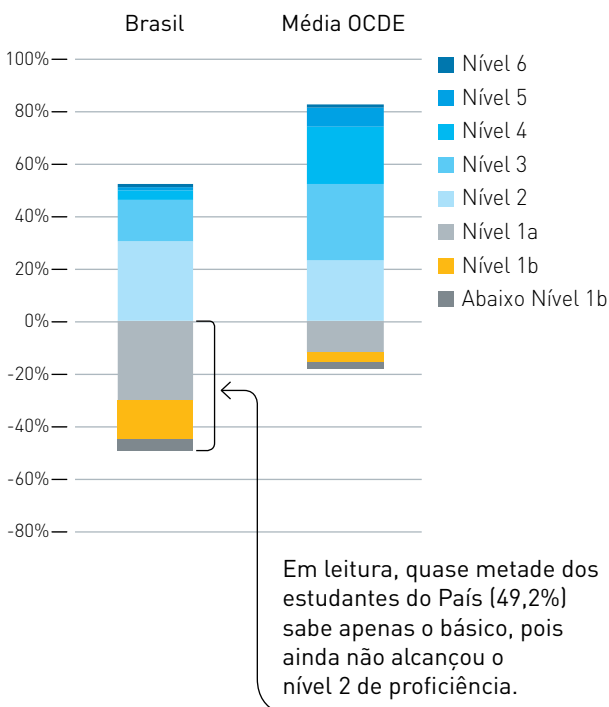
O Pisa resume o que os estudantes conseguem realizar em ciências, matemática e leitura. Veja abaixo informações sobre os parâmetros considerados, lembrando que as escalas das 3 áreas do conhecimento são diferentes.



Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em matemática – Brasil e média dos países da OCDE – 2012



Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência em leitura – Brasil e média dos países da OCDE – 2012



MEDIDAS EFETIVAS

A OCDE divulgou, em 2016, o estudo “Alunos de baixo desempenho: Por que ficam para trás e como ajudá-los?”. Além de relacionar o desempenho do Brasil no exame à inclusão de estudantes desfavorecidos e de zonas rurais no sistema educacional, o documento traz recomendações efetivas. Entre as medidas, estão o aumento do acesso à Educação na Primeira Infância, a oferta de atividades diferenciadas para alunos com dificuldades, o incentivo à participação dos pais e da comunidade e a criação de programas especiais para imigrantes e alunos de áreas rurais.

A Base Nacional Comum Curricular

Ao atender ao convite do Todos Pela Educação para produzir este breve texto para o Anuário Brasileiro da Educação Básica, preciso revelar minha condição de partícipe do “Todos” e, ao mesmo tempo, de assessor para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Só me permito expressar os pontos de vista a seguir, já apresentados aos dirigentes da proposta para a BNCC como parte de meu esforço para a segunda versão, com a consciência de que são ideias pessoais, a serem cotejadas com outras não necessariamente convergentes.

A primeira versão da proposta para a elaboração de uma BNCC submetida a ampla consulta pública estimulou milhões de recomendações que estão sendo consideradas para aperfeiçoá-la. O pouco tempo para ser elaborada e para ser revista decorre de decisões que a antecedem, como o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Da mesma forma, é por força de lei que a BNCC trata os treze componentes no Ensino Médio e os oito no Fundamental, e os reúne em áreas de conhecimento praticamente ausentes da cultura escolar. Independentemente das contribuições já recebidas, há possíveis modificações de fundo, que poderiam ser consideradas na nova versão, como aponto a seguir como opiniões pessoais.

Uma primeira sugestão seria reunir os objetivos de aprendizagem em etapas que a escola reconhece mais do que as áreas. Estas últimas seriam úteis se garantirem progressão na aprendizagem, assegurando que cada componente retomasse seus temas em cada etapa, o que ainda não acontece. Uma organização menos segmentada poderá facilitar em cada etapa uma coerência entre princípios e objetivos, ao associar conhecimentos com demais sentidos da formação como promover sociabilidade, responsabilidade e iniciativa.

Outra sugestão seria trocar a seriação estrita da primeira versão por simples recomendação de sequência dentro de cada etapa, reconhecendo sistemas escolares que se organizam e avaliam em intervalos maiores. Não forçar a seriação contornaria outro problema, o da variada programação do Ensino Médio com suas modalidades profissionais, além de ajudar a combater a descontinuidade hoje presente entre etapas, como entre as de professores únicos, a do início do fundamental, e as de vários componentes.

Finalmente, seria justo que essa sequência não fosse feita somente em função de pré-requisitos internos aos componentes, mas em crescente complexidade formativa acompanhando a evolução dos estudantes. O conhecimento pode ser disciplinar, mas não a realidade vivida, e uma articulação temática sincrônica promoveria uma maior concentração na atenção dos estudantes, e também daria maior consistência ao sentido formativo de cada etapa.

Há aspectos essenciais a serem considerados, mas que não se limitam à formulação da BNCC, pois tem mais a ver com o uso que se fará dela. Por exemplo, como ela deveria pautar as avaliações nacionais de sistemas e de estudantes, para que estas provas não continuem balizando o que se espera da Educação de base? Ou, ainda, a BNCC não sendo currículo, qual sua relação com os currículos escolares? Que sentido faz, por exemplo, que ela constitua 60% ou outra porcentagem do que se deva aprender? Mas estas são questões que, naturalmente, logo serão consideradas e respondidas.

Luís Carlos de Menezes

Físico, membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, membro do Conselho Técnico Científico da CAPES/MEC para Educação Básica e consultor da UNESCO. É assessor e integrante do corpo de especialistas da SEB/MEC para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular.



ESCOLARIDADE

META DO PNE

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência do PNE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As linhas ascendentes dos gráficos da página seguinte, que mostram a evolução da escolaridade média no Brasil, não deixam dúvida: esse é um indicador que vem apresentando uma melhora constante ao longo do tempo. A questão recorrente a cada divulgação de dados diz respeito ao ritmo desse crescimento. Em geral, o que se verifica, ano a ano, são variações relativamente pequenas que, projetadas, tornam mais distante o alcance da meta de um patamar mínimo de 12 anos de estudo ao final da vigência do atual PNE.

Além do mais, analisar o nível de escolaridade da população apenas pela média fornece um retrato parcial desse importante indicador. É fundamental observar a evolução dos números em cada uma das regiões e nos recortes por localidade, renda e raça/cor. Nesses casos, o que se verifica é um ritmo de melhora um pouco mais intenso no meio rural e entre os negros, além de uma tendência de redução das diferenças regionais.

Em outras palavras, os dados segmentados revelam, ao mesmo tempo, desigualdades que persistem no cenário educacional do País e mudanças graduais na direção da transformação desse quadro, como também prevê o PNE.

Por fim, vale lembrar o que significa uma escolaridade média de 12 anos, definida como o mínimo a ser alcançado, de acordo com o PNE. Corresponde a um período menor do que o da Educação Básica, que compreende a Educação Infantil (para crianças de 4 e 5 anos), o Ensino Fundamental (para alunos de 6 a 14 anos) e o Ensino Médio (para alunos de 15 a 17 anos). Trata-se, portanto, de um passo essencial para a solução de um *deficit* histórico, mas que não deve ser tomado como objetivo final do esforço pela melhoria da Educação no País.

FIQUE LIGADO!

Observe na tabela da pág. 80 como se confirma a relação entre escolaridade e renda no Brasil.

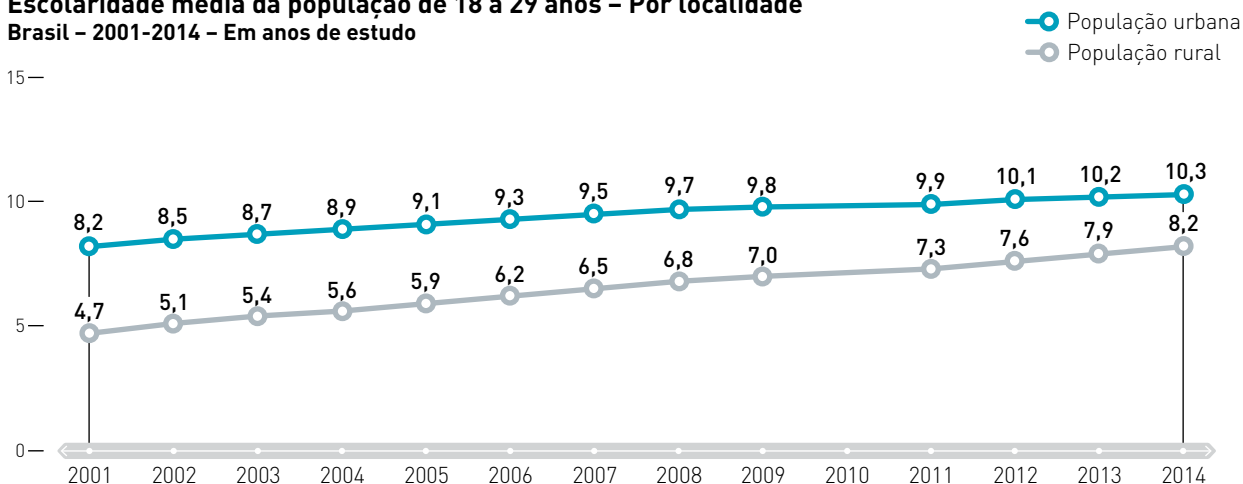
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos
Brasil e regiões – 1995-2014 – Em anos de estudo

Região	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brasil	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8	9,9	10,0
Norte	6,6	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,7	7,9	7,4	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,7	8,9	9,2	9,3
Nordeste	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,5	7,8	8,1	8,3	8,6	8,9	9,0	9,1
Sudeste	7,4	7,6	7,6	7,9	8,1	8,5	8,8	9,1	9,3	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,4	10,4	10,5
Sul	7,2	7,3	7,4	7,7	8,0	8,4	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,6	9,9	10,0	10,1	10,2	10,3	10,3
Centro-Oeste	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,8	8,2	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2	9,5	9,7	10,0	10,1	10,3	10,2

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

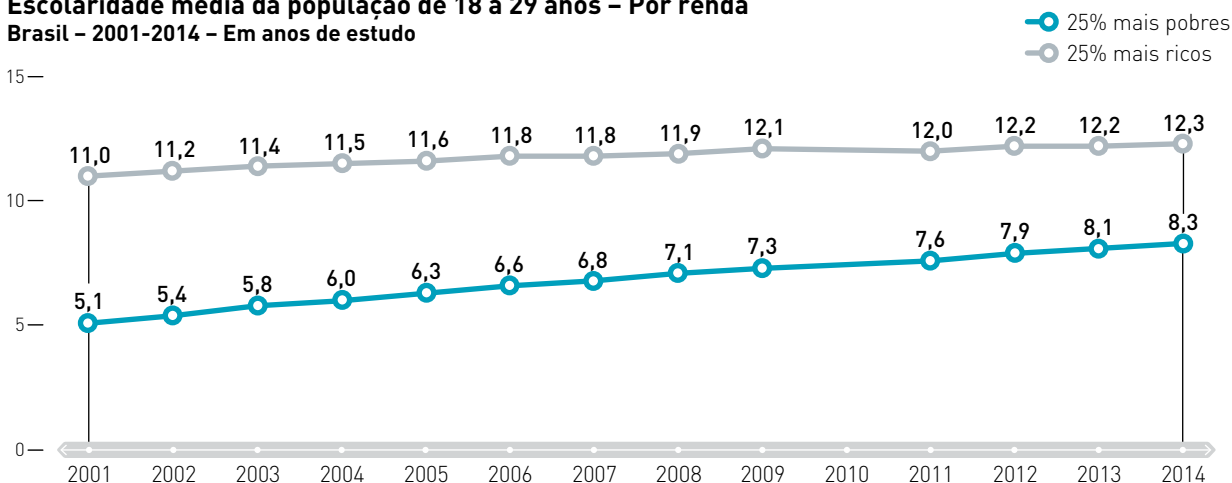
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por localidade
Brasil – 2001-2014 – Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por renda
Brasil – 2001-2014 – Em anos de estudo



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (8).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Por raça/cor Brasil e regiões – 1995-2014 – Em anos de estudo

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Branços	7,5	7,7	7,8	8,1	8,3	8,7	8,9	9,2	9,3	9,5	9,8	9,9	10,1	10,3	10,4	10,6	10,7	10,7
Pardos	5,5	5,7	5,7	6,0	6,2	6,6	6,9	7,2	7,4	7,7	7,9	8,1	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2	9,4
Pretos	5,4	5,6	5,8	6,1	6,2	6,6	7,2	7,5	7,7	8,0	8,2	8,3	8,7	8,8	8,8	9,0	9,2	9,5

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7).

Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas Por raça/cor – Brasil – 2001-2014

Ano	Renda média Total	Renda média Brancos	Renda média Pretos	Renda média Pardos
2001	R\$ 845,84	R\$ 1.043,76	R\$ 652,17	R\$ 610,02
2002	R\$ 816,06	R\$ 1.015,30	R\$ 662,68	R\$ 584,69
2003	R\$ 760,20	R\$ 943,58	R\$ 611,08	R\$ 554,19
2004	R\$ 759,86	R\$ 943,10	R\$ 626,01	R\$ 562,60
2005	R\$ 811,25	R\$ 994,84	R\$ 713,73	R\$ 613,36
2006	R\$ 864,04	R\$ 1.062,59	R\$ 728,04	R\$ 656,07
2007	R\$ 917,68	R\$ 1.123,33	R\$ 765,15	R\$ 709,56
2008	R\$ 961,22	R\$ 1.162,63	R\$ 878,50	R\$ 748,39
2009	R\$ 990,51	R\$ 1.190,81	R\$ 849,67	R\$ 788,57
2011	R\$ 1.093,42	R\$ 1.313,33	R\$ 930,00	R\$ 888,66
2012	R\$ 1.147,82	R\$ 1.377,50	R\$ 969,75	R\$ 943,93
2013	R\$ 1.174,96	R\$ 1.394,52	R\$ 1.062,50	R\$ 973,42
2014	R\$ 1.194,96	R\$ 1.418,38	R\$ 1.062,14	R\$ 1.006,56

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (14).

SAIBA MAIS | REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Não se pode analisar os dados sobre a escolaridade da população de 18 a 29 anos nem a meta do PNE relativa a esse indicador sem levar em conta a desigualdade entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre a cidade e o campo. Por isso mesmo, o Plano deixa claro, em diversas estratégias, que os esforços das esferas de governo devem mirar não apenas a escolaridade média, mas acima de tudo os segmentos em que o *deficit* de anos de estudo é maior. Isso deve se dar, inclusive, por meio da busca ativa de jovens fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.



A educação formal traz, comprovadamente, impacto positivo sobre a renda. ▲

Rendimento médio do trabalho das pessoas de 18 a 29 anos ocupadas Por nível de instrução – Brasil – 2007-2014

Nível de instrução	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Sem instrução	R\$ 428,53	R\$ 477,85	R\$ 521,02	R\$ 646,59	R\$ 734,86	R\$ 859,19	R\$ 709,84
Fundamental incompleto ou equivalente	R\$ 542,19	R\$ 563,68	R\$ 566,85	R\$ 653,85	R\$ 692,79	R\$ 706,05	R\$ 741,69
Fundamental completo ou equivalente	R\$ 718,18	R\$ 736,78	R\$ 741,21	R\$ 836,78	R\$ 869,62	R\$ 919,28	R\$ 928,09
Médio incompleto ou equivalente	R\$ 673,45	R\$ 710,38	R\$ 714,53	R\$ 797,56	R\$ 847,90	R\$ 870,31	R\$ 894,06
Médio completo ou equivalente	R\$ 944,52	R\$ 960,42	R\$ 955,97	R\$ 1.047,63	R\$ 1.080,24	R\$ 1.104,82	R\$ 1.107,45
Superior incompleto ou equivalente	R\$ 1.267,42	R\$ 1.309,20	R\$ 1.307,79	R\$ 1.339,25	R\$ 1.390,73	R\$ 1.359,94	R\$ 1.351,03
Superior completo	R\$ 2.538,49	R\$ 2.575,64	R\$ 2.565,87	R\$ 2.614,73	R\$ 2.639,34	R\$ 2.620,60	R\$ 2.645,33

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (14).

Taxa de atendimento por grupo de idade e por faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* Brasil – 2014 (Em %)

	4 e 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Total	89,1	98,4	82,5	26,9	10,2
Sem rendimento e menos de ¼ salário mínimo	84,5	97,6	77,8	19,3	4,2
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	86,7	97,9	78,8	18,8	5,0
Mais de ½ até 1 salário mínimo	89,5	98,4	80,9	22,2	7,9
1 salário mínimo ou mais	94,1	99,3	88,9	34,2	14,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (4).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 1995-2014
Por unidades da federação e regiões metropolitanas – Em anos de estudo

Unidade da federação	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
BRASIL	6,6	6,8	6,9	7,1	7,3	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8	9,9	10,0
Região Norte	6,6	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,7	7,9	7,4	7,7	8,0	8,2	8,4	8,6	8,7	8,9	9,2	9,3
Rondônia	6,8	6,8	7,0	7,6	7,6	7,2	7,8	7,8	7,7	7,6	7,9	8,5	8,6	9,0	9,1	9,3	9,3	9,7
Acre	7,3	6,7	7,2	7,7	7,5	7,4	7,8	7,6	7,0	7,4	7,6	8,2	8,2	8,6	8,7	9,1	9,0	9,1
Amazonas	7,2	7,0	7,3	7,3	7,7	7,8	8,1	8,5	8,1	8,5	8,6	8,8	8,7	9,0	8,7	9,2	9,3	9,6
Roraima	6,9	7,1	8,3	7,9	8,0	7,5	8,2	8,6	8,3	8,5	8,9	9,2	9,6	9,8	10,2	10,4	10,0	10,1
Pará	6,4	6,7	6,7	6,7	7,0	7,0	7,4	7,5	6,8	7,1	7,4	7,6	7,9	8,1	8,2	8,5	8,8	8,9
Amapá	7,4	7,1	6,9	7,5	7,7	8,5	8,4	8,7	8,7	9,0	9,5	9,3	9,6	9,3	9,7	9,6	9,8	10,2
Tocantins	5,6	5,9	6,1	6,2	6,5	7,1	7,5	7,5	7,9	8,3	8,2	8,7	9,2	9,6	9,4	9,5	9,7	9,9
Região Nordeste	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,2	7,5	7,8	8,1	8,3	8,6	8,9	9,0	9,1
Maranhão	4,9	5,0	4,9	5,2	5,5	6,0	6,2	6,6	6,9	6,9	7,2	7,7	7,8	8,1	8,3	8,5	8,7	9,0
Piauí	5,1	4,9	5,0	5,1	4,9	5,7	5,9	6,2	6,6	6,7	7,2	7,3	7,5	8,1	8,5	8,6	8,9	9,0
Ceará	5,0	5,1	5,3	5,5	5,8	6,4	6,9	7,2	7,4	7,7	8,1	8,4	8,6	8,8	9,1	9,3	9,4	9,5
Rio Grande do Norte	5,7	6,1	6,2	6,1	6,5	6,6	6,9	7,0	7,2	7,6	7,9	8,0	8,3	8,3	9,0	9,2	9,4	9,2
Paraíba	5,1	5,5	5,3	5,8	6,1	5,7	5,9	6,5	6,4	6,9	7,1	7,3	7,8	8,0	8,5	8,9	9,1	8,8
Pernambuco	5,5	5,9	5,7	6,2	6,2	6,5	6,7	6,9	7,3	7,4	7,6	7,7	8,1	8,4	8,5	8,9	9,2	9,3
Alagoas	4,8	5,1	5,2	5,1	5,3	5,1	5,3	5,5	5,8	6,1	6,5	7,1	7,1	7,6	8,2	8,3	8,3	8,4
Sergipe	5,5	5,5	5,4	6,1	6,2	6,6	6,6	7,1	7,1	7,3	7,6	8,1	8,5	8,5	8,7	8,9	9,0	8,8
Bahia	5,0	5,2	5,3	5,5	5,7	6,2	6,6	6,9	7,0	7,4	7,7	7,9	8,2	8,3	8,6	8,9	8,9	9,2
Região Sudeste	7,4	7,6	7,6	7,9	8,1	8,5	8,8	9,1	9,3	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,4	10,4	10,5
Minas Gerais	6,4	6,6	6,5	6,9	7,1	7,8	8,0	8,3	8,5	8,8	9,0	9,1	9,3	9,6	9,6	9,9	10,0	10,1
Espírito Santo	6,7	6,9	6,7	6,9	7,5	7,6	8,2	8,4	8,7	8,9	9,1	9,2	9,2	9,6	9,7	10,0	9,9	10,2
Rio de Janeiro	7,8	7,9	7,9	8,1	8,3	8,4	8,8	9,1	9,2	9,4	9,6	9,7	9,9	10,0	10,0	10,1	10,2	10,4
São Paulo	7,8	8,0	8,1	8,4	8,6	9,0	9,2	9,5	9,7	9,9	10,1	10,2	10,4	10,5	10,6	10,7	10,7	10,9
Região Sul	7,2	7,3	7,4	7,7	8,0	8,4	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,6	9,9	10,0	10,1	10,2	10,3	10,3
Paraná	6,9	7,0	7,2	7,5	7,9	8,4	8,7	9,0	9,2	9,4	9,7	9,7	10,0	10,0	10,1	10,3	10,3	10,4
Santa Catarina	7,2	7,4	7,4	7,8	7,8	8,6	8,6	8,9	9,3	9,7	9,7	9,8	10,1	10,3	10,3	10,5	10,5	10,5
Rio Grande do Sul	7,3	7,5	7,6	7,9	8,1	8,2	8,6	8,9	9,1	9,1	9,4	9,5	9,7	9,7	9,8	10,0	10,1	10,1
Região Centro-Oeste	6,7	6,9	7,0	7,3	7,4	7,8	8,2	8,4	8,6	8,9	9,1	9,2	9,5	9,7	10,0	10,1	10,3	10,2
Mato Grosso do Sul	6,3	6,7	6,7	7,0	7,3	7,8	8,2	8,2	8,3	8,5	8,8	9,1	9,3	9,4	9,6	9,9	9,7	9,8
Mato Grosso	6,4	6,7	6,7	7,0	7,1	7,4	7,9	8,0	8,3	8,5	8,6	8,5	9,2	9,4	9,8	9,9	10,0	10,0
Goiás	6,4	6,5	6,7	7,0	7,2	7,5	7,8	8,2	8,3	8,7	9,1	9,2	9,4	9,5	9,8	10,0	10,3	10,1
Distrito Federal	8,1	8,1	8,2	8,4	8,4	8,7	9,2	9,4	9,6	10,0	10,1	10,3	10,4	10,6	10,7	11,0	11,1	11,0
Regiões Metropolitanas																		
Belém	7,8	8,0	8,2	8,1	8,3	8,2	8,4	8,4	8,6	8,8	9,0	9,3	9,4	9,4	9,7	9,9	10,0	10,0
Fortaleza	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1	7,7	8,3	8,3	8,5	8,8	9,0	9,3	9,4	9,6	9,7	9,8	9,9	10,0
Recife	7,0	7,2	7,1	7,4	7,5	8,0	8,2	8,3	8,6	8,7	8,9	9,1	9,3	9,7	9,7	10,0	10,1	10,4
Salvador	7,2	7,4	7,6	7,7	7,8	8,2	8,5	8,6	8,9	9,0	9,4	9,4	9,7	9,6	9,8	10,0	10,0	10,2
Belo Horizonte	7,4	7,6	7,5	7,8	7,9	8,6	8,9	9,2	9,4	9,6	9,9	9,8	10,1	10,3	10,3	10,4	10,4	10,5
Rio de Janeiro	8,2	8,2	8,3	8,4	8,7	8,7	9,0	9,4	9,4	9,7	9,8	10,0	10,2	10,1	10,2	10,3	10,5	10,6
São Paulo	8,1	8,2	8,4	8,7	8,8	9,3	9,5	9,7	9,9	10,1	10,3	10,4	10,5	10,6	10,8	11,0	10,9	11,0
Curitiba	7,7	7,7	8,0	8,1	8,6	8,8	9,3	9,5	9,8	10,1	10,2	10,0	10,3	10,4	10,3	10,5	10,5	10,7
Porto Alegre	8,0	8,2	8,2	8,3	8,5	8,7	9,0	9,4	9,6	9,5	9,7	9,8	10,0	10,1	10,2	10,1	10,2	10,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos – Brasil – 2001, 2006, 2012, 2013 e 2014
 Por raça/cor – Em anos de estudo

Unidade da federação	Brancos					Pretos					Pardos				
	2001	2006	2012	2013	2014	2001	2006	2012	2013	2014	2001	2006	2012	2013	2014
BRASIL	8,7	9,8	10,6	10,7	10,7	6,6	8,2	9,0	9,2	9,5	6,6	7,9	9,1	9,2	9,4
Região Norte	8,1	8,8	9,8	10,0	10,2	6,8	7,5	8,8	8,7	9,1	7,1	7,7	8,7	9,0	9,1
Rondônia	7,8	8,2	9,7	9,9	10,2	6,5	6,9	9,0	9,0	9,6	6,9	7,8	9,1	9,0	9,5
Acre	8,3	8,1	9,8	10,1	10,0	6,4	6,3	9,0	8,6	8,6	7,1	7,6	9,0	9,0	9,1
Amazonas	8,7	9,5	10,0	10,5	10,6	7,0	8,8	9,4	9,0	9,5	7,5	8,3	9,0	9,1	9,4
Roraima	8,8	9,8	11,3	10,9	10,7	6,0	8,1	10,1	9,6	9,4	7,3	8,7	10,3	10,1	10,1
Pará	7,8	8,4	9,5	9,5	9,7	7,0	7,4	8,5	8,3	8,6	6,8	7,2	8,2	8,7	8,7
Amapá	9,5	10,2	10,4	10,9	10,7	6,9	9,4	9,2	10,3	10,0	8,4	9,2	9,4	9,4	10,0
Tocantins	7,7	9,3	10,3	10,7	11,0	5,4	6,5	9,0	9,8	9,7	7,0	8,0	9,3	9,4	9,6
Região Nordeste	7,3	8,3	9,6	9,7	9,8	5,7	7,5	8,5	8,8	9,2	5,7	7,2	8,6	8,7	8,9
Maranhão	7,3	7,7	9,2	9,6	9,7	5,3	7,5	8,2	8,5	9,2	5,6	7,0	8,3	8,5	8,9
Piauí	7,0	8,6	9,0	9,6	9,6	5,6	7,4	8,9	8,7	9,1	5,2	6,7	8,4	8,6	8,9
Ceará	7,5	8,8	9,9	10,2	10,1	5,1	7,6	9,0	8,7	9,2	5,9	7,7	8,9	9,1	9,3
Rio Grande do Norte	7,5	8,6	9,7	10,0	9,9	5,5	7,5	8,2	8,8	8,5	6,0	7,5	8,8	9,0	8,7
Paraíba	7,1	7,9	9,5	9,7	9,5	4,5	5,4	8,2	8,5	8,3	5,0	6,6	8,6	8,7	8,5
Pernambuco	7,5	8,3	9,6	9,7	10,0	5,8	7,3	8,3	8,8	9,2	6,0	7,1	8,5	8,9	8,9
Alagoas	6,3	8,0	9,5	9,2	9,4	4,5	6,4	7,3	7,4	7,8	4,6	5,8	7,9	8,0	8,1
Sergipe	7,9	8,1	9,1	9,4	9,0	6,7	7,8	8,9	8,6	9,5	6,3	7,3	8,8	8,8	8,7
Bahia	7,2	8,4	9,7	9,7	9,7	6,0	7,8	8,7	9,0	9,4	5,9	7,4	8,7	8,6	9,0
Região Sudeste	9,2	10,3	11,0	11,0	11,2	7,1	8,7	9,4	9,4	9,7	7,5	8,8	9,7	9,7	9,9
Minas Gerais	8,5	9,8	10,7	10,7	10,8	6,5	8,2	9,1	9,3	9,5	7,1	8,4	9,3	9,6	9,7
Espírito Santo	8,4	10,0	10,8	10,9	11,0	5,9	8,0	8,9	8,7	9,0	7,2	8,5	9,6	9,4	9,8
Rio de Janeiro	9,2	10,2	11,0	11,1	11,1	6,9	8,6	9,1	9,2	9,4	7,6	9,0	9,6	9,7	9,9
São Paulo	9,5	10,5	11,1	11,1	11,3	7,9	9,3	9,8	9,8	10,3	7,8	9,2	9,9	9,9	10,1
Região Sul	8,6	9,9	10,6	10,6	10,7	6,9	8,3	9,0	9,3	9,3	6,9	8,1	9,0	9,1	9,2
Paraná	8,8	10,2	10,8	10,7	10,9	6,4	8,6	9,4	9,4	9,4	7,0	8,3	9,2	9,3	9,3
Santa Catarina	8,7	9,9	10,7	10,8	10,8	6,8	7,7	9,4	9,6	9,5	6,7	8,3	9,2	8,8	9,2
Rio Grande do Sul	8,4	9,7	10,3	10,3	10,5	7,1	8,4	8,8	9,2	9,2	6,6	7,8	8,5	8,9	9,0
Região Centro-Oeste	8,8	10,0	10,9	10,9	10,9	6,8	8,5	9,3	9,7	9,9	7,1	8,5	9,7	9,8	9,9
Mato Grosso do Sul	8,6	9,7	10,6	10,4	10,6	6,5	8,6	8,3	8,9	9,3	6,9	7,8	9,4	9,1	9,2
Mato Grosso	8,4	9,6	10,8	10,7	10,7	7,7	7,9	8,9	10,0	9,5	6,8	8,2	9,4	9,6	9,7
Goiás	8,5	9,8	10,8	10,9	10,7	6,2	8,3	9,2	9,4	9,9	6,9	8,5	9,5	9,9	9,8
Distrito Federal	9,8	10,9	11,7	11,7	11,7	7,1	9,5	10,3	10,6	10,5	8,0	9,5	10,5	10,7	10,7
Regiões Metropolitanas															
Belém	8,9	9,7	10,8	10,5	10,7	7,6	8,1	9,6	9,2	10,5	7,9	8,8	9,6	9,9	9,7
Fortaleza	8,5	9,9	10,2	10,6	10,6	6,0	8,5	9,4	9,3	9,6	7,1	8,6	9,5	9,7	9,7
Recife	9,0	9,8	10,8	10,8	11,1	7,4	8,2	9,3	9,4	9,7	7,4	8,5	9,6	9,9	10,1
Salvador	9,9	10,7	11,3	11,1	11,4	7,4	8,9	9,4	9,4	9,7	8,0	9,4	10,0	10,0	10,2
Belo Horizonte	9,3	10,7	11,3	11,2	11,4	7,4	8,9	9,7	9,7	10,0	8,0	9,3	10,0	9,9	10,1
Rio de Janeiro	9,5	10,5	11,2	11,3	11,3	7,2	8,7	9,2	9,4	9,6	7,8	9,2	9,8	10,0	10,1
São Paulo	9,8	10,8	11,4	11,5	11,5	7,9	9,4	10,3	10,0	10,2	8,2	9,4	10,3	10,0	10,3
Curitiba	9,1	10,6	11,0	10,8	11,0	8,1	8,8	10,1	9,8	9,9	7,2	9,0	9,2	9,3	9,5
Porto Alegre	9,0	10,1	10,4	10,4	10,6	7,7	8,7	9,1	9,4	9,3	6,4	8,3	8,9	8,9	9,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7).



ALFABETIZAÇÃO – 15 ANOS OU MAIS

META DO PNE

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

O ano de 2015 era o prazo para que a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais atingisse o percentual de 93,5%.

Embora o dado venha a ser conhecido somente no final deste ano, quando o IBGE divulgar os resultados da Pnad 2015, o ritmo de crescimento da taxa desde 2001 indica que dificilmente a meta parcial do PNE tenha sido alcançada no prazo. Entre 2013 e 2014, a taxa passou de 91,5% para 91,7%, com um aumento de apenas 0,2 ponto percentual. Dessa maneira, ficou, em 2014, quase dois pontos percentuais distante do objetivo estabelecido para 2015.

A exemplo do que ocorre com outros indicadores, as desigualdades regionais também são significativas. Sul e Sudeste já estão acima da meta de 93,5%. Estão, respectivamente, em 95,6% e 95,4%. Embora Sudeste, Centro-Oeste e Sul já tenham alcançado a meta, no Nordeste a distância para o patamar desejado ficou em 10,1 pontos percentuais, segundo a Pnad 2014.

Os dados do IBGE para o Brasil mostram que 8,3% da população brasileira com 15 anos ou mais ainda se declara analfabeta aos pesquisadores. Esse percentual equivale a cerca de 13 milhões de pessoas, mais do que o total de habitantes da cidade de São Paulo (cerca de 12 milhões).

E onde estão essas pessoas? A maioria, no campo. A diferença da taxa de alfabetização das populações urbana e rural é de quase 14 pontos percentuais. Uma distância significativa também é verificada na taxa de alfabetização dos 25% mais ricos e os 25% mais pobres. Nesse caso, porém, as linhas do gráfico na página 85 mostram claramente um movimento de convergência, por conta da melhora do indicador entre os mais pobres, no período entre 2001 e 2014. Quando a segmentação dos dados é feita por raça/cor, também desponta um contraste entre a alfabetização dos brancos e a dos pretos e pardos, assim como ritmos de evolução distintos.

FIQUE LIGADO!

Além dos dados do IBGE, é igualmente importante observar os dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), calculado pelo Instituto Paulo Montenegro e também contemplado na meta do PNE. Entenda melhor o Inaf e veja os dados mais recentes do indicador nas págs. 88 e 89.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Brasil e regiões – 2001-2014 (Em %)

Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brasil	87,6	88,1	88,4	88,5	88,8	89,5	89,9	90,0	90,3	91,4	91,3	91,5	91,7
Norte	88,8	89,6	89,4	87,0	88,1	88,3	88,6	88,8	89,0	89,8	90,0	90,5	91,0
Nordeste	75,7	76,6	76,8	77,5	78,0	79,2	80,0	80,5	81,2	83,1	82,6	83,1	83,4
Sudeste	92,5	92,8	93,2	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2	95,2	95,4
Sul	92,9	93,3	93,6	93,7	94,1	94,3	94,5	94,5	94,5	95,1	95,6	95,4	95,6
Centro-Oeste	89,8	90,4	90,5	90,8	91,1	91,7	92,0	91,8	92,0	93,7	93,3	93,5	93,5

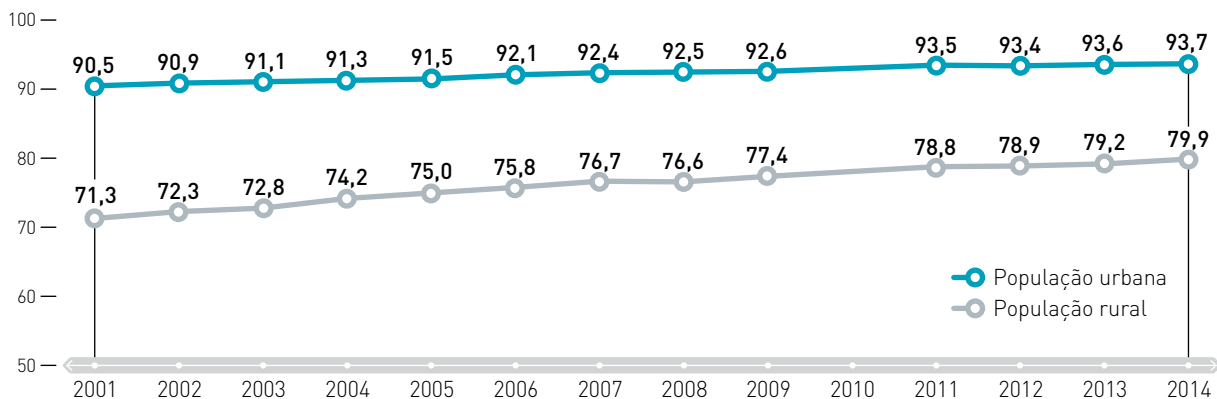
Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.



A população que não se alfabetizou na idade esperada recorre à Educação de Jovens e Adultos (EJA). ▲

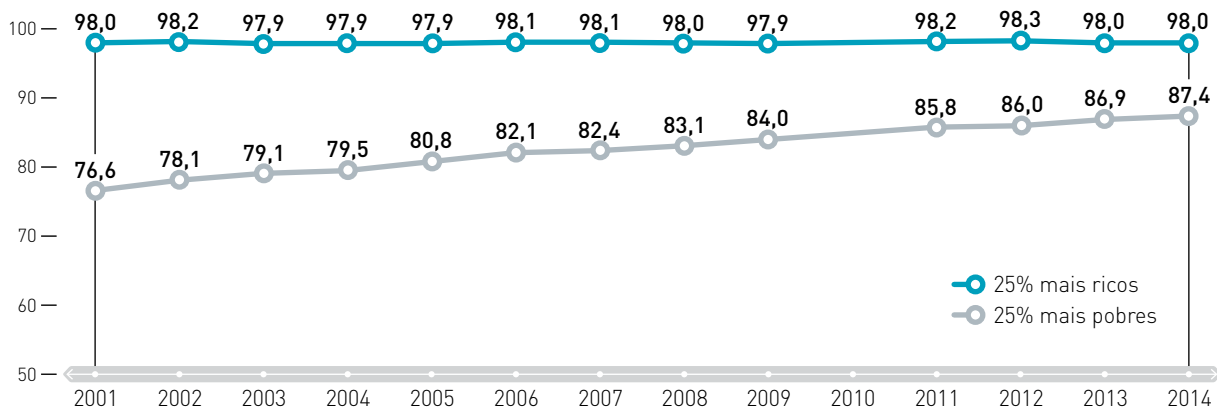
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Urbana/Rural – 2001-2014 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Renda familiar per capita – 2001-2014 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (8). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade Por raça/cor – 2001-2014 (Em %)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brancos	92,3	92,5	92,9	92,8	92,9	93,4	93,8	93,8	94,1	94,7	94,7	94,8	95,0
Pretos	81,3	83,2	83,1	83,4	85,3	85,8	85,5	86,6	86,7	87,1	88,1	87,9	88,8
Pardos	81,9	82,7	83,1	83,8	84,3	85,2	85,8	86,3	86,5	88,4	88,2	88,6	88,9

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade
Por unidades da federação e regiões metropolitanas – 2001-2014 (Em %)

Unidade da federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
BRASIL	87,6	88,1	88,4	88,5	88,9	89,5	89,9	90,0	90,3	91,4	91,3	91,5	91,7
Região Norte	88,8	89,6	89,5	87,0	88,1	88,3	88,6	88,8	89,0	89,8	90,0	90,5	91,0
Rondônia	89,8	91,4	91,4	89,6	90,1	89,4	90,5	90,8	90,2	90,3	91,4	91,4	91,7
Acre	83,3	87,0	83,1	81,9	79,0	82,5	84,3	85,1	83,7	85,6	86,5	85,4	86,9
Amazonas	92,3	93,7	93,4	91,0	93,3	92,2	92,1	91,2	92,7	91,6	91,7	92,7	93,8
Roraima	88,5	87,9	90,3	89,3	87,5	91,2	89,0	90,3	92,3	90,4	92,6	90,2	92,5
Pará	88,8	89,3	89,4	85,4	86,6	86,7	87,3	87,5	87,2	89,4	89,5	89,9	90,0
Amapá	92,8	93,8	90,7	91,5	92,6	94,7	92,8	95,3	96,7	92,4	93,3	94,0	95,8
Tocantins	81,5	81,9	82,4	82,8	83,7	85,1	85,8	85,6	86,5	87,8	86,6	87,8	87,8
Região Nordeste	75,7	76,6	76,8	77,5	78,0	79,2	80,0	80,5	81,2	83,1	82,6	83,1	83,4
Maranhão	76,6	77,1	76,2	76,9	77,0	77,2	78,6	80,5	80,9	78,4	79,2	80,1	80,4
Piauí	70,6	70,4	71,6	72,7	72,6	73,8	76,6	75,7	76,6	80,7	81,2	80,3	79,8
Ceará	75,2	77,4	77,3	78,2	77,4	79,4	80,8	80,9	81,5	83,5	83,7	83,3	83,7
Rio Grande do Norte	75,8	77,3	76,6	77,7	78,5	78,2	80,4	80,0	81,9	84,2	84,0	82,8	83,8
Paraíba	72,8	72,9	74,8	74,7	74,8	77,3	76,5	76,5	78,4	82,8	81,4	81,8	83,1
Pernambuco	78,0	78,4	78,2	78,6	79,4	81,4	81,3	82,0	82,2	84,3	83,3	84,7	85,2
Alagoas	69,4	68,8	69,6	70,5	70,7	73,6	74,9	74,3	75,4	78,2	78,2	78,4	78,0
Sergipe	78,6	79,8	80,8	80,6	80,3	81,8	83,2	83,1	83,7	84,0	83,7	83,1	82,9
Bahia	77,2	78,3	78,7	79,6	81,2	81,4	81,5	82,5	83,1	85,6	84,1	85,1	85,3
Região Sudeste	92,5	92,8	93,2	93,4	93,4	94,0	94,2	94,2	94,3	95,2	95,2	95,2	95,4
Minas Gerais	88,3	88,9	88,9	90,1	89,9	90,9	91,1	91,3	91,4	92,1	92,6	92,4	92,9
Espírito Santo	88,5	89,3	89,7	90,5	91,3	90,5	91,5	91,2	91,5	93,6	93,3	93,4	93,5
Rio de Janeiro	94,4	94,8	95,3	95,1	95,1	95,7	95,6	95,6	96,0	96,3	96,2	96,3	96,8
São Paulo	94,0	94,1	94,6	94,5	94,6	95,0	95,4	95,3	95,3	96,3	96,2	96,3	96,2
Região Sul	92,9	93,3	93,6	93,7	94,1	94,3	94,5	94,5	94,5	95,1	95,6	95,4	95,6
Paraná	91,3	92,1	92,2	92,0	92,9	93,4	93,4	93,4	93,3	93,7	94,7	94,7	95,0
Santa Catarina	94,1	94,5	95,0	95,2	94,8	94,9	95,6	95,6	95,1	96,1	96,8	96,5	96,7
Rio Grande do Sul	93,8	93,7	94,2	94,5	94,8	94,8	95,0	95,0	95,4	95,7	95,7	95,6	95,5
Região Centro-Oeste	89,8	90,4	90,5	90,8	91,1	91,7	92,0	91,8	92,0	93,7	93,3	93,5	93,5
Mato Grosso do Sul	89,7	91,0	90,4	90,5	90,9	91,5	91,7	91,9	91,3	93,6	93,0	92,8	93,5
Mato Grosso	88,8	89,8	89,3	89,9	90,3	90,8	89,9	90,4	89,8	92,6	91,9	92,2	92,7
Goiás	88,3	88,7	89,1	89,3	89,8	90,4	91,2	90,7	91,4	92,8	92,7	92,9	92,3
Distrito Federal	94,5	94,3	95,5	95,8	95,3	96,2	96,3	96,0	96,6	96,9	96,5	96,8	97,3
Regiões Metropolitanas													
Belém	95,8	95,3	94,4	95,0	95,7	96,0	95,6	95,8	95,6	96,8	97,1	96,6	96,5
Fortaleza	87,5	88,6	88,0	88,4	88,0	88,8	90,2	89,8	90,4	90,8	90,8	91,3	91,1
Recife	89,0	89,5	88,6	89,3	90,4	91,4	91,3	91,1	91,8	92,2	91,9	91,1	93,3
Salvador	93,3	92,8	92,9	93,2	93,9	94,4	94,7	95,2	94,6	95,0	95,4	95,4	96,0
Belo Horizonte	94,3	94,2	94,1	94,4	94,7	95,0	95,3	95,6	95,3	95,9	96,3	96,0	96,4
Rio de Janeiro	95,1	95,8	96,4	95,8	96,1	96,6	96,3	96,4	96,8	97,1	96,8	96,8	97,5
São Paulo	94,8	95,1	95,4	95,6	95,4	96,2	96,2	96,3	95,8	97,0	97,0	96,9	96,8
Curitiba	95,6	95,7	96,4	95,8	96,2	96,6	96,3	97,0	96,6	95,9	97,0	97,1	97,4
Porto Alegre	95,8	95,7	96,3	96,4	96,5	96,5	96,5	96,3	97,0	97,0	97,3	97,4	97,3

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

Por raça/cor – 2001, 2006, 2012, 2013 e 2014 (Em %)

Unidade da federação	Branços					Pretos					Pardos				
	2001	2006	2012	2013	2014	2001	2006	2012	2013	2014	2001	2006	2012	2013	2014
BRASIL	92,3	93,4	94,7	94,8	95,0	81,3	85,8	88,1	87,9	88,8	81,9	85,2	88,2	88,6	88,9
Região Norte	92,1	92,1	93,0	93,5	93,7	83,0	84,3	86,2	85,7	86,1	87,7	87,3	89,5	90,2	90,9
Rondônia	92,0	92,0	91,6	93,5	93,3	85,5	77,1	89,9	83,0	90,8	88,5	89,3	91,5	91,3	90,9
Acre	85,5	85,6	91,0	90,2	91,8	70,3	71,7	84,9	78,5	80,6	83,2	82,6	85,6	85,3	87,3
Amazonas	94,2	95,1	93,7	96,3	95,8	90,7	92,9	88,5	89,5	86,4	91,5	91,3	91,7	92,1	94,0
Roraima	92,6	93,8	94,7	93,2	94,4	73,2	89,6	90,0	85,1	85,2	88,5	90,5	92,1	90,6	93,2
Pará	92,6	91,2	93,3	92,8	92,2	87,6	86,1	84,9	85,8	86,3	87,4	85,3	88,9	89,8	90,0
Amapá	96,2	97,0	96,1	95,1	97,6	74,8	91,9	86,7	92,6	93,5	94,0	94,1	93,4	93,9	95,4
Tocantins	86,1	91,0	92,2	91,3	95,1	61,2	72,9	84,7	81,8	79,1	80,7	84,3	84,9	87,1	86,9
Região Nordeste	81,0	83,4	86,5	86,7	87,0	70,5	77,2	80,3	80,5	82,6	73,8	77,5	81,2	81,9	82,0
Maranhão	81,6	82,0	86,1	84,4	85,8	72,8	74,1	72,4	74,7	74,4	75,5	76,1	78,3	80,1	80,2
Piauí	77,4	82,5	83,8	85,2	81,8	60,8	67,8	81,9	80,8	78,8	68,8	71,4	80,2	78,4	79,1
Ceará	81,2	84,4	88,5	86,9	88,2	62,6	76,0	76,3	75,6	78,9	72,2	76,8	81,9	82,2	82,1
Rio Grande do Norte	82,0	82,7	87,5	87,7	87,1	71,6	73,5	79,2	80,3	82,3	71,9	75,7	81,4	79,7	81,6
Paraíba	79,6	82,9	87,4	86,4	87,3	55,5	62,1	74,2	75,2	80,6	70,1	74,7	78,7	79,9	80,9
Pernambuco	82,7	84,9	86,7	88,1	89,3	69,5	78,0	80,5	77,2	82,4	75,6	79,4	81,5	83,8	83,4
Alagoas	77,2	81,0	82,5	82,9	82,9	59,4	66,1	72,0	70,1	75,0	66,4	70,0	77,0	77,5	76,3
Sergipe	88,3	86,0	84,0	84,5	83,3	84,0	82,3	83,7	84,3	86,3	74,9	79,7	83,6	82,3	82,1
Bahia	79,9	82,3	86,1	87,6	87,0	73,1	80,6	83,9	84,9	86,2	77,0	81,3	83,4	84,2	84,3
Região Sudeste	94,6	95,6	96,5	96,6	96,7	86,2	90,7	92,7	92,8	92,9	89,1	91,8	93,8	93,6	94,2
Minas Gerais	91,8	93,7	94,8	94,9	95,2	79,9	87,4	90,4	90,3	90,0	85,2	88,6	91,0	90,5	91,5
Espírito Santo	92,2	94,2	94,8	95,8	95,0	78,7	81,9	88,9	92,9	88,4	86,4	88,6	92,9	91,6	93,4
Rio de Janeiro	95,9	97,0	97,2	97,3	97,5	89,0	92,3	93,7	94,2	95,1	93,0	94,9	95,9	95,7	96,5
São Paulo	95,1	95,7	97,0	97,0	97,0	88,7	92,7	93,8	93,5	93,8	91,1	93,4	94,8	95,3	95,2
Região Sul	94,2	95,4	96,5	96,4	96,6	87,2	89,8	92,7	92,1	93,0	85,4	89,4	92,4	92,2	92,2
Paraná	93,4	95,0	96,1	95,9	96,5	83,8	86,9	89,6	89,2	90,4	84,5	89,1	91,6	92,3	92,0
Santa Catarina	94,6	95,8	97,2	97,0	97,2	90,4	87,4	96,1	93,8	94,5	85,2	88,6	94,8	93,5	93,5
Rio Grande do Sul	94,6	95,5	96,4	96,5	96,3	88,2	92,1	93,5	93,3	94,1	87,4	90,5	92,8	91,4	91,8
Região Centro-Oeste	92,9	94,3	95,2	95,3	95,6	82,6	86,9	89,9	89,5	90,0	87,8	90,1	92,3	92,6	92,6
Mato Grosso do Sul	92,3	93,7	95,3	94,5	95,6	81,0	84,3	89,4	90,4	89,2	87,2	89,9	90,9	91,4	92,2
Mato Grosso	93,4	94,6	94,6	95,2	95,7	84,3	83,4	88,1	84,5	87,6	87,0	89,1	90,7	91,6	91,8
Goiás	91,6	93,1	94,6	94,4	94,4	75,9	85,5	89,6	89,7	87,8	86,3	88,5	91,7	92,2	91,5
Distrito Federal	96,4	97,4	97,2	97,9	98,0	91,0	94,9	92,9	94,9	97,1	93,1	95,4	96,5	96,1	96,7
Regiões Metropolitanas															
Belém	92,6	91,2	93,3	92,8	92,2	87,6	86,1	84,9	85,8	86,3	87,4	85,3	88,9	89,8	90,0
Fortaleza	81,2	84,4	88,5	86,9	88,2	62,6	76,0	76,3	75,6	78,9	72,2	76,8	81,9	82,2	82,1
Recife	82,7	84,9	86,7	88,1	89,3	69,5	78,0	80,5	77,2	82,4	75,6	79,4	81,5	83,8	83,4
Salvador	79,9	82,3	86,1	87,6	87,0	73,1	80,6	83,9	84,9	86,2	77,0	81,3	83,4	84,2	84,3
Belo Horizonte	91,8	93,7	94,8	94,9	95,2	79,9	87,4	90,4	90,3	90,0	85,2	88,6	91,0	90,5	91,5
Rio de Janeiro	95,9	97,0	97,2	97,3	97,5	89,0	92,3	93,7	94,2	95,1	93,0	94,9	95,9	95,7	96,5
São Paulo	95,1	95,7	97,0	97,0	97,0	88,7	92,7	93,8	93,5	93,8	91,1	93,4	94,8	95,3	95,2
Curitiba	93,4	95,0	96,1	95,9	96,5	83,8	86,9	89,6	89,2	90,4	84,5	89,1	91,6	92,3	92,0
Porto Alegre	94,6	95,5	96,4	96,5	96,3	88,2	92,1	93,5	93,3	94,1	87,4	90,5	92,8	91,4	91,8

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

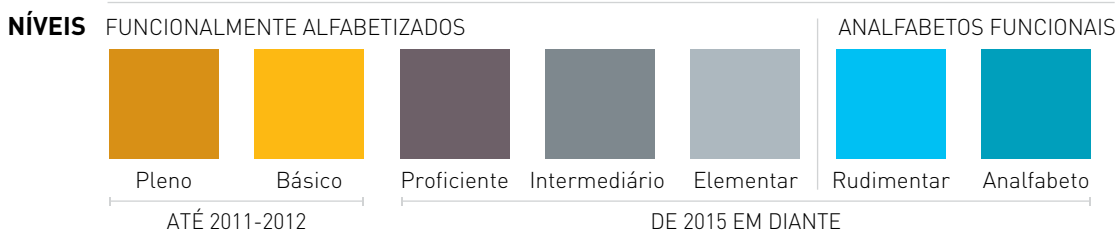
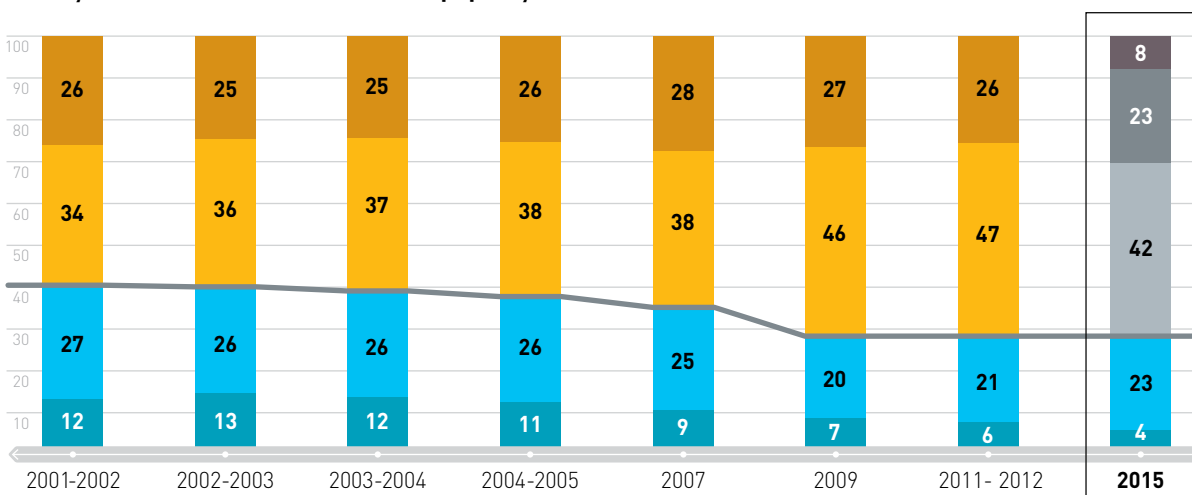
Notas: (4), (5), (6) e (7). Os dados de alfabetização da população são autodeclarados.



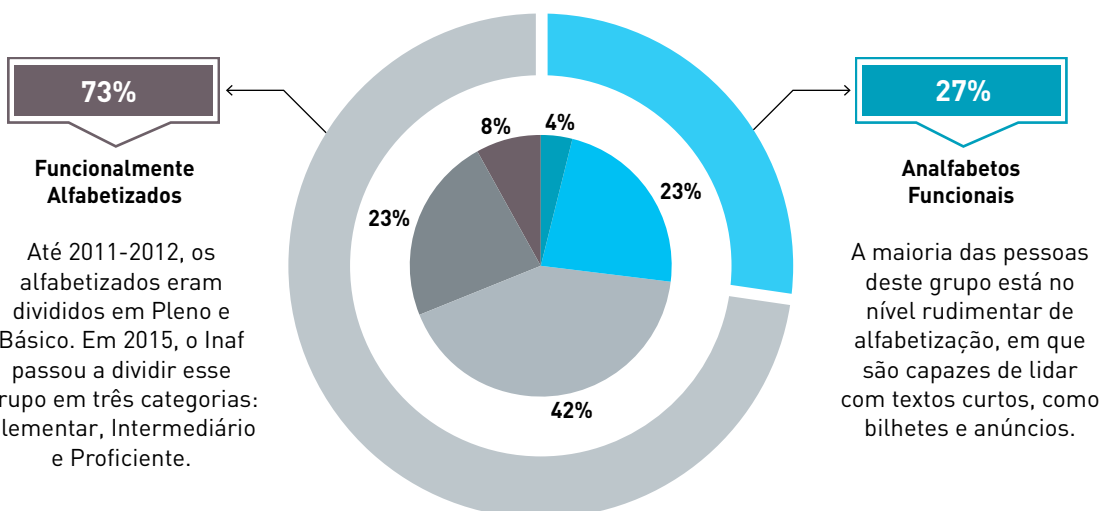
INAF - INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) mostra que 73% da população brasileira pode ser considerada funcionalmente alfabetizada. Apenas 8% está no nível Proficiente, sendo capazes de elaborar textos de diferentes tipos e de interpretar tabelas e gráficos. Apesar da redução numérica, a série histórica mostra que os considerados alfabetizados funcionais estão se acumulando na faixa intermediária ou elementar, em vez de haver um "crescimento em cascata". Isso só vai ser conseguido com melhoria da qualidade da Educação.

Evolução do alfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos – 2001-2002 a 2015 (Em %)



2015



Evolução dos níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos no Inaf
 Por sexo – 2001-2015 (Em %)

Níveis	Homens		Mulheres	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Analfabeto funcional	39,0	30,0	39,0	25,0
Alfabetizado funcionalmente	61,0	70,0	61,0	75,0

Evolução dos níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos no Inaf
 Por escolaridade – 2001-2015 (Em %)

Níveis	Até Ensino Fundamental (Anos Iniciais)		Ensino Fundamental (Anos Finais)		Ensino Médio		Educação Superior	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Analfabetos funcionais	73,0	68,0	27,0	34,0	10,0	11,0	2,0	4,0
Funcionalmente alfabetizados	27,0	32,0	73,0	66,0	90,0	89,0	98,0	96,0

Evolução dos níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos no Inaf
 Por faixas etárias – 2001-2015 (Em %)

Níveis	15 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 49 anos		50 a 64 anos	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Analfabetos funcionais	22,0	17,0	33,0	20,0	46,0	26,0	66,0	48,0
Funcionalmente alfabetizados	78,0	83,0	67,0	80,0	54,0	74,0	34,0	52,0

Evolução dos níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos no Inaf
 Por cor/raça – 2001-2015 (Em %)

Níveis	Branca		Preta		Parda	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Analfabetos funcionais	32,0	23,0	51,0	34,0	44,0	30,0
Alfabetizados funcionalmente	68,0	77,0	49,0	66,0	56,0	70,0

Evolução dos níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos no Inaf
 Por zona urbana e rural – 2001-2015 (Em %)

Níveis	Urbano		Rural	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Analfabeto funcional	34,0	25,0	64,0	41,0
Alfabetizado funcionalmente	66,0	75,0	36,0	59,0

O estudo, realizado pelo Instituto Paulo Montenegro, contou com a participação de 2.002 pessoas com idade entre 15 e 64 anos, das zonas urbana e rural, de todas as regiões do País.



EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

META DO PNE

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional, nos ensinos Fundamental e Médio.

90

FIQUE LIGADO!

Vale a pena observar que o número de jovens de 18 a 29 anos matriculados na EJA se mostra estável, como é possível observar no gráfico da pág. 92, o que pode ser mais um sinal da grave crise do Ensino Médio brasileiro.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil enfrenta um quadro de desafios diversos. Trata-se de um cenário complexo, cuja face mais visível é a queda do número de matrículas, que se repete ano a ano. Ao mesmo tempo, uma porcentagem significativa dessas matrículas, que em 2014 totalizaram pouco mais de 3,5 milhões, é de jovens entre 15 e 19 anos, muitos deles ainda em idade para cursar o Ensino Médio regular.

O caminho proposto pelo PNE é ampliar o número de matrículas de EJA integrada à Educação Profissional, tanto no Ensino Médio como no Fundamental. Dessa forma, essa modalidade de ensino poderia se tornar mais atraente e relevante para o diversificado público que a procura, geralmente em busca de melhores condições de inserção no mercado de trabalho (*veja também capítulo referente à Educação Profissional, na pág. 95*).

Os números mostram, porém, que a distância a ser percorrida até o cumprimento da meta é uma das mais extensas dentre todas as áreas abordadas pelo PNE. O percentual de alunos com acesso à Educação Profissional, no conjunto da EJA, ficou em 2014 abaixo dos 4% e apresentou crescimento discreto em relação ao ano anterior.

O próprio PNE apresenta estratégias para que sejam alcançados seus objetivos, como a maior oferta de vagas nas redes estaduais, que têm sido ampliadas, mas ainda de forma insuficiente para atender à demanda.

Em outras frentes, que vão além da oferta de vagas, o plano propõe, por exemplo, estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, a produção de material didático e a formação continuada de professores. A preocupação com as condições dos estudantes para concluir a EJA, por sua vez, se traduz na proposta de institucionalizar um programa de assistência social, financeira e psicopedagógica.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)**Total de matrículas e matrículas na EJA integrada à Educação Profissional**

Ensinos Fundamental e Médio – Brasil e regiões – 2014

Região	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas quando integrado à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas quando integrado à Educação Profissional
Brasil	3.592.908	2.284.122	9.153	0,40	1.308.786	42.875	3,28
Norte	474.320	330.432	1.195	0,36	143.888	4.287	2,98
Nordeste	1.460.815	1.085.012	7.309	0,67	375.803	27.340	7,28
Sudeste	1.068.155	544.653	290	0,05	523.502	7.358	1,41
Sul	348.745	194.793	359	0,18	153.952	2.251	1,46
Centro-Oeste	240.873	129.232	0	0,00	111.641	1.639	1,47

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos**Matrículas por etapa de ensino – Brasil – 2007-2014**

Ano	Total geral	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino							
		Ensino Fundamental				Ensino Médio			
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Integrado à Educação Profissional	Projovem (Urbano)	Total	Médio	Integrado à Educação Profissional
2007	4.985.338	3.367.032	1.160.879	1.974.940	0	0	1.618.306	1.608.559	9.747
2008	4.945.424	3.295.240	1.127.077	2.164.187	3.976	0	1.650.184	1.635.245	14.939
2009	4.661.332	3.094.524	1.035.610	2.055.286	3.628	0	1.566.808	1.547.275	19.533
2010	4.287.234	2.860.230	923.197	1.922.907	14.126	0	1.427.004	1.388.852	38.152
2011	4.046.169	2.681.776	935.084	1.722.697	23.995	0	1.364.393	1.322.422	41.971
2012	3.906.877	2.561.013	870.181	1.618.587	18.622	53.623	1.345.864	1.309.871	35.993
2013	3.772.670	2.447.792	832.754	1.551.438	20.194	43.406	1.324.878	1.283.609	41.269
2014	3.592.908	2.284.122	774.352	1.451.627	9.153	48.990	1.308.786	1.265.911	42.875
Δ % 2013/2014	-4,76	-6,69	-7,01	-6,43	-54,67	12,86	-1,21	-1,38	3,89

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (15).

Educação de Jovens e Adultos**Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2014**

Região	Total	Presencial	Semipresencial	Integrada presencial	Integrada semipresencial
Brasil	2.284.122	2.105.332	169.637	8.558	595
Norte	330.432	308.169	21.068	1.005	190
Nordeste	1.085.012	1.046.797	30.906	7.017	292
Sudeste	544.653	445.406	98.957	290	0
Sul	194.793	178.351	16.083	246	113
Centro-Oeste	129.232	126.609	2.623	0	0

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

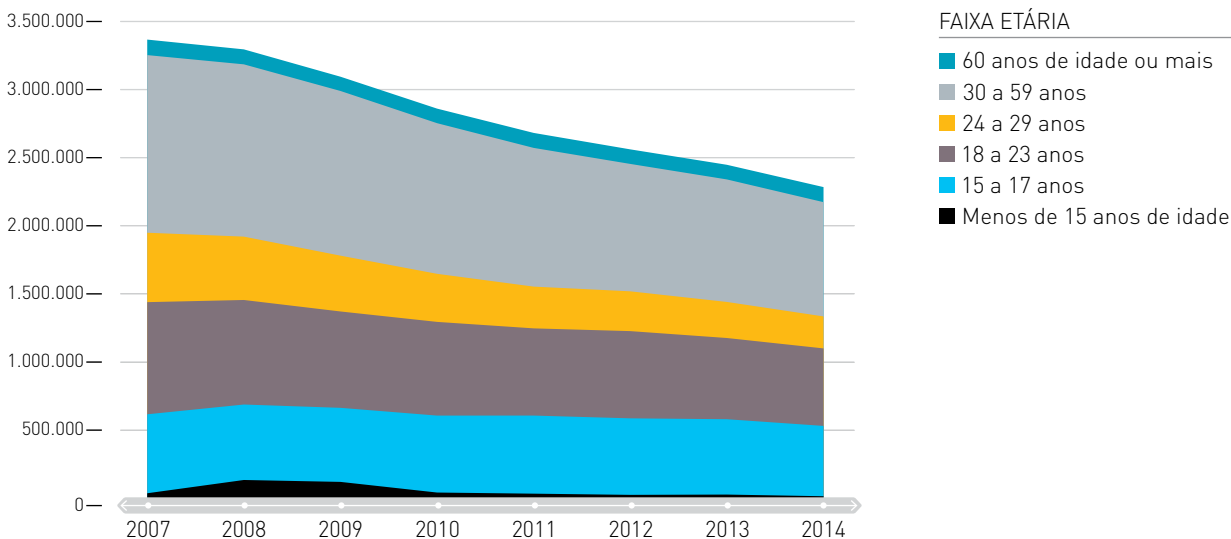
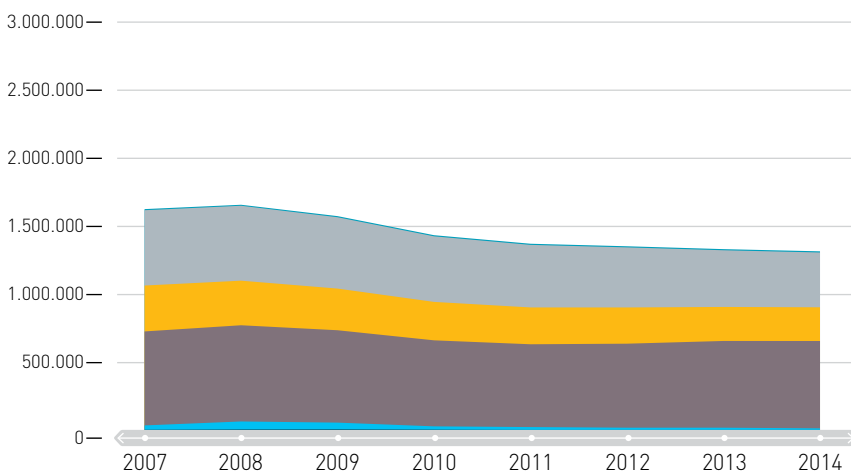
Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos**Matrículas no Ensino Médio – Brasil e regiões – 2014**

Região	Total	Presencial	Semipresencial	Integrada presencial	Integrada semipresencial
Brasil	1.308.786	999.761	266.150	41.230	1.645
Norte	143.888	114.244	25.357	4.062	225
Nordeste	375.803	296.283	52.180	27.029	311
Sudeste	523.502	366.708	149.436	6.470	888
Sul	153.952	117.013	34.688	2.113	138
Centro-Oeste	111.641	105.513	4.489	1.556	83

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Educação de Jovens e Adultos**Matrículas na EJA por faixa etária – Brasil – 2007-2014****Ensino Fundamental****Ensino Médio**

Fonte: MEC/Inep/DEED - Microdados Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Educação de Jovens e Adultos**Matrícula total na EJA e na EJA integrada à Educação Profissional – Brasil – 2014**

Por unidades da federação

2014							
Unidade da federação	Total EJA	Nível Fundamental			Nível Médio		
		Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas quando integrado à Educação Profissional	Total	Integrado à Educação Profissional	% matrículas quando integrado à Educação Profissional
BRASIL	3.592.908	2.284.122	9.153	0,40	1.308.786	42.875	3,28
Região Norte	474.320	330.432	1.195	0,36	143.888	4.287	2,98
Rondônia	57.543	31.369	0	0,00	26.174	0	0,00
Acre	28.251	20.519	0	0,00	7.732	164	2,12
Amazonas	96.279	71.965	520	0,72	24.314	423	1,74
Roraima	10.247	4.501	7	0,16	5.746	153	2,66
Pará	239.219	177.053	648	0,37	62.166	2.696	4,34
Amapá	23.008	15.821	0	0,00	7.187	316	4,40
Tocantins	19.773	9.204	20	0,22	10.569	535	5,06
Região Nordeste	1.460.815	1.085.012	7.309	0,67	375.803	27.340	7,28
Maranhão	179.784	143.984	349	0,24	35.800	7.117	19,88
Piauí	92.160	66.600	176	0,26	25.560	1.747	6,83
Ceará	183.275	123.705	1.486	1,20	59.570	907	1,52
Rio Grande do Norte	82.155	64.970	1.667	2,57	17.185	888	5,17
Paraíba	152.837	118.997	0	0,00	33.840	1.883	5,56
Pernambuco	214.053	159.273	1.833	1,15	54.780	989	1,81
Alagoas	113.655	95.186	469	0,49	18.469	409	2,21
Sergipe	46.352	35.156	99	0,28	11.196	239	2,13
Bahia	396.544	277.141	1.230	0,44	119.403	13.161	11,02
Região Sudeste	1.068.155	544.653	290	0,05	523.502	7.358	1,41
Minas Gerais	318.108	157.758	236	0,15	160.350	1.597	1,00
Espírito Santo	72.627	42.072	54	0,13	30.555	667	2,18
Rio de Janeiro	234.027	133.279	0	0,00	100.748	4.278	4,25
São Paulo	443.393	211.544	0	0,00	231.849	816	0,35
Região Sul	348.745	194.793	359	0,18	153.952	2.251	1,46
Paraná	131.501	76.785	0	0,00	54.716	669	1,22
Santa Catarina	75.629	32.448	203	0,63	43.181	363	0,84
Rio Grande do Sul	141.615	85.560	156	0,18	56.055	1.219	2,17
Região Centro-Oeste	240.873	129.232	0	0,00	111.641	1.639	1,47
Mato Grosso do Sul	43.701	22.776	0	0,00	20.925	85	0,41
Mato Grosso	86.950	45.442	0	0,00	41.508	304	0,73
Goiás	63.212	35.522	0	0,00	27.690	1.194	4,31
Distrito Federal	47.010	25.492	0	0,00	21.518	56	0,26

Fonte: MEC/Inep/DEED – Síntese Estatística da Educação Básica.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Ainda há muito que aprender!

Apesar da crescente demanda social por Educação e da garantia constitucional do direito à Educação Básica a todos e todas, as matrículas em EJA vêm decrescendo de modo sistemático ao longo dos últimos anos.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 tem 20 metas, três delas dedicadas explicitamente à EJA para a conclusão da Educação Básica. As metas visam o passado (superar o analfabetismo absoluto, que atinge a população adulta e idosa), o presente (combater o analfabetismo funcional) e o futuro: que em 2024 a população de 18 a 29 anos alcance ao menos 12 anos de estudo, portanto o foco deve estar no percurso de crianças e jovens que hoje estão na faixa etária de 8 a 19 anos.

O Brasil tem uma larga e rica tradição em Educação popular, embora não seja captada pelos números oficiais. Estão sendo fortalecidas as pontes de diálogo entre a EJA nos sistemas formais e as práticas da Educação Popular? Sem isso, perdem-se saberes pedagógicos, estratégias, vivências e aprendizados coletivos. A progressiva ênfase na Educação para o trabalho tende a dar como supérflua a formação crítica e cidadã, ponto forte da tradição da Educação Popular.

A grande vitória de inclusão da EJA no financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) parece não ter sido suficiente para que os sistemas de ensino investissem na modalidade: o fator de ponderação – inferior a 1 – vem sendo um argumento utilizado por estados e municípios para justificar a redução de oferta de turmas, já que se torna mais vantajoso aumentar o atendimento em outras etapas da Educação Básica.

Vale lembrar: são os próprios estados e municípios que, em diálogo com o MEC, definem o valor de referência para o financiamento de cada modalidade. Se não o alteram, cabe a pergunta: o direito à Educação de pessoa jovem ou adulta que não concluiu a Educação Básica é menor do que o direito das demais? Ou será porque os sujeitos de direito sejam majoritariamente pobres, pretos e pardos, residentes nas periferias, jovens recém excluídos dos sistemas regulares de ensino fundamental e médio?

A legislação educacional brasileira garante à EJA flexibilidade suficiente para que a oferta seja adequada às condições dos sujeitos. A legislação também garante a oferta de livros didáticos de qualidade, merenda e transporte, exames de certificação para os que têm condições de vencer etapas. Mas para que o conjunto de políticas funcione, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer o direito.

Estamos assim: 13 milhões de analfabetos, pouco mais de um milhão de matrículas em turmas de alfabetização; 28 milhões de analfabetos funcionais e pouco mais de 3 milhões de matrículas nas turmas de Educação de Jovens e Adultos. Dos mais de 630 mil candidatos à certificação de Ensino Médio no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014, pouco mais de 67 mil lograram êxito. Há caminhos, mas é preciso mais.

André Lázaro

Diretor da Fundação Santillana no Brasil, professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador da FLACSO-Brasil (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). Foi Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META DO PNE

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de expansão no segmento público.

Entre 2007 e 2014, o número de matrículas na Educação Profissional Técnica passou de 780.162 para 1.741.528. A maior parte desses estudantes está na região Sudeste, mas no Nordeste as matrículas cresceram quase 50% em um ano.

A proporção de jovens que fazem cursos técnicos, em relação ao total do Ensino Médio, também vem aumentando significativamente e ultrapassou a marca dos 20%. Novamente, o Nordeste se destaca: o percentual variou positivamente de 12,6% para 18,9%, ou seja, muito próximo da média nacional.

Esses são alguns dos resultados mais relevantes que essa modalidade de ensino tem registrado e que formam uma base importante para que se alcance a meta de 5.224.584 de matrículas até 2024, de acordo com o que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE).

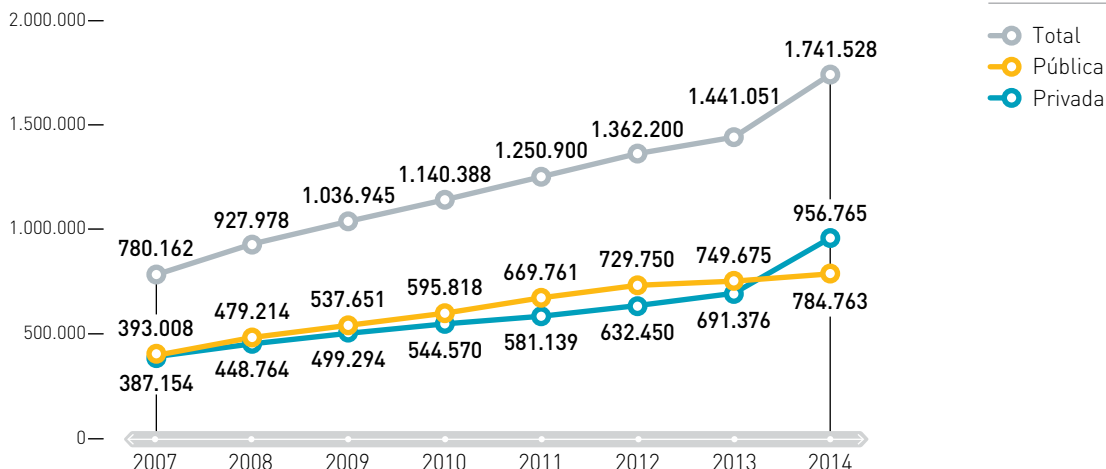
Os esforços para que os objetivos do PNE sejam cumpridos devem incluir não somente a expansão contínua da oferta de vagas e a democratização do acesso, mas também almejar um maior protagonismo do ensino profissional técnico em todas as redes de ensino do País. Esse caminho inclui a expansão da oferta da modalidade de Educação a distância, com a finalidade, segundo o próprio Plano, “de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade”.

Nesse sentido, as estratégias previstas pelo PNE contemplam o incentivo ao crescimento das matrículas, medidas para elevar a taxa de conclusão média e reduzir desigualdades e até mesmo a criação do sistema nacional de informação profissional, com o objetivo bem definido de articular “a oferta de formação das instituições especializadas em Educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores”.

FIQUE LIGADO!

Destaca-se o fato de o PNE estabelecer que boa parte da expansão da Educação Profissional deve se dar nas redes públicas.

Educação Profissional
Matrículas nas redes pública e privada – Brasil – 2007-2014



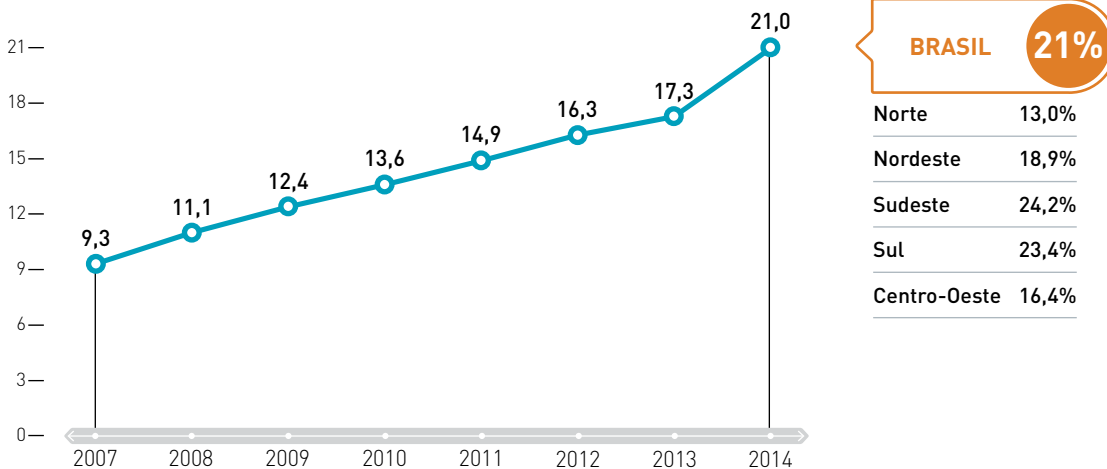
Fonte: MEC/Inep/DEED. Sinopse Estatística da Educação Básica.

Educação Profissional
Matrículas nas redes pública e privada
Brasil e regiões – 2012-2014

Região	2012			2013			2014		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Brasil	1.362.200	729.750	632.450	1.441.051	749.675	691.376	1.741.528	784.763	956.765
Norte	77.786	51.382	26.404	84.348	49.163	35.185	102.790	51.062	51.728
Nordeste	271.660	196.719	74.941	290.144	208.864	81.280	428.168	236.074	192.094
Sudeste	708.120	300.081	408.039	745.192	309.840	435.352	837.135	316.977	520.158
Sul	233.081	143.691	89.390	239.570	140.472	99.098	270.543	139.704	130.839
Centro-Oeste	71.553	37.877	33.676	81.797	41.336	40.461	102.892	40.946	61.946

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Matrículas da Educação Profissional em relação ao total de matrículas do Ensino Médio – 2007-2014 (Em %)



Fonte: MEC/Inep/DEED. Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.



O crescimento das matrículas nos mais diversos cursos profissionais é significativo em todo o País. ▲

Educação Profissional

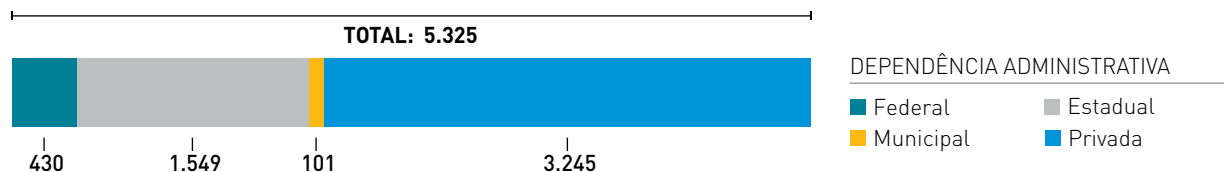
Matrículas por região e formas de articulação com o Ensino Médio – 2014

	Total Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Concomitante	328.525	23.248	45.274	191.364	47.045	21.594
Subsequente	1.046.044	56.074	232.203	538.598	158.566	60.603
Integrada	366.959	23.468	150.691	107.173	64.932	20.695
TOTAL	1.741.528	102.790	428.168	837.135	270.543	102.892

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Educação Profissional

Estabelecimentos por dependência administrativa – 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED. *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

Nota: 17.

SAIBA MAIS FORMAS DE ARTICULAÇÃO

Os cursos técnicos podem ser oferecidos de três formas, do ponto de vista de sua articulação com o Ensino Médio: integrada, subsequente ou concomitante. Para saber mais sobre essas três formas de articulação, veja o Glossário (pág. 133).

Educação Profissional**Matrículas nas modalidades integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio nas redes pública e privada**

Por regiões e unidades da federação – 2014

Unidade da federação	Rede total			Rede pública			Rede privada		
	Integrada	Concomitante	Subsequente	Integrada	Concomitante	Subsequente	Integrada	Concomitante	Subsequente
BRASIL	366.959	328.525	1.046.044	337.865	115.142	331.756	29.094	213.383	714.288
Região Norte	23.468	23.248	56.074	22.441	3.947	24.674	1.027	19.301	31.400
Rondônia	3.714	3.625	2.971	3.108	117	416	606	3.508	2.555
Acre	518	3.531	3.483	518	1.873	2.348	0	1.658	1.135
Amazonas	3.563	5.762	21.946	3.563	811	12.932	0	4.951	9.014
Roraima	1.818	84	1.602	1.818	44	713	0	40	889
Pará	7.457	7.703	17.101	7.036	876	4.482	421	6.827	12.619
Amapá	2.162	597	3.775	2.162	64	1.668	0	533	2.107
Tocantins	4.236	1.946	5.196	4.236	162	2.115	0	1.784	3.081
Região Nordeste	150.691	45.274	232.203	146.786	16.748	72.540	3.905	28.526	159.663
Maranhão	9.237	2.780	7.612	8.539	1.288	2.465	698	1.492	5.147
Piauí	9.992	6.897	21.342	9.491	6.151	18.362	501	746	2.980
Ceará	44.070	12.151	15.762	43.980	3.057	2.324	90	9.094	13.438
Rio Grande do Norte	9.670	2.581	20.867	9.479	364	7.840	191	2.217	13.027
Paraíba	8.000	1.866	12.366	8.000	382	3.482	0	1.484	8.884
Pernambuco	13.374	7.540	87.563	13.276	777	11.840	98	6.763	75.723
Alagoas	6.249	5.580	10.347	6.249	3.596	1.393	0	1.984	8.954
Sergipe	1.951	1.536	11.965	1.739	403	3.009	212	1.133	8.956
Bahia	48.148	4.343	44.379	46.033	730	21.825	2.115	3.613	22.554
Região Sudeste	107.173	191.364	538.598	86.526	84.534	145.917	20.647	106.830	392.681
Minas Gerais	17.307	51.834	109.937	15.213	18.126	14.459	2.094	33.708	95.478
Espírito Santo	16.163	7.381	25.227	14.348	2.488	10.739	1.815	4.893	14.488
Rio de Janeiro	25.256	46.336	92.421	19.995	11.946	13.118	5.261	34.390	79.303
São Paulo	48.447	85.813	311.013	36.970	51.974	107.601	11.477	33.839	203.412
Região Sul	64.932	47.045	158.566	63.619	6.136	69.949	1.313	40.909	88.617
Paraná	32.540	10.780	55.582	31.519	55	29.376	1.021	10.725	26.206
Santa Catarina	13.181	17.241	36.903	13.085	3.098	10.360	96	14.143	26.543
Rio Grande do Sul	19.211	19.024	66.081	19.015	2.983	30.213	196	16.041	35.868
Região Centro-Oeste	20.695	21.594	60.603	18.493	3.777	18.676	2.202	17.817	41.927
Mato Grosso do Sul	3.281	4.895	15.902	3.090	1.386	6.354	191	3.509	9.548
Mato Grosso	9.819	3.124	11.018	9.819	415	2.941	0	2.709	8.077
Goiás	6.832	7.772	15.757	4.821	938	2.552	2.011	6.834	13.205
Distrito Federal	763	5.803	17.926	763	1.038	6.829	0	4.765	11.097

Fonte: MEC/Inep/DEED – Síntese Estatística da Educação Básica.

A Educação Profissional Técnica no Brasil

Educação técnica, pela legislação brasileira, é aquela dada em cursos de nível médio, com 800 a 1200 horas de duração, reconhecidos pelo Ministério da Educação, uma entre as diferentes modalidades de Educação Profissional, que incluem a Educação inicial e continuada, de cursos de curta duração; a Educação tecnológica, de nível superior; e diferentes modalidades de cursos de formação profissional dadas pelo setor privado. O que caracteriza estes cursos é que eles procuram desenvolver competências para o mercado de trabalho, que podem ser tanto em áreas tecnológicas como no setor de serviços. Os cursos mais procurados em 2014 eram os de enfermagem, informática, administração e segurança do trabalho, com 35% das matrículas.

Diferentemente do que ocorre no resto do mundo, a Educação técnica no Brasil não é uma opção no nível médio, mas uma formação adicional, que se soma a todas as matérias obrigatórias no ensino regular. Na maioria dos países da Europa e da Ásia, o ensino técnico de nível médio se dá em escolas especializadas, muitas vezes em parceria com o setor produtivo; nos Estados Unidos, ele se dá como opções feitas pelos alunos nas "high schools". A justificativa para a anomalia brasileira é que, sem o curso médio regular, os estudantes ficariam sem a formação ampla que seria necessária para todos os cidadãos. Na prática, não se sabe bem o que seria esta "formação ampla", e a grande maioria dos alunos do Ensino Médio nem consegue a capacitação que lhes permitiria entrar em um curso superior de qualidade, nem adquire as competências profissionais mínimas necessárias para uma atividade profissional produtiva no mercado de trabalho.

A legislação estabelece que a Educação técnica possa se dar de forma integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio regular. A formação integrada deve ser dada em cursos de tempo integral, que só existem em algumas instituições

públicas, como o Centro Paula Souza do Estado de São Paulo e os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. 21% dos alunos dos cursos técnicos estudam nesta modalidade. São jovens (16 anos em média) selecionados por concursos, e na maioria aproveitam a oportunidade de estudar em tempo integral para se preparar para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou dos vestibulares para as universidades paulistas. Outros 19% fazem cursos concomitantes, ou seja, se matriculam em duas escolas diferentes, uma para o curso regular, outra para o técnico. São em geral mais velhos (20 anos em média), que provavelmente só continuam no Ensino Médio pelo título. A grande maioria, 60%, está em cursos subsequentes. São pessoas mais velhas (27 anos em média), para as quais o Ensino Médio não proporcionou acesso ao Ensino Superior e tampouco ao mercado de trabalho, e que agora buscam uma qualificação. A grande maioria das matrículas dos cursos concomitantes e profissionais se dá em escolas privadas.

Para que a meta de ampliação do ensino técnico possa ser cumprida, é necessário mudar o Ensino Médio, reduzindo o número excessivo de matérias obrigatórias e permitindo que os alunos possam escolher suas áreas de formação e aprofundamento, entre quais as de Educação técnica, que passaria a ser uma opção. A formação geral, sobretudo em português e matemática, não pode ser negligenciada, mas deve ser dada, de preferência, de forma integrada às áreas de formação, e não de forma separada. É necessário também fortalecer os vínculos entre o ensino técnico e o setor produtivo, que necessita colaborar na elaboração dos currículos, proporcionando estágios, e participando ativamente dos processos de Educação e capacitação profissional.

Simon Schwartzman

Doutor em Ciências Políticas pela University of California Berkeley e membro do Conselho do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), no Rio de Janeiro.



EDUCAÇÃO SUPERIOR

META DO PNE

Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

100

FIQUE LIGADO!

As matrículas na rede privada de Ensino Superior cresceram com mais força do que na rede pública, entre 2013 e 2014, e respondem agora por quase 75% do total (veja na pág. 102).

Ano a ano, a expansão das matrículas nas instituições de Educação Superior do País é uma constante. Entre 2001 e 2014, tanto a taxa bruta como a taxa líquida praticamente dobraram. Projetando até 2024 o ritmo de crescimento observado nos últimos dez anos, é possível vislumbrar uma taxa bruta na casa dos 58%, portanto, acima da meta estabelecida.

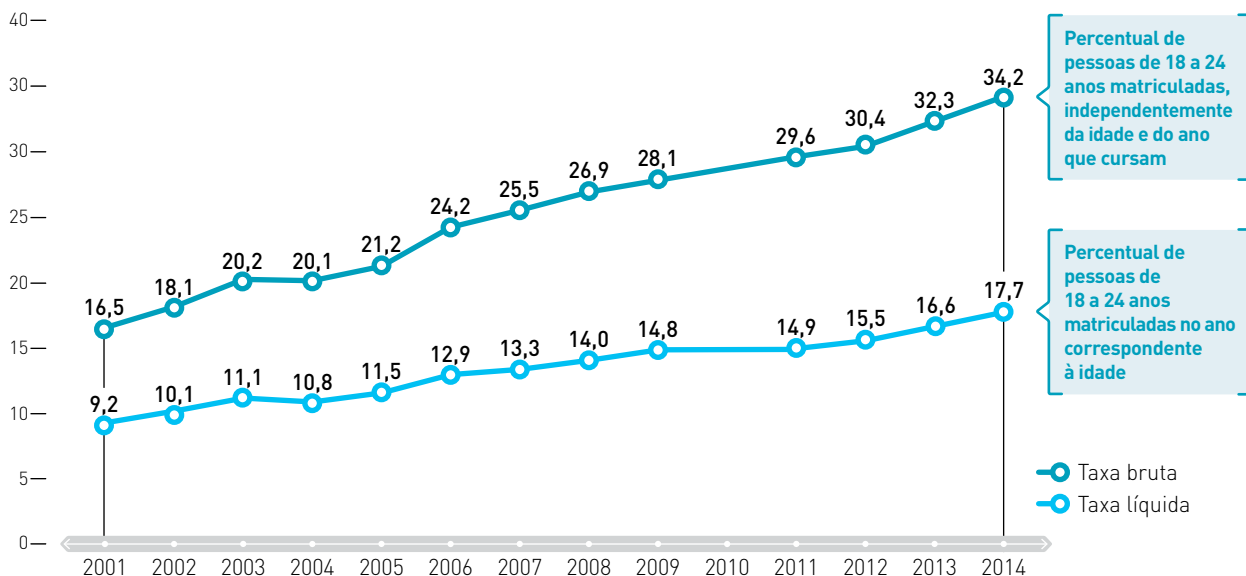
Entretanto, quando se observam os dados segmentados por renda, por raça/cor e por localidade, fica evidente que as desigualdades que caracterizam o sistema são um obstáculo imenso para que se chegue a um patamar aceitável de equidade.

As discrepâncias são significativas. Mais de dez pontos percentuais separam a taxa líquida de matrícula na Educação Superior dos 25% mais pobres da média brasileira. A presença dos brancos nas faculdades e universidades ainda é muito maior do que a de pretos e pardos. E apenas 5,9% da população rural de 18 a 24 anos está matriculada em cursos superiores (graduação e pós-graduação).

O PNE prevê estratégias bastante específicas para superar o entrave das desigualdades e abrir caminho para o crescimento das matrículas na Educação Superior, com impacto positivo sobre a escolaridade média do brasileiro. Destacam-se as propostas de “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas” e de “ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além, é claro, do atendimento às necessidades próprias das populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas”.

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxas bruta e líquida de matrícula – Brasil – 2001-2014



Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Educação Superior

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos
Taxa líquida de matrículas por renda – Brasil – 2001-2014

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Total	9,2	10,1	11,1	10,8	11,5	12,9	13,3	14,0	14,8	14,9	15,5	16,6	17,7
25% mais pobres	0,8	0,8	1,0	0,8	1,3	1,5	2,0	2,5	2,8	3,9	4,1	5,1	6,1
25% a 50%	2,0	2,8	3,5	3,4	4,3	5,3	6,1	6,7	8,0	9,0	9,9	11,9	12,6
50% a 75%	7,6	8,5	10,5	11,2	12,8	14,4	15,4	16,0	18,1	17,3	18,7	19,9	21,0
25% mais ricos	32,3	34,4	37,2	36,5	37,0	41,0	38,9	39,1	40,0	36,7	38,2	39,0	40,4

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (8).

Taxa líquida de matrículas por raça/cor – Brasil – 2001-2014

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Branços	14,5	15,8	17,2	16,5	17,6	19,7	20,2	20,8	21,6	21,3	22,4	23,6	25,3
Pretos	2,2	3,2	4,3	4,8	6,3	6,5	6,4	7,5	7,5	7,9	8,2	10,2	11,4
Pardos	3,6	4,0	4,7	5,2	5,7	6,5	7,2	7,9	8,8	9,7	10,3	11,2	12,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5), (6) e (7).

Taxa líquida de matrículas por localidade – Brasil – 2001-2014

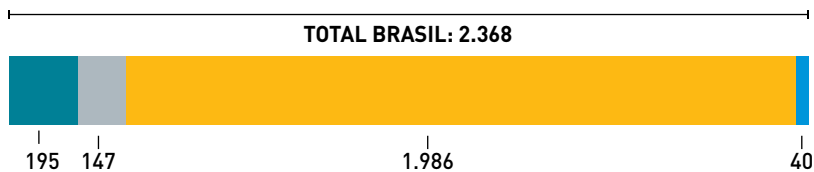
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Urbana	10,6	11,5	12,7	12,6	13,3	14,9	15,3	15,9	16,6	16,6	17,4	18,3	19,6
Rural	1,3	1,7	1,6	1,7	2,2	2,4	3,1	3,4	4,3	4,1	4,4	6,1	5,9

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Educação Superior

Número de instituições – Brasil – 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

- Universidades
- Centros Universitários
- Faculdades
- Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)

Educação Superior

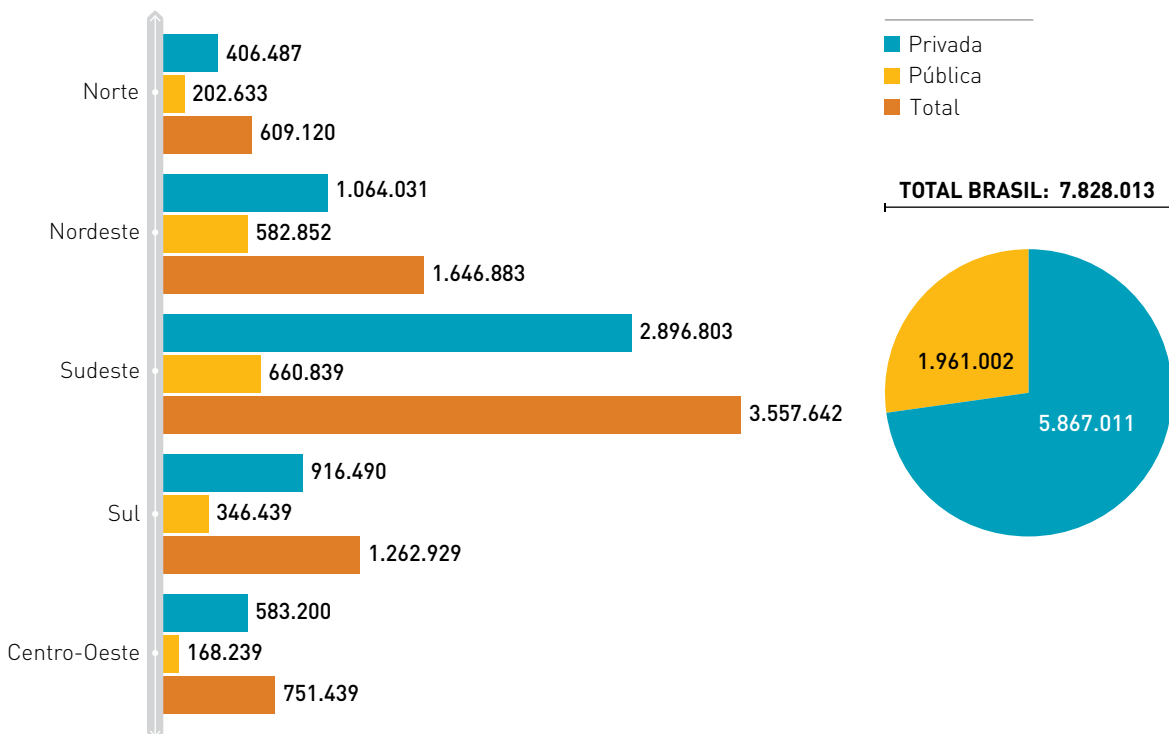
Número de instituições por região – 2014

Região	Total geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e Cefet
Brasil	2.368	195	147	1.986	40
Norte	149	17	8	117	7
Nordeste	452	39	12	390	11
Sudeste	1.126	78	89	948	11
Sul	402	47	24	325	6
Centro-Oeste	239	14	14	206	5

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

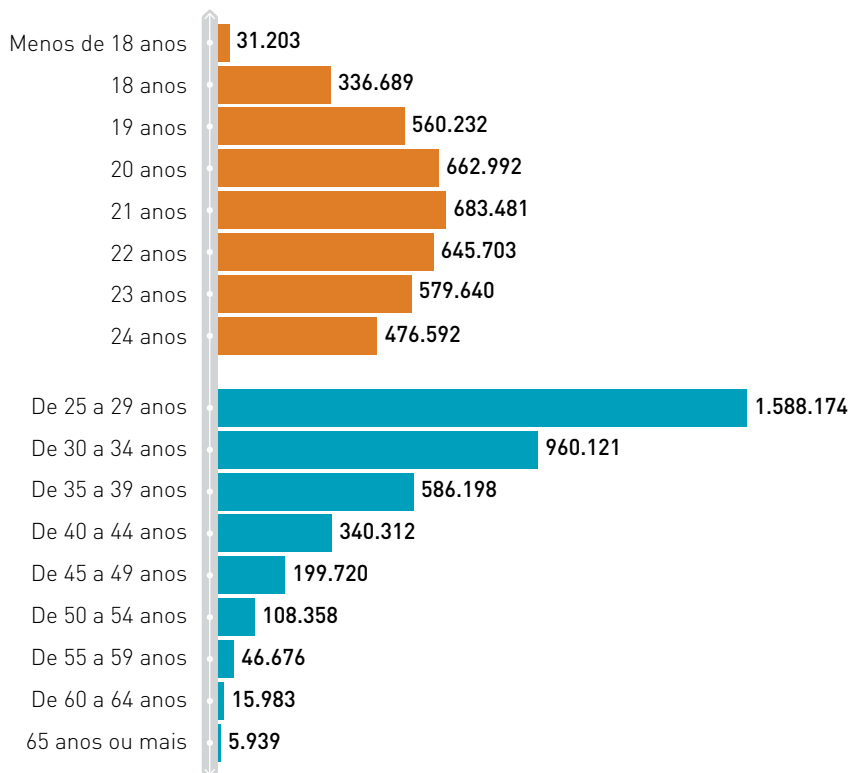
Educação Superior

Matrículas por dependência administrativa – Brasil e regiões – 2014



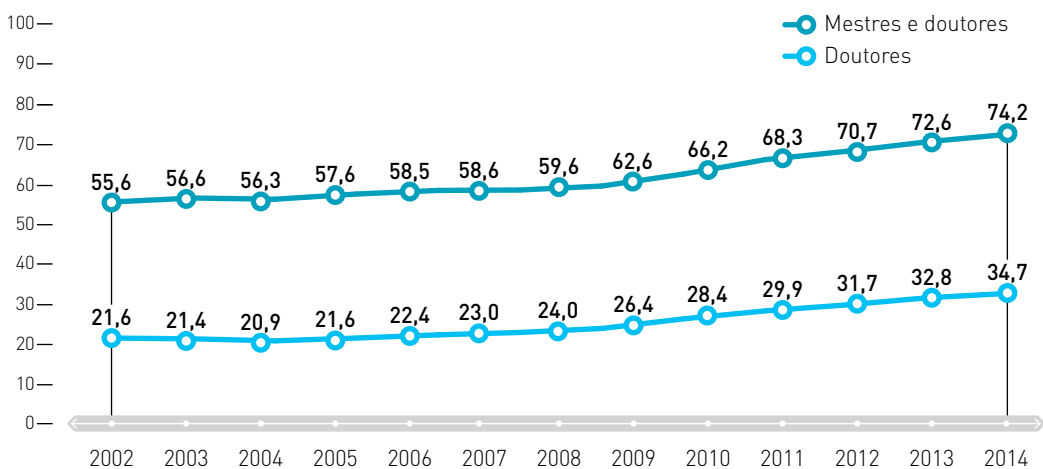
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior Matrículas por faixa etária – Brasil – 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Educação Superior Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – Brasil – 2002-2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior
Taxa líquida de matrícula – 2001-2014 – Por unidades da federação e regiões metropolitanas

Unidade da federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
BRASIL	9,2	10,1	11,1	10,8	11,5	12,9	13,3	14,0	14,8	14,9	15,5	16,6	17,7
Região Norte	5,3	7,0	6,7	5,8	7,0	7,8	9,0	9,7	11,0	10,8	11,2	12,6	13,3
Rondônia	5,6	8,4	10,1	7,9	8,2	9,6	11,2	12,8	14,2	10,7	12,3	14,6	17,2
Acre	8,8	8,0	10,3	6,2	8,7	10,9	12,4	11,1	10,4	13,3	16,5	15,5	16,2
Amazonas	4,5	7,9	6,9	5,6	7,5	9,1	11,2	10,9	13,7	12,6	12,0	14,4	16,1
Roraima	5,7	3,1	7,8	5,3	7,2	9,3	14,3	11,3	20,1	27,1	21,6	19,5	14,8
Pará	5,2	6,2	5,1	4,4	5,6	5,5	6,2	7,1	7,1	7,8	8,7	9,0	9,4
Amapá	4,6	4,9	9,8	8,9	9,5	12,6	11,2	12,4	13,8	15,0	13,0	19,1	18,9
Tocantins	6,1	8,9	6,6	10,6	9,7	10,8	11,5	14,1	18,0	14,4	14,9	17,1	17,3
Região Nordeste	5,3	5,3	5,9	6,1	6,3	7,4	7,7	8,4	9,5	10,8	11,6	12,6	13,4
Maranhão	4,3	4,0	5,0	5,0	5,5	5,9	6,6	4,6	7,0	6,5	7,2	8,9	10,3
Piauí	7,2	5,4	6,9	7,2	8,3	8,6	6,9	9,8	13,8	13,5	13,4	15,3	14,9
Ceará	5,9	6,8	6,2	6,8	7,0	7,9	8,7	10,0	9,8	13,1	12,9	12,6	14,6
Rio Grande do Norte	6,3	6,4	5,9	5,7	6,7	9,0	10,3	10,1	10,2	11,4	15,6	15,5	13,9
Paraíba	5,2	6,5	7,0	6,1	6,5	8,1	8,3	8,6	10,8	15,8	12,7	17,8	17,3
Pernambuco	5,7	5,4	5,9	6,6	6,7	8,1	7,6	8,7	9,7	10,2	12,3	13,8	13,6
Alagoas	5,8	4,8	5,2	4,1	4,6	5,4	7,0	7,5	11,1	12,3	11,7	13,1	12,1
Sergipe	7,2	7,2	7,9	8,3	8,6	11,2	10,3	13,6	14,7	14,2	14,7	17,9	16,1
Bahia	4,1	4,2	5,4	5,7	5,6	6,3	6,9	7,6	7,8	8,8	10,2	9,9	12,3
Região Sudeste	11,2	12,4	13,4	13,4	14,2	16,2	16,7	17,0	17,4	16,4	17,0	17,6	19,9
Minas Gerais	7,1	9,3	10,3	11,0	11,3	13,6	13,6	14,4	15,1	15,4	16,5	17,4	18,2
Espírito Santo	9,3	14,7	11,4	12,6	12,0	13,5	15,8	12,8	12,1	15,4	14,9	17,7	20,0
Rio de Janeiro	12,7	14,2	16,1	14,9	16,5	19,6	17,2	18,1	18,4	16,7	15,9	17,6	17,3
São Paulo	12,8	13,0	14,1	14,1	15,0	16,4	18,1	18,2	18,5	16,9	17,7	17,7	21,6
Região Sul	12,8	13,9	16,4	15,8	16,4	17,4	17,0	18,9	19,2	18,8	20,3	21,3	21,5
Paraná	12,1	12,3	15,2	17,3	15,2	16,6	17,2	18,7	19,4	19,6	19,2	21,2	21,1
Santa Catarina	13,9	13,7	16,7	14,6	18,3	18,6	18,0	19,6	20,1	18,9	22,4	22,6	21,1
Rio Grande do Sul	13,0	15,7	17,5	15,1	16,5	17,5	16,1	18,6	18,5	17,9	20,0	20,4	22,1
Região Centro-Oeste	9,9	11,9	12,5	12,5	14,1	15,2	16,0	16,7	17,7	20,0	19,6	22,6	21,7
Mato Grosso do Sul	10,6	13,2	13,5	12,0	13,4	12,9	15,3	13,6	16,4	18,7	20,9	17,9	19,5
Mato Grosso	7,2	8,8	8,3	8,3	10,1	11,7	10,9	17,1	15,9	19,5	17,1	19,2	19,4
Goiás	9,0	10,5	12,2	12,2	13,4	14,7	15,2	13,4	16,4	18,2	17,4	22,3	19,9
Distrito Federal	14,1	16,9	17,3	18,3	20,3	21,9	23,9	26,1	23,5	25,9	25,6	31,5	29,9
Regiões Metropolitanas													
Belém	7,9	10,1	8,6	10,6	10,7	10,8	14,0	14,3	12,8	16,4	15,9	14,9	16,3
Fortaleza	9,9	11,4	10,7	11,9	11,9	11,7	12,8	14,6	13,3	15,8	15,8	16,4	18,4
Recife	9,8	9,1	10,0	11,0	12,4	14,4	12,9	13,1	14,9	14,9	15,0	17,4	19,6
Salvador	9,8	10,2	10,9	12,6	10,4	13,2	14,9	13,9	13,1	15,8	16,0	16,3	18,5
Belo Horizonte	8,7	11,9	13,8	14,1	14,1	17,1	16,3	18,8	18,5	17,8	21,2	18,8	22,1
Rio de Janeiro	13,4	14,7	18,0	15,8	18,0	21,2	18,7	19,4	20,0	17,9	18,1	19,6	18,2
São Paulo	13,9	14,3	14,6	14,3	15,9	17,3	19,0	19,4	19,3	17,0	18,5	18,7	23,1
Curitiba	15,8	16,6	17,8	18,2	17,6	19,8	20,7	20,7	21,3	19,7	21,9	21,1	22,5
Porto Alegre	15,7	19,1	19,7	17,8	17,6	18,9	18,3	21,0	19,6	20,3	21,6	20,9	21,4

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Notas: (4), (5) e (6).

Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da Educação Superior – 2014

Por unidades da federação

Unidade da federação	Mestres e doutores	Doutores
BRASIL	74,2	34,7
Região Norte	66,2	24,1
Rondônia	55,3	16,3
Acre	59,9	22,1
Amazonas	71,0	24,8
Roraima	68,8	21,7
Pará	74,9	30,1
Amapá	51,4	15,8
Tocantins	53,5	19,9
Região Nordeste	72,2	31,3
Maranhão	60,0	22,9
Piauí	63,8	21,4
Ceará	78,6	31,8
Rio Grande do Norte	74,3	37,1
Paraíba	80,2	39,5
Pernambuco	74,9	33,5
Alagoas	66,5	26,0
Sergipe	78,0	37,6
Bahia	69,1	29,5
Região Sudeste	76,3	38,4
Minas Gerais	74,5	34,6
Espírito Santo	76,6	31,7
Rio de Janeiro	81,9	45,4
São Paulo	75,2	38,2
Região Sul	77,2	35,3
Paraná	75,0	33,9
Santa Catarina	69,5	27,9
Rio Grande do Sul	85,3	42,3
Região Centro-Oeste	68,4	30,9
Mato Grosso do Sul	73,0	33,4
Mato Grosso	64,5	29,6
Goiás	64,2	25,5
Distrito Federal	75,4	38,6

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Número de mestres e doutores titulados – 2014

Por unidades da federação

Unidade da federação	Mestres titulados ¹	Doutores titulados
BRASIL	50.229	16.745
Região Norte	1.884	301
Rondônia	74	3
Acre	52	0
Amazonas	454	66
Roraima	82	0
Pará	1.048	216
Amapá	34	5
Tocantins	140	11
Região Nordeste	9.198	2.393
Maranhão	371	29
Piauí	348	29
Ceará	1.387	401
Rio Grande do Norte	1.115	354
Paraíba	1.368	354
Pernambuco	1.908	671
Alagoas	298	35
Sergipe	503	74
Bahia	1.900	446
Região Sudeste	24.537	10.039
Minas Gerais	5.296	1.608
Espírito Santo	861	132
Rio de Janeiro	5.984	2.168
São Paulo	12.396	6.131
Região Sul	10.661	3.121
Paraná	3.564	973
Santa Catarina	2.083	572
Rio Grande do Sul	5.014	1.576
Região Centro-Oeste	3.949	891
Mato Grosso do Sul	760	83
Mato Grosso	563	60
Goiás	1.118	267
Distrito Federal	1.508	481

Fonte: GeoCapes.

¹ Inclui titulados no Mestrado Profissional.



PROFESSORES – FORMAÇÃO

META DO PNE

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

106

FIQUE LIGADO!

Observe que, entre 2009 e 2014, o percentual de professores com nível superior cresceu quase 10 pontos percentuais.

Quando se olham os dados referentes à formação dos professores da Educação Básica no Brasil, nenhum chama tanto a atenção quanto o fato de que cerca de um quarto dos profissionais ainda não tem formação superior. Trata-se de uma realidade muito distante daquela que o PNE vislumbra para 2024 – 100% dos professores com formação específica de nível superior.

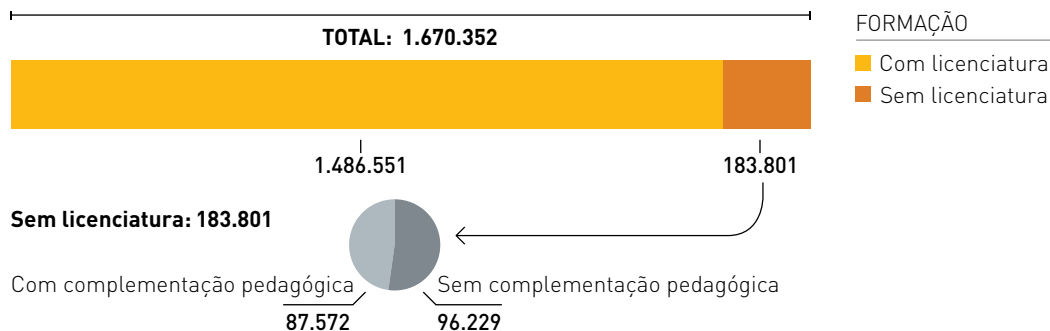
Embora seja uma meta ambiciosa, é apresentada pelo próprio plano como caminho mais do que necessário para assegurar a melhoria da qualidade da Educação Básica. Nesse sentido, os números parecem revelar apenas uma parte dessa questão repleta de complexidade, que envolve tanto a formação inicial nas universidades como os programas que se propõem ao desenvolvimento continuado dos professores.

Por isso mesmo, as estratégias previstas no PNE para que se atinjam as metas relativas à formação dos professores buscam cobrir uma gama ampla de temas. Destaca-se, por exemplo, a proposta de “promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno”. Também é notável o reconhecimento de que é preciso “desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática”.

Vale ressaltar ainda que o percurso até o cumprimento da meta do PNE deve superar o desafio das desigualdades regionais que mais uma vez a média nacional esconde (*veja as tabelas das págs. 111 e 112*).

Professores com formação superior

Professores da Educação Básica com licenciatura, sem licenciatura e com complementação pedagógica – 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: (18).

Os cursos de complementação pedagógica dizem respeito aos cursos do programa especial de formação docente que devem seguir a Resolução nº 2, de 1997, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Professores na Educação Básica

Por etapa e sexo – 2009-2014

2009	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	1.977.978	365.395	1.612.583
Educação Infantil	369.698	11.284	358.414
EF – Anos Iniciais	721.513	66.416	655.097
EF – Anos Finais	783.194	207.942	575.252
Ensino Médio	461.542	165.784	295.758

2010	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.005.734	380.314	1.625.420
Educação Infantil	381.471	10.909	370.562
EF – Anos Iniciais	717.295	66.907	650.388
EF – Anos Finais	795.155	216.703	578.452
Ensino Médio	477.273	176.237	301.036

2011	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.045.351	395.228	1.650.123
Educação Infantil	408.739	11.897	396.842
EF – Anos Iniciais	724.542	69.606	654.936
EF – Anos Finais	793.891	222.421	571.470
Ensino Médio	488.528	183.973	304.555

2012	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.101.408	411.546	1.689.862
Educação Infantil	443.405	13.516	429.889
EF – Anos Iniciais	734.043	72.788	661.255
EF – Anos Finais	801.763	229.694	572.069
Ensino Médio	497.797	190.080	307.717

2013	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.148.023	423.370	1.724.653
Educação Infantil	474.591	14.596	459.995
EF – Anos Iniciais	736.895	73.573	663.322
EF – Anos Finais	799.873	232.583	567.290
Ensino Médio	509.403	196.177	313.226

2014	Total	Masculino	Feminino
Educação Básica	2.190.743	436.873	1.753.870
Educação Infantil	498.785	15.703	483.082
EF – Anos Iniciais	745.650	75.726	669.924
EF – Anos Finais	794.004	234.965	559.039
Ensino Médio	524.315	203.138	321.177

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Na Educação Básica, há quatro vezes mais profissionais do sexo feminino que do sexo masculino; nas primeiras etapas da trajetória escolar, essa diferença é maior.

Professores na Educação Básica Por nível de escolaridade – 2009-2014

2009	%	Total absoluto
Superior	67,8	1.341.178
Ensino Médio	7,1	139.974
Ensino Médio normal/ magistério	24,5	484.346
Ensino Fundamental	0,6	12.480

2010	%	Total absoluto
Superior	68,9	1.381.909
Ensino Médio	8,0	160.553
Ensino Médio normal/ magistério	22,5	450.707
Ensino Fundamental	0,6	12.565

2011	%	Total absoluto
Superior	74,1	1.515.322
Ensino Médio	6,4	131.082
Ensino Médio normal/ magistério	18,9	387.584
Ensino Fundamental	0,6	11.363

2012	%	Total absoluto
Superior	78,1	1.642.195
Ensino Médio	5,5	115.456
Ensino Médio normal/ magistério	16,0	335.418
Ensino Fundamental	0,4	8.339

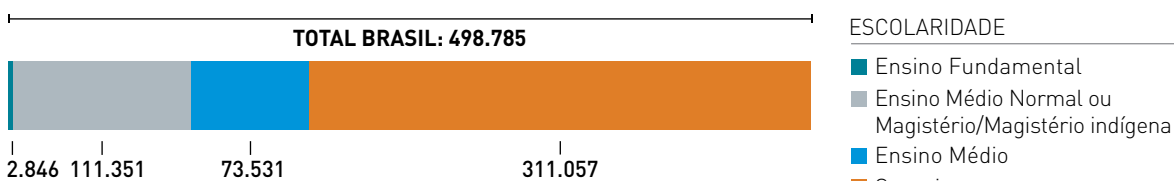
2013	%	Total absoluto
Superior	74,8	1.607.181
Ensino Médio	11,0	236.524
Ensino Médio normal/ magistério	13,9	297.880
Ensino Fundamental	0,3	6.438

2014	%	Total absoluto
Superior	76,2	1.670.352
Ensino Médio	11,2	245.647
Ensino Médio normal/ magistério	12,3	268.978
Ensino Fundamental	0,3	5.766

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: (18).

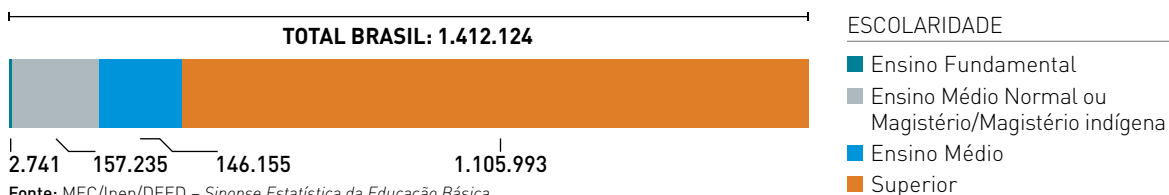
Professores Número de professores da Educação Infantil por escolaridade – 2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: (18).

Professores Número de professores do Ensino Fundamental por escolaridade – 2014



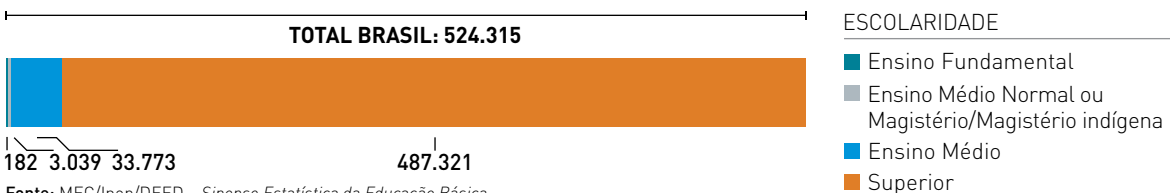
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Nota: (18).



Os professores do sexo masculino na Educação Básica ainda são minoria. ▲

Professores
Número de professores do Ensino Médio por escolaridade – 2014



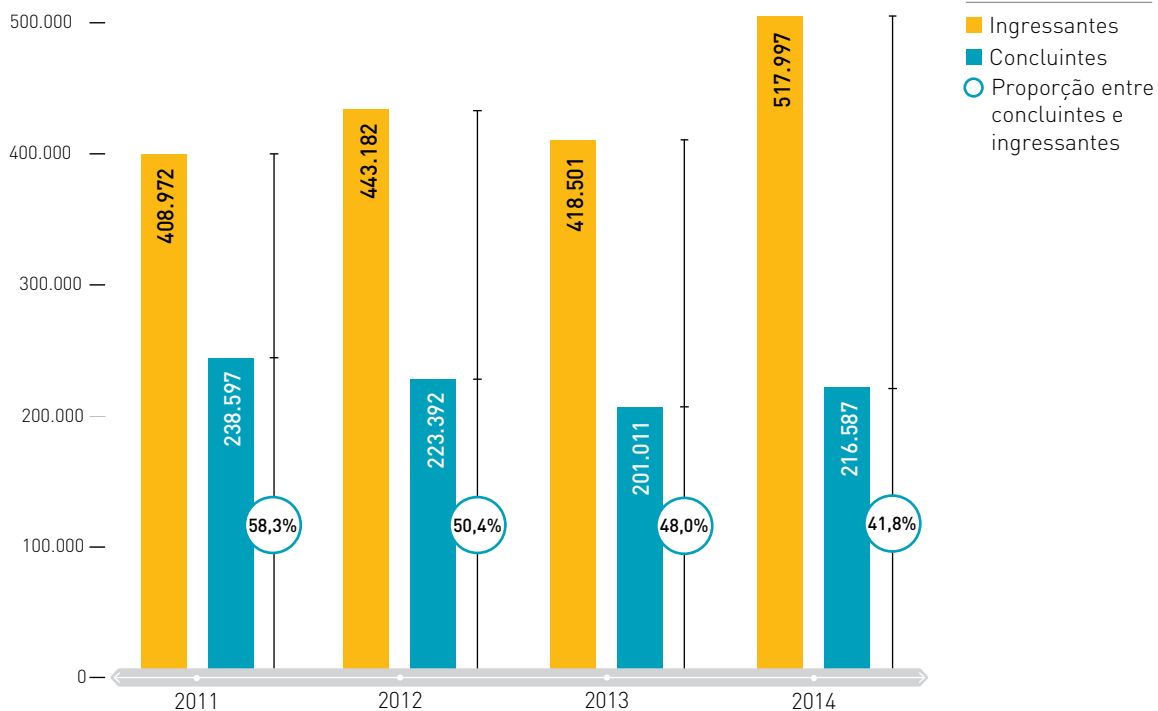
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.
Nota: (18).

Professores
Porcentagem de professores da Educação Básica com pós-graduação Brasil – 2008-2014

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Todas as redes	24,7	24,5	24,6	26,8	28,6	30,2	31,4
Federal	70,2	67,3	67,7	67,9	68,6	69,7	70,1
Estadual	32,9	32,4	31,5	34,3	35,4	37,3	38,2
Municipal	21,0	21,1	21,9	24,8	27,6	29,8	31,6
Privada	23,5	22,5	21,7	22,3	23,1	23,3	23,6

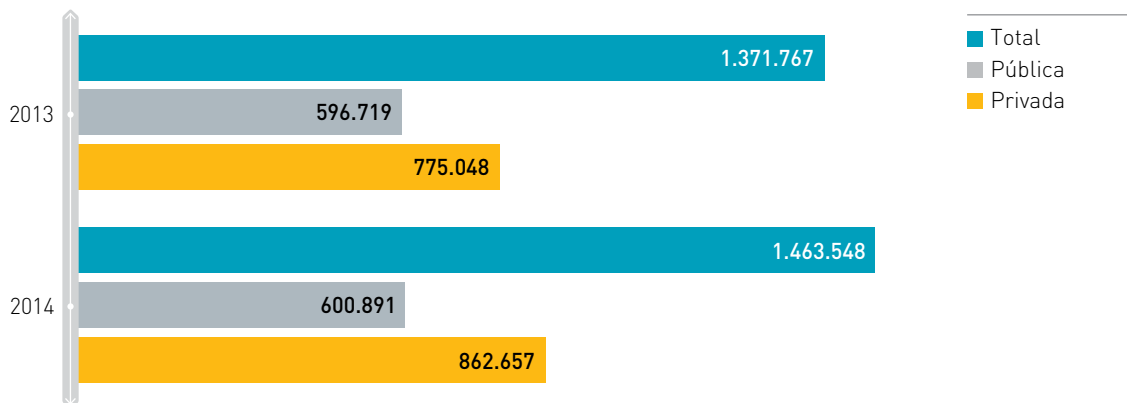
Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.
Nota: São contabilizados todos os docentes da Educação Básica, inclusive os de turmas de atendimento educacional especializado (AEE) e atividades complementares. Nas versões anteriores do Anuário, eram considerados somente os docentes de turmas de escolarização. São considerados como pós-graduação os níveis de escolaridade mestrado, doutorado ou especialização.

Número de ingressantes e de concluintes em cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2011-2014



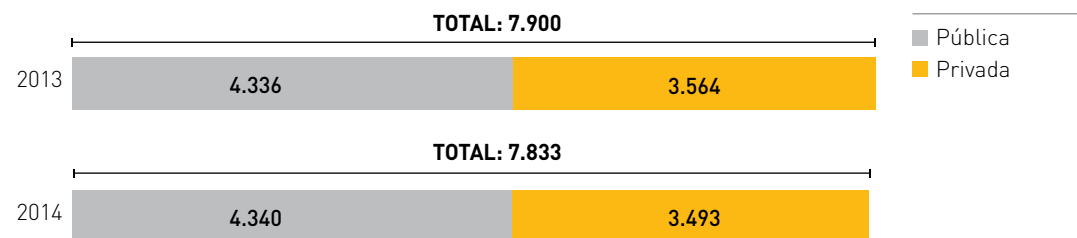
Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Número de matrículas em cursos de graduação da área de Educação Brasil – 2013-2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Cursos de graduação da área de Educação – Brasil – 2013-2014



Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Superior.

Porcentagem de professores da Educação Básica por escolaridade

Por regiões e unidades da federação – 2014 (Em %)

Unidade da federação	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Médio Normal/Magistério	Superior			
				Total	Com licenciatura	Sem licenciatura	Com pós-graduação ¹
BRASIL	0,3	11,2	12,3	76,2	67,9	8,4	31,5
Região Norte	0,6	17,9	13,2	68,3	62,7	5,6	19,7
Rondônia	0,4	5,9	5,8	87,9	79,2	8,7	42,1
Acre	2,7	23,1	8,5	65,7	60,6	5,2	22,6
Amazonas	0,6	17,9	9,7	71,8	66,6	5,3	18,3
Roraima	1,3	21,5	11,8	65,3	59,9	5,4	27,9
Pará	0,3	22,1	17,1	60,5	55,4	5,1	13,3
Amapá	0,1	11,1	18,9	69,8	63,6	6,3	22,8
Tocantins	0,4	9,2	11,0	79,4	74,1	5,2	24,0
Região Nordeste	0,4	17,1	20,0	62,5	55,1	7,4	26,6
Maranhão	0,3	14,4	35,9	49,5	44,7	4,8	20,6
Piauí	0,7	15,4	15,8	68,2	61,3	6,9	24,2
Ceará	0,1	21,5	8,8	69,6	61,7	7,9	25,1
Rio Grande do Norte	0,3	14,8	10,0	74,9	63,0	11,9	27,7
Paraíba	0,3	17,7	15,7	66,3	56,2	10,1	26,5
Pernambuco	0,3	13,9	21,1	64,7	56,6	8,1	25,7
Alagoas	0,5	22,7	22,4	54,4	47,5	6,9	19,5
Sergipe	0,3	10,1	11,7	77,8	66,3	11,6	31,6
Bahia	0,5	18,8	21,6	59,0	52,8	6,2	32,9
Região Sudeste	0,1	6,5	10,0	83,3	74,5	8,8	29,8
Minas Gerais	0,1	7,4	8,8	83,7	74,7	9,1	31,3
Espírito Santo	0,0	5,7	2,1	92,1	82,3	9,9	74,0
Rio de Janeiro	0,2	5,8	23,6	70,4	59,3	11,2	19,7
São Paulo	0,1	6,5	6,5	86,9	79,2	7,7	28,5
Região Sul	0,3	9,6	7,2	82,9	73,9	8,9	49,5
Paraná	0,1	7,3	5,4	87,2	79,2	7,9	61,9
Santa Catarina	0,2	15,2	5,0	79,6	68,4	11,2	45,3
Rio Grande do Sul	0,5	8,6	10,7	80,3	71,8	8,5	38,8
Região Centro-Oeste	0,2	9,1	3,6	87,1	74,6	12,5	36,7
Mato Grosso do Sul	0,1	6,7	2,6	90,6	83,0	7,6	35,7
Mato Grosso	0,5	9,2	2,5	87,7	66,5	21,2	43,8
Goiás	0,2	12,3	4,4	83,1	73,8	9,3	31,1
Distrito Federal	0,0	4,9	4,0	91,0	77,3	13,7	40,6

Fonte: MEC/Inep/DEED – *Sinopse Estatística da Educação Básica*.

¹ Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (18).

Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam

Anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2012-2014 (Em %)

Região	2012	2013	2014
BRASIL	46,4	47,6	49,1
Norte	32,1	34,7	35,8
Nordeste	30,0	30,6	31,6
Sudeste	60,5	62,6	65,1
Sul	61,2	61,5	62,4
Centro-Oeste	48,2	47,5	47,7

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (19).

Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam

Ensino Médio – Brasil e regiões – 2012-2014 (Em %)

Região	2012	2013	2014
BRASIL	56,0	57,4	59,2
Norte	56,5	63,1	60,9
Nordeste	46,8	47,1	49,0
Sudeste	60,3	62,0	65,1
Sul	63,0	63,7	64,9
Centro-Oeste	51,0	49,6	49,9

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (20).



O investimento em formação, inicial e continuada, é prioridade no PNE. ▲

Formação de Professores: agenda de reformas

Com base no pressuposto de que não há como ter bons docentes sem investir na formação inicial, coordenei uma pesquisa realizada pelo Todos Pela Educação, com o apoio do Itaú BBA e do Instituto Península, que fez uma análise da literatura internacional e nacional sobre a formação dos professores, além de entrevistas com 54 atores estratégicos, complementadas com a realização de cinco grupos focais.

Com esse estudo, foi possível listar treze aspectos que teriam de ser abordados para melhorar essa política, que podem ser assim resumidos:

1. Fazer mudanças nos currículos de **Pedagogia e licenciaturas**, aumentando a parcela referente à Didática e a Metodologias de Ensino;
 2. Criar editais de apoio, com recursos governamentais ou de organismos internacionais, para **pesquisadores e núcleos de pesquisas** das universidades que trabalhem com Didática e Metodologias de Ensino.
 3. Montar um programa que incentive e, se possível, cobre a **adoção de escolas públicas de referência** por Instituições de Educação Superior (IES). As escolas de formação de professores ou instâncias voltadas ao processo formativo poderiam ser o ponto de apoio entre as universidades e as escolas.
 4. Criar **programas de estágios e residências pedagógicas** em parceria com os estados e municípios, acoplando o modelo de prática pedagógica na graduação com algum mecanismo de aproveitamento dos discentes na função docente. Incentivar programas de **mentoria e tutoria**, que ajudariam os residentes, os professores mais jovens e aqueles com mais dificuldades na atividade pedagógica.
 5. Na linha de atuação com os novos professores, acoplar essa ação a programas de avaliação e aprendizado ligados ao **estágio probatório**, tornando esse instituto, de fato, um degrau na carreira e na formação do professorado.
 6. Instituir **premiações** capazes de incentivar quem já está fazendo coisas inovadoras e positivas no campo da formação docente.
- Também poderia haver destaque para modelos de boas aulas, disseminando-os por meio da internet.
7. Criar múltiplas possibilidades de complemento à formação inicial que levem a **certificações**, que poderiam ser dadas por um rol de instituições qualificadas.
 8. Montar uma comissão nacional que discuta as competências e **padrões didáticos (standards) do ofício do professor**, com participação de todos os atores estratégicos.
 9. Sinalizar que haverá mais medidas para aumentar a **atratividade da carreira do professor**, estabelecendo um cronograma de longo prazo para implementação.
 10. Fortalecer a **regulação das IES privadas**, estabelecendo formas de parceria orientadas por objetivos e metas da política de formação de professores. A maioria dos alunos de Pedagogia e de licenciatura está no ensino privado.
 11. Criar mecanismos de maior **aproximação com a comunidade escolar**, procurando envolvê-la na discussão sobre a formação e o perfil dos professores.
 12. Ajudar as redes estaduais e municipais, com apoio das universidades e outras organizações que trabalham com Educação, a **aperfeiçoar programas de formação continuada**.
 13. Atuar para o aprimoramento dos programas de Educação a Distância, disseminando boas práticas e ajudando as IES, em parceria com os governos, a melhor planejar tais cursos.

Cabe frisar que é preciso melhorar a articulação entre Centros Formadores (Instituições de Ensino Superior), Sistema Educacional (MEC e redes subnacionais) e escolas. Há um fosso entre IES e unidades escolares, e faltam diálogo e ações conjuntas entre o sistema educacional e as outras pontas dessa estrutura.

Fernando Luiz Abrucio

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP), onde é também Coordenador da Graduação em Administração Pública.



PROFESSORES – REMUNERAÇÃO E CARREIRA

META DO PNE

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do PNE.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

114

FIQUE LIGADO!

Observe também a tabela da quantidade de estabelecimentos em que os professores lecionam, pois se trata de um indicador da necessidade desses profissionais de complementar a renda com mais de uma fonte.

A diferença entre o rendimento médio dos professores da Educação Básica e o de profissionais de outras áreas com formação superior não apresentou variações substanciais entre 2013 e 2014. O quadro aponta para a dificuldade de alcançar a equiparação estabelecida como meta pelo PNE até 2020. Mais do que isso: levanta dúvidas sobre quais os caminhos efetivos para que a mudança desejada se torne realidade em todo o País.

A implementação da legislação referente ao Piso Salarial Nacional dos professores certamente é um desses caminhos. Além de garantir o cumprimento da lei por todos os estados e municípios, o que ainda não acontece, é preciso, como preveem as estratégias definidas pelo PNE, criar mecanismos de atualização progressiva do valor do piso.

Ao mesmo tempo, é fundamental que estados e municípios ofereçam ou reestruturem seus planos de carreira, de forma a possibilitar, e até mesmo incentivar, que o docente possa progredir na carreira permanecendo na sala de aula. Atualmente, o que se constata é que o educador precisa chegar a postos de gestão para obter uma melhoria salarial relevante. Também é preciso rever os mecanismos de progressão excessivamente ligados ao tempo de permanência na profissão e que, portanto, recompensam pouco o desempenho na atividade docente e o desenvolvimento profissional, como a formação continuada e a pós-graduação.

Nesse sentido, uma boa notícia vem do aumento significativo no percentual de municípios com ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério em 2014, na comparação com os anos anteriores. Provavelmente estimulados pelo próprio PNE, 89,6% dos municípios afirmam já contar com iniciativas desse tipo.

Rendimento médio dos professores da Educação Básica e de profissionais de outras áreas com curso superior – Setores público e privado – Brasil 2004-2014 (Em R\$ – valores de 2014, deflacionados pelo INPC)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Professores da Educação Básica	1.675,08	1.728,34	1.887,75	1.838,66	1.885,69	1.866,86	2.028,77	2.102,64	2.148,31	2.214,90
Profissionais da área de Exatas	5.388,93	5.973,06	5.895,13	6.077,03	6.064,15	6.230,14	6.303,58	6.197,87	6.635,05	6.194,74
Profissionais da área de Humanas	4.090,43	4.022,37	4.254,95	4.216,64	4.554,09	4.234,51	4.526,85	4.518,14	4.677,37	4.893,59
Profissionais da área de Saúde	4.177,21	3.970,96	4.400,61	4.607,30	4.152,54	4.437,71	4.389,50	4.409,47	4.455,81	4.355,50
Média de rendimento dos profissionais com curso superior	3.428,24	3.435,75	3.622,34	3.597,26	3.540,15	3.565,18	3.655,38	3.708,37	3.747,16	3.747,64
Proporção da média salarial dos professores em relação à média dos profissionais com curso superior (em %)	48,9	50,3	52,1	51,1	53,3	52,4	55,5	56,7	57,3	59,1

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Em 2010, não foi realizada a Pnad.

Municípios com ações de regulamentação e de valorização da carreira do magistério – 2014 (Em %)

Região	Possui Plano de Carreira para o Magistério?		
	2014		
	Sim	Não	Sem resposta
Brasil	89,6	10,3	0,1
Norte	80,4	19,6	0,0
Nordeste	92,4	7,4	0,2
Sudeste	84,1	15,9	0,0
Sul	96,1	3,9	0,1
Centro-Oeste	91,0	9,0	0,0

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Elaboração: Todos Pela Educação.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam Por etapa de ensino – 2014

	Quantidade de estabelecimentos						
	Total	1		2		3 ou mais	
		Total	%	Total	%	Total	%
Educação Básica	2.190.743	1.715.650	78,3	389.163	17,8	85.930	3,9
Creche	229.800	224.884	97,9	4.705	2,0	211	0,1
Pré-Escola	298.277	286.908	96,2	10.413	3,5	956	0,3
EF – Anos Iniciais	745.650	679.875	91,2	61.470	8,2	4.305	0,6
EF – Anos Finais	794.004	654.194	82,4	120.250	15,1	19.560	2,5
Ensino Médio	524.315	443.628	84,6	65.143	12,4	15.544	3,0
Educação Profissional	84.174	77.147	91,7	5.758	6,8	1.269	1,5
Educação Especial	29.369	28.747	97,9	614	2,1	8	0,0
EJA	250.844	237.803	94,8	11.865	4,7	1.176	0,5

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Docentes na Educação Básica por quantidade de estabelecimentos em que lecionam – 2014
 Por unidades da federação

Docentes na Educação Básica							
Unidade da federação	Total	Quantidade de estabelecimentos					
		1		2		3 ou mais	
		Total	%	Total	%	Total	%
BRASIL	2.190.743	1.715.650	78,3	389.163	17,8	85.930	3,9
Região Norte	191.003	155.521	81,4	27.782	14,5	7.700	4,0
Rondônia	17.316	14.414	83,2	2.492	14,4	410	2,4
Acre	11.308	9.439	83,5	1.700	15,0	169	1,5
Amazonas	41.990	33.340	79,4	7.129	17,0	1.521	3,6
Roraima	7.455	6.257	83,9	1.132	15,2	66	0,9
Pará	83.614	65.386	78,2	12.949	15,5	5.279	6,3
Amapá	11.103	10.153	91,4	880	7,9	70	0,6
Tocantins	18.217	16.532	90,8	1.500	8,2	185	1,0
Região Nordeste	626.643	510.441	81,5	98.161	15,7	18.041	2,9
Maranhão	98.892	79.965	80,9	16.273	16,5	2.654	2,7
Piauí	44.003	33.391	75,9	8.115	18,4	2.497	5,7
Ceará	95.453	78.553	82,3	14.080	14,8	2.820	3,0
Rio Grande do Norte	35.399	28.317	80,0	5.872	16,6	1.210	3,4
Paraíba	48.916	39.169	80,1	8.332	17,0	1.415	2,9
Pernambuco	91.059	74.672	82,0	14.034	15,4	2.353	2,6
Alagoas	33.302	27.200	81,7	4.862	14,6	1.240	3,7
Sergipe	22.763	17.803	78,2	4.026	17,7	934,0	4,1
Bahia	156.856	131.371	83,8	22.567	14,4	2.918	1,9
Região Sudeste	888.388	676.136	76,1	172.891	19,5	39.361	4,4
Minas Gerais	226.088	178.787	79,1	42.266	18,7	5.035	2,2
Espírito Santo	43.414	30.112	69,4	10.722	24,7	2.580	5,9
Rio de Janeiro	163.538	113.051	69,1	36.445	22,3	14.042	8,6
São Paulo	455.348	354.186	77,8	83.458	18,3	17.704	3,9
Região Sul	328.871	246.152	74,8	65.884	20,0	16.835	5,1
Paraná	130.659	95.548	73,1	26.165	20,0	8.946	6,8
Santa Catarina	78.106	60.416	77,4	14.084	18,0	3.606	4,6
Rio Grande do Sul	120.106	90.188	75,1	25.635	21,3	4.283	3,6
Região Centro-Oeste	155.838	127.400	81,8	24.445	15,7	3.993	2,6
Mato Grosso do Sul	30.509	21.566	70,7	7.325	24,0	1.618	5,3
Mato Grosso	35.066	28.066	80,0	6.232	17,8	768	2,2
Goiás	60.842	51.128	84,0	8.477	13,9	1.237	2,0
Distrito Federal	29.421	26.640	90,5	2.411	8,2	370	1,3

Fonte: MEC/Inep/DEED – Síntese Estatística da Educação Básica.

Nota: (21).



GESTÃO DEMOCRÁTICA

META DO PNE

Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A gestão democrática da Educação não é apenas uma meta do PNE. O princípio está presente em mais de um artigo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e tem amparo também na Constituição Federal. Ao mesmo tempo, estudos e pesquisas realizados com base nos dados das avaliações externas apontam a gestão democrática como um dos fatores que levam as escolas a apresentar um desempenho superior, refletido diretamente no nível de aprendizagem dos alunos.

Esses dois aspectos, por si só, evidenciam a importância da gestão democrática para a Educação de qualidade que o País procura alcançar, num esforço que tem no PNE um de seus principais instrumentos. A questão que se coloca é como avaliar os avanços nesse campo. É um grande desafio técnico formular indicadores que traduzam com objetividade e precisão o objetivo traçado, como ocorre em outras metas do plano.

Na prática, a efetivação da gestão democrática inclui o aprimoramento do processo de escolha dos diretores das unidades escolares, embora não se esgote aí. Os dados mais recentes mostram, por exemplo, que metade desses gestores ainda é escolhida apenas por indicação, o que, em geral, favorece que prevaleçam os critérios políticos, nem sempre associados aos melhores interesses da Educação.

A boa notícia vem com o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, que devem atuar para que as políticas públicas locais sejam adequadas às diretrizes do PNE. Entre 2006 e 2014, o número de municípios que contam com esse órgão cresceu significativamente - 20 pontos percentuais.

Além disso, mudanças culturais parecem ser essenciais. É preciso, por exemplo, assegurar a autonomia das escolas, possibilitar o acompanhamento social da Educação e a participação direta das comunidades nas decisões relativas ao processo de ensino e aprendizagem, inclusive na construção do projeto político pedagógico e na composição dos conselhos escolares.

Forma de eleição do diretor, conforme respostas aos questionários para diretores na Prova Brasil – 2013

Forma de eleição	%
Concursos público apenas	1,2
Eleição apenas	19,4
Indicação apenas	50,0
Processo seletivo apenas	2,7
Processo seletivo e eleição	13,2
Processo seletivo e indicação	5,3
Outra forma	2,9
Sem resposta/anulada	5,3

Fonte: MEC/Inep/DAEB/SAEB/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Estados que não responderam ao questionário de diretores na Prova Brasil 2013 - Amapá, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local

Composição do Conselho Escolar – 2013

Composição	%
Não existe conselho escolar	11,7
Professores, funcionários, alunos e pais/responsáveis	56,1
Professores, funcionários e pais/responsáveis	18,8
Professores, alunos e pais/responsáveis	2,1
Professores, funcionários e alunos	0,8
Professores e pais/responsáveis	1,7
Outros	0,8
Sem resposta/anulada	8,0

Fonte: MEC/Inep/DAEB/SAEB/Prova Brasil – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Estados que não responderam ao questionário de diretores na Prova Brasil 2013 - Amapá, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Porcentagem de municípios com Conselho Municipal de Educação, segundo as regiões – 2006, 2009, 2011 e 2014

Região	2006	2009	2011	2014
Brasil	67,6	79,1	84,8	87,6
Norte	41,6	58,4	65,0	71,1
Nordeste	59,0	75,8	84,0	87,5
Sudeste	80,9	87,2	90,0	91,6
Sul	72,4	81,9	88,0	91,1
Centro-Oeste	65,5	76,0	79,8	80,1

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2011/2014.

Porcentagem de municípios com alguns conselhos relacionados à política de Educação, segundo as regiões – 2014

Região	Conselho de Controle do Fundeb	Conselho de Alimentação Escolar	Conselho de Transporte Escolar
Brasil	99,7	97,6	12,5
Norte	96,0	95,6	10,7
Nordeste	98,9	96,9	7,3
Sudeste	98,9	98,6	9,6
Sul	99,2	98,6	20,3
Centro-Oeste	97,2	96,1	24,6

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014.



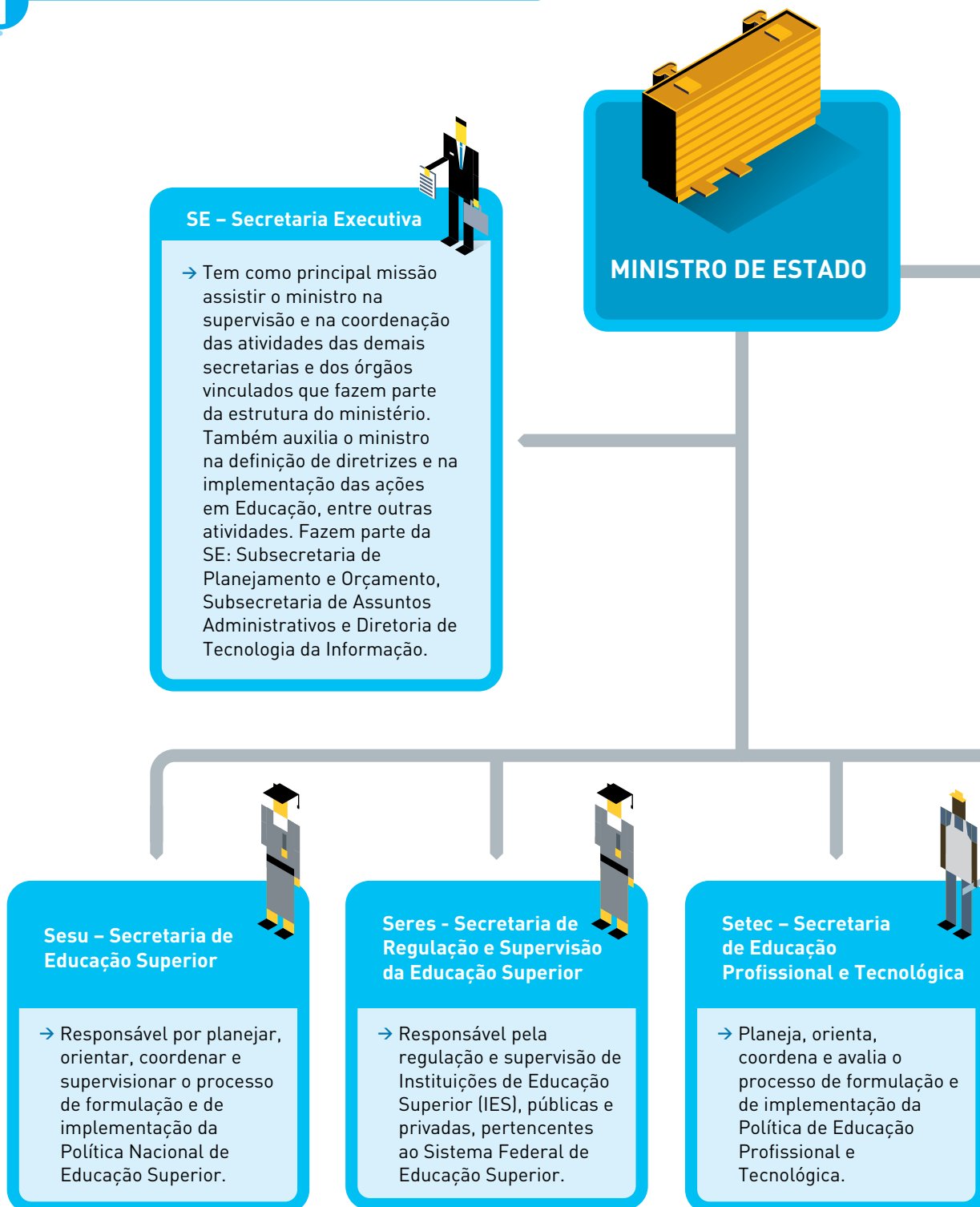
Cada vez mais, os municípios contam com Conselhos de Educação e outros fóruns de participação. ▲

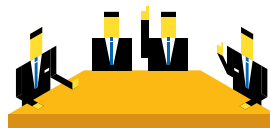
Percentual de municípios com secretaria municipal exclusiva para a Educação, segundo as grandes regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2006, 2009, 2011 e 2014

Região	2006	2009	2011	2014
Brasil	26,3	43,1	52,0	59,2
Norte	28,3	53,9	59,5	70,2
Nordeste	22,3	44,2	56,4	65,4
Sudeste	37,2	51,2	61,6	68,5
Sul	19,5	29,4	32,1	34,5
Centro-Oeste	17,8	34,3	44,8	55,2
População				
Até 5 mil habitantes	16,3	28,6	38,3	44,5
De 5.001 a 10 mil habitantes	17,1	34,1	43,7	52,1
De 10.001 a 20 mil habitantes	23,6	42,8	51,8	58,9
De 20.001 a 50 mil habitantes	36,4	53,7	65,7	69,6
De 50.001 a 100 mil habitantes	52,7	70,6	74,4	81,3
De 100.001 a 500 mil habitantes	64,9	79,4	82,4	87,0
Mais de 500 mil habitantes	66,7	87,5	89,5	94,9

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC





Órgãos vinculados

- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
www.fnde.gov.br
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
www.inep.gov.br
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
www.capes.gov.br
- CNE – Conselho Nacional de Educação
<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>
- CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/conheca-a-conaes>
- IBC – Instituto Benjamin Constant
www.ibc.gov.br
- INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
www.ines.gov.br
- Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br
- Colégio Pedro II
www.cp2.g12.br
- Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica
www.ifsp.edu.br
- Centros Federais de Educação Tecnológica
- Universidades Federais
portal.mec.gov.br

SEB – Secretaria de Educação Básica

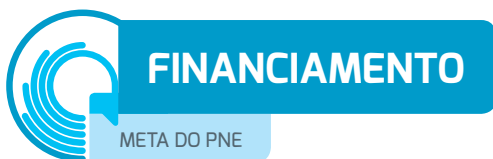
- Responsável por formular e implementar políticas públicas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

- Em articulação com os sistemas de ensino, implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

Sase – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino

- Tem como atribuições, entre outras, apoiar o desenvolvimento de ações para a criação de um Sistema Nacional de Educação, aprofundando o regime de cooperação entre os entes federados, e promover a valorização dos profissionais da Educação.



Ampliar o investimento governamental em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

FIQUE LIGADO!

O tema do financiamento ganhará crescente relevância, especialmente em um cenário de crise econômica e fiscal. O PNE estabelece, por exemplo, a implementação do índice CAQi - Custo Aluno Qualidade Inicial, que deve aquecer os debates.

O entendimento sobre a estrutura de financiamento e o volume de recursos destinados ao funcionamento das redes de ensino e ao incremento da qualidade é fundamental para compreender o cenário da Educação no País. É preciso saber quanto se gasta em uma área tão prioritária, tanto em termos absolutos como relativos (por aluno) e inclusive na comparação com outras nações.

Desde a aprovação do PNE, o tema ganhou ainda maior destaque diante da meta de elevar o investimento em Educação pública para o equivalente a 10% do PIB – o que gerou debates intensos na sociedade, no governo e no Legislativo.

O momento de crise fiscal acentua ainda mais a necessidade de acompanhamento dos gastos públicos em Educação, ao afetar fortemente os municípios e estados, responsáveis pela oferta da Educação Básica (*veja artigo neste capítulo*).

Apesar disso, os indicadores que tratam do financiamento da Educação, e especialmente a qualidade e regularidade das informações, demandam aperfeiçoamentos. No momento, não há dados disponíveis de investimento público em Educação apurados de acordo com o que é instituído pelo PNE.

Essas restrições se refletem nas tabelas das páginas seguintes, que, de qualquer forma, apontam para um crescimento do investimento público em Educação nos últimos anos, de forma que hoje alcançamos um patamar em torno de 6%, ou seja, próximo da meta intermediária do PNE (7%), porém distante dos 10% almejados ao final da vigência do plano.

Nesse contexto, ganham relevância as estratégias previstas pelo PNE, que contribuem para estabelecer os meios de expandir o gasto público em Educação de forma qualificada sobre o financiamento. Destaca-se, por exemplo, a que estabelece a implementação do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi), instrumento que indica o investimento necessário (calculado por estudante) para garantir as condições iniciais para uma Educação de qualidade, como remuneração dos professores, infraestrutura e outros.

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Público (PIB) Por esfera de governo – Brasil – 2000-2012

Investimento público total em relação ao PIB (Em %)				
Ano	Todos os níveis	União	Estados	Municípios
2000	100,0	19,1	42,6	38,3
2001	100,0	18,8	41,7	37,5
2002	100,0	18,8	43,8	37,5
2003	100,0	19,6	41,3	39,1
2004	100,0	17,8	40,0	42,2
2005	100,0	17,8	40,0	42,2
2006	100,0	18,0	42,0	40,0
2007	100,0	19,2	40,4	38,5
2008	100,0	18,5	42,6	38,9
2009	100,0	21,1	40,4	38,6
2010	100,0	20,7	39,7	39,7
2011	100,0	21,3	41,0	37,7
2012	100,0	20,3	39,1	40,6

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos/>

Nota: (24).

Os indicadores constantes nessa tabela foram calculados diretamente a partir dos dados divulgados em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos/>. Os dados originais possuíam somente uma casa decimal, de forma que a soma das participações das esferas de governo pode não igualar 100,0%.

Estimativa do percentual do investimento público total em Educação em relação ao Produto Interno Público (PIB) Por nível de ensino – Brasil – 2000-2013

Percentual do investimento público total (Em %)							
Ano	Níveis de ensino						
	Todos os Níveis de Ensino	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2000	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	4,7	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	4,7	3,8	0,3	1,6	1,3	0,5	1,0
2003	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	4,5	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,8
2005	4,5	3,6	0,4	1,5	1,2	0,5	0,9
2006	4,9	4,1	0,4	1,6	1,5	0,6	0,8
2007	5,1	4,2	0,4	1,6	1,5	0,7	0,9
2008	5,3	4,4	0,4	1,7	1,6	0,7	0,8
2009	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2010	5,6	4,7	0,4	1,8	1,7	0,8	0,9
2011	5,8	4,8	0,5	1,7	1,6	1,0	1,0
2012	6,0	4,9	0,6	1,7	1,5	1,1	1,0
2013	6,2	5,1	0,6	1,7	1,6	1,1	1,1

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep. Atualizada em 22/06/2015.

Nota: (22).

Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Público (PIB) Por esfera de governo – Brasil – 2000-2012

Investimento público direto em relação ao PIB (Em %)				
Ano	Todos os níveis	União	Estados	Municípios
2000	100,0	18,1	43,9	38,7
2001	100,0	21,2	41,5	39,0
2002	100,0	17,3	44,4	39,5
2003	100,0	17,9	41,0	41,0
2004	100,0	15,4	41,0	43,6
2005	100,0	17,5	40,0	42,5
2006	100,0	17,5	40,0	42,5
2007	100,0	17,8	42,2	40,0
2008	100,0	17,0	42,6	40,4
2009	100,0	20,4	40,8	38,8
2010	100,0	20,0	40,0	40,0
2011	100,0	21,2	40,4	38,5
2012	100,0	18,2	40,0	41,8

Fonte: MEC/Inep/DEED, com base em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos/>

Nota: (24).

Os indicadores constantes nessa tabela foram calculados diretamente a partir dos dados divulgados em <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/03/19/gasto-direto-da-uniao-em-educacao-publica-e-1-do-pib-ha-4-anos/>. Os dados originais possuíam somente uma casa decimal, de forma que a soma das participações das esferas de governo pode não igualar 100,0%.

Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) Por nível de ensino – Brasil – 2000-2013

Investimento público direto em relação ao PIB (Em %)							
Ano	Todos os níveis de ensino	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,2	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,4	1,1	0,4	0,8
2003	3,8	3,1	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,8	3,2	0,4	1,3	1,1	0,4	0,6
2005	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,4	0,7
2006	4,2	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7
2007	4,4	3,7	0,4	1,4	1,3	0,6	0,7
2008	4,6	3,9	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7
2009	4,8	4,1	0,3	1,6	1,5	0,6	0,7
2010	4,9	4,1	0,4	1,6	1,5	0,7	0,8
2011	5,0	4,2	0,4	1,5	1,4	0,9	0,8
2012	5,1	4,3	0,5	1,5	1,4	0,9	0,8
2013	5,2	4,4	0,6	1,5	1,4	1,0	0,8

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep. Atualizada em 22/06/2015

Nota: (22).

Estimativa do investimento público direto em Educação por estudante

Por nível de ensino – Brasil – 2000-2013

(Em R\$ – valores atualizados para 2013 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA)

Investimento público direto por estudante (Em R\$)							
Ano	Todos os níveis de ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2000	2.197	1.829	2.307	1.753	1.837	1.765	20.056
2001	2.270	1.893	2.059	1.734	2.001	1.985	19.819
2002	2.253	1.867	1.928	2.043	1.928	1.337	18.355
2003	2.213	1.859	2.198	1.962	1.858	1.483	16.039
2004	2.347	2.007	2.212	2.242	2.072	1.354	15.184
2005	2.499	2.119	2.056	2.402	2.235	1.436	16.361
2006	2.974	2.583	2.247	2.690	2.937	1.995	16.938
2007	3.473	3.024	2.724	3.162	3.338	2.421	17.897
2008	3.931	3.473	2.910	3.643	3.885	2.800	16.542
2009	4.324	3.802	2.915	4.111	4.292	2.953	18.579
2010	4.975	4.374	3.579	4.698	4.708	3.720	19.748
2011	5.442	4.741	4.235	4.863	4.876	4.610	21.041
2012	5.797	5.143	4.993	5.237	5.031	5.246	19.110
2013	6.203	5.495	5.434	5.519	5.459	5.546	21.383

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

Nota: (22).

Estimativa da proporção relativa do investimento público total em Educação

Por nível de ensino – Brasil – 2000-2013

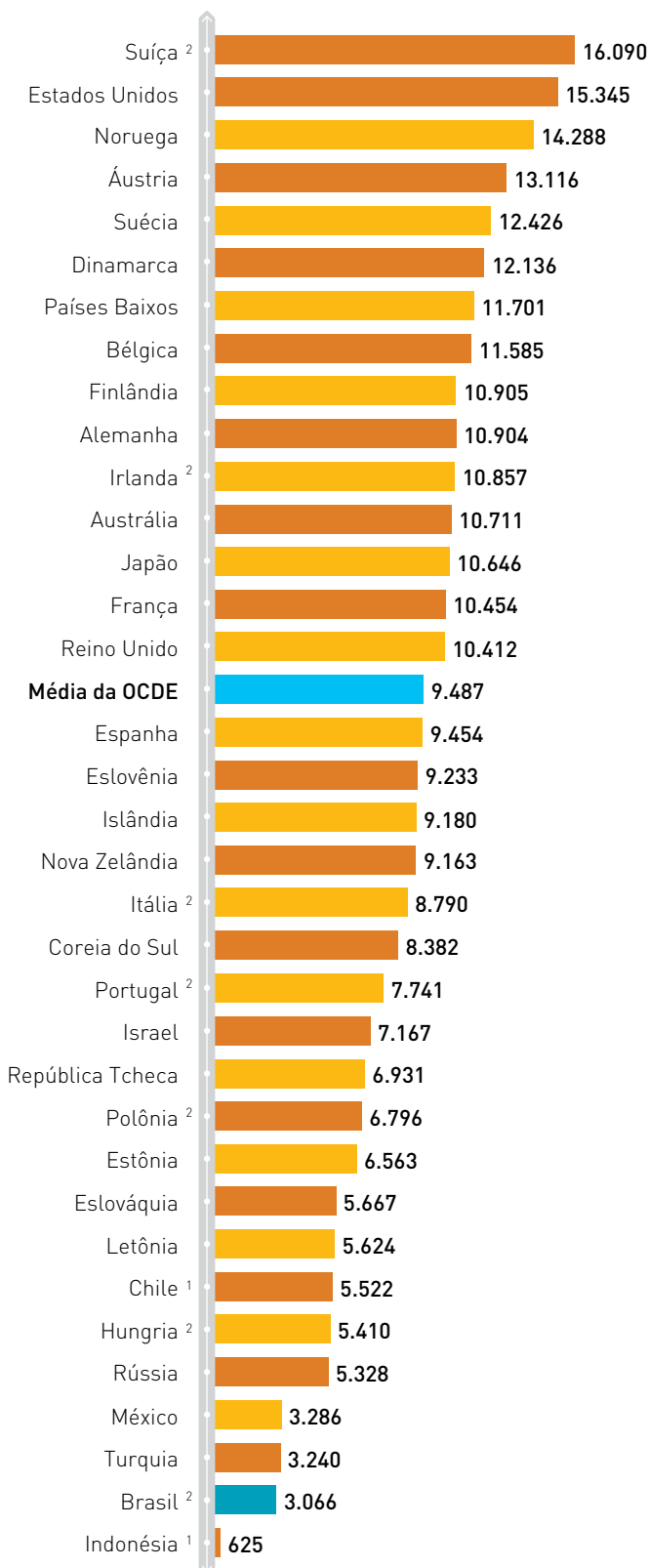
Proporção do investimento público total (Em %)							
Ano	Todos os níveis de Ensino	Níveis de ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				Anos Iniciais	Anos Finais		
2000	100,0	79,9	8,4	32,2	26,2	13,2	20,1
2001	100,0	80,4	7,8	30,1	27,0	15,4	19,6
2002	100,0	79,6	7,4	34,7	26,9	10,6	20,4
2003	100,0	80,6	8,5	33,2	26,5	12,3	19,4
2004	100,0	81,7	8,9	34,2	27,4	11,2	18,3
2005	100,0	80,8	8,2	33,9	27,6	11,1	19,2
2006	100,0	83,3	7,5	32,0	30,7	13,1	16,7
2007	100,0	83,2	7,9	31,9	29,9	13,5	16,8
2008	100,0	84,1	7,6	31,9	30,7	13,9	15,9
2009	100,0	83,8	7,0	32,3	31,0	13,5	16,2
2010	100,0	83,6	7,6	31,3	29,7	14,9	16,4
2011	100,0	82,4	8,7	29,0	27,3	17,4	17,6
2012	100,0	82,7	10,0	28,6	25,9	18,2	17,3
2013	100,0	81,8	10,5	27,4	25,5	18,5	18,2

Fonte: Inep/MEC – Tabela elaborada pela DEED/Inep.

Nota: (23).

Gasto anual por estudante, do Ensino Fundamental ao Superior – 2011

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra



O Brasil investe anualmente, por aluno, cerca de um terço da média dos países da OCDE e cinco vezes menos do que os Estados Unidos.

Fonte: OCDE – Education at a Glance – 2014.

1. Ano de referência: 2012.

2. Somente instituições públicas (para a Itália, exceto na Educação terciária).

O financiamento da Educação

O Governo Federal tem divulgado o crescimento recente do gasto em Educação em relação ao PIB aplicado pelas três esferas de governo. Segundo dados oficiais, esse percentual saltou de 4,5%, em 2005, para 6,6%, em 2013 (R\$ 393 bilhões¹). O Governo Federal contribui com aproximadamente 20% do gasto nacional, sendo que parcela significativa do incremento da despesa federal nos últimos anos foi direcionada ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e há riscos de que não sejam alcançados os percentuais da meta 20 do PNE nos exercícios de 2019 (7% do PIB) e 2024 (10% do PIB), ou que haja redução dos valores reais dispendidos.

A União gastou 1,25% do PIB em Educação em 2010 (R\$ 66,8 bilhões) e 1,7% em 2014 (R\$ 101,9 bilhões). Isso representa um incremento de 7,2% para 9,2% das despesas totais do orçamento federal². Por outro lado, mais de 75% dos gastos em Educação são financiados por estados, Distrito Federal e municípios com recursos da arrecadação própria e das transferências obrigatórias de impostos federais e estaduais (FPE, FPM, ICMS, IPVA etc.), além do Salário Educação.

Descontados os valores do Fies, que não representam propriamente despesas³ em Educação Pública, mas empréstimos para financiamento da Educação Superior privada, os percentuais efetivamente de gastos federais caem para 1,2% do PIB em 2010 (R\$ 64,5 bilhões) e 1,48% (R\$ 88,7 bilhões) em 2014, e a participação da Educação em relação à despesa total seria de 7% e 7,8%, respectivamente. O Fies representava 0,05% do PIB (R\$ 2,4 bilhões) e passou para 0,22% (R\$ 13,1 bilhões), nesse período. Em 2014, houve incremento de R\$ 6,5 bilhões dos gastos da União em Educação em relação ao ano anterior, sendo que 93,5% do aumento (R\$ 6,1 bilhões) foi destinado ao Fies.

A meta do PNE de elevação do gasto em Educação não veio acompanhada da definição da responsabilidade de cada esfera de governo na sua efetivação nem de quais seriam as novas receitas com essa destinação. A aprovação do PNE ocorreu após a aprovação do marco regulatório do Pré-sal, que destinou 75% das receitas disponíveis do Fundo Social (que irá receber, capitalizar e distribuir as receitas do Pré-sal) para a Educação.

Naquele momento, antes das denúncias de corrupção na Petrobras, o barril de petróleo superava US\$ 100 no mercado internacional. Com o surgimento dessas denúncias e a redução do preço internacional do petróleo, diminuiu sensivelmente a previsão de arrecadação de *royalties* do Pré-sal para os próximos anos. Se não houver crescimento econômico e/ou aumento de receitas públicas, o atingimento da meta em questão pode restar inviabilizado ou representar redução do gasto *per capita* em Educação.

Atento a esse cenário, o Tribunal de Contas da União (TCU) está desenvolvendo um *Dashboard* sobre financiamento da Educação, a fim de lançar luzes sobre gastos, responsáveis e fontes de financiamento utilizadas; e uma estratégia de acompanhamento do PNE para prover informação independente sobre seus resultados, gerar alertas preventivos a respeito das metas e estratégias que estejam com maior risco de não serem cumpridas e orientar suas fiscalizações.

Clayton Arruda de Vasconcelos

Advogado, contador e especialista em Orçamento Público.

Ismar Barbosa Cruz

Advogado e Secretário da SecexEducação.

Audidores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

¹ Todos os valores citados foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) até outubro de 2015.

² Excluiu-se a função encargos sociais, que engloba transferências obrigatórias da União, juros e refinanciamento da dívida, dentre outros.

³ Pelos princípios da contabilidade privada, o Fies representa a troca de um ativo (dinheiro) por outro (valores a receber).

INAF

O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) revela os níveis de alfabetismo funcional da população adulta brasileira. O principal objetivo do Inaf é oferecer informações qualificadas sobre as habilidades e práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade.

ANALFABETISMO

Estado ou condição de analfabeto. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e com o Censo Demográfico decenal, são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples; aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram; as que apenas assinam o próprio nome; e aquelas que se declaram “sem instrução” ou que declaram possuir menos de um ano de instrução.

ABANDONO

Configura-se quando o aluno deixa de frequentar a escola durante o andamento de determinado ano letivo (ver também Evasão).

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Estratégia que auxilia alunos e alunas com dificuldades e demandas específicas de aprendizagem. O atendimento e o planejamento individualizados possibilitam identificar as rotas de aprendizagem de cada criança ou jovem. Deve incluir o envolvimento da família.

ALFABETISMO FUNCIONAL

Criado nos Estados Unidos, na década de 1930, o conceito de alfabetismo funcional originalmente indicava a capacidade de entendimento de instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. Modernamente, o termo designa a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, que calcula o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura, a escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas do contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

ALFABETIZAÇÃO

O processo pelo qual se realizam o ensino e a aprendizagem das noções elementares de escrita, leitura e cálculo, assim como a habilidade de ler e de escrever, com compreensão de uma declaração simples relacionada à vida cotidiana, e de fazer cálculos elementares (ver também Taxa de Alfabetização).

AMBIENTE VIRTUAL

Ambiente acessado por meio de redes digitais de computadores que possibilita a interação entre os agentes envolvidos.

APROVADO

Aluno que concluiu, com sucesso, determinado ano ou série, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar no ano seguinte o ano ou série imediatamente posterior.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)

Entidade civil com personalidade jurídica própria, sem caráter lucrativo, formada por pais, professores, alunos e funcionários da escola. Atua junto com o Conselho Escolar no acompanhamento da gestão da unidade escolar, participando de decisões relativas à sua organização e ao seu funcionamento, incluindo aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades de livre escolha de cada escola que se enquadram como complementares ao currículo obrigatório, tais como atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço ao conteúdo escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, Educação para a cidadania e direitos humanos.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Avaliação de sistemas de ensino, das instituições escolares e/ou do rendimento dos estudantes, levando em conta as necessidades e ritmos de aprendizagem de cada um. Também pode ser aplicada a um programa ou a um curso de formação, por exemplo, para determinar os resultados obtidos, assim como a qualidade e a eficácia dos métodos adotados.

AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO (ANA)

Avaliação prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), a ser realizada no final do 3º ano do Ensino Fundamental. O objetivo dessa avaliação, coordenada pelo Inep (*ver pág. 48*), será avaliar periodicamente o nível de alfabetização alcançado pelas crianças ao final do ciclo de alfabetização.

BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Para recebimento do benefício, é exigida frequência escolar mínima das crianças e jovens da família: para estudantes de 6 a 15 anos, a regra é de comparecimento em pelo menos 85% das aulas, enquanto para alunos de 16 e 17 anos é de 75%.

CALENDÁRIO ESCOLAR

Estabelece, dentro do ano letivo, os períodos de aula, as férias, os períodos de recesso e outros eventos.

CAQI – CUSTO ALUNO-QUALIDADE INICIAL

Índice que referencia o investimento público em Educação com base em critérios que assegurem condições iniciais para uma Educação de qualidade, tais como número e remuneração de professores, corpo técnico, infraestrutura e outros. De acordo com estratégia proposta na meta 20 do PNE, o CAQi, quando implantado, deverá ter seu valor ajustado progressivamente até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade.

DIAS LETIVOS

Dias do calendário escolar dedicados a atividades pedagógicas. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as escolas devem oferecer um mínimo de 200 dias letivos durante um ano.

PIRÂMIDE ETÁRIA

A distribuição da população pelas diversas faixas etárias gera um gráfico conhecido como pirâmide etária ou pirâmide populacional. A comparação entre as pirâmides populacionais dos diferentes censos mostra a evolução da distribuição etária da população.

CEFET – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Instituição educacional autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar. Oferece cursos técnicos nas áreas industrial e de serviços.

CENSO DEMOGRÁFICO

Pesquisa realizada pelo IBGE a cada dez anos com o objetivo de reunir informações sobre a totalidade da população brasileira (por exemplo: número de habitantes de determinado local, onde e como vivem, tipo de trabalho que realizam, além de dados sobre sexo, idade, escolaridade e estado civil). Para isso, os pesquisadores visitam todos os domicílios do País e aplicam um questionário-padrão. O censo mais recente foi o de 2010.

CENSO DO ENSINO SUPERIOR

Apura dados referentes ao número de matrículas e de concluintes, inscrições nos vestibulares, ingresso por curso e área de conhecimento, dados sobre os professores – por titulação e regime de trabalho – e sobre os funcionários técnico-administrativos, entre outros.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pesquisa educacional, de caráter censitário, que levanta informações estatístico-educacionais sobre a Educação Básica brasileira. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as secretarias de Educação estaduais e municipais, coleta dados sobre infraestrutura da escola, pessoal docente, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, e é aplicada diretamente em todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados do País por meio de questionário padronizado. As informações coletadas pelo Censo Escolar servem de base para a formulação de políticas públicas e para a distribuição de recursos públicos (merenda e transporte escolar, livros didáticos e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, programa Dinheiro Direto na Escola e Fundeb, entre outros).

CICLOS

Organização das turmas por faixa etária ou desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, com maior flexibilidade quanto ao tempo necessário à aprendizagem. Cada ciclo é constituído por mais de um ano letivo.

CLASSE DE ACELERAÇÃO

Faz parte do programa de aceleração de aprendizagem instituído em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de corrigir a distorção do fluxo escolar, ou seja, a defasagem entre a idade e a série que os alunos deveriam estar cursando. Constituem salas idealizadas para ter mais recursos pedagógicos e professores especialmente capacitados, com ensino intensivo e voltado para a recuperação dos alunos.

CLASSE ESPECIAL

Classe que, em escolas regulares, é reservada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com professores especializados e atividades curriculares adaptadas.

CLASSE MULTISSERIADA

Classe composta por alunos de diferentes séries e ciclos. Existem principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar, ou em projetos específicos que buscam atrair crianças e adolescentes em situação de rua ou defasados em seus estudos, para que possam aprender e ser motivados a dar continuidade à trajetória escolar.

CNE – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da Educação, cabendo-lhe, segundo as atribuições legais, formular e avaliar a política nacional de Educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da Educação brasileira. A estrutura se desdobra nas outras esferas administrativas, com os conselhos estaduais e os conselhos municipais de Educação.

CONCLUSÃO

Término de determinado nível de ensino formalizado pela expedição de diploma/certificado de conclusão do curso que habilita o estudante ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que representa as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

CONSELHO ESCOLAR

Órgão colegiado composto por representantes das comunidades escolar e local (professores, pais, especialistas, entre outros), que tem como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola. Cabe ao conselho, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola.

CURRÍCULO ESCOLAR

Forma de organização dos conteúdos a serem abordados no processo de ensino. Segundo a LDB, “os currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

DEFICIÊNCIA

Diminuição de capacidades de funções e estruturas corporais, limitando a realização de atividades e impondo restrições à participação social. Uma deficiência pode ser física, motora, mental, sensorial ou múltipla.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Instância administrativa à qual a escola está subordinada, na esfera federal, estadual, municipal ou privada. O agrupamento das escolas de uma mesma esfera denomina-se rede. O agrupamento das dependências administrativas das esferas federais, estaduais e municipais denomina-se rede pública.

COMPOSIÇÃO DO CNE

O Conselho Nacional de Educação é composto por duas câmaras, uma de Educação Básica (CEB) e uma de Educação Superior (CES). Os assuntos de interesse comum, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, são tratados no âmbito do Conselho Pleno (CP).

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Vale a pena fazer a distinção entre esses dois conceitos. A dificuldade de aprendizagem se refere a um grupo heterogêneo de desordens relacionadas à aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio. A criança com dificuldades de aprendizagem necessita aprender de uma forma diferente da tradicional. Exemplo: a dislexia.

EDUCAÇÃO

Processo formativo que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Segundo a Constituição, a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Convenção da ONU consagrou o conceito de Educação Inclusiva. Segundo o texto, um dos objetivos da Educação é a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre, o que exige a construção de escolas capazes de garantir o desenvolvimento integral de todos.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Conjunto de paradigmas que devem ser observados na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação das propostas pedagógicas em todos os níveis e modalidades de ensino. São definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Situação em que o aluno cursa determinado ano/série com idade superior à recomendada. Surge, então, uma defasagem entre a idade do aluno e o ano/série que ele deveria estar cursando. No Brasil, a distorção idade-série se configura quando essa defasagem é igual ou superior a dois anos (ver também Taxa de Distorção Idade-Série).

DOCENTES COM FORMAÇÃO SUPERIOR

Indicador que expressa o percentual de docentes em exercício com escolaridade em nível superior.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Primeiro nível da Educação escolar regular no Brasil (o outro é a Educação Superior). Compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e tem por finalidade oferecer a crianças e jovens formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo os meios para que possam progredir no trabalho e em estudos posteriores.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Processo de ensino por meio do qual formadores e alunos, fisicamente separados, mas mediados por tecnologias, desenvolvem atividades educativas. Entre as tecnologias mais frequentemente utilizadas estão, atualmente, a internet e a televisão. Contudo, a EAD tem uma longa história, da qual fazem parte, por exemplo, o correio e o rádio.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de Educação escolar oferecida para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino ou em classes, escolas ou serviços especializados.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema educacional regular, com base no reconhecimento das diferenças e da reestruturação da cultura, práticas pedagógicas e metodologias de ensino, de forma a atender às necessidades de todas as crianças e jovens. Por exemplo: na concepção da Educação Inclusiva para surdos, espera-se que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Programas integrados de ensino e pesquisa para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; e a valorização de suas línguas e ciências; além de garantir aos povos indígenas o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Primeira etapa da Educação Básica regular, oferecida em Creche e Pré-Escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Modalidade de Educação escolar para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade própria. Habilita o aluno a prosseguir os estudos regulares. Atualmente, a idade mínima para ingresso na EJA é 15 anos completos para os cursos de Ensino Fundamental e 18 anos completos para os cursos de Ensino Médio.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONCOMITANTE

O estudante pode fazer ao mesmo tempo o Ensino Médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA

O curso é planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com uma mesma matrícula. Como se trata de curso único, realizado de forma integrada e interdependente, não será possível concluir o Ensino Médio de forma independente da conclusão do Ensino Técnico de Nível Médio ou o contrário.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SUBSEQUENTE

São cursos oferecidos para conduzir o aluno à habilitação profissional técnica, com carga horária variável em cada módulo. Para ingresso nesses cursos, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Oferecida em articulação com o ensino regular ou posteriormente, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, em cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. A Educação Profissional pode ser de nível médio, de graduação ou de pós-graduação.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Abrange a graduação e a pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

Ensino Fundamental ou Médio regular ministrado em turmas com jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, incluídas nessa jornada tanto as atividades relativas ao currículo obrigatório, como aquelas referentes aos temas transversais e a outras atividades complementares.

ENSINO FUNDAMENTAL

Segunda etapa da Educação Básica regular. Obrigatório e gratuito na escola pública, tem por objetivo a formação básica do cidadão. O Ensino Fundamental de oito anos esteve em vigor até 2010, quando era

MUDANÇA LEGAL

Originalmente, a Educação Infantil atendia crianças de até seis anos de idade, mas, com a instituição do Ensino Fundamental de nove anos, por meio da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a Educação Infantil passou a atender crianças de até cinco anos de idade.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

O conceito de Educação Integral, por sua vez, remete à formação completa do ser humano, que vai além da assimilação de conhecimentos e informações. Incorpora e valoriza na formação do aluno aspectos relacionados à cultura, aos esportes, às artes, aos direitos humanos, à cultura de paz, entre outros.

ofertado para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade. Em 2006, a Lei nº 11.274 ampliou a duração do Ensino Fundamental para nove anos, e ele passou a ser ofertado para a faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

ENSINO MÉDIO

Etapa final da Educação Básica regular, com duração mínima de três anos. Tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do aluno, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

ENSINO SEMIPRESENCIAL

Ensino realizado em parte de forma presencial e em parte de forma virtual ou a distância, por meio de tecnologias de comunicação.

ENSINO PRESENCIAL

Pressupõe a presença física do professor e dos alunos no mesmo ambiente. O conceito de ensino presencial passou a ser utilizado a partir do surgimento de novas tecnologias que permitiram o desenvolvimento da Educação a distância (ensino não presencial).

ENSINO REGULAR

Modalidade da Educação Básica oferecida sistematicamente e conforme a legislação vigente pelos sistemas de ensino nos diferentes níveis/etapas (Infantil, Fundamental e Médio), não abarcando as modalidades que requerem um tratamento pedagógico específico (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

EQUIDADE

Pode ser definida como uma adaptação das regras e/ou políticas a situações específicas, a fim de deixá-las mais justas. Também pode ser definida como a oferta de oportunidades iguais por meio de ações que reconhecem a diversidade entre os grupos políticos e indivíduos.

ESCOLARIDADE MÉDIA EM ANOS DE ESTUDO

Escolaridade média (em anos) da população com mais de dez anos de idade. É calculada com base apenas nos anos e níveis concluídos com aprovação, desconsiderando-se as reprovações.

ESCOLARIDADE

Níveis de Educação escolar que uma pessoa concluiu. Por exemplo: se um aluno finaliza o Ensino Médio, isso significa que o seu grau de escolaridade é a Educação Básica, uma vez que ele passou por Pré-Escola, Ensino Fundamental e, finalmente, Ensino Médio.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Unidade organizacional que, sob uma única dependência administrativa e uma única direção, ministra ensino coletivo sistematicamente, podendo ocupar um ou mais prédios e funcionar em um ou mais turnos. O mesmo que “escola”, “estabelecimento escolar”, “unidade de ensino” e “unidade escolar”.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

Conjunto de normas que define os direitos e deveres de crianças e adolescentes, assim como os direitos, deveres e obrigações do Estado, da família e da sociedade em relação a eles. Adota a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente.

EVASÃO

Configura-se quando o aluno, após ter sido matriculado em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido de aprovado ou de reprovado (ver também Abandono).

EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM)

Criado em 1998, é uma avaliação do desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica e dos que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. Utilizado como critério de seleção à bolsa do Prouni e por universidades como critério de seleção para o ingresso na Educação Superior, complementando ou substituindo o vestibular. Em 2009, foi reformulado pelo MEC e passou a ser utilizado como prova de seleção unificada nos processos seletivos das instituições públicas de Educação Superior.

FLUXO ESCOLAR

Progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos, em determinado nível de ensino. O fluxo escolar considera a aprovação do aluno, a reprovação do aluno ou a situação em que ele abandona a escola.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

É o aperfeiçoamento profissional do professor, que ocorre dentro da escola, preferencialmente por meio de reuniões de trabalho pedagógico coletivo do corpo docente, sob orientação do coordenador pedagógico. Na formação continuada, além de estudar as didáticas específicas de cada disciplina, coordenador pedagógico e professores devem utilizar instrumentos como a observação de sala de aula, a tematização da prática e a dupla conceitualização, sempre tendo o trabalho de sala de aula como objeto de análise e avaliação, com o objetivo de garantir a aprendizagem das crianças.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Autarquia federal vinculada ao MEC, responsável pela gestão do Fundeb e dos programas de apoio à Educação Básica.

FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Fundeb, criado em 2006, substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e se tornou um dos mais importantes mecanismos de distribuição dos recursos destinados à Educação Básica no Brasil. Enquanto o Fundef se restringia ao financiamento do Ensino Fundamental, o Fundeb contempla toda a Educação Básica. O mecanismo de financiamento é composto pela arrecadação estadual de impostos, complementada pelo governo federal. A distribuição dos recursos é feita com base no número total de alunos matriculados, o que contribui para a redução das desigualdades.

GASTO ANUAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA

Investimento público direto em Educação Básica, expresso como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB).

GASTO MÉDIO POR ALUNO

Investimento médio em Educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino.

CORREÇÃO DE FLUXO

Medidas, estratégias ou programas que objetivam a recuperação dos atrasos escolares, decorrentes, em geral, da repetência e da evasão, tendo em vista a adequação do aluno ao ano/série recomendado à sua idade.

LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma das principais ações do FNDE. O PNLD é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o FNDE adquire e distribui livros para todos os alunos de determinada etapa de ensino: Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

PÚBLICO E PRIVADO

O investimento público direto considera apenas o que se destina à Educação pública, enquanto o investimento público total inclui os sistemas público e privado.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Caracterizada pela participação dos profissionais da Educação e da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico da escola. Essa participação se dá por meio de conselhos, fóruns, associações de pais e mestres, grêmios, assembleias, entre outros.

GESTÃO ESCOLAR

Organização, mobilização e articulação dos recursos materiais e humanos necessários para assegurar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, assim como a efetiva aprendizagem dos alunos. Conceito bem mais amplo que o de administração escolar. A gestão escolar se dá em oito dimensões - infra-estrutura, desempenho, administração, finanças, comunidade, pessoal, secretaria, pedagógico - que devem convergir, de forma integrada, para garantir a aprendizagem dos alunos.

GRADUAÇÃO

Curso da Educação Superior destinado a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Busca a formação acadêmica e/ou a habilitação para o exercício profissional em determinada área do conhecimento. Os cursos de graduação são oferecidos por faculdades e universidades, com duração média de quatro anos.

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Criado em 2007, é calculado com base nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho nas avaliações do Saeb, para as unidades da federação e para o País, e da Prova Brasil, para os municípios. Com base no Ideb, o MEC estabeleceu metas para o País e para todos as unidades da federação, a serem alcançadas até 2021.

POSIÇÃO DO BRASIL

O IDH do Brasil melhorou em 2014, passando de 0,752, em 2013, para 0,755. Ainda assim, o País caiu uma posição no *ranking* mundial de desenvolvimento humano e ocupa atualmente a 75ª posição entre 188 países avaliados. Assim, fica atrás de países latino-americanos como a Argentina (40º), o Chile (42º), Uruguai (52º), Cuba (67º) e a Venezuela (71º). O primeiro lugar é da Noruega, seguido pela Austrália e a Suíça.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice que sintetiza informações de renda (PIB *per capita*), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e Educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um.

IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

O IDH-M baseia-se nas mesmas três dimensões do IDH e adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora avaliem as mesmas questões, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados ao desenvolvimento dos municípios brasileiros.

IDI – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Indicador desenvolvido pelo Unicef, que incorpora variáveis como oferta de serviços de saúde; oferta de serviços de Educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos. O índice é calculado com base nos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai, matrícula de crianças de 4 a 6 anos na Pré-Escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

INFRAESTRUTURA

Inclui o perfil físico (número de salas e capacidade de atendimento, existência ou não de biblioteca, laboratórios, salas com TV/vídeo, microcomputadores, conexão à internet, quadras de esportes etc.), além

de itens como abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, entre outros. O mesmo que “infraestrutura da escola”. A infraestrutura é determinante para a capacidade de um estabelecimento de ensino de acolher os alunos, em termos de instalações, material e pessoal, por isso, são essenciais também os recursos de acessibilidade.

INTERDISCIPLINARIDADE

Articulação entre diferentes disciplinas por meio de relações dialógicas entre os conteúdos. A integração entre as disciplinas neutraliza a fragmentação do conhecimento.

INTERVALO DE CONFIANÇA

Nos levantamentos estatísticos, as amostras não representam perfeitamente toda a população estudada. Por isso, os indicadores baseados em amostras apresentam erro. É possível, porém, obter um intervalo dentro do qual o verdadeiro valor do indicador se encontra. Normalmente calcula-se esse intervalo de modo que a probabilidade de que ele contenha o verdadeiro valor (o de toda a população desejada) seja de 95%.

ITEM

Denominação adotada para as questões que compõem as provas das avaliações educacionais no País, como a Prova Brasil. Essa nomenclatura deve-se ao entendimento de que o termo item refere-se a questões que abordam com preponderância uma única dimensão do conhecimento.

JORNADA ESCOLAR

Tempo diário de permanência do aluno na escola.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Principal legislação educacional brasileira, define e regulariza o ensino no País. A LDB vigente foi sancionada em 1996.

MATRÍCULA

Registro formal de inscrição do aluno em um estabelecimento de ensino em determinado nível ou etapa de uma modalidade de ensino.

MATRÍCULA INICIAL

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola, em uma dada série de um determinado ano letivo, no Dia Nacional do Censo Escolar.

MATRÍCULA POR IDADE

Total de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola segundo a idade.

MATRÍCULA TOTAL

Balço do total de alunos matriculados ao fim de um determinado ano letivo, considerando-se os movimentos escolares ocorridos no decorrer do ano, em função de transferências, admissões, reclassificações, abandonos e falecimentos.

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO

Média que expressa a escolaridade média, em anos, da população com mais de 10 anos de idade, podendo ser calculada por grupos etários.

AMOSTRA ESTATÍSTICA

Conjunto de elementos extraídos de um universo maior (a “população”). Esse conjunto é formado pelos indivíduos, acontecimentos ou outros objetos de estudo que se pretende descrever ou para os quais se busca generalizar conclusões ou resultados.

ANOS DE ESTUDO

Classificação estabelecida em função da série e do grau mais elevado alcançado por uma determinada pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a um ano de estudo.

HORA-AULA

Parâmetro de duração de uma aula, geralmente inferior a 60 minutos. Também serve para o cálculo de salários. Para a Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê 800 horas em 200 dias de ano letivo, em que podem ser realizadas também atividades educacionais fora da sala de aula. A LDB, porém, refere-se à chamada hora-relógio e não à hora-aula.

138

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

Conjunto de ações, programas e metas lançados pelo governo federal em 2007, com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação no Brasil. Suas ações se baseiam em diagnósticos detalhados e compromissos firmados entre as três esferas de governo.

MÉDIA DIÁRIA DE HORAS-AULA

Tempo médio diário de permanência dos alunos na escola, por ano ou etapa de ensino.

NÍVEIS DE ENSINO

A LDB estabelece dois níveis principais de Educação escolar: a Educação Básica (que compreende as etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e a Educação Superior. Há ainda as modalidades, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que podem abarcar diferentes níveis e etapas.

NÚMERO MÉDIO ESPERADO DE ANOS CONCLUÍDOS

Número médio de anos que um aluno conclui com aprovação, considerando as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

Designa diferentes recursos digitais que possam ser usados para apoiar a aprendizagem, o que inclui vídeos, animações, sites, programas.

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)

Levantamento anual de informações sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Ministério da Educação em 2007, colocou à disposição dos estados, municípios e Distrito Federal instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da Educação, como o Plano de Ações Articuladas (PAR). Trata-se de um diagnóstico da situação educacional local acompanhado de um planejamento de investimentos em melhorias.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Total de crianças e jovens, com idade entre 4 a 17 anos, matriculadas ou não em um estabelecimento de ensino.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região ou país.

PROFESSOR LEIGO

Aquele que leciona sem ter a escolaridade que o habilita ao exercício do magistério no nível de ensino em que atua.

PROFICIÊNCIA

Conjunto de habilidades demonstradas efetivamente pelo desempe-

nho dos alunos (por exemplo: o que sabem, compreendem e são capazes de fazer).

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Criado em 1995, é o programa que coordena o repasse de recursos financeiros às escolas públicas da Educação Básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

O objetivo é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da Educação Básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, conforme o Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES (PISA)

Programa internacional de avaliação comparada, desenvolvido e coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e aplicado a estudantes de 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países (veja página 74).

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Criado em 1995, garante merenda aos alunos das escolas públicas e filantrópicas.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)

Promove a transferência de recursos financeiros para despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes dos veículos utilizados para o transporte escolar. Inclui o pagamento de serviços contratados.

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)

Criado em 1997, promove o acesso à cultura e o incentivo à leitura por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.

PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFÂNCIA)

Foi criado em 2007 para transferir recursos financeiros, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios, visando à construção e à aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas.

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL (PROINFO INTEGRADO)

Voltado para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

PRÉ-ESCOLA

Etapa da Educação Infantil que presta atendimento a crianças de 4 e 5 anos de idade, segundo a Lei nº 11.274, de 6/2/2006, que altera a LDB. Antes, o atendimento na Pré-Escola ocorria na faixa etária de 4 a 6 anos.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

Visa desenvolver atividades de Educação e saúde em territórios definidos segundo a área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (Ministério da Saúde), por meio da articulação entre escola e Unidade Básica de Saúde, com ações de avaliação das condições de saúde dos alunos da escola pública, de prevenção e promoção da saúde e capacitação dos profissionais da Educação e da saúde.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de Educação Superior. Contempla estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou particular com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, com base nas notas obtidas no Enem.

PROGRESSÃO CONTINUADA

Forma de organização aplicada, em geral, à etapa do Ensino Fundamental. Nesse caso, o ensino é dividido em ciclos com duração superior a um ano. Durante esses ciclos, não é prevista a repetência dos alunos, mas, sim, a recuperação dos conteúdos por meio de aulas de reforço. A outra maneira de organizar o ensino é por séries e, nesse caso, pode haver a reprovação dos alunos que não atingiram as habilidades esperadas ao final de cada ano letivo.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Documento por meio do qual a escola define que cidadão quer formar, que conteúdos e valores pretende trabalhar e como vai ser organizar para isso. Deve ser elaborado com base na realidade local e com a participação da comunidade. E deve ser revisto e atualizado periodicamente.

PROVA ABC (AVALIAÇÃO BRASILEIRA DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO)

Avaliação da alfabetização de crianças concluintes do 3º ano/2ª série do Ensino Fundamental em leitura, escrita e matemática, realizada pelo Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro/Ibope, Fundação Cesgranrio e Inep. Foi aplicada pela primeira vez no primeiro semestre de 2011 a cerca de 6 mil alunos de escolas municipais, estaduais e particulares de todas as capitais do País. A última edição foi realizada em 2012 e não está prevista nenhuma nova edição.

QUALIDADE

Os resultados da Prova Brasil combinados aos dados de aprovação compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

PROVA BRASIL

Avaliação diagnóstica aplicada a cada dois anos pelo Inep aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da rede pública de ensino. Tem como foco aferir a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. É aplicada de forma censitária no Ensino Fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federal, de área rural e urbana, em escolas com no mínimo 20 alunos matriculados no ano avaliado. Oferece resultados por escola, município, unidade da federação e País.

PROVA NACIONAL DE CONCURSO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE

Exame anual, aplicado de forma descentralizada em todo o País. Tem o objetivo de subsidiar os estados, o Distrito Federal e os municípios na realização de concursos públicos para a contratação de docentes para a Educação Básica.

RAÇA/COR

Para o IBGE, trata-se da característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

REDE

Termo utilizado para designar o agrupamento das dependências administrativas em pública (federal, estadual e municipal) ou privada.

REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Diferentemente do que o senso comum pode imaginar, comunidades quilombolas não significam apenas antigos redutos de escravos foragidos. Segundo a antropologia, designam contemporaneamente todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, tal como ocorre nas comunidades de descendentes dos escravos.

RENDA FAMILIAR PER CAPITA

Resultado da divisão entre a soma de todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que compõem a família (renda familiar bruta) e o número de integrantes da família.

RENDIMENTO ESCOLAR

Resultado obtido pelo aluno ao final de um ano letivo em relação aos requisitos de aproveitamento e frequência. Com base no rendimento escolar, o aluno pode ser aprovado, reprovado ou afastado por abandono.

REPETENTE

Aluno que, em determinado ano letivo, encontra-se matriculado na mesma série/ano em que esteve matriculado no ano letivo anterior.

REPROVADO

Aluno que, ao final de um ano letivo, não apresenta os requisitos mínimos de aproveitamento e frequência para ser promovido à série/ano posterior.

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Contribuição social criada em 1964 e atualmente destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a Educação Básica. Corresponde a 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas pelas empresas aos seus empregados. Uma parte do montante arrecadado fica com a União (cerca de 40%) e o restante é distribuído igualmente entre Estados e municípios, de forma proporcional ao número de alunos matriculados na Educação Básica nas respectivas redes públicas de ensino.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

Avaliação, realizada de forma amostral, com foco na qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e das unidades federadas (estados e Distrito Federal). É aplicada pelo Inep a cada dois anos a uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de nove anos e do 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural.

SISTEMA DE ENSINO

Conjunto de órgãos, instituições e atividades de Educação e ensino organizado de acordo com normas legalmente estabelecidas.

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Sistema integrado pelos sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com normas comuns fixadas na Constituição Federal, leis federais e atos normativos do CNE, cabendo à União a coordenação da política nacional de Educação, a articulação dos níveis e sistemas de ensino e as funções normativas, redistributiva e supletiva.

TAXA DE ABANDONO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, deixam de frequentar a escola durante o ano letivo.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

Relação entre população alfabetizada e a população total, contada a partir do término da idade de obrigatoriedade escolar.

NA PNAD

A taxa de analfabetismo é levantada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Sobre os moradores de um domicílio, pergunta-se se sabem ler e escrever, além de outros itens relativos à Educação. Ou seja, a alfabetização é declaratória: o entrevistado fala de si próprio e das demais pessoas da casa.

TAXA DE ANALFABETISMO

Percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária em uma dada região ou no País. Usualmente o analfabetismo é avaliado considerando-se a faixa etária de 15 anos ou mais.

TAXA DE APROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, ao fim do ano letivo, concluíram, com sucesso, determinado ano, apresentando os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para cursar, no ano seguinte, o ano imediatamente posterior.

TAXA DE ATENDIMENTO

Indicador que permite avaliar o acesso da população ao sistema educacional. Mostra o percentual da população em idade escolar que frequenta a escola, independentemente de nível ou modalidade de ensino. É calculada para as faixas etárias de 0 a 5, 6 a 14, 15 a 17 e 18 a 24 anos, assim como de 4 a 17 anos, compreendendo a escolaridade obrigatória.

TAXA BRUTA DE MATRÍCULA

Número de crianças matriculadas em cada nível de ensino independentemente da idade, dividido pela população da faixa etária que oficialmente corresponde ao mesmo nível.

TAXA DE CONCLUSÃO

Percentual de alunos que ingressam no ano inicial de determinado nível de ensino e que, independentemente do tempo despendido para a conclusão, conseguem finalizá-lo, estando aptos ao prosseguimento dos estudos em nível de ensino posterior ao concluído.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-CONCLUSÃO

Esse indicador, por sua vez, mostra o percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino com idade superior à recomendada, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental e a de 18 anos para a conclusão do Ensino Médio.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Percentual de alunos, em cada nível de ensino, que apresentam defasagem de dois anos ou mais em relação à idade recomendada para a série/ano que estão cursando. No sistema educacional brasileiro, a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do Ensino Fundamental e concluir a etapa aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no Ensino Médio.

DEFASAGEM

Ocorre entre alunos que estão atrasados na escola, ou seja, que estão acima da faixa etária prevista para a série/ano em que estudam.

TAXA DE EVASÃO

Percentual de alunos da matrícula total de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, não se matriculam na escola.

TAXAS DE FLUXO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam a progressão dos alunos entre anos letivos consecutivos; é constituído pelas taxas de promoção, de repetência e de evasão.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA

Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária. É calculada para as faixas etárias de 6 a 14 anos e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

TAXA DE PROMOÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no ano posterior.

TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

Grupo de taxas que avaliam o aluno quanto ao preenchimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência ao final de um ano letivo; é composto pelas taxas de aprovação, de reprovação e de abandono.

TAXA DE REPETÊNCIA

Percentual de alunos da matrícula total, de um dado ano, de um determinado ano letivo, que, no ano seguinte, se matriculam no mesmo ano do ano anterior.

TAXA DE REPROVAÇÃO

Percentual de alunos da matrícula total que, num dado ano, ao fim do ano letivo, não apresentam os requisitos mínimos, previstos em lei, de aproveitamento e frequência para serem promovidos ao ano posterior.

TEMPO MÉDIO ESPERADO DE PERMANÊNCIA NO SISTEMA

É o tempo médio esperado que um aluno permaneça no sistema educacional, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEMPO MÉDIO ESPERADO PARA A CONCLUSÃO

Tempo médio esperado que um aluno deve levar para concluir um nível de ensino, considerando-se as taxas de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) vigentes para determinado nível de ensino.

TEORIA DE RESPOSTA AO ITEM (TRI)

A Teoria de Resposta ao Item engloba um conjunto de modelos matemáticos utilizados para o cálculo das proficiências dos alunos em um teste. Tomando como unidade básica de análise cada item isoladamente, a TRI relaciona a probabilidade de acerto do item com a competência do aluno. Essa relação tem sempre um caráter crescente. Dessa forma, quanto maior a competência do respondente, maior a sua probabilidade de acertar o item. Os principais benefícios trazidos por essa teoria são a garantia de comparabilidade dos resultados entre os anos de aplicação da avaliação (condição obrigatória para a verificação

NA EDUCAÇÃO

A TRI é utilizada nos sistemas de avaliação educacional no Brasil, como a Prova Brasil. É reconhecida internacionalmente.

dos movimentos de melhoria ou de queda de rendimento do sistema educacional) e o auxílio ao desenvolvimento de uma interpretação pedagógica dos resultados, isto é, um diagnóstico dos conhecimentos e habilidades que os alunos demonstraram conhecer e realizar, e também daqueles que ainda precisam ser reforçados.

TURMA

Grupo de alunos reunidos em uma sala de aula, que podem receber um mesmo conteúdo (turma comum a um ano, ciclo ou disciplina) ou conteúdos distintos (turma multisseriada).

TURMA MULTISSERIADA

Turma que reúne alunos de diferentes etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, com alunos da Pré-Escola e do Ensino Fundamental.

TURNOS

Cada uma das divisões do horário de funcionamento da jornada escolar, que podem ser agrupadas por horário de início de funcionamento: turno diurno (início antes das 17h); turno noturno (início a partir das 17h); turno matutino (início antes das 12h) e turno vespertino (início a partir das 12h). Eventualmente, a escola oferece turnos intermediários entre os turnos usuais.

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Significa, na prática, assegurar a todos igualdade de oportunidades educacionais.

UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de Educação, com seções nos estados.

VAGA

Disponibilidade de matrícula em um estabelecimento de ensino para ingresso de aluno.

METODOLOGIA

Fruto da parceria da Editora Moderna com o movimento Todos Pela Educação, o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2016 busca oferecer um panorama amplo do cenário educacional do País.

O ponto de partida do trabalho que realiza, de reunião, elaboração, organização, apresentação e, em alguns casos, “tradução” de números da Educação brasileira, são os dados oficiais mais recentes disponíveis, de fontes primárias amplamente reconhecidas, entre elas o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), apurados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o Censo Escolar e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sob responsabilidade do Ministério da Educação.

Com os microdados dessas fontes em mãos, são realizados cruzamentos e tabulações e geradas séries históricas que possibilitam uma leitura analítica das informações estatísticas e a uma compreensão detalhada do quadro educacional.

Busca-se, portanto, aliar rigor técnico a um formato de apresentação acessível, de maneira que os gráficos e tabelas do Anuário sejam de utilidade para diferentes públicos.

Para o melhor entendimento dos números reunidos neste Anuário, algumas observações são importantes:

- Com base nos microdados disponíveis, por exemplo, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), são realizadas novas leituras e organizadas séries históricas a partir de 2001.
- Isso se traduz, por exemplo, em desagregações por raça e quartis de renda para indicadores como taxa de atendimento e taxa líquida de matrícula para diferentes grupos de idade ou, ainda, para a escolaridade média da população de 18 a 29 anos.
- Alguns desses cálculos foram ajustados nesta edição, passando a levar em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar, de acordo com parecer do Conselho Nacional de Educação. Com isso, em alguns gráficos e tabelas, há diferenças em relação a edições anteriores.
- A partir desta edição, as séries históricas da taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental e no Ensino Médio foram alteradas para incluir entre os matriculados os alunos que frequentam essas etapas na Educação de Jovens e Adultos.
- Nos gráficos e tabelas baseados nas informações da Pnad, não há dados para os anos de 2000 e 2010. A cada fim de década, a Pnad dá lugar à realização do Censo Demográfico.
- As notas técnicas estão reunidas nas páginas a seguir e são indicadas pelo número correspondente nos gráficos e tabelas do Anuário.

NOTAS TÉCNICAS

146

- ① São excluídos os estabelecimentos que não estão em atividade no ano ou que não têm turmas de escolarização.
- ② O mesmo estabelecimento pode ter mais de uma etapa/modalidade de ensino. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.
- ③ O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Apenas são consideradas as turmas de escolarização, excluindo turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional de nível médio. As matrículas de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio são incluídas no Ensino Médio.
- ③.1 São considerados apenas os docentes em atividade que atuam em turmas de escolarização. Os professores são contados uma única vez em cada etapa/modalidade de ensino e em cada Unidade da Federação (UF), porém podem atuar em mais de uma etapa/modalidade de ensino e em mais de uma UF. As seguintes etapas são consideradas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Ensino Fundamental inclui matrículas das turmas do Ensino Fundamental de 8 e 9 anos. Educação de Jovens e Adultos inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à Educação Profissional de nível médio.
- ④ As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.
- ⑤ A partir de 2004 a área rural da região Norte foi incorporada no plano amostral da PNAD. Assim, até 2003 os dados da região Norte são referentes apenas a área urbana. A partir de 2004, os valores apresentados são representativos da urbana e rural do Norte.
- ⑥ Foram utilizados os microdados reponderados da Pnad 2001 - 2009.
- ⑦ As categorias raça/cor - conforme auto-declaração do respondente - Brancos, Pretos e Pardos não esgotam as categorias de raça/cor levantadas pelo IBGE. As estatísticas Amarelos, Indígenas e Não Declarado não foram apuradas por não ter observações em quantidade suficiente para garantir a validade estatística.
- ⑧ Renda familiar per capita calculada a partir de todos os rendimentos de todos os membros das famílias exclusive o rendimento das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico e pessoas de menos de 10 anos de idade.
- ⑨ Inclui matrículas de turma unificada na etapa correspondente.
- ⑩ A série histórica da taxa líquida de matrícula no Ensino Fundamental inclui entre os matriculados nesta etapa os alunos que frequentam o Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos.
- ⑪ A série histórica da taxa líquida de matrícula no Ensino Médio inclui entre os matriculados nesta etapa os alunos que frequentam o Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos.
- ⑫ Intervalo do turno matutino: das 6h às 12h59. Intervalo do turno vespertino: das 13h às 16h59. Intervalo do turno noturno: das 17h às 22h59 e de 0h às 05h59.
- ⑬ Foram considerados apenas os alunos cuja matrícula na turma de escolarização é na rede pública e que a soma do tempo de permanência na turma de escolarização e na turma de atividade complementar atinja pelo menos 7 horas diárias.
- ⑭ Rendimento total do trabalho (todos os trabalhos) deflacionada pelo INPC de setembro de 2014 para pessoas cuja condição de ocupação na semana de referência era ocupado e com rendimento diferente de zero.
- ⑮ Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE). Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial e semipresencial. O Projovem passou a ser coletado em 2012.
- ⑯ Inclui matrículas da Educação de Jovens e Adultos presencial, semipresencial e integrada à educação profissional.
- ⑰ O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino. Inclui estabelecimentos que oferecem educação profissional concomitante, subsequente e integrada.
- ⑱ A partir de 2013, o Inep passou a utilizar uma nova metodologia na divulgação dos dados consolidados de docentes com formação superior. Além de ter a escolaridade declarada como Superior, é também necessário que a situação de um de seus cursos superior seja concluído.
- ⑲ Formação superior compatível é aquela em que o docente possui licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na área de conhecimento em que leciona. São consideradas docências de matemática, língua portuguesa, história, geografia, ciências, biologia, física, química, filosofia, sociologia, ensino religioso, educação física, artes e língua estrangeira. Apesar de as disciplinas Biologia, Física e Química não constarem como obrigatórias no Ensino Fundamental segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC), algumas instituições de

ensino oferecem tais disciplinas separadamente para suas turmas de escolarização no Ensino Fundamental, sem aglutiná-las em Ciências da Natureza.

- 20) Formação superior compatível é aquela em que o docente possui licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica na área de conhecimento em que leciona. São consideradas docências de matemática, língua portuguesa, história, geografia, biologia, física, química, filosofia, sociologia, ensino religioso, educação física, artes e língua estrangeira.
- 21) Professores são contados uma única vez em cada Unidade da Federação (UF), porém podem atuar em mais de uma UF.
- 22) 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Sioppe -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;

10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
11 - Os indicadores constantes nessa tabela foram atualizados em 22 de junho de 2015, em virtude da atualização dos valores do Produto Interno Bruto de 2000 a 2013 feita pelo IBGE em março de 2015.
- 23) 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Sioppe -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

- 9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;
- 10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- 11 - Os indicadores constantes nessa tabela não estão de acordo com a atualização do investimento em Educação em porcentagem do PIB realizada em 22 de junho de 2015.

- 24 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais; outras Despesas Correntes; Investimentos e Inversões Financeiras;
- 2 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, recursos para bolsa de estudo e financiamento estudantil, despesas com juros e encargos da dívida e amortizações da dívida da área educacional e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
- 3 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- 4 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado,

- Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
- 5 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- 6 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
- 7 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
- 8 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Sioppe -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- 9 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;
- 10 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários: - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC; - Secretaria do Tesouro Nacional (STN); - FNDE; - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal; - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Caixa Econômica Federal (CEF); - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- 11 - Os indicadores constantes nessa tabela não estão de acordo com a atualização do investimento em Educação em porcentagem do PIB realizada em 22 de junho de 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- ABC, Prova.** Ver Prova ABC
- Acesso** 24, 28, 29, 30, 35, 36
- Acre** 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116
- Alagoas** 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116
- Alfabetização**
- 15 anos ou mais 83-89
- até 8 anos 48-55
- funcional 88-89
- Alunos com deficiência** 10, 27, 34, 42-47, 130, 131, 132
- Amapá** 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116
- Amazonas** 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116
- Anos**
- de estudo 36, 77, 82, 94
- Iniciais e Finais do Ensino Fundamental** 26, 38, 39, 40, 41, 57, 61, 62, 69, 70, 73, 89, 91, 107, 115, 123, 124, 125, 135
- Aprovação, taxa de** 62, 63, 65
- Atendimento, taxa de** 17, 22, 23, 25, 31, 35, 39, 43, 44, 46, 47, 80
- Atividades complementares** 58, 129, 133
- Atraso escolar** 66, 135
- Avaliação**
- Nacional da Alfabetização (ANA) 48-55

B

- Bahia** 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116
- Biblioteca** 27, 34, 58, 136

C

- Carreira** 113, 114, 115, 140
- Ceará** 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116
- Centro-Oeste** 23, 25, 28, 29, 33, 35, 36, 38, 40, 41, 43, 44, 47, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 72, 73, 78, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 96, 97, 98, 102, 104, 105, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119

- Classes comuns** 39, 42-47
- Concluintes** 110, 130
- Conclusão** 74, 30, 131, 142
- Conselho**
- Escolar 117-119
- Nacional de Educação** 11, 121, 131, 132, 143
- Coordenador pedagógico** 135
- Creche** 16-23, 38, 115, 133, 139
- Crianças**
- de 0 a 3 anos 16-23
- porcentagem que frequenta a escola 17, 18, 22, 23
- de 4 e 5 anos 9, 16, 17, 18, 23, 139
- porcentagem que frequenta a escola 16-23
- e jovens de 6 a 14 anos 24, 25, 80, 134

D

- Deficiência** 16, 24, 27, 34, 42-47, 131, 132, 133
- caminhar 43
- enxergar 43
- mental/intelectual 44
- ouvir 43
- Desempenho** 62-64, 67, 74, 75, 117
- Desigualdade** 11, 16, 30, 40, 77, 79
- Diretores** 117, 118
- Distorção idade-série, taxa de** 66, 67, 132
- Distrito Federal** 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116
- Docentes** 109, 113, 115, 116, 132, 140
- Doutores** 100, 103, 105

E

- Educação**
- Básica 8, 9, 27, 38, 39, 40, 41, 42, 56, 57, 60, 61, 62-65, 68, 76, 106-112, 114-116, 121, 132
- de Jovens e Adultos 8, 9, 90-94, 133
- em áreas remanescentes de quilombos 40
- em tempo integral 51-60
- Especial/Inclusiva** 42-47
- Infantil** 9, 16-23, 38, 39, 40, 41, 45, 55, 107, 123, 124, 125, 133

no campo 38, 39

Profissional 8, 90, 91, 93, 95-99, 133

Superior 100-105, 120, 130, 136, 140

Enem 37, 94, 99, 135, 140

Ensino

Fundamental 8, 9, 24-29, 38-41, 45, 57,
62-69, 70-73, 89, 90-93, 133

Médio 8, 9, 24-29, 38-41, 45, 57, 62-
69, 70-73, 89, 90-93, 134

Superior. *Ver Educação Superior*

Escolaridade 77-82, 134, 137

Escrita 48, 50, 55, 128, 140

Espírito Santo 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47,
52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86,
87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Estabelecimentos 21, 27, 34, 134

F

Financiamento 122-127

Fluxo escolar 65, 66, 67, 130, 135, 138, 143

G

Gestão 9, 117-120

Goiás 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61,
68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Graduação. *Ver Ensino Superior*

I

Ideb 62-69, 136, 140

Informática, laboratório de 27, 34, 58

Integral, tempo. *Ver Tempo integral*

Internet, acesso à 27, 34

Investimento público. *Ver Financiamento*

J

Jovens

de 15 a 17 anos 30, 31, 32, 37, 92, 143

L

Lei

de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 117,
129, 131, 137, 138, 139

do Piso 114

Leitura 48, 49, 52, 55, 74, 75, 128, 140

M

Maranhão 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47,
52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86,
87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Matemática 48, 51, 54, 55, 71, 72, 73, 74, 75, 128, 140

Mato Grosso 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47,
52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86,
87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Mato Grosso do Sul 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46,
47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82,
86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Matrículas

Educação em Tempo Integral 55-61

Educação Especial 8, 43-47

Educação Infantil 8, 17-23

Educação Profissional 8, 96-98

Educação Superior 101-105

EJA 8, 91-93

Ensino Fundamental 8, 25-29

Ensino Médio 8, 31-36

por turno 33

Mestres 100, 103, 105

Minas Gerais 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47,
52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86,
87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Mobilidade reduzida 27, 34

N

Nordeste 23, 25, 28, 29, 33, 35, 36, 38, 40, 41, 43, 44,
47, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 72, 73,
78, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 96, 97, 98, 102,
104, 105, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119

Norte 23, 25, 28, 29, 33, 35, 36, 38, 40, 41, 43, 44, 47,
52, 53, 54, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 72, 73,
78, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 96, 97, 98, 102,
104, 105, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119

P

Pará 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61,
68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Paraíba 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61,
68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Paraná 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61,
68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Pernambuco 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47,
52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86,
87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Piauí 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61,
68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes 74-75, 139

Pré-Escola 16-23, 139

Produto Interno Bruto (PIB) 122-125

Prova ABC 48

Q

Quilombos. *Ver Educação em áreas re-manescentes de quilombos*

R

Recursos disponíveis nas escolas 21, 27, 34

Reprovação. *Ver Fluxo escolar*

Rio de Janeiro 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Rio Grande do Norte 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Rio Grande do Sul 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Rondônia 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Roraima 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

S

Saeb - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica 63, 70, 140

Santa Catarina 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

São Paulo 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Sergipe 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

Sudeste 23, 25, 28, 29, 33, 35, 36, 38, 40, 41, 43, 44, 47, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 72, 73, 78, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 96, 97, 98, 102, 104, 105, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119

Sul 23, 25, 28, 29, 33, 35, 36, 38, 40, 41, 43, 44, 47, 52, 53, 54, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 72, 73, 78, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 96, 97, 98, 102, 104, 105, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119

Superdotação 10, 42, 44, 47, 130, 132

T

Taxa

de abandono 65, 128, 135, 137, 141, 142, 143

de aprovação. *Ver Aprovação*

de atendimento. *Ver Atendimento*

de matrículas. *Ver Matrículas*

de reprovação 62, 65, 135, 143

líquida de matrícula 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 100, 101, 104, 143

Tempo integral 51-60

Tocantins 22, 23, 28, 29, 35, 36, 46, 47, 52, 53, 54, 60, 61, 68, 69, 81, 82, 86, 87, 93, 98, 104, 105, 111, 116

CRÉDITOS DAS FOTOS

- Pág. 6** Brosa/iStockphoto/Getty Images
Pág. 13 Wavebreakmedia/Shutterstock
Pág. 14 Dean Mitchell/iStockphoto/Getty Images
Pág. 21 M. Business Images/iStockphoto/Getty Images
Pág. 34 Vgajic/iStockphoto/Getty Images
Pág. 49 Wavebreakmedia/iStockphoto/Getty Images
Pág. 67 João Prudente/Pulsar Imagens
Pág. 80 Wavebreakmedia/Shutterstock
Pág. 84 Reinaldo Marques / Futura Press
Pág. 97 Akimov Igor/Shutterstock
Pág. 109 M. Business Images/Shutterstock
Pág. 112 Leontura/iStockphoto/Getty Images
Pág. 119 VM/iStockphoto/Getty Images

FONTES IMPORTANTES DE CONSULTA


Inep: <http://www.inep.gov.br>

MEC: <http://www.mec.gov.br>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Todos Pela Educação: <http://www.todospelaeducacao.org.br>

Observatório do PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br>



Em sua quinta edição, o **Anuário Brasileiro da Educação Básica** busca, mais uma vez, oferecer indicadores e análises que, em seu conjunto, representem um retrato abrangente do cenário educacional do País, nas diversas etapas e modalidades de ensino, levando em conta os contextos regionais e socioeconômicos. Com base em dados oficiais e no marco do Plano Nacional de Educação (PNE), esta publicação se apresenta como ferramenta de consulta para jornalistas, pesquisadores e gestores de políticas públicas, com o propósito de contribuir para o acompanhamento das metas de melhoria da qualidade da Educação e para o enriquecimento do debate sobre a situação atual e as perspectivas futuras da área.



TODOS PELA EDUCAÇÃO

www.todospelaeducacao.org.br



MODERNA

www.moderna.com.br